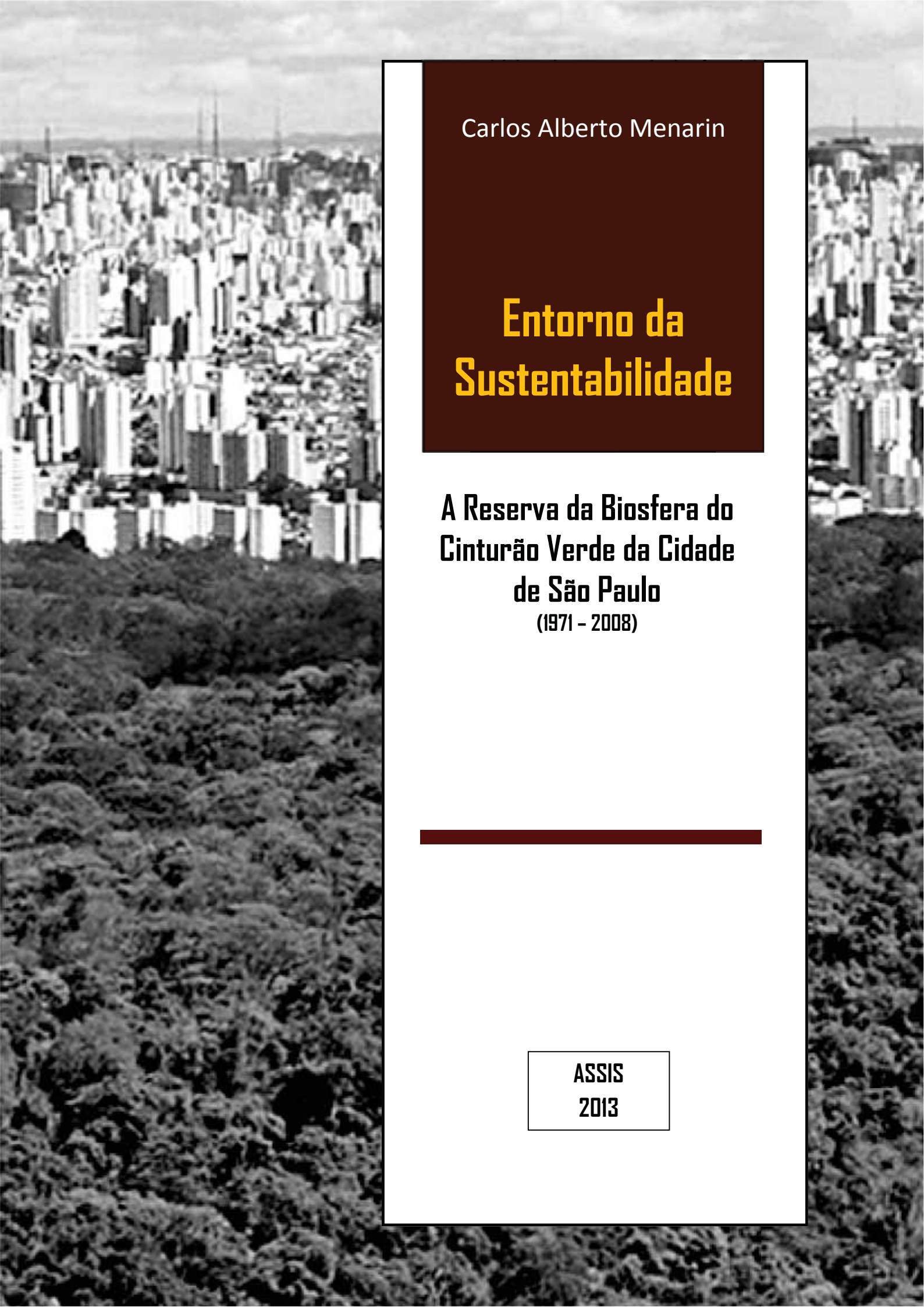




Carlos Alberto Menarin

Entorno da Sustentabilidade

**A Reserva da Biosfera do
Cinturão Verde da Cidade
de São Paulo**
(1971 - 2008)

ASSIS
2013

CARLOS ALBERTO MENARIN

ENTORNO DA SUSTENTABILIDADE:

**A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo
(1971 – 2008)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista,
para a obtenção do título de Doutor em História
(Área de Conhecimento: *História e Sociedade*)

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez.

ASSIS
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Menarin, Carlos Alberto
M535e Entorno da sustentabilidade: a reserva da biosfera do
Cinturão Verde da cidade de São Paulo (1971 – 2008) /
Carlos Alberto Menarin. Assis, 2013
261 f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis - Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez

1. Política ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Políticas públicas. 4. Meio ambiente. 5. Patrimônio. 6.
Governança. I. Título.

CDD 333.7

CARLOS ALBERTO MENARIN

ENTORNO DA SUSTENTABILIDADE:
a reserva da biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo
(1971 - 2008)

Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para
obtenção do título de Doutor em
História. (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Data da Aprovação: 14/08/2013

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. PAULO HENRIQUE MARTINEZ - UNESP/Assis



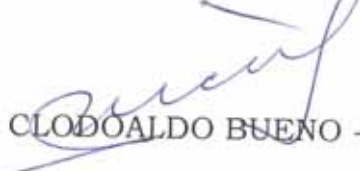
Membros: PROF. DR. JANES JORGE - UNIFESP/Guarulhos



PROF. DR. CLAUDIO HIRO ARASAWA - IFSP/Bragança Paulista



PROFA. DRA. CÉLIA REIS CAMARGO - UNESP/Assis



PROF. DR. CLODOALDO BUENO - UNESP/Assis

Para

Arlindo Menarin (in memoriam),
Maria Pereira Menarin
e Mary Menarin.
Por tudo,
sempre.
E todo
amor.

Quien sea incapaz de comprender la belleza extraordinaria y el fabuloso mundo intelectual que hay detrás de un híbrido del maíz, una maquinaria o un nuevo alimento para el ganado, jamás será historiador. Quien no sienta la alegría infinita de estar aquí, en este mundo revuelto y cambiante, peligroso y bello, doloroso y sangriento como un parto, pero como él creador de nueva vida, está incapacitado para escribir historia.

Manuel Moreno Friginals

[AGRADECIMENTOS]

O escritor vive

Ninguém é escritor das oito ao meio-dia e das duas às seis. Quem é poeta é poeta sempre, e se vê continuamente assaltado pela poesia. Assim como o pintor é assediado pelas cores e pelas formas, assim como o músico se sente procurado pelo estranho mundo dos sons (o mundo mais estranho das artes), o escritor deve pensar que tudo é argila, com que fará da miserável circunstância de nossa vida alguma coisa que possa aspirar à eternidade.

Jorge Luís Borges

Tempo, uma das matérias primas do ofício dos músicos, romancistas, poetas, historiadores... Tal como eternizada por Borges, a atividade intelectual não é facilmente circunscrita a uma jornada de horas; o envolvimento e a apreensão são constantemente atizados pela massa bruta e dinâmica do cotidiano. Exceções, e que nos marcam, são os momentos em que pensamos estar burlando essa condição, que logo se restitui pela força do compromisso e da autocobrança. Não é um labor dos mais produtivos e suportáveis, dado o peso da *intensidade* – ora de trabalho, ora de autocobranças. O resultado disso poderá ser avaliado nas páginas seguintes, agora é o momento de registrar algumas das inúmeras dívidas somadas na construção desse caminho e no reconhecimento das limitações e falhas pessoais.

Entre a experiência vivida e o horizonte de expectativa, se desdobram inúmeras situações que compõem a memória sobre a qual se baseiam estas linhas. A tensão entre o esquecimento e a lembrança já indica a impossibilidade de contemplar *todas* as pessoas que colaboraram nessa caminhada, a quem sou grato e devedor incondicionalmente. Cada página, sentença, expressão e palavra deste trabalho foi *impressa* durante essa convivência.

Objetivamente, é factível que qualquer outro profissional poderia desenvolver essa pesquisa, mas alguns traços só podem ser alcançados mediante uma trajetória específica, a qual este espaço permite explicitar. É a introdução a tudo mais.

Evidente que o auxílio financeiro concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi importante, ao qual devi a dedicação integral a este projeto, e sou grato. No entanto, é necessário mencionar que este trabalho também é resultado de uma experiência mais ampla que a desses quatro anos de doutoramento, fruto de muitos encontros, desencontros, momentos felizes, tristeza, melancolia, isolamento, nostalgias, insegurança, lembranças e embriaguez que somadas à generosidade vinda das amizades, forjaram o perfil que encarou o desafio de concluir esta pesquisa.

Em 2013 somaram-se onze anos de vivência na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, desde o curso de graduação, passando pelo mestrado e o doutoramento. Período responsável pela mudança na forma de estar, ver e entender o mundo. Anos de convivência, particularmente, no Departamento de História que gerou inúmeras dívidas com seu corpo docente, dentre os quais, o professor Paulo Henrique Martinez e a professora Célia Reis Camargo foram decisivos para a permanência e término desse período. Sou grato às secretárias Regina e Clarice, esta, presente em diversos momentos com alegria, apoio e estímulo inigualáveis. Também pude contar com a amizade e os *cafezinhos* da Zaira (Zazá), imprescindíveis.

Durante o doutoramento, surgiu a oportunidade de estadia por dez meses na Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha, mediante bolsa *Erasmus-Mundus* da União Europeia. É necessário admitir que com isso o projeto inicial sofreu desvios, recebeu acréscimo e depois restrições, parte deliberada com ajuda do orientador, mas parte imposta pelas dificuldades deste pesquisador em harmonizar a rotina de investigação às suas idiossincrasias. No ajuste para essa versão, pouco foi incorporado da pesquisa empírica lá desenvolvida, embora muitíssimo tenha se somado pela experiência vivida no âmbito da USC. Foram meses intensos, na medida em que se conhece seu limite. Pude contar com demonstrações de carinho e amizade que fizeram daquela estadia um conjunto de lembranças agradáveis e saudosas. Das conversas sobre geografia física ao futebol, o professor Augusto Perez-Alberti proporcionou um cordial acolhimento; Geovana Gentilli, generosamente, esteve disposta em auxiliar nos mais diversos momentos, a quem devo muito durante a permanência em Santiago. Também contribuíram para essa estadia o convívio respeitoso com Ana Paula Romano, Felipe Lourenço, Renata Lacerda, Natália Saraiva. Agradeço a Katarzyna Soboniak, em sua insustentável leveza de ser, que relativizou o peso de muitas angústias.

Agradeço a generosidade das leituras atentas dos professores Dr. Janes Jorge (UNIFESP/Guarulhos) e Dr. Paulo César Gonçalves (UNESP/Assis) para o exame de qualificação, contribuindo para a forma final deste trabalho. Sou grato pelas arguições críticas e pertinentes da banca de defesa presidida pelo Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez, e composta pelo Prof. Dr. Clodoaldo Bueno (UNESP/Assis), Dra. Célia Reis Camargo (UNESP/Assis), Dr. Janes Jorge (UNIFESP/Guarulhos) e Dr. Claudio Hiro Arasawa (IFSP/Bragança Paulista), que apontaram erros, novos caminhos e perspectivas que contribuíram para a significativamente para a melhoria deste trabalho.

Nesse período tive a satisfação de conhecer e contar com a amizade de João Rafael M. Oliveira, fundamental interlocutor de História Ambiental e de política contemporânea, que

tem contribuído muito nessa caminhada. Em março de 2012 tive o privilégio de integrar o projeto de extensão “Sustentabilidade: o social e o ambiental no século XXI”, em desenvolvimento junto ao Laboratório de História e Meio Ambiente (LABHIMA – UNESP/Assis) que, sob a coordenação do professor Paulo Henrique Martinez e em companhia de Cássia Natanie Peguim e Marcio Henrique Bertazi, somaram incontáveis contribuições profissionais e pessoais – com amizade, estímulo e generosidade intelectual incomuns. Ao LABHIMA, que completou dez anos em 2013, sou grato pelos debates, atividades e eventos promovidos, tornando evidente o vínculo e a importância da pesquisa científica e do ensino de história na luta pela construção da cidadania e justiça social.

Aos meus caros amigos de longa data, e de copo – Anilton, Fabrício, Fernando, e a *caçula* Nayane – pela presteza com que oferecerem indistinto apoio nessa *long and winding road*, meus agradecimentos serão sempre insuficiente.

Difícil de estimar é minha dívida com o amigo e professor Paulo Henrique Martinez, que, pelo menos, desde as aulas de geografia, o início da pesquisa sobre o Parque Estadual de Vassununga e as inúmeras atividades no LABHIMA, tem sido o maior incentivador não apenas na construção desse caminho, mas, sobretudo, na forma de andar – exemplo de rigor e generosidade intelectual e humana. À tamanha confiança, pesa proporcional responsabilidade, a que devo sinceras desculpas pelos inúmeros atrasos, falhas e omissões.

Destaco a atenção e eficiência dos funcionários e estagiários da Biblioteca da UNESP/Assis (e das demais visitadas), a quem sou grato pelo atendimento e por viabilizarem a utilização desses preciosos espaços e acervos fundamentais para construção de qualquer conhecimento. Igualmente devo sinceros agradecimentos aos funcionários da Seção de Pós Graduação, Zélia, Sueli e Marcos pela prontidão com que sempre me atenderam, desde a primeira matrícula, ao trâmite para ida à Espanha e o depósito da tese.

Ao Rodrigo Moraes Victor, da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, agradeço a recepção e a disponibilização de material para a pesquisa.

Agradeço à Marlene de Souza Gasque (in memoriam) pelas inúmeras conversas, conselhos, incentivo e cobranças, que ficarão sempre e com saudade.

Não poderia deixar sem as merecidas formas tipográficas o cotidiano e especial agradecimento que devo ao companheirismo, o olhar atento e o sorriso de Fabiana Miraz, que, juntamente à alegria de Maria Laura, me surpreenderam quando eu não queria olhar para além de imagens congeladas. Ensinarão-me, sobretudo, a ter força.

Agradeço também: Adriane V. G. Negrão, Alexandre Simão, Aline Louise R. Cruz, Aparecida de Fátima P. Souza, Bianca Menghi, Carolina Carnettieri, Daniel Castro, Daniel

dos S. Barroso, Diana M. Rodriguez, Ederson Paulo Sanchez, Edson Holtz, Fernando S. de Oliveira, Geandra Pamegiani, Hanna Fiege, Jefferson L. Sanchez Jr., Jurgita Saulyte, Lara S. Passeri, Lenara Spedo, Luiz Fernando S. Pereira, Luís Gustavo Botaro, Paulo Cesar Leme, Priscila M. Cesário, Weselina Gacinska.

Mesmo com todo apoio institucional, a confiança e generosidade de tantos as falhas e limitações são de minha inteira responsabilidade. Como diria Charles Bukowski, “que tempos penosos aqueles anos – ter o desejo e a necessidade de viver, mas não a habilidade!”

MENARIN, Carlos Alberto. *Entorno da Sustentabilidade: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (1971 – 2008)*. 2013. 261f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

[RESUMO]

Uma das recomendações da Conferência da Biosfera, realizada pela UNESCO, em Paris (1968), foi a criação de um programa de cooperação científica internacional visando compreender os impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas do planeta e a repercussão destas nas sociedades. O Programa *Man and Biosphere* (MaB), lançado em 1971, é considerado pela UNESCO um de seus mais exitosos programas. Sua política de criação de Reservas da Biosfera assumiu em 2008 o desafio de se consolidar como espaços privilegiados na construção da sustentabilidade. Em 2012 somavam-se mais de seiscentas Reservas no mundo. Sua abrangência e reconhecimento no contexto da política ambiental internacional propiciou um instigante objeto de pesquisa e reflexão no confronto com as demandas locais. Demarcamos a atuação da UNESCO no debate internacional sobre desenvolvimento e meio ambiente ocorrido entre os anos de 1948 e 1972, pontuando a construção de uma agenda de pesquisa e projetos que subsidiaram a formulação do Programa MaB, aferida por meio de publicações e documentos oficiais. A declaração de Reservas da Biosfera, assim como a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial, se dá mediante pedido e compromisso de gestão que o país solicitante assume. Ainda que sejam titulações internacionais, tal característica demanda análise e compreensão também na escala nacional e local. Com sete Reservas declaradas entre 1991 e 2005, o Brasil tem um quadro complexo para proteção de seus biomas, inteligível pela perspectiva histórica da presença de condutas predatórias dos recursos naturais em favorecimento de interesses privados, tal como expõe os remanescentes de Mata Atlântica, localizados na porção densamente povoada e urbanizada do país. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo ofereceu a experiência concreta, explicitando as contradições internas da prática de proteção ambiental e uso do espaço numa região metropolitana. O estudo demonstrou a fecundidade da temática ambiental para a compreensão dos jogos de interesses a qual está submetida a salvaguarda dos remanescentes naturais e a qualidade de vida urbana.

Palavras-chave: Política Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Patrimônio Ambiental. Patrimônio Cultural. Políticas Públicas.

MENARIN, Carlos Alberto. *Surrounding Sustainability: the Biosphere Reserve of São Paulo Green Belt (1971-2008)*. 2013. 261f. Thesis (Ph.D. in History). - College of Sciences and Languages, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

[ABSTRACT]

One of the recommendations of the Biosphere Conference, held by UNESCO in Paris (1968), was the creation of an international scientific cooperation program aiming to understanding the impacts of human activities on the planet's ecosystems and its impact at the societies. The Man and Biophere Program (MAB), launched in 1971, is considered by UNESCO one of its most successful programs. In 2008 its policy of Biosphere Reserves creation took on the challenge of consolidate as privileged in building sustainability. In 2012 amounted more than six hundred reserves in the world. Its coverage and recognition in the context of international environmental policy provided an intriguing subject of research and reflection in the confrontation with local demands. We defined the role of UNESCO in the international debate on development and the environment occurred between 1948 and 1972, scoring the construction of a research agenda and projects that contributed to the formulation of the MAB Programme, measured through publications and official documents. The declaration of Biosphere Reserves, as well as the inscription of properties on the World Heritage List, is given upon request and appointment management assumed by the requesting country. Although these are international titrations this characteristic also demands analysis and understanding at the national and local levels. With seven Reserves declared between 1991 and 2005, Brazil has a complex framework for the protection of their biomes, intelligible by historical perspective of predatory behaviors presence of the natural resources in favor of private interests, such as the remnants of the Atlantic Forest exposes, located in densely populated and urbanized portion of the country. The Biosphere Reserve of São Paulo Green Belt has a concrete experience, exposing the internal contradictions of the environmental practice protection and space use in the metropolitan area. The study demonstrated the fruitfulness of environmental issues to understand the interest games which is subordinate to the protection of natural remaining and urban quality of life.

Keywords: Environmental Policy. Sustainable Development. Cultural Heritage. Environmental Heritage. Public Policy.

[SIGLAS]

CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo;
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário S/A
EMTU/SP	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>)
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza (<i>International Union for Conservation of Nature</i>)
IUPN	União Internacional para Proteção da Natureza (<i>International Union for the Protection of Nature</i>)
LABHIMA	Laboratório de História e Meio Ambiente.
MaB	“O Homem e a Biosfera” (<i>Man and Biosphere</i>).
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
PDM	Plano de Desenvolvimento Metropolitano
PDMI	Plano de Desenvolvimento Metropolitano Integrado.
RB	Reserva da Biosfera.
RBCV	Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Estado de S. Paulo
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
UC(s)	Unidade(s) de Conservação.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (<i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i>)

[SUMÁRIO]

INTRODUÇÃO.....	13
 CAPÍTULO 1	
1. POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO INTERNACIONAL: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO.....	29
1.1. UNESCO: Ciência e Desenvolvimento na construção do debate ambiental...	36
1.2. A Conferência da Biosfera e o Programa <i>Man and Biosphere</i> (MaB).....	62
1.3. Em busca do equilíbrio global: política, economia e meio ambiente.....	70
 CAPÍTULO 2	
2. ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS: DA PROTEÇÃO DA NATUREZA A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE.....	98
2.1. Por uma historiografia dos Espaços Naturais Protegidos: apontamentos.....	103
2.2. A UNESCO e a Proteção da Natureza: Reservas da Biosfera e Patrimônio Mundial.....	119
2.3. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.....	141
 CAPÍTULO 3	
3. EXPANSÃO URBANA E ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS: A RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	158
3.1. São Paulo: expansão urbana e meio ambiente.....	164
3.2. Rodoanel: mobilidade seletiva na metrópole desigual.....	183
3.3. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.....	189
 CONCLUSÃO.....	 204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	210
ANEXO - Rede Mundial de Reservas da Biosfera (1976-2013).....	243



Estação São Bento. Porto, Portugal (Centro Histórico da cidade do Porto declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1996) – foto: Carlos Alberto Menarin, 2012

INTRODUÇÃO

[INTRODUÇÃO]

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, do tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade – *Sentimento do Mundo* [1940]

Vivemos em tempos interessantes, tempos fraturados, tempos sombrios, fim dos tempos, confusos e confusamente percebidos – tempos de crise: econômico-financeira, política, ecológica, de paradigmas. Em sentido amplo, essa talvez seja a percepção mais difundida sobre o *tempo presente* – que por si, já impõem desafios para a escrita da história desse período em curso – e sem o direito às licenças poéticas.

Os últimos cem anos constituíram-se em um período de intensas mudanças. A virada do século XIX para o XX teve como símbolos, pelo menos, a eletricidade e a velocidade – a Exposição Universal realizada na cidade de Paris, em 1900, pôde exprimir essa percepção. O século XX se iniciava sob o signo da técnica e otimista nos avanços vindouros das ciências para o progresso da civilização – como exemplo, vale lembrar o *manifesto futurista* escrito pelo poeta italiano Filippo Marinetti, em 1909, ou ainda a *Ode triunfal* que o poeta português Fernando Pessoa redigiu na cidade de Londres, em junho de 1914, publicado no primeiro número da revista *Orpheu*, em Portugal sob o heterônimo de Álvaro de Campos, onde, ao mesmo tempo em que tão bem retratava e sintetizava o predomínio das máquinas e do movimento, ironizava os avanços do progresso captando a vertigem sobre a dimensão humana dessas mudanças onde os prodígios narrados não eram experimentados por todos da mesma forma.

As experiências traumáticas de duas guerras mundiais não podem ser dissociadas do contexto tecnológico que viabilizou tamanha abrangência – desde o contingente beligerante até o impacto da disseminação de seus efeitos. Em particular, a Segunda Guerra Mundial colocou a humanidade frente a um espelho cujo reflexo não deixava dúvidas sobre a crueldade e a destruição que o ser humano era capaz de perpetrar sobre sua própria espécie – a difusão das imagens dos campos de concentração nazistas e das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki são as mais emblemáticas nesse sentido. Somam-se aqui as representações que o cinema vem construindo sobre tais eventos que compõem o imaginário das gerações atuais.

A existência de armas nucleares em alguns países e a configuração geopolítica mundial em blocos antagônicos alimentou um horizonte de tensão e medo latentes que perdurou, ao menos, até a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e que ainda não se dissipou completamente até os dias que correm. A esse estado de apreensão agrega-se o risco de um colapso ecológico, mundialmente difundido a partir da década de 1970, que chega aos dias de hoje como um dos mais graves problemas a ser enfrentado neste século. Situações, portanto, que relativizaram bastante a crença no progresso com a qual se iniciava o século passado para um horizonte apreensivo quanto ao futuro da humanidade para a próxima centúria.

Junto a esse contexto da última metade do século XX e início do XXI, o emaranhado de percursos e percepções que a era audiovisual e digital vem nos lançando – em fração de segundos – salta aos olhos uma gama surpreendente de informações, das mais diversas características e localidades do planeta, que produz em nós uma percepção de contato *ao vivo* com o mundo todo; essa dinamização da experiência cotidiana com o tempo e o espaço fragmentados na escala das informações-por-segundo engendra um contato e uma noção de *instante* amplamente pulverizado e desconexo, que ao fim e ao cabo, corrobora uma sensação de incompreensão dos acontecimentos, sem referenciais do passado e inseguros quanto ao futuro.¹ Portanto, como o conhecimento histórico pode auxiliar na compreensão do tempo presente, em suas especificidades, implicações e perspectivas?

De todos os problemas referidos na atualidade, a destruição do meio ambiente vem assumindo a dianteira de preocupações sociais históricas, como a pobreza, o combate à fome, o desemprego e às desigualdades, ou mesmo preocupações mais amplas com a política e os

¹ São expressivas as corriqueiras “queixas”, ouvidas aqui e acolá, de que *o dia voa*, ou *este ano está passando muito rápido*, quando não, a exclamação genérica de que *o tempo voa*.

direitos sociais – ainda que todas estas questões encontrem-se inter-relacionadas. A constatação difundida mundialmente sobre os limites ambientais do crescimento econômico – diga-se de passagem, limites a um determinado estilo de crescimento para uma sociedade calcada no consumismo – causou um impacto na própria concepção de futuro para a humanidade: o caminho para o *progresso* não estaria mais assegurado sem a necessidade de administrar os *riscos* e pensar a partir do que se chamou de *princípio responsabilidade*.²

Associado ao imediatismo da comunicação de massas – e um dilatamento da percepção do tempo presente – essa nova perspectiva de futuro também influi na forma como nos relacionamos com o passado e em sua extensão normativa, lembrando conforme apontou o historiador inglês Eric Hobsbawm, que o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, componente indispensável na formação e caracterização, a partir da memória e da história, de indivíduos, grupos e sociedades do ponto de vista identitário, cabendo, portanto, aos historiadores analisar a natureza desse “sentido do passado” e “localizar suas mudanças e transformações”.³ A questão posta aqui é que a problemática ambiental lançou a necessidade de romper com as práticas que degradaram o meio ambiente no passado – ideia não percebida nem partilhada pela maioria, a qual as mudanças rápidas e constantes na ciência e tecnologia acenavam para a mitigação dos problemas futuros. No entanto, mesmo para uma *previsão* há necessidade de uma dimensão histórica, emergindo aí vinculações diversas e riscos de interpretações historicistas e anacrônicas.

Desse contexto de percepção das transformações aceleradas do meio biofísico e da experiência com o tempo e o passado, emerge um conjunto de preocupações que a ascensão da palavra *proteção* exemplifica. Seria, portanto, resultado desse *presentismo* a crescente *patrimonialização* do mundo que teve início e difusão “coincidentemente”, tanto dos bens históricos e culturais como do meio ambiente, na década de 1970, tal como apontou o historiador François Hartog – portanto, *memória* e *patrimônio* constituíram-se palavras-chave

² Termo que se refere à necessidade de uma nova ética para o contexto onde a ciência e a economia ganharam impulsos ímpares com o desenvolvimento da alta tecnologia submetendo completamente a natureza – inclusive humana – a um novo estágio de apropriação e controle. A principal obra que encontramos para referenciar essa ideia é do pensador alemão Hans Jonas, portanto, ver: JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Tradução Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, [1979] 2011. Doravante a data entre colchetes indicará o ano da primeira edição publicada no idioma de origem, opção feita para localizarmos dentro dos debates e no contexto em que as obras citadas vieram a lume.

³ HOBBSBAWM, Eric J. O sentido do passado. In: _____. *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, [1997] 1998. p. 22-35. Nessa mesma obra, são complementares a essa reflexão os capítulos “O que a História tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?” (p. 36-48) e “A História e a previsão do futuro” (p. 49-67).

dos últimos quarenta anos. Junto a esse par, ou inclusive subjacente a ele, está também presente a ideia de *sustentabilidade*, que, em sua difusão e preocupação crescentes, sublinha, implicitamente, o reconhecimento da *insustentabilidade* do modelo econômico tal como o desenvolvido sob a civilização industrial até então.⁴

As sociedades humanas necessariamente se estabeleceram em interação com o mundo natural, o que proporcionou mudanças mútuas – no entanto, nos dias de hoje existe uma tensão exposta que se convencionou chamar de “questão ambiental”, envolvendo diversas perspectivas dessa interação, e que nem sempre foi entendida como uma crise. Isso porque as transformações engendradas pelas atividades humanas no mundo considerado natural são milenares – tal como a agricultura, a domesticação de animais e plantas, a drenagem de pântanos, pesca, corte de árvores, utilização do fogo em matas, extração de pedras, construções, cidades, represamentos de rios, abertura de canais para irrigação, estradas, dentre muitas outras atividades – e intrínsecas ao estabelecimento de formações sociais e a partir delas forjaram-se características culturais ímpares em cada momento e em relação a cada meio natural.

Por que em datas recentes tais interações assumiram feições negativas, com características destruidoras desse mundo natural que por tanto tempo foi entendido como provedor de toda a base de recursos para existência humana? Parece ser essa a pergunta a animar diversos pesquisadores das ciências humanas e naturais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Podemos enfiar o conjunto dessas pesquisas, ao menos, em duas grandes linhas: 1) das transformações reais ocorridas na base biofísica do planeta e 2) das percepções construídas pelas sociedades acerca dessas transformações; a relação entre ambas tem influência direta na dinâmica da vida material e cotidiana, na política, economia, cultura e religião das diversas sociedades.

Partindo desse pressuposto, cabe-nos estabelecer os limites e as possibilidades de compreensão desse fenômeno que a pesquisa histórica pode oferecer. Um dos objetos que é expressão dessa intersecção entre o processo de degradação real do meio ambiente e a

⁴ A ideia de *sustentabilidade* no sentido de salvaguardar recursos com vistas a provisões futuras não é nova, esteve presente em diversas sociedades e comparece em diversos escritos desde o século XVIII. Contudo, não deve ser confundida com conotação contemporânea, sobretudo aquela emergente da segunda metade do século XX que respaldará recomendações políticas, tratados e documentos oficiais, sendo o mais conhecido o Relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado originalmente em 1987. Voltaremos a essa apreciação. Cf. NAREDO, José Manuel. Sobre el origen, el uso y el contenido del término “sostenible”. *Cuadernos de Investigación Urbanística*, Madrid, n. 41, p. 7-18, 1996. GARCÍA, Máximo Luffiego; VERGARA, José María Rabadán. Historia y epistemología de las ciencias: la evolución del concepto de *sostenibilidad* y su introducción en la enseñanza. *Enseñanza de las Ciencias*, v. 18, n. 3, p. 473-486, 2000.

percepção sobre essa transformação é a categoria de *espaços naturais protegidos*, com a qual trabalharemos aqui. São espaços criados para responder ao avanço da destruição do meio natural e carregam uma dimensão histórica relevante para o entendimento desse processo – enquanto remanescentes biofísicos dessas transformações e reflexo das mudanças de percepções na qual as medidas de salvaguarda e as políticas subjacentes a sua criação permitem compreender.

Daremos atenção particular aos últimos cinquenta anos do século XX, período de grandes mudanças e dualidades. Início e término da Guerra Fria, transformações tecnológicas e científicas que levaram nações à disputa pelo espaço extraterrestre e à exploração nunca prevista em quantidade e variedade dos elementos da biosfera. Assim, a história do último século deve ser compreendida pelas intensas relações estabelecidas entre o meio socioeconômico e o meio ambiente, mais do que em qualquer outro período histórico, como procurou salientar o historiador ambiental norte-americano John McNeill.⁵

Nesse novo contexto ressalta-se o fato de que a perspectiva dos êxitos biológicos da espécie humana não correm, possivelmente, grandes riscos. Mas o que estaria em jogo seria a ordem social de um grande número de sociedades. Enquanto as alterações ecológicas seguirem intensas, o risco das tensões sociais aumentarem deve ser considerado⁶. Assim, a história do meio ambiente no século XX tem sua peculiaridade na aceleração dos muitos processos que já ocorriam, e que foram potencializados no período pós 1945, período onde a intensa busca pelo crescimento econômico foi amplamente desejado e defendido. Essa aceleração tem provocado situações novas de instabilidade dos ecossistemas, com efeitos para o próprio meio ambiente e para as sociedades humanas, ainda pouco conhecidos.

O contexto dos anos pós-Segunda Guerra Mundial devem ser pensados e estudados sob algumas questões ainda caras à compreensão histórica e aos dias atuais, a saber: a ideia de desenvolvimento, democracia, e a gestão dos recursos naturais como forma de viabilizar a

⁵ Segundo McNeill, falar em transformações no ambiente do planeta é falar da própria existência da Terra. As mudanças engendradas pela espécie humana, com maior abrangência pelo gênero *Homo sapiens*, foram pequenas se pensadas nessa longa história evolutiva. No entanto, a partir da virada do século XIX para o XX a ampliação espacial e a intensidade da exploração do meio ambiente foi tal que se iniciou uma fase sem igual na história das transformações ambientais do planeta. Ver: McNEILL, John R. *Algo Nuevo bajo el sol: Historia medioambiental del mundo en el siglo XX*. Tradução José Luis Gil Aristu. Madrid: Alianza, [2001] 2003.

⁶ McNEILL, John R. *Algo Nuevo bajo el sol*. op. cit., 2003, p. 26. Tal perspectiva não é consensual, em particular, se averiguarmos os debates em torno do chamado *aquecimento global*. Cientes dessas “incertezas” quanto ao efetivo grau das transformações biofísicas do planeta e seu impacto sobre a espécie humana, nos parece importante seguir a linha de que, mesmo indefinido o grau de impacto, as *tensões sociais* em torno da apropriação, utilização e proteção dos recursos naturais no século XXI tendem ao acirramento, portanto, é dentro dessa chave que manteremos as considerações desta pesquisa.

permanência da espécie humana na terra. Essas questões não aparecem diretamente relacionadas até os anos de 1960, mas marcaram presença desde o surgimento da Organização das Nações Unidas, ou antes.

Daremos atenção, portanto, sobre esse processo em curso. É possível interpretar a história contemporânea, sobretudo o período recente, sem levar em conta essa percepção da finitude dos recursos naturais do planeta que emerge nos anos de 1960 e 1970? O que isso pode interferir na compreensão do tempo presente? E no âmbito da historiografia, qual o impacto dessa ideia? São questões que se abrem e que devemos enfrentar ao considerar o surgimento da chamada problemática ambiental, ponderando, evidentemente, que não se trata de dar respostas definitivas. Percebemos que vem se configurando todo um vocabulário em torno desse debate, rapidamente incorporado aos documentos oficiais e ao discurso midiático, seja em nível internacional, nacional ou local, que os historiadores do século XXI certamente se depararão.

Na década de 1970, nos Estados Unidos, foi se criando um movimento historiográfico que se auto intitulou *História Ambiental (Environmental History)*, constituindo uma prática historiográfica que almeja uma maior amplitude do conhecimento histórico pelas interações mútuas entre sociedade e natureza e as transformações engendradas em cada uma a partir dessa interação. A História Ambiental tem ganhado corpo desde então, com crescente número de encontros e publicações em diversos países, mas é marcante a influência da produção historiográfica estadunidense nesse âmbito. Não cabem aqui delongas sobre esses trabalhos, apenas apontar algumas impressões pertinentes a essa modalidade de estudo do passado.⁷

Um ponto importante a destacar é a disseminação da percepção de impacto das atividades humanas no meio ambiente e da finitude de seus recursos. Essa percepção acompanhou parte dos principais debates e documentos sobre o tema, e introduziu um novo conceito no vocabulário das ciências humanas, *sustentabilidade* – se não tratada literalmente, a ideia de uma sociedade organizada no uso racional dos recursos e na distribuição equânime da renda tem norteado análises tanto propositivas como prospectivas, e desse modo, com risco de anacronismos.

⁷ Dois artigos pioneiros e, em certa medida, influenciadores dessa prática no Brasil foram: WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Tradução José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215. [1988] 1991, e DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 177-197. 1991, ambos oferecendo um panorama da formação desse campo e possibilidades para pesquisa. Ao longo deste trabalho serão indicados outros autores e obras de relevância no âmbito da História Ambiental, não cabendo aqui uma lista exaustiva.

Partindo do debate público da segunda metade do século XIX nos EUA, podemos identificar ao menos três grandes perspectivas que abarcam a relação com o mundo natural: 1) o destino da *wilderness*⁸ em risco pela expansão da fronteira rumo ao Oeste, colaborando para um movimento voltado à localização e preservação de áreas remanescentes naturais; 2) a projeção de esgotamento dos recursos naturais – particularmente a madeira – que contribuiu para a emergência de um movimento de conservação desse recurso; e 3) o avanço de condições insalubres nas cidades em rápido crescimento. Teríamos assim, perspectivas recorrentes que fundamentaram pensamentos e ações de intervenção sobre o ritmo acelerado de transformação do meio ambiente estadunidense.

A História Ambiental naquele país, em seus anos de prática desde a década de 1970, tem dialogado com esse pensamento e se valeu de trabalhos anteriores, como por exemplo, as análises de Samuel Hays e Roderick Nash sobre o sistema de proteção mediante a criação dos Parques Nacionais. Os trabalhos do geógrafo Carl Sauer, sobre a morfologia da paisagem, ou o pensamento daqueles diretamente ligados ou comprometidos com perspectivas de proteção como Henry David Thoreau, Aldo Leopold, Jonh Muir, George Perkins Mash, além de Frederick J. Turner, e assim também na eleição e tratamento de temas – populações autóctones, fronteira, colonização e ocupação do espaço, capitalismo, parques e áreas protegidas, vida selvagem – temas caros ao estabelecimento da nação norte-americana e ao próprio movimento ambientalista daquele país.

Ao que parece, a História Ambiental estadunidense reflete as características que a questão ambiental assumiu naquele país, estreitamente vinculada às ideias conservacionistas de crítica e denúncia da destruição do mundo natural; enquanto que na França ela estaria acoplada ao histórico interesse dos historiadores aglutinados em torno da revista *Annales* sobre o espaço e as transformações da paisagem rural – o prefácio de Jacques Le Goff ao livro *Histoire de l'environnement européen* (2001), de Robert Delort e François Walter, ressalta essa tradição da historiografia francesa de observação do espaço em suas pesquisas que

⁸ Sem contar com um termo preciso em português, *wilderness* não é um termo de fácil designação nem mesmo em inglês; poderia se encaixar em um espaço natural selvagem, sem intervenção e transformações humanas, com aspectos que vão do pitoresco ao inóspito, contudo, *wilderness* não designa ou se restringe a uma dimensão geográfica, para além disso, atua no conjunto de sentimentos e sensações que desperta no observador. Obra clássica a discutir esse conceito e seu significado na constituição da identidade norte-americana é NASH, Roderick. *Wilderness and the American mind*. 4. ed. New Haven: Yale University Press, [1967] 2001. A importância do indivíduo e observador nesse caso permite compreender como esse termo foi utilizado em projeções para a região da América Latina, tal como a floresta Amazônica, conforme aponta a historiadora Mary Anne Junqueira, analisando o conteúdo das publicações *Digest*, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: Ed. USF, 2000.

remonta a influencia de Paul Vidal de la Blache, passando pelos trabalhos de Lucien Febvre e Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Emanuel Le Roy Ladurie e do próprio Le Goff.⁹ Na Espanha, país marcado pelo dilema com sua agricultura, a História Ambiental aparece fortemente vinculada à História Agrária e Florestal.¹⁰ No Brasil, essa prática historiográfica aparece ainda muito associada à pauta norte-americana, com contribuição e influência particular do brasilianista Warren Dean com seu estudo sobre a devastação da Mata Atlântica.¹¹

Segundo Dean, a história florestal corretamente entendida é uma história de exploração e destruição. Transforma o mundo natural em paisagem, mas esse processo de transformação é imperfeito, e pouco satisfaz os motivos que engendraram a destruição – sobram os espaços saqueados, expostos e abandonados. Partindo desse ponto de vista, da destruição da floresta, a história contata por Dean é o revés de uma narrativa de progresso da civilização e seria, antes de tudo, seu epitáfio. Por isso, diz ser impossível essa história se enquadrar a uma visão desejável do presente, pois contraria a ideia positiva de evolução da sociedade humana ao considerar o custo imposto ao mundo natural.

A percepção das transformações do mundo natural é registrada há séculos, no entanto, seu risco para a existência humana enquanto espécie é recente, e datada da segunda metade do século XX. Basicamente, depois das experiências de guerra onde ciência e tecnologia, mais do que nunca atreladas à política, se despontaram, inclusive, em situações de extermínio, tendo como corolário as explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki, esse poder de transformação e destruição da vida humana nunca esteve tão exposto a um número tão

⁹ Cf. DELORT, Robert; WALTER, François. *Storia dell'ambiente europeo*. Tradução Manuela Carbone. Bari: Dedalo, 2002. Dividido em três partes, busca dar conta de uma perspectiva sobre a história da ideia de ambiente, na acepção da palavra francesa *environnement*, do século XIII, que posteriormente influenciaria a palavra inglesa *environment*, e seus desdobramentos que alcançariam a Geografia Humana francesa da década de 1920 e marcaria o tema do debate da década de 1970; a segunda parte coube um panorama sobre as transformações do meio biofísico do território europeu, dos solos, água, clima, ao dos fatores biológicos, para na terceira parte se concentrar numa apresentação dos impactos da ação do homem sobre o meio ambiente europeu. Com uma bibliografia marcadamente europeia, exceção ao livro de Donald Worster *Natures Economy* (1977), o volume oferece um breve mapeamento da produção historiográfica nessa área, ou que dialoga com o tema.

¹⁰ Ver, por exemplo: MOLINA, Manuel Gonzáles; ALIER, Joan Martínez (Eds.). *Naturaleza transformada: estudios de Historia Ambiental en España*. Barcelona: Icaria, 2001. Ver também o número temático “Historia y Ecología” organizado por estes dois autores na revista *Ayer* (n. 11, 1993), da Asociación de Historia Contemporánea de España. Percebemos que a História Ambiental vai sendo mais conhecida e praticada em diversos países, o que já permite entrever o relativo peso da historiografia norte-americana para além do seu pioneirismo institucional, mas em termos teóricos e metodológicos, onde a diversidade de estudos tem contribuído para melhor enquadrar o papel da natureza na história humana.

¹¹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 1996.

grande de pessoas em diferentes partes do planeta praticamente ao mesmo tempo. Tais apontamentos carecem de esforço analítico e interpretativo que extrapolam o objetivo deste trabalho, mas trazem argumentos para pensarmos essa “crise do tempo” em que vivemos.

Não aprofundaremos aqui uma revisão bibliográfica sobre a temática ambiental, que, por mais abrangente, sempre se configurará parcial – a questão do meio ambiente tal como há décadas vem sendo trabalhada é uma construção multiforme e conta com vasta e crescente produção científica. Contudo, fruto do estado de degradação real do meio ambiente e de sua percepção, tem na relação entre proteção da natureza e conservação dos recursos naturais o seu núcleo, mas não pode ser encarada univocamente frente à materialidade da diversidade biofísica, econômica, política, social e cultural do planeta. Não foram poucos os alarmes acerca dos problemas ambientais, considerados localmente, logo, atingindo a percepção global. Para isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) teve papel de destaque, particularmente com a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO – do inglês: *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*). O debate político sobre meio ambiente e desenvolvimento continua amplo e variado. Cabe notar que durante o mesmo período outras perspectivas sobre a chamada questão ambiental existiram – desde a percepção e atuação dos diretamente atingidos pela poluição ou outro problema ambiental até o meio científico. A História Ambiental tem se dedicado a recuperar debates semelhantes e atuações de grupos pioneiros, contribuindo assim para explicitar as demandas em torno da construção da chamada questão ambiental.¹²

Ao longo desse período os Estados nacionais incorporaram legalmente à sua esfera de ação, gradativamente e por partes, a necessidade de intervir frente ao avanço da degradação ambiental, e uma das medidas adotadas foi a criação de áreas protegidas sobre remanescentes dos biomas naturais de seus territórios. Essas experiências, a partir de fins do século passado, têm sido complementadas por distintas iniciativas de caráter internacional com incidência

¹² Particularmente no Brasil, destacamos os trabalhos de José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. _____. O cuidado da Natureza: a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil, 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009. Para o caso estadunidense, ver ROME, Adam. “Give Earth a Chance”: the Environmental Movement and the Sixties. *The Journal of American History*, p. 525-554, September 2003. _____. *The bulldozer in the countryside: suburban sprawl and the rise of American environmentalism*. New York: Cambridge University Press. 2001. Para o caso espanhol destacamos os trabalhos de OTAOLA, Santos Casado. *Naturaleza Patria: ciencia y sentimiento de la naturaleza en la España del regeneracionismo*. Madrid: Marcial Pons, 2010. _____. *La escritura de la naturaleza: antología de naturalistas españoles (1868-1936)*. Madrid: Caja Madrid, 2000. _____. *Los primeros pasos de la ecología en España*. Los naturalistas del cambio de siglo y la introducción a la ciencia ecológica. Madrid: Ministerio de Agricultura, pesca y alimentación, 1997.

direta sobre os territórios nacionais. Iniciativas como essas se inscrevem sobre bases de convênios e programas gestados no âmbito das conferências e acordos internacionais como estratégia de proteção aos espaços naturais representativos dos diversos biomas do planeta.

Com a emergência da problemática ambiental em escala planetária desde fins dos anos de 1960, esses acordos internacionais têm influenciado e destacado novos conteúdos a formulações de políticas nacionais para a conservação ambiental em diversos países do globo.

O referencial para a abordagem desses encontros tem sido a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano”, realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, em 1972. Entretanto, vale recordar a realização, em 1968, na cidade de Paris, França, da “Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera” – conhecida como Conferência da Biosfera. Fruto das discussões desse encontro, surgiu no âmbito da UNESCO o Programa *Man and Biosphere* (MaB), em 1971, com caráter de cooperação científica internacional, visando o entendimento das diferentes formas de relação das sociedades humanas com a biosfera.

Há algumas décadas o campo científico voltado às questões ambientais tem apontado a necessidade de um manejo criterioso dos processos naturais, no sentido de manter a produtividade dos solos, a qualidade das águas, florestas, mares e ar. Essa percepção vem permeando o meio social desde a década de 1970 e fomentando diversas reuniões e programas internacionais. A emergência dessa preocupação é fruto de um processo histórico que perpassa todo o século XX, num movimento que poderíamos dizer do local para o global e, dessa percepção planetária, um conjunto de medidas começa a ser pensada para influir em âmbito local. Nesse movimento de *ida e volta* se formulam algumas das principais propostas, programas e ações, buscando uma melhor governança dos recursos naturais nos territórios de cada país. A *volta* coincide com um momento não só da crise econômica da década de 1970, mas de reformulação da ordem política, que orientará no final da década a reorganização das ações do Estado, privilegiando a manutenção das condições favoráveis à movimentação do mercado.

O processo de criação de espaços naturais protegidas é um exemplo desse movimento – surgido em âmbito local, na década de 1970, delineou programas mundiais voltados à proteção da natureza, como o Programa *Man and Biosphere* (MaB) e a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, em 1972. Ambos, desenvolvidos junto à UNESCO, têm se espalhado rapidamente pelo mundo nos últimos quarenta anos, constituindo as duas principais redes de proteção que buscam orientar ações dos países signatários desses

programas. Trataremos aqui de alguns aspectos desse processo, com ênfase sobre as chamadas Reserva da Biosfera¹³, espaços naturais protegidos oriundos do Programa MaB.

Em quase quarenta anos essas Reservas têm seguido uma estratégia de constante revisão de suas ações e estreita vinculação às mudanças na esfera política de conservação ambiental em escala planetária. Assim, sua história aponta para o caminho seguido desde a concepção mais estreita de conservação até a ampliação de suas funções logísticas e de desenvolvimento sustentável.

No âmbito de atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Programa *Man and Biosphere* (MaB) é considerado um dos mais exitosos desde seu surgimento em 1971. Sua política de criação de Reservas da Biosfera tem se feito presente, até o momento, em cento e dezessete países somando seiscentas e vinte e uma reservas declaradas,¹⁴ tornando-se, talvez, a principal rede de espaços naturais protegidos existente. Sua abrangência e reconhecimento no contexto da política ambiental internacional coloca o Programa MaB na posição de um instigante objeto de pesquisa e reflexão, e em diversos aspectos.

Para apreendermos minimamente este objeto que transita entre a política global e a implantação local, devemos ponderar junto com o historiador Bernard Lepetit no que diz respeito à relação da variabilidade da escala de análise com os diferentes resultados observados.¹⁵ Além desse *jogo de escalas*, consideramos imprescindível manter a discussão dentro de alguns marcos que poderíamos considerar como a *estrutura* onde a política de criação de Reservas da Biosfera foi construída e estabelece suas perspectivas e limites. Essa caracterização é relevante para pensarmos as diferenças presentes sob a propaganda “soberania nacional”, quando discutirmos as propostas de políticas globais para o meio ambiente e os interesses nacionais, que não correspondem aos mesmos se a chave de observação for a inserção do país no mercado mundial. Ou seja, existe um descompasso entre as práticas da política econômica e a política ambiental.

¹³ Como sínteses apresentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

¹⁴ Ásia e Oceania -124 Reservas em 23 países; África – 64 Reservas em 28 países; Europa e América do Norte – 289 Reservas em 34 países; América Latina – 117 Reservas em 21 países; Países Árabes – 27 Reservas em 11 países. Ver lista completa no **Anexo** deste trabalho.

¹⁵ Cf. LEPETIT, Bernand. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, [1996] 1998. p. 77-102.

Partindo para uma escala nacional, as Reservas da Biosfera nos servem de observatório para essa questão, pois são espaços naturais protegidos declarados mediante a solicitação e compromisso de gestão do país solicitante, fazendo com que suas premissas estejam sujeitas à realidade social, econômica, cultural e política de determinado país. Podem, assim, explicitar as contradições internas da prática de proteção ambiental e uso do espaço. Seria possível estabelecer uma espacialização global das práticas de gestão ambiental tomando como estudos de caso as diferentes Reservas da Biosfera – que já somam mais de seiscentas em todo planeta. Esse seria um dos objetivos e função do estabelecimento da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, mas as pesquisas ainda são incipientes e circunscritas a aspectos mais diretamente ligados à dinâmica natural dos ecossistemas, conforme veremos nos capítulos seguintes.

O Brasil é signatário do Programa desde 1974; no entanto, somente em 1992 teve uma Reserva da Biosfera declarada em seu território: a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Atualmente conta com mais seis Reservas reconhecidas, cobrindo aproximadamente 133 mil hectares de seu território, são elas: Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (1993), Reserva da Biosfera do Cerrado (1993), Reserva da Biosfera do Pantanal (2000), Reserva da Biosfera da Caatinga (2001), Reserva da Biosfera da Amazônia Central (2001), e a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (2005).

Dentre as Reservas brasileiras, particularmente a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que abrange remanescentes desse bioma em dezessete estados, estendendo-se pela faixa litorânea e parte do interior, desde o Rio Grande do Sul até o Ceará, corresponde também à área mais urbanizada e populosa do Brasil. Fato este que lhe caracteriza e impõe desafios singulares para as diversas categorias de espaços naturais protegidos existentes.

Outra característica que devemos compreender é o fato do “protagonismo” dado à Mata Atlântica. Ou seja, dos biomas presentes no território brasileiro, por muito tempo este foi o que recebeu maior atenção quanto às políticas de proteção. Compreensível pela localização de seus remanescentes junto à área mais populosa do Brasil e as reivindicações daí consequentes, mas também por mobilizar uma série de outros mecanismos de identificação cultural e apelos estéticos que suas espécies endêmicas, de fauna e flora, tornaram-se símbolos do meio ambiente nacional, ao lado da floresta amazônica e particularmente da fauna pantaneira. Algo não acompanhado em outros biomas, como o

Cerrado e a Caatinga, por exemplo, que têm suas significações estabelecidas no plano regional.¹⁶

Paradigmático em termos de Reserva em área urbana é o caso da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, que abrange o entorno da região metropolitana da capital paulista e Baixada Santista, envolvendo setenta e três municípios e uma população que responde por cerca de dez por cento da população brasileira. A capital paulista depende em larga medida dos chamados “serviços ambientais”¹⁷ prestados pelos fragmentos florestais de seu entorno, o *cinturão verde*, e suas áreas protegidas declaradas Reservas da Biosfera, em 1993.

No primeiro Capítulo, traçamos um panorama das relações entre política, desenvolvimento e meio ambiente na segunda metade do século XX, especificamente entre os anos de 1948 a 1984, por constituir um período de crescimento econômico acelerado, e particularmente nos países europeus, de construção do chamado “estado de bem estar social”, um período de aparente “otimismo” sob “os anos dourados do Capitalismo”, que seria sacudido pelas crises de meados da década de 1970 – não apenas econômica, mas também política e ambiental. Enfatizamos que a busca por garantir o desenvolvimento – considerado, inclusive, um direito humano – passava também pelo debate sobre o meio ambiente, do campo científico ao político – e a profusão da preocupação com o futuro do planeta foram construídas nesse momento.

Ao tratarmos dos espaços naturais protegidos, uma perspectiva sobre seus desdobramentos permite visualizar a complexidade em torno da sua implantação, *pari passu*

¹⁶ Vale lembrar que o Cerrado (segundo maior bioma brasileiro) e a Caatinga (que ocupa aproximadamente 10% do território nacional com alto grau de endemismo) não foram considerados patrimônio nacional pelo Artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, onde: “§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”; o que já denota a importância das questões políticas na construção da ideia de meio ambiente nacional.

¹⁷ Os chamados “Serviços ambientais” podem ser compreendidos como sendo os “benefícios” que as pessoas obtêm da dinâmica natural dos ecossistemas. Costuma-se dividi-los em “Serviços de Provisão”: produtos extraídos do ecossistema, como alimentos, água, madeira, etc; os “Serviços de Regulação” seriam aqueles onde o ecossistema contribui para evitar erosões, regular o clima, etc; ainda há os chamados “Serviços Culturais”, envoltos nas diferentes manifestações religiosas, folclóricas, dentre outras forjadas no contato com elementos do mundo natural; e por fim, são considerados os “Serviços de Suporte”, estando esses na base das relações bioquímicas dos elementos, como a decomposição, a fertilidade do solo, etc. Estes “serviços” prestados pelo meio ambiente aparecem com relevância no contexto da Região Metropolitana quanto à manutenção do estoque de água, regulação climática, combate a enchentes, provisão de alimentos dentre outros, ver: RODRIGUES, Elaine A.; VICTOR, Rodrigo Antonio B.; PIRES, Bely Clemente C.; A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo como marco para a gestão integrada da cidade, seus serviços ambientais e o bem-estar humano. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 02, p. 71-89, abr./jun. 2006.

com a própria mudança na percepção das ações antrópicas no mundo natural. De áreas silvestres com belezas cênicas, passou-se a reconhecer a importância dessas áreas para a proteção da diversidade biológica e cultural, e mais recentemente como espaços privilegiados para experiências de sustentabilidade. Ou seja, da proteção da fauna e flora, caminha-se no sentido de alcançar práticas de uso sustentável dos recursos naturais. Tem-se discutido e reconhecido a interdependência de diversidade biológica com a diversidade cultural, e daí a importância de medidas que atrelem essas duas faces em ações de salvaguarda.

Aspecto recorrente, que lança bases também nas chamadas civilizações antigas, é a prática de proteção legal de algum aspecto do mundo natural, como a exploração da madeira ou a caça. São questões que têm sido revisitadas sob os olhares e inquietações contemporâneas com visível risco de interpretações anacrônicas. Chamamos atenção assim para a categoria de *espaço natural protegido*, correndo-se o risco de buscar suas raízes nas práticas seculares de regulamentação de exploração de áreas florestais. Não se trata disso. A categoria de *espaço natural protegido* tal qual conhecemos tem seu momento de conformação a partir da segunda metade do século XIX, com a criação dos chamados Parques Nacionais, que, fundamentalmente, baseavam-se na criação de um espaço de domínio público. Assim, quando pensarmos o caminhar das práticas de criação desses espaços protegidos, teremos como parâmetro inicial a concepção dos Parques Nacionais, sobretudo norte-americanos. É possível compreender as especificidades do debate sobre as diferentes categorias de *espaços naturais protegidos* existentes sem esse recuo? Não sem um mínimo quadro de referências sobre as mudanças e permanências que se desenrolaram desde então e conformaram, por um lado a prática política, e, por outro, aquele presente no imaginário sobre tais áreas.

Às reservas da biosfera, em termos gerais, pode-se dizer que ganharam novo enfoque a partir das recomendações da reunião de Sevilha, em 1995. Se tais espaços nasceram com a proposta de proteção, pesquisa e promoção da integração de ações entre homem e natureza, em seus vinte anos de atuação privilegiou-se a proteção da natureza e alguns incentivos à pesquisa e monitoramento. A característica fundamental da existência prévia de espaço natural protegido, em grande maioria predominada pela categoria Parques, em parte explica essa característica inicialmente mais restritiva das Reservas. Com as orientações de Sevilha, Pamplona (2000) e Madrid (2008), teve-se uma abertura no sentido socioeconômico dessas áreas. Assim, em conjunto com as discussões do capítulo 1, percebemos o amplo esforço de incorporação às políticas de proteção ambiental do debate da sustentabilidade.

Entendemos que a criação de espaços naturais protegidos, em âmbito nacional ou internacional, como as Reservas da Biosfera, procura atender a necessidade de salvaguarda e gestão dos recursos naturais ameaçados pelo avanço urbano-industrial, em curso desde fins do século XIX, potencializados com o desenvolvimento tecnológico desde o segundo pós-guerra. Particularmente para áreas naturais próximas a grandes centros urbanos, como a região metropolitana de São Paulo, a dinâmica de utilização do território e a valorização do espaço são acentuadas em direção às áreas de remanescentes naturais e sua manutenção desde o ponto de vista real e das normativas legais estão sujeitos às pressões e impactos dos inúmeros interesses advindos desse centro urbano; junto ao qual as próprias ações do Estado figuram em prol de condutas e privilégios vinculados os interesses privados, como em obras de infraestrutura que acabam “favorecendo” a ocupação de áreas de proteção ambiental

Diante disto, averiguamos o processo de criação e implantação, bem como as limitações da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde localizado junto à região metropolitana de São Paulo e baixada Santista em seus desafios de conservação dos recursos naturais e promoção da sustentabilidade e governança locais frente às inúmeras pressões impostas pelos interesses em torno da expansão das áreas urbanas. Portanto, no capítulo 3, propomos compreender, em meio a formação da região metropolitana de São Paulo, suas relações com o meio ambiente e os desdobramentos das políticas públicas voltadas a proteção dos remanescentes naturais dessas áreas e seu reconhecimento como Reservas da Biosfera e verificar em que medida as propostas internacionais de salvaguarda dos recursos naturais estão sujeitas às dinâmicas internas da configuração dos territórios e das paisagens sob uma gama de ações e interesses subjacentes ao Capital.

Pensadas em 1971 como um “laboratório” acerca das relações dos seres humanos com a natureza, essa categoria se distinguia dos Parques Nacionais, espaço natural protegido amplamente difundido ao longo do século XX, por atuar na *relação* entre comunidades humanas e seu entorno natural. No plano de gestão de 2008 foram então consideradas o principal instrumento para alcançar e difundir experiências de sustentabilidade no século XXI. De onde veio essa concepção de Reserva da Biosfera atrelada à Sustentabilidade? Há uma historicidade nesse discurso que merece alguma atenção. Esse foi o objetivo maior perseguido nestas páginas, com a expectativa de nos ajudar a compreender o momento atual de polifonia em torno, sobretudo, do discurso da sustentabilidade.



Engranaje – Parque de la Ciudadela, Barcelona, Espanha – foto: Carlos Alberto Menarin, 2011.

CAPÍTULO - 1

**POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO INTERNACIONAL:
EM BUSCA DO EQUILÍBRIO**

[CAPÍTULO 1]

Elegia 1938

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.

Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.

Carlos Drummond de Andrade – Sentimento do Mundo [1940]

1. Política, Desenvolvimento e Meio Ambiente no contexto Internacional: em busca do equilíbrio

A amplitude que as discussões sobre o meio ambiente tomou na década de 1970 teve um período de gestação, onde a Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhou papel central. Agências como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO - *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*) entabularam debates e fomentaram encontros, conferências e publicações balizadas por temas que gravitavam em torno da relação desenvolvimento e meio ambiente. Apresentam-se aqui algumas perspectivas sobre a

construção desse debate que adentrou em diferentes esferas de ação e poder – político, econômico, social e cultural – subjacentes às discussões travadas sobre os rumos do desenvolvimento econômico e dos regimes políticos no período pós Segunda Guerra Mundial.

Ponto comum perseguido pelas potências mundiais e países localizados em suas zonas de influência foi o crescimento econômico. Fato que acarretou transformações aceleradas no meio ambiente em ambas as partes que polarizaram o mundo na chamada Guerra Fria.¹⁸ Contemporaneamente ao fim da Segunda Guerra Mundial surge a ONU, e foi a partir dela e de suas agências, como a UNESCO, que a maior parte dos encaminhamentos de discussões e propostas no que toca a relação desenvolvimento e meio ambiente ganhou escala internacional. Cabe frisar que, embora esse período de disputas não tenha se dado apenas entre potências militares, mas também entre regimes políticos e concepções de mundo, tais organismos supranacionais acabavam apresentando certo predomínio de uma visão “ocidentalizada”, com maior influência dos EUA.

As discussões sobre a relação população-recursos naturais que mobilizou economistas e biólogos nos anos de 1960 e 1970 não estavam circunscritas ao embate apenas científico. Qual a relação desse debate no projeto político do capitalismo ocidental daquele período? Até que ponto a manutenção desse modelo refletiu, influenciou, ou mesmo se apropriou, deu conteúdo e forma à chamada problemática ambiental?

Possibilidades de resposta a essas questões foram buscadas a partir da atuação da UNESCO na construção dessa agenda política. Da multiplicidade de fatores e interesses equacionados almejando um equilíbrio entre a manutenção do sistema econômico e político com a gestão dos recursos naturais do planeta, haveria reflexos desses embates na criação e na forma de atuação do Programa *Man and Biosphere* (MaB)?

Desde já se enfatiza o papel dado à democracia, pois, trata-se de uma dimensão muito presente nesse contexto, mobilizada e disputada no jogo político para qualificar governos e que tem aparecido pouco ou apenas tangencialmente no debate sobre a questão do meio ambiente. Pode-se argumentar que a percepção e preocupação com a manutenção dos recursos naturais e a poluição em escala planetária independam dos espectros então em disputa durante o período da chamada Guerra Fria. Como também poderia se argumentar que

¹⁸ Se por um lado as mudanças ocorridas no meio ambiente em diversos países do ocidente contam com crescente produção bibliográfica, em parte proveniente da História Ambiental, a disponibilidade de pesquisas acerca das transformações e das políticas ambientais no mundo de expressão comunista durante a Guerra Fria são de acesso difícil, partimos, aqui, das considerações que o historiador ambiental norte-americano John R. Mcneill, apresentou em *Algo nuevo bajo el Sol* (op. cit., 2003).

sob ambos os espectros vigorou a busca pelo crescimento econômico indiferente aos cursos ambientais. Sem dúvida, são perspectivas que necessitam problematizações que, no entanto, fogem ao objetivo deste trabalho.

Também merece questionamento formulações prescritivas como o *Desenvolvimento Sustentável*, construído entre os anos de 1970 e 1980, enfatizando a relação do desenvolvimento econômico que respeite os limites do meio ambiente e promova a equidade social, quase que independentemente do regime político existente. Nesse sentido, seriam os governos nacionais que deveriam assumir o compromisso de viabilizar tal modelo de desenvolvimento. Poderíamos perguntar, portanto, quais as transformações que a universalização dessa prática acarretaria aos regimes políticos? E, numa escala ampliada, seu lugar na manutenção do sistema econômico dominante. Há espaço para equidade social generalizado sob o atual modelo de sociedade?

A pergunta reflete as *tensões sociais* existentes e as latentes no que concerne a apropriação dos recursos naturais e a proteção ambiental – na linha do que mencionou o historiador John. R. McNeill e, sobretudo, do que vem argumentando o sócio-economista polonês Ignacy Sachs acerca dos riscos de uma adequação à gestão eficiente na utilização dos recursos sob um controle cada vez maior pelo setor privado, comprometendo os avanços nas questões sociais.¹⁹ Daí a importância em apreender algumas características desse contexto de negociações internacionais sobre os rumos do desenvolvimento que marcaram a segunda metade do século XX.

Instituições supranacionais, como a ONU, trabalham na perspectiva da universalização de questões caras ao desenvolvimento pacífico das sociedades, e ao mesmo tempo do respeito à soberania dos Estados membros. Teoricamente neutra na divisão entre URSS e EUA, suas ações e publicações – particularmente pela UNESCO – trazem um discurso sobre o desenvolvimento afinado com pontuais interesses dos países ricos ou centrais na estrutura econômica mundial.

Um dos pressupostos de que essa agência se vale é a livre circulação de ideias, perspectiva fundamentada na Conferência sobre a Liberdade de Informação, promovida pela ONU, em Genebra (1948), tornada princípio universal. Nesse contexto, os crescentes meios de comunicação e agências de informação internacionais assumiram papel central na

¹⁹ Cf. SACHS, Ignacy. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, [2007] 2009. _____. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007. [textos organizados por Paulo Freire Vieira]

construção e circulação de ideias e imagens dicotômicas entre o Ocidente das liberdades individuais e do mercado livre, e os países do Leste enquanto regimes totalitários, o que Hobsbawm chamou de “retórica da Guerra Fria”.²⁰

Nesse período, uma série de publicações contribuiu para ampliar a percepção da degradação ambiental a níveis ainda não visto no cenário internacional, bem como apontou o processo de institucionalização do tema, da agenda científica para a política. *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, no EUA, pela bióloga Raquel Carson, pode ser considerado um dos mais importantes trabalhos nesse sentido. Catalisou os descontentamentos de muitos que se identificaram com a crítica à chamada Revolução Verde, baseada no emprego de agroquímicos e inseticidas para o aumento da produção agrícola e extermínio de insetos, que consequentemente, levou à morte milhares de pássaros que se traduz no título da obra. No continente europeu o livro do biólogo Jean Dorst, escrito no final dos anos de 1960, na França, e rapidamente traduzido para várias línguas, respondeu por disseminar o tema da acelerada transformação da natureza e seus riscos para a própria espécie humana.²¹ Buscando uma compreensão global, pode ser encarado como uma *caixa de ressonância* dos temas então em debate: proteção da natureza e os Parques Nacionais, Cooperação Internacional, a explosão demográfica, erosão dos solos, desflorestamentos, queimadas, poluição do ar e das águas, esgotamento de recursos terrestres e marinhos.

Nos Estados Unidos, país que se notabilizou no pós-Segunda Guerra Mundial por arregimentar grande número de cientistas de várias nações para seus centros de pesquisa, publicações sobre problemas ambientais já fazia parte do contexto daquele país, alçando agora temas de interesse global. No final dos anos de 1960, na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, ocorreu um simpósio sobre “Aspectos da crise ambiental”, na Escola de Silvicultura daquela universidade. O conjunto de conferências então pronunciadas foi publicado em 1970,

²⁰ HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. 42 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1994] 2010. p. 247. (ver Parte 2 – a Era de Ouro, p. 223-390). Para uma análise do desenvolvimento e do papel das tecnologias de ponta e computadores no período, ver: BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. Tradução Adriana Veloso et ali. São Paulo: Peirópolis, [2007] 2009.

²¹ Cf. DORST, Jean. *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*. Tradução Rita Buongermino. São Paulo: Edgar Blucher; Ed. USP, [1971] 1973. Particularmente para o caso inglês, o ambientalista Robert Arvill publicou em 1967 *Man and environment: crisis and the strategy of choice*; pequeno livro sobre o estado da degradação ambiental da Grã-Bretanha. O livro recebeu novas e rápidas edições com acréscimos de conteúdo incorporando temas do debate ambiental internacional, como explosão demográfica, erosão, esgotamento de recursos.

no volume intitulado *The environmental crisis*, sob coordenação de Harold W. Helfrich Jr.²² O interesse pelo desenvolvimento tecnológico e científico norte-americano se inseriu no ambiente de disputa política, ideológica e material com o bloco soviético, em plena Guerra Fria.

A coletânea *Man and the environment*, publicado em 1971, reúne mais de noventa trabalhos publicados em periódicos na área de biologia, entre os anos de 1966 e 1970 – com exceção do artigo de Paul B. Sears “Deserts on the March”, de 1935, os demais datam da segunda metade da década de 1960, com ênfase para o ano de 1969. Dessa compilação se destacam dois trabalhos que repercutiram na história do movimento ambientalista: “The historical roots of our ecologic crisis”, de Lynn White Jr., publicado originalmente na revista *Science*, na edição 155, de 10 de março de 1967, e o artigo de Garrett Hardin intitulado “The tragedy of the commons”, também publicado originalmente na revista *Science*, na edição 162, de 13 de dezembro de 1968. Ambos os autores apontam para uma limitação da importância do meio técnico para tratar a questão ambiental se este se mantiver desconectado da necessidade de mudanças culturais na concepção e relação com o meio ambiente.

Ainda na década de 1960, nos Estados Unidos, uma série de simpósios e publicações procurou refletir sobre temas entrelaçados nos rumos da civilização, particularmente sobre “Assuntos e interesses da América Latina”, série de estudos intitulada: “Voice of America Forum Lectures”, iniciado em 1964. Em 1966, veio a lume o Simpósio *Food & Civilization*. Em 1967, *Campaigns against hunger*, apenas para citar alguns. Todos com rápida tradução e divulgação, como percebemos pela publicação das edições no Brasil.²³

Merece atenção, também, ao pensarmos na emergência da questão ambiental durante esse período, o papel da circulação de imagens acerca das transformações ocorridas na natureza ao longo do tempo, que ganhou alcance inédito. Se por um longo período os relatos

²² Cf. HELFRICH, JR, Harold W. (Coord.). *A crise ambiental: a luta do homem para viver consigo mesmo*. Tradução Claudio Gilberto Froelich e Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Melhoramentos; Ed. USP, 1974.

²³ Cf. SIMPÓSIO. *Fome: um desafio à civilização*. Tradução Edilson Alkmin Cunha. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966. STAKAM, E. C.; BRADFIELD, Richard.; MANGELSDORF, Paul C.; *A luta contra a fome*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967. A coleção ainda contava com os títulos: HELD, R. Burnell; CLAWSON, Marion. *Conservação do solo: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966. WIONCZEC, Miguel C. *Integração econômica da América Latina: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966. LEE, Douglas H. K.; *O clima e o desenvolvimento nos trópicos*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967. ABRAMS, Charles. *Habitação, desenvolvimento e urbanização*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967. PERKINS, Dexter. *A época de Roosevelt*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967. MELLOR, John W. *O planejamento do desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967. ARIAS, Jorge; STRYCOS, J. M. *O dilema populacional da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967. DELL, Sidney. *Mercado comum latino-americano: utopia ou realidade?* Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967.

de viajantes, pintores e obras literárias fizeram circular visões acerca da natureza e das mudanças empreendidas pela ação humana no mundo natural, no século XX o predomínio das imagens fotografadas e a projeção em movimento assumiram posição privilegiada na formação de diferentes percepções do natural e do construído.

Sobretudo no pós-Segunda Guerra, tivemos transformações rápidas na base biofísica do planeta, do mundo natural, rural e urbano, ao mesmo tempo em que os meios de comunicação impressos e audiovisual se difundiam com intensidade. Poderíamos também perguntar pela memória construída dos eventos marcantes, da segunda metade do século passado aos dias atuais, o lugar central que ocupa as imagens difundidas por esses veículos. A conformação da ideia dos problemas ambientais em escala planetária passa também por esse movimento, não apenas das circulações de pesquisas científicas, mas associado em muitos casos com o recurso imagético e audiovisual.²⁴ Nesse sentido, periódicos de abrangência internacional, como o publicado pela UNESCO, com o objetivo de divulgação científica e cultural ganham destaque. As imagens e os textos apresentados acerca de diversas partes do

²⁴ Por seu caráter de divulgação, destacamos a revista *O Correio da Unesco*, em circulação desde 1948, que apresenta em seu projeto gráfico apoio em diversas imagens do mundo natural, que dentre tantas ocorrências, enfatiza: ora a beleza, ora o selvagem e perigoso, ora em estado de risco ou protegido, em harmonia com as sociedades humanas, em perspectiva histórica ou atual. Até o momento não tivemos conhecimento de pesquisas que problematizassem o lugar dessas imagens junto à construção da questão ambiental nos anos de 1960 e 1970. Ainda no âmbito da UNESCO, publicações mais recentes, como as revistas *Museum* e *Patrimoine Mondial*, também poderiam oferecer possibilidades de pesquisa nesse sentido. Para o contexto brasileiro, em termos de usos de fotografias, dentre outros, podemos mencionar o Mestrado em História, de Richard Gonçalves André, *Entre o mito e a técnica: representações da natureza em fontes fotográficas* (Londrina, 1934-1944), defendido no Programa de Pós Graduação da UNESP/Assis, analisando um conjunto de fotografias produzidas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável pela colonização da região, expôs a construção de representações paradisíacas da natureza local, ao mesmo tempo em que registrava também o avanço da ocupação, e assim estimulava a vinda de migrantes. Defendido como tese de Doutorado em História na mesma instituição, *A Natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista, 1954-1961*, de Jorge Luiz Romanello, que percebeu como o acelerado ritmo dos “50 anos em 5” e a integração do país com a capital rumando para o interior com projetos de estradas e indústria automobilística, foi trabalhado na revista ajustando a representação de natureza condizente com o Brasil moderno que se queria. Particularmente para a dimensão audiovisual, cabe menção ao trabalho de Thales Haddad Novaes de Andrade, *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*, (São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003), que analisou dois programas televisivos: *Amaral Neto, repórter*, exibido na década de 1970, e *Globo Ecologia*, exibido na década de 1990, ambos aos sábados pela manhã. Partindo do conceito de “estetização do cotidiano”, o autor trabalha com a dimensão da passagem dos problemas ambientais de condições para assunto, e destes para condicionantes de elaboração política. Processo onde a visibilidade midiática tem se tornado cada vez mais presente e influente. Frente à problemática ambiental emergente dos anos de 1970, o programa de Amaral Neto assumia tom conservador e ufanista, com uma natureza grandiosa que comportaria o desenvolvimento do país, em consonância com o Regime Militar (1964-85), não apresentando qualquer aspecto que a crítica mundial vinha colocando. Já nos anos de 1990, com *Globo Ecologia*, imagens de natureza paradisíaca, quase inalterada pelo homem, são exploradas, juntamente com a apresentação de iniciativas privadas e individuais de gerenciamento de recursos e voluntarismo para a conservação do meio ambiente procurando dar o tom otimista à questão ambiental, escapando a uma perspectiva crítica.

planeta, ressaltando as especificidades naturais e culturais de cada região são relevantes na construção dessa percepção de transformação planetária.

A seguir, apresentamos um esboço para discussão teórica e reconstitutiva do debate e das propostas em torno das questões ligados ao desenvolvimento e meio ambiente centrado na atuação da UNESCO. Instituição essa que contribuiu efetivamente na configuração de um conjunto de temas da chamada questão ambiental, influenciando os caminhos para as políticas ambientais – em particular, aquelas voltadas à proteção da natureza e conservação dos recursos naturais.

1.1. UNESCO: Ciência e Desenvolvimento na construção do debate ambiental

O século XX inicia-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (a Grande Guerra, 1914-1918), tal como nos explicou o historiador inglês Eric J. Hobsbawm, e, com ela, o primeiro abalo aos fundamentos da era liberal, desencadeando a emergência de inúmeros movimentos políticos e culturais. Na Rússia aristocrática acirravam-se os conflitos com as reivindicações dos trabalhadores rurais em 1905 e, em 1917, os bolcheviques com a Revolução de Outubro instauram a orientação socialista ao novo regime. A Crise econômica de 1929 e a *depressão* conseguinte deram força ao Estado e novas perspectivas aos movimentos políticos de direita e esquerda.²⁵

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico perseguido foi logo atrelado à ideia de desenvolvimento – que não envolveria apenas a dimensão econômica, mas também política e social – amplamente presente e divulgada no cenário internacional. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, visando articular a paz, também se inseria na promoção dessa ideia em escala global. Suas principais agências responderiam pela articulação entre ciência e desenvolvimento, como o Conselho Econômico e Social, e a UNESCO. Esta terá um lugar de destaque na condução desses temas em sua relação com o meio ambiente, marcante nas décadas de 1960 e seguintes. Junto a esse contexto de

²⁵ Cf. HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. 42 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1994] 2010. Sobre o papel central que a luta dos movimentos políticos de esquerda teve na construção da democracia, ver: ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Perseu Abramo, [2002] 2005.

transformações políticas, econômicas, ambientais, sociais e culturais, emerge também um movimento social forte, ainda que multifacetado, o *ambientalismo*.

Uma primeira consideração a ser feita trata-se da distinção entre o movimento ambientalista e suas reivindicações que datam do segundo pós-guerra, do longo processo de transformação do mundo natural, esse milenarmente vinculado às atividades humanas e também percebido por elas, em maior ou menor grau. Desde filósofos gregos, como Platão, cronistas e viajantes, códigos legais e outras normativas alertaram sobre processos erosivos, problemas com abastecimento de água e no ciclo das chuvas, vinculados ao desmatamento e outras interferências no meio. Contudo, o registro desses eventos e o pensamento a ele articulado não devem ser entendidos como aspirações ambientalistas, que respondem a um momento histórico recente.

No bojo desse movimento social crítico à degradação do meio ambiente contemporâneo, houve uma busca no passado por referências que redescobriu autores e críticas do século XIX, atentos às transformações daquela época. Dentre os quais, os escritos do pensador norte americano Henry David Thoreau,²⁶ crítico do avanço da industrialização nos EUA e a transformação radical do mundo natural, o consumo e valores materiais, despertaram interesse na geração da *contracultura*. Esta representou um movimento inserido no amplo rol de contestações de fins dos anos de 1960 que, juntamente ao ambientalismo, deu projeção social e cunho contestatório aos problemas de um modelo de sociedade baseada no consumo, no acúmulo material e na degradação do homem e do ambiente, nos dois lados do Atlântico.

Além das obras de Lynn e Dorst citadas, existe uma crescente literatura sobre o longo processo histórico de transformações que o mundo natural vem sofrendo em sua relação com as sociedades humanas até os dias atuais. No entanto, em alguns casos apresentando perspectivas de tempo e espaço tão amplas, acaba-se diluindo essa necessária distinção que apontamos. Por outro lado, a produção dessas obras já indica a especificidade do momento histórico em que foram criadas, onde a percepção dos problemas ambientais ganhava escala

²⁶ Breves informações sobre Thoreau encontram-se na “Apresentação”, de Fernando Gabeira, e na “Introdução”, escrita por José Augusto Drummond à obra organizada e traduzida por este intitulada “*Desobedecendo: a desobediência civil e outros escritos*”, publicada em 1984. A crítica de Thoreau ao modelo de sociedade industrial que se instalava nos EUA da segunda metade do século XIX e a devastação do mundo natural pode ser lida em *Walden, ou a vida nos bosques*, escrito em 1854, e no texto “Caminhando”, de 1862, presente na coletânea *Desobedecendo: a desobediência civil e outros escritos* (1984).

planetária. Assim, recobram o fôlego das antigas sínteses da história universal, agora, com o intuito de explicar as origens das transformações e da destruição da natureza.²⁷

Tal como apontou o historiador Jonh R. McNeill, falar das alterações do ambiente do planeta é tratar de sua própria existência. As mudanças engendradas pela espécie humana, com maior abrangência pelo gênero *Homo sapiens*, foram pequenas se pensadas na longa história evolutiva da Terra. No entanto, a partir da virada do século XIX para o XX, a ampliação espacial e a intensidade da exploração do meio ambiente em quase todas as regiões do planeta atingiu um nível tão alto, que, segundo o historiador John McNeill, iniciou-se uma fase sem igual na história das transformações ambientais do planeta.²⁸

Foi essa “nova fase” de alterações aceleradas, iniciada em meados do século XIX, e acentuada em meados do século XX, ao que parece, tem chamado à atenção de pensadores que nesses dois momentos se debruçaram visando compreender as mudanças em curso. As produções bibliográficas arroladas até agora refletem um pouco essa dinâmica.

O olhar sobre a dissipação do ambiente natural fez refletir em pensamentos que promoveram mudanças de atitudes, a crítica por meio de textos e o fomento de códigos legais para proteção do mundo natural em diversos períodos e partes do planeta. São referências para a compreensão desse processo os trabalhos dos historiadores ingleses Keith Thomas (1983) e Edward P. Thompson (1987), e do norte-americano Roderick Nash (1967). Thomas desenvolveu uma história cultural das mudanças de percepção e atitude frente ao mundo natural na Inglaterra moderna. Thompson, seguindo a linha da História Social inglesa de cunho marxista, pesquisou o conflito pela apropriação de recursos florestais subjacentes a instituição da lei que delimitava e impedia o acesso da população às florestas na região norte da Inglaterra do século XVIII. Roderick Nash investigou o peculiar conceito de *wilderness* tão presente na cultura norte-americana e sua influência no estilo de vida e conformação de ideias

²⁷ Sem o intuito de um levantamento bibliográfico, destacamos algumas produções que perseguiram esse objetivo: DUBOS, René. *Um animal tão humano: como somos moldados pelo ambiente e pelos acontecimentos*. Tradução Antonio Lamberti. São Paulo: Melhoramentos; Ed. USP, [1968] 1974. DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. op. cit., [1971] 1973. TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a mãe Terra: uma história narrativa do mundo*. 2. ed. Tradução Helena Maria Camacho M. Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro: Jahar, [1976], 1979. COLINVAUX, Paul. *El destino de las naciones: una interpretación ecológica de la Historia*. Tradução Carlos Gardini. Buenos Aires: Blegado, [1980] 1981. POTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Tradução Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1991] 1995. FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Civilizaciones: la lucha del hombre por controlar la naturaleza*. Tradução Jesús Cuéllar. Madrid: Taurus, [2000] 2002.

²⁸ MCNEILL, John. *Algo nuevo bajo el Sol*. op. cit., [2000] 2003. p. 29.

de proteção da natureza naquele país.²⁹ No Brasil, José Augusto Pádua (2002) apresentou um panorama desse pensamento crítico sobre a transformação do meio natural na América Portuguesa e no Brasil Império, abarcando o período do último século escravista (1789-1888), dando ênfase à forma predatória da agricultura que mobilizara pensamentos e reflexões, como o de José Bonifácio.³⁰

O livro de John McCormick ajuda a pontuar essas diferenças e apresenta alguns fatos que contribuíram para forjar o ambientalismo. Mas ressalta que, mesmo a partir Revolução Industrial e as descobertas científicas que alargaram a deterioração do mundo natural, passando a ser mais evidente, a “revolução ambiental só aconteceu depois de 1945, com o período de maiores mudanças verificado a partir de 1962”³¹

A construção da ideia e da prática de proteção do mundo natural está intimamente ligada a esse processo, tanto das transformações biofísicas, quanto de suas percepções. Se por um lado é lugar comum a afirmação de que a política dos Estados Unidos foi decisiva para as ideias ambientalistas, além de ser o berço do modelo de Parques Nacionais, cabe frisar que a Grã Bretanha e outros países da Europa também tiveram sua importância nesse processo, conforme apontou McCormick. Dessa forma, seria possível buscar um paralelo entre o crescimento do interesse pelo ambiente natural na Europa Ocidental e na América do Norte, num florescimento similar do interesse pela História Natural e da influência do romantismo. Entretanto, há de se ponderar a grande diferença na forma de expansão e ocupação humana recentes no território norte-americano, com forte influência mercantil da grande lavoura e da indústria. Enquanto as transformações e perspectivas da perda de paisagens bucólica na Europa ensejava a proteção de determinadas áreas, nos EUA, habitado originalmente por populações indígenas e com natureza distinta, teve na experiência da *fronteira* e da

²⁹ Cf. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500 - 1800). Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, [1983] 1988. THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*: a origem da Lei Negra. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975], 1987. NASH, Roderick. *Wilderness and the american mind*. 4. ed. New Haven: Yale University Press, [1967] 2001.

³⁰ Cf. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1789-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Contudo, devemos ponderar que “a tradição intelectual esquecida” a qual Pádua busca reabilitar e a considera como “uma das maiores expressões nacionais, no período anterior ao século XX, do que pode ser chamado de preocupação intelectual com a degradação do ambiente” (p. 11), evoca uma sequência lógica de crítica ambiental no Brasil conectada aos movimentos dos anos de 1960, portanto, diferente da distinção proposta aqui.

³¹ MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*: a história do movimento ambientalista. Tradução Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, [1989] 1992. p. 16.

wilderness, narrados por Frederick Jacson Turner no final do século XIX, lugar central em sua constituição identitária e dos Parques Nacionais, para proteção dessa natureza original.³²

McComick ressalta, portanto, que as ações voltadas para proteção da natureza apareciam em diversos países, inicialmente desenvolvidas de forma autônoma, ainda que contemporâneas entre si, mas com pouca influência mútua; diferentemente do que ocorreu na segunda metade do século XX, onde as ações começam a ser organizadas por instituições ou órgãos com características internacionais e de internacionalização de práticas e conceitos, tais como a UNESCO e a União Internacional para Proteção da Natureza (IUPN - *International Union for the Protection of Nature*), criada em 1949, buscando abertamente uma forma integrada de salvaguarda em distintas áreas do planeta.

Mas não se tratava apenas da proteção. Havia a perspectiva do acesso aos recursos naturais dos países que teve papel de destaque, não apenas nesse contexto internacional, mas até o presente. No oitavo Congresso Científico Americano, em maio de 1940, por exemplo, Gifford Pinchot, engenheiro florestal e político conservacionista norte-americano, argumentou que o acesso justo de toda nação aos recursos naturais era uma condição indispensável para o alcance e manutenção paz.³³

Não se tratava de uma questão menor, e o conflito de interesses em torno do acesso aos recursos se fez presente. As negociações políticas para o estabelecimento da Conferência das Nações Unidas para Conservação e Utilização dos Recursos, marcada para 1949, exemplifica essa questão. Desde 1946, no âmbito da ONU, se pensava em uma conferência internacional sobre conservação e uso de recursos, “baseada na necessidade de desenvolvimento contínuo e aplicação generalizada das técnicas de utilização e conservação

³² Outro termo empregado pelo historiador norte-americano Frederick Jackson Turner, foi o de “terras-livres”, que juntamente com *wilderness*, caracterizariam o ambiente que forjaria o caráter americano pela experiência de expansão para o Oeste, presente no texto: “O significado da fronteira na História americana”. In. KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Tradução Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: Ed. UFF, [1893] 2004. p. 23-54. Ver também: PRADO, Maria Lígia Coelho. *Natureza e Identidade Nacional nas Américas*. In. _____. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Ed. USP; Ed. USC, 1999. p. 179-216. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

³³ McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. op. cit., [1989] 1992. p. 43. Ainda sobre a importância dos recursos vale lembrar RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. Tradução Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. Particularmente à primeira parte, intitulada “As forças profundas”, escrito por Pierre Renouvin que dedica um capítulo aos “Fatores geográficos” distribuídos entre “Recursos do território”, “A posição” e “O espaço”, seguido pela análise das condições demográficas, das forças econômicas, financeiras, do nacionalismo e sentimentos nacionais e pacifistas, para desembocar na segunda parte onde Jean Baptiste Duroselle tratará de “O homem de Estado”. A configuração da primeira parte dessa obra aparecerá em certa medida na análise de Claude Raffestini, em *A geografia do poder*, que evidenciará as relações de poder presentes nessas instâncias do território e na dominação dos recursos.

dos recursos”³⁴. O representante dos EUA na ONU ratificou a importância da conferência de forma pragmática, onde o motivo básico era examinar a conservação à luz das exigências da época da guerra sobre os recursos naturais e sua importância para a reconstrução dos países vitimados pelo conflito.

No contexto pós-Segunda Guerra além das medidas voltadas para a reconstrução e investimentos de capitais, a segurança alimentar também estava na ordem do dia. Junto à ONU foi criada, em 1945, a Fundação das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com objetivo de enfrentar os problemas mundiais de nutrição, no curto e longo prazo. Para tanto, reconhecia a importância da conservação dos recursos naturais e a necessidade de aperfeiçoamento dos métodos agrícolas.³⁵

Desde sua Carta de Criação, em 1945, em reunião na cidade de São Francisco, EUA, a Organização das Nações Unidas teve como pauta a gestão dos problemas que a humanidade se defrontaria após a Segunda Guerra Mundial. Em sentido específico, a fome seria uma das principais preocupações, justificando a criação da FAO. Segundo Carlos Chagas Filho, pesquisador brasileiro, que foi Secretário Geral e organizador da Conferência para aplicação da Ciência e Tecnologia, em 1963, o objetivo de criação da UNESCO foi ainda mais ambicioso e complexo do que o desafio proposto à FAO. Visava formar um espírito de cooperação e paz mundial fundamentado em valores da Educação, Ciência e Cultura.³⁶

Para o geógrafo Wagner Costa Ribeiro, o embrião das discussões ambientais na ONU surgiu na FAO, instituída em 1945, dado o alerta de crise na produção de alimentos no imediato pós guerra, pela destruição de grandes extensões agrícolas na Europa. Desse modo, a FAO também tratou da questão, sobretudo da conservação dos solos, influenciando assim na

³⁴ McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. op. cit., [1989] 1992. p. 44.

³⁵ Id. Ibid., p. 45.

³⁶ Uma breve e ilustrada biografia de Carlos Chagas Filho foi editada pelo Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz e Fundação Oswaldo Cruz, em 2011, de autoria de Luisa Massarani e Nora Azevedo, intitulada *Carlos Chagas Filho, o cientista elétrico*. Disponível em: <www.museudavida.fiocruz.br/media/Chagas_Filho.pdf> Acesso em 27 jun., 2013. Uma perspectiva de sua participação na comunidade científica internacional, particularmente junto à UNESCO, pode ser encontrada em: CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem: reflexões sobre a ciência no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972. Outras reflexões sobre esse pesquisador, bem como o contexto de atuação da UNESCO na área da Ciência, destacamos os capítulos de: ELZINGA, Aant. “A UNESCO e a política de cooperação internacional no campo da ciência”, [1996] Tradução José Augusto Drummond; MAIO, Marcos Chor. “Demandas globais, respostas locais: a experiência da UNESCO na periferia do pós-guerra (1946-1952)” e GOÊS FILHO, Paulo; ARAÚJO, Francisco Barreto. “Noções de ciência internacional e nacional: as trajetórias de Paulo Carneiro e Carlos Chagas Filho”, todos presentes na coletânea organizada por: MAIO, Marcos Chor (Org.) *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz; UNESCO, 2004. p. 89-143; 145-168; 169-193, respectivamente.

crítica à redução das coberturas vegetais, em sua maior parte, localizadas ainda em países tropicais. Em Conferências realizadas entre 1947 e 1952, foram discutidos planos de manejo florestal que objetivavam a exploração dos recursos vegetais sem a degradação do solo, preconizando a elaboração da Carta Mundial do Solo, divulgada pela entidade em 1981.³⁷ Nesse aspecto, a atuação da FAO com relação à conservação ambiental proposta é plenamente instrumental à manutenção da produção de alimentos para a população mundial.

Em 1948, o Conselho Econômico e Social da ONU criou a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Com o objetivo de fomentar estudos e engendrar o desenvolvimento na região, tal comissão vislumbrou papel central no debate do pensamento econômico latino-americano. O historiador estadunidense Joseph Love destacou a singularidade das ideias econômicas na América Latina, ou seja, o desenvolvimento de ideias próprias, não necessariamente importadas de outros países, sobretudo dos industrializados. O estruturalismo e a teoria da dependência foram considerados por esse autor como contribuições autóctones da América Latina à teoria do desenvolvimento.³⁸

A América Latina pós-1930 enfrentava o dilema do crescimento com base na exportação de gêneros agrícolas, e a discussão era como viabilizar o processo de industrialização da região, enquanto “solução” para o problema do subdesenvolvimento econômico. Segundo Love, um intenso debate se dava entre defensores dos industriais e da agricultura de exportação. Uma característica básica do período 1930-1945 teria sido “a intensificação do intervencionismo do Estado na economia, tanto na América Latina quanto em outras regiões, de sorte que os industriais, como outros grupos econômicos, buscaram assistência do Estado.”³⁹

³⁷ RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 61.

³⁸ Cf. LOVE, Joseph L. Ideias e Ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. USP, 2011. (volume VIII). p. 161-242. Segundo Love, na América Latina a crise da década de 1930 marcou uma nova etapa no pensamento econômico. Se nos cinquenta anos anteriores havia certa “correspondência” à teoria da “vantagem comparativa”, que justificaria a especialização latino-americana na produção de matérias-primas, a industrialização passou a ser o objetivo e a via para a modernização da região. É nesse contexto que emerge a técnica de planejamento enquanto instrumento de política econômica. No Brasil, foi incorporada pelo poder público durante o governo de Getúlio Vargas, em plena Segunda Guerra Mundial. Segundo o sociólogo Octávio Ianni, tal conjuntura – economia de guerra, perspectivas de desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais – “transformou a linguagem e a técnica do planejamento em um componente dinâmico do sistema política administrativo”. Ver, IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1971] 1986. p. 57.

³⁹ LOVE, Joseph L. Ideias e Ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. op. cit., 2011. p. 168-169.

Há consenso de que nos primeiros anos de existência a CEPAL foi dominada pelas ideias, personalidade e programas de Raúl Prebisch. Nascido na cidade de Tucumán, Argentina, em 1901, formou-se em economia na Universidade de Buenos Aires, tendo como modelo o caso da economia argentina, para se debruçar sobre problemas reais.⁴⁰ A Depressão da década de 1930 em termos práticos favoreceu negociações bilaterais, e também colocou o pensamento econômico em evidência. Após anos de estudo e participação ativa na política econômica de seu país, em 1943, Prebisch abandona o Banco Central e se volta ao estudo da economia na concepção Centro-Periferia, cunhando a ideia que seria um emblema dos objetivos da CEAPL: *crecer hacia adentro*.

Segundo pesquisadores como Joseph Love e Edgar J. Dosman a liderança de Prebisch foi única e singularizou a CEPAL frente a outras organizações, como a Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente (criada em 1947) e da Comissão Econômica para a África (1958), sobretudo pelas orientações mais técnicas dessas.⁴¹

Entretanto, reconhecendo a CEPAL como órgão umbilicalmente ligado às Nações Unidas, Prebisch temia sua ineficácia frente aos reais problemas do desenvolvimento na América Latina, a exemplo do descaso da Liga das Nações para com a região. De acordo com Love, tal preocupação justificou-se, quando o Congresso norte-americano recusou-se a participar de outra agência da ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), proposta em 1948 para ser uma terceira ramificação do sistema econômico internacional. As outras duas eram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A OMC deveria tratar de um problema que preocupava bastante os latino-americanos: a estabilização dos preços das *commodities*.⁴²

Deve-se entender o reformismo da CEPAL dentro de seus limites, pois se tratava de um órgão internacional constituído por nações do hemisfério ocidental e participação de potências coloniais europeias, e no plano teórico, conforme apontou Love, “ela sempre presumiu que o Estado era um fator exógeno no sistema econômico e social.”⁴³ Além disso, com a Revolução Cubana (1959), trazia maior atenção para o contexto político e social da

⁴⁰ Cf. DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Tradução Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011. Ver também: LOVE, Joseph L. *Ideias e Ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c. 1990*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina após 1930*. op. cit., 2011.

⁴¹ LOVE, Joseph L. *Ideias e Ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c. 1990*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina após 1930*. op. cit., 2011, p. 186.

⁴² Id. Ibid.

⁴³ Id. Ibid., p. 177.

época, com o comunismo na América Latina. A posição de Prebisch, em 1963, com a publicação de *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*, enfatizando reformas específicas na estrutura agrária, na distribuição de renda e na educação, aparecia como resposta a esse temor.

O caminho da industrialização latino-americana que absorvia a tecnologia apropriada às necessidades poupadoras de trabalho dos países desenvolvidos e os padrões de consumo das classes ricas da América Latina exacerbavam o problema. Ou seja, o modelo de transferência de tecnologia atendia aos interesses dos países centrais e das elites locais na reprodução de um modelo de consumo dos países ricos. Portanto, para lograr as reformas necessárias, Prebisch reconheceu que, “devia-se levar em conta tanto as forças ‘sociais’ quanto as ‘econômicas’” presentes nos países dessa região.⁴⁴

A chamada industrialização por substituições das importações mostrou-se insuficiente frente à permanência do quadro de pobreza. As explicações partiram da própria especificidade de tecnologia importada no processo de industrialização – poupadora de mão de obra, num momento em que o crescimento populacional latino-americano se expandia. A publicação de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, de Celso Furtado, em 1966, chamou a atenção basicamente para a diferença da industrialização europeia dos séculos XVIII e XIX, onde a tecnologia barateou continuamente o custo relativo dos bens de capital, gerando possibilidade de soluções para problemas sociais. Expôs, portanto, que na América Latina do século XX, ao contrário da Europa do século XIX, a tecnologia era exógena à economia regional e destinava-se especificamente às necessidades dos países desenvolvidos.⁴⁵

No mesmo período do surgimento da CEPAL foram criadas instituições financeiras que seriam cruciais na promoção de certo modelo de desenvolvimento até os dias de hoje. Trata-se, por exemplo, do Banco Mundial, que para além das funções financeiras de um banco convencional, têm sido destacado ator político e intelectual, devido sua condição peculiar de financiador, ator social, formulador e veiculador de ideias e políticas para o desenvolvimento capitalista, conforme demonstrou o historiador João Márcio Mendes Pereira.⁴⁶

⁴⁴ LOVE, Joseph L. Ideias e Ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina após 1930*. op. cit., 2011, p. 203.

⁴⁵ Id. Ibid., p. 209.

⁴⁶ Cf. PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro, 1944-2008*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Particularmente para o contexto da América Latina, entre os anos de 1980 e 1990, ver o trabalho de COELHO, Jaime Cesar. *Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

Não devemos deixar despercebido o fato de que, nesse momento, a maior parte das ideias, formulações e práticas institucionais para o restabelecimento econômico, político e social do mundo pós-Segunda Guerra passam diretamente pelo apoio político e financeiro dos EUA. Contíguo a esse movimento, inclusive oficial se lembrarmos do Plano de Reconstrução da Europa de 1947 – conhecido como Plano Marshall –, é o momento também da postura política conhecida como Doutrina Truman, que visava explicitamente combater possíveis adesões de países ao comunismo, particularmente sob a égide soviética.

Entretanto, nesse período também são retomadas e radicalizadas ideias de liberalização dos mercados, ainda que o contexto não se configurasse favorável pela sua implementação, ideias que conformaram o que algumas décadas depois se chamou *neoliberalismo*. Constituiu uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar social. Segundo Perry Anderson, o texto de “origem” é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Livro que apresentava um ataque a qualquer limitação dos mecanismos de mercado como um ataque à liberdade e à política, por parte do Estado. “O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945”, com a seguinte acusação: “apesar das boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”.⁴⁷

Após o final da Segunda Guerra e em meio à reconstrução dos países afetados pelo conflito, em 1947 Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião em Mont Pèlerin, Suíça. Ainda segundo Perry Anderson, ali se reuniram “não somente adversários firmes do Estado de bem estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano”, como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Wlaler Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, dentre outros, onde fundaram a Sociedade Mont Pèlerin. “Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidadismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”.⁴⁸

Sumariamente, dentre outros pontos, a crítica de Hayek ao modelo de bem-estar social é que este destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual

⁴⁷ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1995] 2003. p. 9.

⁴⁸ Id. Ibid., p. 10.

dependeria a prosperidade de todos. A organização e atuação desses grupos, articulados aos chamados *think thanks* – deu lugar a contínuas publicações de textos críticos ao modelo de atuação do Estado na economia, visando formar um lastro de reconhecimento e apoio na opinião pública⁴⁹. Se na prática as décadas de 1950 e 1960 marcaram um crescimento rápido do capitalismo, chamado de período de ouro, a crise mundial iniciada em 1973 deu guarida às ideias neoliberais que por cerca de vinte anos circularam ao menos na Europa e nos EUA. “As raízes da crise”, afirmavam Hayek, localizavam-se no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, “que havia corroído as bases de acumulação capitalista com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”⁵⁰

A segurança alimentar seria uma das principais preocupações de setores do campo científico e um dos argumentos retóricos de políticos. Não foram poucas as publicações alertando para a incompatibilidade entre o crescimento da população e o estoque de recursos naturais, numa tradição que remete à Malthus. Segundo McCormick, apenas no ano de 1948 foram publicado nos EUA dois influentes livros acerca da relação entre o crescimento populacional e a exaustão dos recursos: *Our plundered Planet*, do então presidente do New York Zoological Society, Fairfield Osborn, e *Road to survival*, de William Vogt, ornitólogo, que conviveu durante o período de guerra no Peru e Chile, onde teria forjado a ideia dos EUA como superpovoados, autoindulgentes e perdulários. Em 1953 Orbsen publicou *The limits of the Earth*, onde traçava um paralelo entre a destruição dos recursos e a decadências das nações. As três publicações apontavam para a necessidade de *cooperação* entre as sociedades com a natureza.⁵¹ Perspectiva que atravessará vigorosa toda a segunda metade do século XX.

Foi por iniciativa pessoal do biólogo britânico Julian Sorell Huxley, que a discussão sobre proteção da natureza chegou ao interior da UNESCO com importância, durante seu mandato como diretor-geral da organização, entre 1946 e 1948, argumentando que a “fruição da natureza era parte da cultura, e que a preservação de plantas e animais raros era um dever científico”⁵². Juntamente com o brasileiro Paulo Carneiro, teve papel decisivo na introdução

⁴⁹ A esse respeito, é ilustrativo o debate apresentado pelo documentário *L' Encerclement – La Démocratie Dans Les Rets Du Néolibéralisme* (Canadá, 2008, 160 minutos), dirigido por Richard Brouillette.

⁵⁰ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. op. cit., [1995] 2003. p. 10

⁵¹ McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. op. cit., [1989] 1992. p. 47.

⁵² Id. Ibid., p. 51.

do “S” na sigla UNESCO⁵³. Entretanto, não sem algum impasse com organizações de países europeus para proteção da natureza que almejavam alcance internacional. Daí a constituição da União Internacional para Proteção da Natureza (IUPN) estar intimamente ligada à UNESCO. As discussões nesse momento se davam em duas frentes, a conservação dos recursos naturais, e a proteção da natureza.

No ano de 1949, a realização simultânea da Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização dos Recursos, em Lake Success, nos EUA, entre os dias 17 de agosto a 06 de setembro, e a Conferência Internacional Técnica para Proteção da Natureza, pela IUPN, marcaram algumas nuances desse debate. Ainda segundo McCormick, os historiadores ambientais não deram a devida importância à Conferência Científica da ONU, visto que essa teria antecipado o tratamento de uma agenda que só seria retomada em 1968, na Conferência da Biosfera, em Paris, e em 1972, na Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Para esse autor, “foi o primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista internacional”. Foram realizadas 54 reuniões nas sessões relacionadas a: minerais, combustíveis e energia, água, florestas, terra, vida selvagem e peixes. Apontou a necessária compreensão da interdependência dos recursos. O tema central da agenda recaía sobre a “adequação dos recursos naturais para atender as exigências crescentes”, e a importância cabal do conhecimento científico na pesquisa de novos recursos e dar melhor ajuste aos já utilizados.⁵⁴

A Conferência da IUPN teve tom amplamente conservacionista. Dentro das 23 resoluções, destacaram-se a necessidade de estudos de ecologia humana, promoção da educação para a conservação, uso controlado de pesticidas, pesquisas sobre fauna e flora ameaçadas, e a cooperação entre a UNESCO e a FAO para a conservação dos recursos alimentares. Para McCormick, essa conferência apontava para ampliação da visão e atuação que a IUPN poderia desenvolver, sobretudo, junto aos órgãos internacionais, particularmente no auxílio à execução de levantamentos detalhados sobre o impacto ecológico de projetos de desenvolvimento. Perspectiva que poderia ter fundamentado as atividades da IUPN na relação entre desenvolvimento e meio ambiente, que no entanto não se concretizou.⁵⁵

⁵³ Sobre Paulo Carneiro, ver a coletânea: MAIO, Marcos Chor (Org.) *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. op. cit., 2004.

⁵⁴ McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. op. cit., [1989] 1992. p. 53

⁵⁵ Id., Ibid.

É nesse quadro geral entre desenvolvimento e meio ambiente que nos interessa perscrutar a emergência de temas e questões que conformarão a problemática ambiental, e nesse sentido, entendemos a UNESCO como uma das organizações privilegiadas para se acompanhar a construção desse debate.

A publicação do *The UNESCO Courier* é o principal veículo de divulgação das ideias dessa instituição. Surgido em 1948, tem se constituído em um observatório privilegiado e com grande potencial para pesquisas em temas relacionados ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à cultura no cenário internacional.⁵⁶ Desde seu surgimento, esse periódico procurou manter-se inserido no debate sobre os rumos da sociedade. Os temas do desenvolvimento e combate à fome talvez sejam o exemplo mais evidente disso. Outros temas relacionados, como o aumento populacional, o processo de degradação do meio ambiente do planeta, a educação e as artes também estiveram presentes.⁵⁷ No momento, focalizaremos a trajetória dessa discussão no sentido de construirmos um panorama sobre os temas que chegaram até a Conferência da Biosfera (em Paris, 1968) e a Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (em Estocolmo, 1972).

A pesquisa científica em regiões tropicais esteve na ordem do dia já em 1948, com a proposta da criação do Instituto Internacional Hileia Amazônica (IIHA), um dos primeiros projetos da UNESCO, tendo como base teórica ideias evolucionistas e como objetivo o desenvolvimento de pesquisas em ecologia. Segundo alguns atores, além de diferenças internas ao grupo de pesquisadores, seus interesses acabaram conflitando com a finalidade do governo brasileiro de estruturar projetos políticos prevendo o estudo da Amazônia com a finalidade de desenvolver a agricultura e a imigração para a região. O IIHA teve um momento de aceitação quando se pensou que ele seria transformado em agência dessa política, mas logo

⁵⁶ Neste trabalho utilizaremos as publicações em português e espanhol, intituladas *O Correio da UNESCO* e *El Correo*, respectivamente. Atualmente seu arquivo, desde sua primeira edição de 1948, encontra-se disponível online para consulta nos idiomas inglês, francês e espanhol. A versão em português encontra-se disponível a partir das edições de 2008, e as versões em árabe, chinês e russo desde 2010. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/>>. Acesso 15 ago. 2012. Dado o grande número de publicações, o *Catálogo dos temas ambientais no Correio da UNESCO (1972-1992)*, elaborado por Cássia Natanie Peguim, disponível no Laboratório de História e Meio Ambiente (LABHIMA) da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, foi de grande relevância.

⁵⁷ Dentre outros números, destacamos: *El Correo*, España, v. II, n. 03, abr., 1949 [Un plan de desarrollo para los países desfavorecidos]; *El Correo*, España, v. II, n. 04, may., 1949 [La UNESCO debe llegar a las masas]; *El Correo*, España, v. II, n. 05, jun., 1949 [85 millones de dólares al plan de desarrollo técnico de la U.N.]; *El Correo*, España, v. V, n. 07, jul., 1952 [La ciencia hace retroceder el desierto]; *El Correo*, España, v. VI, n. 10, oct., 1952 [Las Naciones Unidas a la obra: ayuda técnica para el desarrollo económico];

foi rejeitado quando a proposta revelou-se contrária a exploração de recursos naturais e a valorização econômica.⁵⁸

Na edição de abril de 1949, *El Correo* trazia como suplemento o texto “El hombre y su alimento”, ressaltando a possibilidade da escassez de gêneros alimentícios frente ao crescimento populacional e ao desgaste e perda de solos agricultáveis por processos erosivos. O artigo ilustra e questiona as práticas agrícolas que deterioram o solo. O escritor inglês Aldous Huxley considerava a emergência de uma dupla crise: primeiro, política e econômica, dada a reconfiguração pós-guerra e a disputa de poder pelas nações com poderio militar para extermínio em massa e, em segundo, o desenrolar de uma crise demográfica e ecológica – que para o romancista, se não lhe fosse dada à devida atenção, poderia acirrar as disputas políticas e econômicas. Um horizonte otimista se revelaria prematuro no campo da expansão industrial, seja na porção capitalista ou sob comunismo, sem levar em conta os planos “biológico y ecológico”.⁵⁹

Ao passo que a população mundial aumentava, havia o crescente processo de perda de solos pela erosão que comprometia a manutenção da produção de alimentos, conduzindo ao agravamento da pobreza em países do continente africano e asiático em um contexto de ambientes naturais ainda mais deteriorados, além do eminente acirramento das disputas entre países por recursos desigualmente distribuídos e com desigual poder de exploração. Ou seja, para Huxley

los monopolios naturales de materias primas son más peligrosos aún, políticamente, que los monopolios naturales de materias alimenticias. Cuando se encuentra situados en el territorio de una nación fuerte, los yacimientos de minerales necesarios para la industria son una tentación permanente al abuso de la potencia militar y económica; cuando están situados en una nación débil, son una atención permanente e la agresión extranjera.⁶⁰

⁵⁸ Cf. DOMINGUES, Heloisa Maria B.; PETITJEAN, Patrick. Ecologia e Evolução: a UNESCO na Amazônia (1946-1950). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2005. p. 271-285. Dos mesmos autores, ver também: “A Redescoberta da Amazônia num Projeto da Unesco”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 14, (26), p. 265-292, 2000. Ou autor a tratar do tema: MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, jan./abr. 2005. MAIO, Marcos Chor; MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 169-189, dez. 2007. [suplemento]

⁵⁹ Cf. HUXLEY, Aldous. Una doble crisis. *El Correo*, España, v. 2, n. 3, p. 6-8, abr., 1949.

⁶⁰ Id. Ibid., p. 8.

Como sugestão, Huxley indicou o caminho da organização de pesquisas visando o desenvolvimento de produtos universalmente acessíveis e capazes de substituir os bens naturais relativamente raros e de ocorrência desigual no planeta. Tal perspectiva visava combater o monopólio de determinados países na sua exploração e comercialização e, “ayudaría nuestra civilización industrial a cambiar su precaria base – la explotación de recursos em vías de rápido agotamiento – por otra más segura y más cercana de lo permanente”⁶¹ Em termos energéticos, o autor de *Admirável Mundo Novo* (1932), defendia a utilização de energia atômica como forma de retardar o esgotamento de outros recursos, como as florestas e o carvão mineral.

Refutando os argumentos de Huxley, o embaixador britânico John Russell julgava de difícil previsão os limites dos recursos para alimentação, bem como fixar taxas de crescimento populacional. Para Russell, havia evidências de que, ao passo que uma sociedade se industrializava, ocorria a tendência à diminuição da taxa de natalidade. Além disso, a tecnologia para a irrigação de terras áridas nos EUA e Canadá teriam demonstrado a possibilidade de ampliar a produção de alimentos. Ou mesmo em termos extensivos de produção de cereais, a URSS teria demonstrado vigor suficiente para não se projetar a fome. Além do exemplo da melhoria das sementes e fertilizantes, que no caso norte americano, fomentou o aumento da produção de trigo durante o período de guerra ao ponto de suprir demandas do mercado externo, constituindo outro argumento a favor. Sem referir-se aos temas políticos e de controle de recursos levantado por Huxley, o embaixador inglês se deteve sobre o problema da alimentação, defendendo a possibilidade da ampliação da produção, e a gestão da questão no nível da cooperação internacional.⁶²

Em 1947, o escritor inglês destacou a questão essencialmente política presente na pressão sobre os recursos, particularmente no contexto da produção de alimentos, cerceadora das liberdades individuais e coletivas. A sobre-exploração exigiria um trabalho cada vez mais intenso, porém com ganhos reduzidos, engendrando problemas sociais que inviabilizariam o exercício da liberdade, além de favorecer a intervenção de estados com poder executivo centralizado de viés totalitário.⁶³ Para Huxley,

⁶¹ HUXLEY, Aldous. Una doble crisis. *El Correo*, España, v. 2, n. 3, p. 6-8, abr., 1949. p. 8.

⁶² Cf. RUSSELL, John. La solución. *El Correo*, España, v. 2, n. 3, p. 7-8, abr., 1949.

⁶³ Em resposta a enquete da UNESCO acerca da Declaração dos Direitos do Homem, Huxley escreveu o texto “Los derechos del hombre y los hechos de la situación humana”, em junho de 1947, argumentando que a crescente pressão da população sobre os recursos, o recuo dos salários e a incessante ameaça e preparação de

a causa de la ascendente presión de la población sobre los recursos, el siglo XX ha venido a ser la edad de oro del gobierno centralizado y de la dictadura, y ha sido testigo de la resurrección de la esclavitud en gran escala, esclavitud de que se ha hecho víctima a los herejes políticos, a las poblaciones conquistadas y a los prisioneros de guerra.⁶⁴

Liberdade, centralização e controle de Estado, são conceitos caros ao autor de *Admirável mundo novo*, sobretudo pela defesa enfática do primeiro em reflexo ao período em que viveu na Itália fascista. Guerra e crescimento populacional aparecem nesse artigo de Huxley onde expõe o descrédito com relação à URSS e a configuração de poder pós-guerra nada favorável às liberdades individuais e coletivas. Assim, caberia à UNESCO, por meio de seu setor científico, garantir o acesso a uma dieta adequada à população mundial, na contramão do que as nações até então vinham privilegiando em termos de investimento em armas de destruição em massa. Para tanto, a ciência deveria se desvincular da função política e promover a emancipação da dependência e controle dos recursos por parte de alguns países. “¿Hasta qué punto es recto para el teórico de la ciencia y para el técnico participar en una obra cuyo resultado será aumentar la concentración del poder en manos de la minoría gobernante y proveer a los soldados de medios para el exterminio en gran escala de civiles?”⁶⁵

As questões levantadas por Huxley aparecerão em menor ou maior grau nos anos seguintes. Ao longo desse periódico, muitos outros artigos se centraram na discussão sobre o aumento da população no planeta, em particular nos países pobres, e sua relação com a escassez dos recursos e possível insuficiência da produção agrícola pela perda de solo agricultável – o tema da desertificação perpassara vários anos da revista, marcando presença na primeira década do século XXI. Por outro lado, o debate político aparecerá com menor intensidade e conectividade a essa discussão.

Em poucos anos, após a Segunda Guerra, a reconfiguração geopolítica se fez marcante: o número de países independentes no mundo aumentou significativamente. Na Europa, o objetivo principal voltava-se para o planejamento do investimento público frente ao cenário de escassez de capital e imensas demandas. Com recursos limitados, a austeridade foi

nova guerra mundial seriam os principais inimigos das liberdades humanas; esse texto foi publicado em 1958, sob o título “Los mayores enemigos de la libertad, *El Correo*, España, ano XI, n. 10, p. 4-5, oct., 1958.

⁶⁴ HUXLEY, Aldous. Los mayores enemigos de la libertad, *El Correo*, España, ano XI, n. 10, oct., 1958. p. 4.

⁶⁵ Id. Ibid., p. 5.

termo e prática correntes. Segundo o historiador Tony Judt, ainda em 1947 a escassez de víveres era endêmica. Nesse ano, um inverno rigoroso, atípico desde 1880, teria bloqueado os transportes por semanas. O carvão, ainda escasso, não atendia as demandas domésticas nem chegava até a indústria. Após o derretimento da neve houve inundações, e o verão iniciado em junho teria sido igualmente atípico. Com isso, a produção agrícola caiu para um terço da já baixa produção do ano anterior e a escassez se fez presente⁶⁶. Aspectos desse contexto foram imortalizados pelo ator e diretor italiano Vittorio de Sica no filme *Ladrões de bicicleta* (1948).

Em decorrência da situação europeia, em junho de 1947, os EUA lançaram o Plano Marshall, um programa de empréstimos para recuperação econômica e social dos países europeus desestruturados pela guerra. Tal proposta diferia das ajudas anteriores, que se configuraram de caráter emergencial. O montante em questão ao final da ajuda, no ano de 1952, foi cerca de 13 bilhões de dólares. Se projetado para início do século XXI, equivaleria a aproximadamente 201 bilhões de dólares.⁶⁷

Por volta dessa data pode-se dizer que estavam desenhadas as áreas de influência de EUA e URSS, sobretudo com a chamada Doutrina Truman, de 1947. Contudo, da Segunda Guerra Mundial até 1947, segundo o historiador Geoff Eley, a leitura apenas pelo prisma da emergente Guerra Fria distorceria a dinâmica do período e esconderia uma abertura radical à esquerda que a luta antifascista aglutinou, levando socialistas e comunistas ao centro do debate político de forma inteiramente nova na Europa. Assim, o Plano Marshall e a Doutrina Truman seriam a resposta direta dos EUA à conjuntura econômica e política da Europa Ocidental. Daí em diante o espaço conquistado pela esquerda será objeto de disputa, particularmente recorrendo-se ao artifício de demonização do comunismo e sua associação direta com o fim das liberdades e o totalitarismo.⁶⁸

A dominação soviética sobre os países da Europa Oriental se deu pelo estado de destruição pós-guerra e pobreza em que se encontrava, com seus Partidos desorganizados, a

⁶⁶ JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Tradução José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, [2007] 2008. p. 77 e seguintes.

⁶⁷ Id. Ibid., p. 105.

⁶⁸ Cf. ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Perseu Abramo, [2002] 2005. p. 336-354. Ver também: HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. op. cit., [1994] 2010. JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. op. cit., [2007] 2008. Para uma caracterização sumária dos regimes políticos do período, há o breve ensaio de BERSTEIN, Serge. *Los regímenes políticos del siglo XX: para una historia política comparada del mundo contemporáneo*. 2. ed. Tradução Eva Jaime. Barcelona: Ariel, [1992] 2003.

centralização mantida pela União Soviética anulou qualquer possibilidade efetiva do desenvolvimento de Democracias de Massa na região, tal como definiu Geoff Eley.

Dentro do contexto de disputa tecnológica da Guerra Fria, a conquista do espaço extraterrestre teve singular importância, sobretudo no campo ideológico. A discussão sobre a ida ao espaço teve os olhos voltados à conquista, senão efetiva, ao menos simbólica, do satélite natural da Terra, com as potencialidades científicas e ideológicas daí decorrentes para as duas potências em disputa. Já no momento do lançamento do satélite soviético *Sputnik I*, em 04 de outubro de 1957, se projetava a “conquista” da Lua para no máximo até a década de 1970.⁶⁹

No dia 12 de abril de 1961, o soviético Yuri Gagarin foi o primeiro homem a entrar em órbita, anunciando da nave *Vostok* que a Terra era azul. Na disputa tecnológica e ideológica da Guerra Fria, pode ser sintomática a ausência de comentários sobre Gagarin nas páginas do *El Correo* nesse momento. Somente em 1966, a revista estampa, lado a lado, o cosmonauta russo e o norte-americano Walter M. Schirra Jr., que em 3 de outubro de 1962, foi ao espaço na nave *Sigma 7*. A temática desse número da revista é reveladora do momento pré-conquista da Lua – e indicativa de certa dianteira norte-americana no artigo assinado pelo astrofísico e presidente da Comissão Científica para Exploração e Utilização do Espaço Cósmico da URSS, Anatoly Blagonravov, intitulado “Poco importa saber quién será el primero en la Luna, com tal de que ello beneficie a toda la Humanidad”.⁷⁰

O desenvolvimento científico e tecnológico possibilitou acesso a lugares ainda pouco conhecidos, e a perspectivas igualmente novas. O uso de satélites artificiais introduziu novo olhar sobre o clima do planeta por meio da meteorologia com inovadores recursos. O Ano Geofísico (na verdade, 18 meses, de julho de 1957 a dezembro de 1958) marcou esse novo patamar de investigação científica possibilitado pelo contato e troca de informações entre centros de pesquisa viabilizados pelos avanços dos meios de comunicação e transporte. Sua caracterização foi a base interdisciplinar na constituição de um programa de cooperação internacional para o estudo dos fenômenos geofísicos.⁷¹ Embora a UNESCO não pudesse participar de maneira ativa do programa enquanto agência de pesquisa, por outro lado

⁶⁹ Cf. “Sputnik visto por un científico soviético, por K. Staniukovitch” e “El futuro de la astronautica, por Arthur Clark”. *El Correo*, España, ano X, nov., 1957. p. 20-22 e 22-26;33, respectivamente.

⁷⁰ Cf. *El Correo*, España, ano XIX, may., 1966. p. 7-12.

⁷¹ Cf. *El Correo*, España, v. 10, n. 9, sep., 1957 [Año Geofísico Internacional] Ver também: SANSONENKO, L. La Tierra vista desde el Sputnik, *El Correo*, España, ano XVI, p. 20-24, ene., 1963.

apresentou o apoio logístico enquanto mediadora entre diversas instituições científicas internacionais.

Na edição de janeiro de 1958 de *El Correo*, o periódico trazia na capa a foto de um filhote de leopardo e o título: *El hombre contra la naturaleza*. O conteúdo apresentava ênfase nas caçadas de animais de grande porte no continente africano e a perspectiva de extinção daquelas espécies não fosse o sistema de parques nacionais, em particular, realizados no Congo belga. Nessa edição, um dos fenômenos sociais que teve menção foi a crescente produção de artigos como: fotografias, vídeos, programas de televisão e selos para cartas, relacionadas à vida animal selvagem de grande porte (com destaque para leões, rinocerontes, zebras, hipopótamos, elefantes; animais que, no entanto, figuravam entre os mais procurados por caçadores.⁷²), além de um incremento no número de viagem em busca de destinos turísticos “selvagens”. O processo de desertificação e erosão dos solos seguiu como uma das grandes pautas, e nessa edição aparece também no editorial com a pergunta: “¿El mundo va a la catastrofe?”, somado a reportagens que assinalavam efeitos danosos de práticas agrícolas. Esse tema também é tratado a partir do impacto do pastoreio de cabras em áreas de montanhas do Mediterrâneo escrito por Raymond Furon, do Museu de História Natural de Paris.⁷³

Em 1963 a ONU inaugurava a Década do Desenvolvimento, onde o brasileiro Carlos Chagas Filho foi Secretário Geral e organizou a Conferência para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia, enfatizando a defesa do meio tecnológico para o desenvolvimento, sobretudo, frente às dúvidas quanto ao planejamento científico nos países pobres. Tema de boa parte dos textos compilados em *O minuto que vem*.⁷⁴

⁷² Cf. BURTON, Maurice. El hombre dilapida sus riquezas. *El Correo*, España, v.11, n 1, ene.; p. 4-5, 1958 [El hombre contra la naturaleza]. No mesmo número, ver também: CARAN, Margarida; PETTER, J. J. Fosiles de mañana. p. 6-8.

⁷³ Cf. FURON, Raymond. La cabra: mensajera de la aridez. *El Correo*, España, v.11, n 01, ene.; p. 30-32, 1958 [El hombre contra la naturaleza]. Tema retomado em profundidade pelo historiador norte-americano John R. McNeill em *The mountains of the Mediterranean world: an environmental history* (Cambridge University Press, 1992)

⁷⁴ Cf. CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem: reflexões sobre a ciência no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972. Os temas abordados na Conferência foram: 1) Recursos naturais; 2) Recursos humanos; 3) Agricultura; 4) Desenvolvimento Industrial; 5) Transportes; 6) Saúde e Nutrição; 7) Problemas sociais do desenvolvimento e da urbanização; 8) Organização, planificação e programação do desenvolvimento econômico; 9) Organização e planificação da política científica e tecnológica; 10) Cooperação Internacional e adaptação de tecnologia; 11) Treinamento de cientistas e pessoal técnico; 12) Comunicações.

Dentro do processo de desenvolvimento tecnológico e científico, pelas experiências de pesquisa e, sobretudo políticas, Carlos Chagas Filho argumenta a crescente separação do campo científico e o contexto social. Mais precisamente,

pode-se afirmar que a utilização da ciência e da técnica, sobretudo nos anos subsequentes à guerra de 1939-45, foi feita sem espírito de harmonia. Não visou ao desenvolvimento social objetivamente, antes obedeceu, de modo vago, à ideia de que o desenvolvimento econômico traria por si mesmo a melhoria no nível de vida e com isso uma extensão da felicidade do Homem [...]⁷⁵

Arrolando exemplos sobre a importância da ciência e tecnologia, sobretudo valorizando o contexto social de sua produção e objetivo, o autor demonstra que a fome, por exemplo, tema dos mais discutidos no cenário mundial daqueles anos pós-Segunda Guerra, em teoria, do ponto de vista científico, poderia ser considerada extinta graças à possibilidade de produção de alimentos em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos; contudo, na prática não o foi. Assim como a chamada Revolução Verde, viabilizou-se o aumento da produção de alimentos, mas seus ganhos foram perdidos em inúmeros problemas políticos e econômicos, particularmente dado pela entrada desse excedente no mercado mundial.⁷⁶

É nesse sentido, das pressões econômicas e políticas, que o autor aponta como um grande desafio ao papel da ciência e da tecnologia o tratamento dos temas ligados à degradação do meio ambiente. Para o autor, “o que se torna absolutamente claro é que política científica e prioridades científicas para os países subdesenvolvidos não podem obedecer a regras uniformes”, tal como o próprio Comitê para Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento, das Nações Unidas procura estabelecer.⁷⁷

Essa consideração de Carlos Chagas Filho é relevante no sentido de pensar as especificidades de cada país ou região, de suas características biofísicas e culturais. De acordo com a Conferência das Nações Unidas para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, realizada em Genebra, em 1963, a chamada “transferência de tecnologia” marcaria uma estratégia primordial e um estágio importante para o desenvolvimento dos países pobres, até que estes pudessem desenvolver seu próprio parque industrial e sua

⁷⁵ CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972, p. 43.

⁷⁶ Id. Ibid., p. 47.

⁷⁷ Id. Ibid., p. 88.

tecnologia independente, e assim influir no aumento da riqueza de cada habitante. Pressuposto que não se concretizou, novamente pela heterogeneidade de condições dos países.⁷⁸

A Conferência de Genebra sobre Ciência e Tecnologia, presidida por Carlos Chagas Filho, contou com a participação de 1.600 delegados representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas. Basicamente a discussão foi polarizada entre os países em desenvolvimento que defendiam a imediata transferência de tecnologia, medida apoiada também pelos países industrializados. Por outro lado, representantes da UNESCO, da OMS e do próprio Secretariado da Conferência, defendiam “a importância da formação de potencial humano e da infraestrutura científica nos países em desenvolvimento, a fim de serem adaptadas às condições ecológicas de cada país, utilizada com mais eficiência a tecnologia importada, e protegidos os seus recursos naturais de maneira racional”⁷⁹.

Ainda segundo a avaliação de Carlos Chagas Filho, a Conferência de Genebra foi alvo de duras críticas internacionais, mas, no âmbito da Organização das Nações Unidas, teve o mérito de modificar orientações em favor do setor científico e tecnológico. Para esse autor e ator na referida Conferência, foi devido a ela que a UNESCO concedeu, “a partir de 1964, prioridade igual à da educação ao setor de ciências exatas e naturais”, que passou a ser dirigido por um Sub-Diretor Geral.

Como resultado institucional da Conferência, foi criado o Comitê Consultivo para Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, composto por 24 especialistas nomeados pela Assembleia Geral. As atividades do Comitê se pautaram inicialmente em debruçar-se sobre problemas cuja solução implicasse na importância do uso da Ciência e Tecnologia pelos governos. Em 1966, o Comitê elaborou o “Plano Mundial de Ação”, dentro do qual se produziam relatórios sobre os principais problemas e necessidades dos países em desenvolvimento. Ainda segundo Carlos Chagas Filho, dois desses relatórios se destacaram: um sobre a escassa ingestão de proteínas nos países em desenvolvimento, e outro sobre a “utilização racional dos recursos naturais e de sua preservação”⁸⁰.

Em termos de metas, a Década para o Desenvolvimento foi considerada por Carlos Chagas Filho como exitosa, uma vez que 70 dos países em desenvolvimento teriam obtido crescimento médio do Produto Nacional Bruto próximo aos 6%. Contudo, em termos práticos,

⁷⁸ CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972, p. 90.

⁷⁹ Id. Ibid., p. 191.

⁸⁰ Id. Ibid.

o autor reconheceu que o crescimento não se converteu em melhoria da qualidade de vida para a grande maioria da população destes países.

No Comitê Intergovernamental de Planificação da II Década do Desenvolvimento, o Comitê para Aplicação da Ciência e Tecnologia se posicionava sobre a relação direta entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a discrepância no campo de pesquisa e aplicação científica. Assim, haveria uma concentração de capital intelectual na produção de tecnologia e conhecimento centralizado no benefício dos países industrializados. O Comitê se posicionou contrário à ideia de simples transferência de tecnologia.⁸¹

Mas não seriam apenas as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de cada país que influiriam no processo para combater o subdesenvolvimento. Um componente relevante destacado por Carlos Chagas Filho foi a íntima relação entre a evolução social e a interação do homem e seu ambiente, mostrando que a “ecologia” de qualquer país deve influenciar a educação científica nas linhas de pesquisa e aplicação, fator ressaltado na Conferência de Genebra, 1963.⁸²

Partindo desse pressuposto, a simples transferência de tecnologia, sem a elevação do nível científico local para as devidas ponderações do uso em sua realidade social e ambiental, não apresentaria resultados satisfatórios. Ou seja, “sem o desenvolvimento científico autóctone, será muito difícil, senão impossível, estabelecer a real evolução técnica das nações subdesenvolvidas, pois que os beneficiários da nova tecnologia não podem utilizá-la de modo racional.”⁸³ Em resumo, a política científica das nações em desenvolvimento devem levar em consideração as características econômicas, demográficas e ecológicas próprias de cada uma. Ponderações relevantes para pensarmos a construção de pressupostos gerais para realidades de nações díspares em diversos sentidos, inclusive nas relações destas entre si, pela assimetria na ordem dos países norte e sul, e leste e oeste, então em voga.

No âmbito das Nações Unidas, os instrumentos utilizados para a consecução de suas tarefas nesse campo agrupam-se, grosso modo, em três categorias. Na primeira, enquadram-se os organismos responsáveis pela orientação normativa, diretrizes técnicas e coordenação geral. Na segunda, os instrumentos de ação operacional e cooperativa. Na terceira, os órgãos especiais, destinados ao estudo de problemas particulares de caráter multidisciplinar, ou à

⁸¹ CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972, p. 197.

⁸² Id. Ibid., p. 93.

⁸³ Id. Ibid., p. 94.

coordenação específica. Entre os primeiros, colocam-se a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social. Nestes se processa a discussão prévia de muitas das decisões tomadas. Deles dependem em grande parte os órgãos de coordenação geral das Nações Unidas, onde, por exemplo, se situa e submete-se o subcomitê para Ciência e Tecnologia. Os instrumentos operacionais, que correspondem à segunda categoria, são as Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica. Situam-se entre os que integram o terceiro grupo certos organismos especiais, como a Comissão Oceanográfica Internacional, a Comissão do Decênio Hidrológico e os múltiplos organismos de colaboração internacional. As Nações Unidas utilizam-se ainda de determinados organismos não-governamentais para sua atividade operacional. Entre os principais figura o Conselho Internacional das Uniões Científicas que, entre outras iniciativas, deu andamento ao Programa Biológico Internacional, e, com a Organização Mundial de Meteorologia, ao Plano Mundial de Pesquisas Atmosféricas.⁸⁴

Dentro desse quadro institucional, transitavam entre a ciência e a política representantes de diversos centros de pesquisa e países, mas com predomínio norte americano. Hobsbawm chamou a atenção para o crescimento vertiginoso do número de pesquisadores em ciências naturais que registrou o século XX, de cerca de oito mil na primeira década para mais de cinco milhões em fins dos anos de 1980, dos quais mais de um milhão se encontravam em universidades e centros de pesquisa nos EUA⁸⁵. Esse país saiu do pós-guerra também como potência científica, o que nos ajuda a compreender um pouco sobre o predomínio de referenciais norte-americanos na discussão ambiental internacional e o modelo de desenvolvimento.

Podemos perceber que a motivação maior para a criação dessas agências com perspectivas de atuação mundial, foi, sobretudo, pensada no contexto de reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra. Em termos mundiais, os problemas destacados já compunham a agenda de muitos países, tal como a fome, falta de saneamento, etc. Segundo Carlos Chagas Filho, agências incorporadas às Nações Unidas derivaram daquelas atuantes na Liga das Nações, contudo, de maneira e abrangência diferenciadas.

Ainda no Sistema das Nações Unidas destacaram-se também as agências especializadas e outros organismos governamentais já existentes, como a Organização do Trabalho e a Organização Mundial de Meteorologia. Em 1957, foi estabelecida a Agência

⁸⁴ CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972. p.81.

⁸⁵ Cf. HOBBSAWM, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. op. cit., [1994] 2000. Ver particularmente o capítulo 18: “Feiticeiros e aprendizes: as Ciências Naturais”, p. 504-536.

Internacional de Energia Nuclear, e em 1963, a Comissão Consultiva Marítima Intergovernamental como resposta ao aparecimento de questões ligadas à utilização pacífica de energia nuclear e no uso dos oceanos.⁸⁶

Nesse período merece atenção, novamente, a publicação do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, em 1962. A bióloga norte americana alertou sobre os efeitos nocivos ao meio ambiente que a Revolução Verde estava promovendo nos EUA. A posição da autora era de relativizar o avanço científico, algo contrário à tendência do momento. Suas críticas não tiveram espaço na revista de divulgação da UNESCO. A despeito disso, o livro teve grande repercussão nos EUA e em outros países, constituindo-se um marco do movimento ambientalista norte americano e mundial.

Uma importante organização não-governamental surge nesse período. Em 1961, a World Wildlife Fund (WWF) é criada, sobretudo pela influência do biólogo Julian Huxley e sua denúncia da destruição da vida selvagem no continente Africano. Juntamente com o Greenpeace, fundado 10 anos depois, se constituirão as duas principais ONGs internacionais de crítica à destruição da natureza, com destacada atenção à fauna.

A percepção de que os impactos negativos da poluição ultrapassavam fronteiras nacionais também começou a ser mais bem entendida nesse momento. Países como a Suécia, Dinamarca e Noruega recebiam emissões de dióxido de enxofre trazidas pelas correntes de ar das ilhas Britânicas. Tal fenômeno, juntamente com a chuva ácida passou a ser observado em várias partes do mundo. Assim, o governo sueco, em junho de 1968 solicitava ao Conselho Econômico e Social da ONU a realização de uma conferência para discutir o estado do ambiente humano no planeta. Esse pedido teve rápida acolhida “que passou de uma aceitação restritiva na sessão do Conselho Econômico e Social, a uma aprovação entusiástica na Assembleia Geral”.⁸⁷ Também em 1968, o episódio de contaminação pela emissão de mercúrio por industriais na baía de Minamata, no Japão, contaminando a fauna marinha e as pessoas que a consumiram, teve repercussão internacional, chamando a atenção para os perigos da contaminação do ambiente e de seres humanos.

Ainda que a acolhida e as discussões sejam efetivadas, as dificuldades em implementar projetos no âmbito das agências da ONU foram percebidas por Carlos Chagas Filho. Lembra esse autor que em 1968, enquanto relator do Conselho Econômico e Social do

⁸⁶ CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972. p. 186.

⁸⁷ Id. Ibid., p. 203-204.

Relatório sobre Proteínas, solicitou a criação de um Fundo Voluntário para a Promoção de Produção de Proteínas, no valor de 300 milhões de dólares, a ser coberto num período de 10 anos. Foi aplaudido de pé e o projeto aprovado, tanto no Conselho Econômico e Social como na Assembleia Geral; no entanto, nunca se efetivou o financiamento.⁸⁸

Mesmo com essas ponderações e a dispersão em múltiplos programas e áreas, o autor enfatiza que o Sistema das Nações Unidas constitui um fórum privilegiado para debates entre os países, sobretudo enquanto espaço para os países em desenvolvimento exporem seus posicionamentos, e na discussão sobre segurança nacional e proteção dos recursos naturais.⁸⁹ Especificamente sobre a transferência de tecnologias, seria a forma para se evitar a preferência dada pelos países industrializados em estabelecer acordos bilaterais, que lhes garantem vantagens na negociação, ao contrário da mediação de agências em caráter multilateral. A Segunda Década do Desenvolvimento deveria enfatizar não apenas a transferência de conhecimento científico, da pesquisa tecnológica e da tecnologia, mas, sobretudo promover sua adaptação às condições nacionais, e fomentar o estabelecimento, nos países subdesenvolvidos, de potencial autóctone em Ciência e Tecnologia.⁹⁰

Defensor desse campo, Carlos Chagas Filho procurou rebater as críticas de que a degradação da natureza estaria vinculada e se acentuou com os avanços científicos do século XX, argumentando que “esta devastação ambiental não é causada somente pelo progresso da industrialização, que a ampliou, mas já se fizera sentir antes do seu crescimento,”⁹¹ remetendo-se ao histórico de transferências humanas para regiões com meio natural diferente do conhecido nas regiões de origem, e que assim, se desferia os primeiros impactos por práticas incongruentes com o novo mundo natural.

⁸⁸ CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972, p. 210. Cabe notar que as questões de ordem política aparecem tangencialmente nos escritos deste autor. Particularmente, é no ensaio, “A ciência no mundo moderno”, redigido especialmente para o volume, que se posiciona com duras críticas aos que considera como os abusos da ciência realizados pelos governos comunistas, tachados por ele de totalitários.

⁸⁹ Id. Ibid., p. 213.

⁹⁰ Id. Ibid., p. 200.

⁹¹ Id. Ibid., p. 326. Essa perspectiva apresentada por Carlos Chagas Filho, presente no mencionado ensaio “A ciência no mundo moderno”, publicado em 1972, vai ao encontro de trabalhos que viriam a se constituir como uma pauta de investigação na História Ambiental, como a influência da circulação não apenas de pessoas, mas de animais, plantas e micro-organismos nos novos ambientes conquistados. Nesse sentido, podemos mencionar os trabalhos do historiador norte-americano Alfred W. Crosby, *The Columbian Exchange*, publicado originalmente em 1972, e *Ecological Imperialism* (com tradução para o português, *Imperialismo ecológico*), publicado em 1986. William H. McNeill publicou, em 1976, *Plagues and peoples*, em sentido semelhante, apontando os impactos que as trocas acarretaram no desequilíbrio pela introdução de espécies, e no caso, micro-organismos exóticos que desencadearam epidemias nas populações ameríndias.

Os impactos do DDT, conforme descritos por Raquel Carson, não foram ignorados, mas, no entanto, relativizados pelo entusiasmo com a “Revolução Verde” como instrumento necessário para alimentação mundial e exemplo exitoso de intervenção científica que teria contribuído para o aumento da produção de cereais, por exemplo. Contudo, se enquanto intervenção científica elevou a produção, faltou com seu papel social e político de baratear e dar efetivo acesso à comida ao grande contingente de necessitados. O argumento contrário a essa crítica é de que países como Paquistão, Índia e outros não teriam estrutura para transporte e estocagem de tal volume, que empilhados, apodreciam ao relento. Além disso, ressaltava o autor, “o mercado internacional começou a inquietar-se com a perspectiva da perturbação que traria aos preços o possível lançamento dos excedentes”⁹² Ou seja, se do ponto de vista científico a fome não existiria mais, graças à Revolução Verde como quer o autor, por outro lado, tornou-se mais evidente os laços entre a fome e a política.

Um dos primeiros diagnósticos da extensão e gravidade da modificação do ambiente foi buscada pelo Programa Biológico Internacional, desenvolvido pelo Conselho Internacional das Uniões Científicas, pela UNESCO, OMS e FAO. Inaugurado em 1964 com previsão de atuação até o ano de 1972. Como veremos adiante, é nesse contexto de aprofundamento do conhecimento científico sobre as transformações do ambiente natural e humano que a UNESCO convocará a Conferência Intergovernamental de Peritos sobre as Bases Científicas da Utilização Racional da Biosfera, realizada na cidade de Paris, em 1968.

Nos anos de 1960 a UNESCO esteve ainda mais presente no debate envolvendo questões em torno dos recursos naturais, como o estabelecimento do Comitê de Zonas Áridas. Posteriormente, em 1965, na 13ª Conferência Geral criou o “Decênio Internacional da Hidrologia”, tendo em vista o crescente aumento do consumo de água. A este se segue a Comissão Internacional de Oceanografia, por exemplo.⁹³

Em 1965 o Comitê Consultivo da UNESCO para investigação dos recursos naturais encaminhou para apreciação da Conferência Geral da UNESCO, que se realizaria no ano seguinte, a solicitação da realização de uma conferência intergovernamental sobre as bases científicas para o uso e conservação racional dos recursos da biosfera. Tal solicitação foi aceita e, em 1968, na cidade de Paris, foi realizada a chamada Conferência da Biosfera, que propôs a criação no âmbito da UNESCO do Programa o Homem e a Biosfera, (MaB, sigla do

⁹² CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972, p. 342.

⁹³ Id. Ibid., p. 333.

inglês *Man and Biosphere*) que sumariamente visava identificar e avaliar as mudanças na biosfera resultante de atividades humanas e os efeitos dessas alterações sobre o próprio Homem, bem como estudar as inter-relações entre ecossistemas naturais e processos socioeconômicos, e medir as mudanças quantitativas e qualitativas no meio ambiente a fim de estabelecer critérios científicos para a gestão regional dos recursos naturais e o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, como veremos com mais vagar em tópico específico.⁹⁴

Cabe nos atermos agora ao fato de que a Conferência da Biosfera constituiu um primeiro fórum global para discussão dos temas envolvendo a degradação do meio ambiente planetário. Ainda que seu enfoque fosse marcado pelas discussões científicas, foi reconhecida a importância do tratamento do tema na esfera da política internacional, haja vista a abrangência de alguns fenômenos, como poluição de rios, do ar e a chuva ácida, que extrapolavam as fronteiras nacionais.

1.2. Conferência da Biosfera e o Programa *Man and Biosphere* (MaB)

Conforme narrado até aqui, houve um intenso debate internacional acerca dos rumos da utilização dos recursos naturais do planeta. Essas ações encontraram espaço de articulação junto à ONU e, particularmente, à UNESCO. Nesse processo evidenciou-se o crescente interesse em termos de conservação e utilização racional dos recursos naturais frente à ameaça de escassez e a percepção dos impactos negativos registrados em diversas regiões. A Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, sinteticamente chamada de Conferência da Biosfera, realizada na cidade de Paris, entre os dias 4 a 13 de setembro de 1968, foi fruto desse debate, com papel destacado no encaminhamento de questões prévias da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

Segundo as recomendações extraídas dos debates da Conferência da Biosfera, sobretudo, a constatação dos riscos ao futuro do bem-estar humano comprometido pelos níveis de transformação do meio ambiente, foi dada prioridade a constituição de um programa

⁹⁴ Cf. BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. Tradução de Joan Armengol et al. Barcelona: BLUME, [1973] 1982.

intergovernamental de pesquisa sobre as relações do homem com a biosfera. Este programa concebeu que o avanço industrial, o desenvolvimento tecnológico, os meios de transportes e de comunicações e urbanização são aspectos essenciais ao bem-estar humano, e também os responsáveis pelos graves problemas de poluição: o equilíbrio do dióxido de carbono na atmosfera sendo alterado, somado a outros poluentes, incluindo materiais radioativos e uma vasta gama de produtos químicos tóxicos, introduzidos na biosfera.⁹⁵

Reconheceu-se que muitas das mudanças produzidas pelo homem afetam a biosfera como um todo, não estando confinadas em fronteiras regionais ou nacionais, que impõe a perspectiva de ação para a escala global. O documento sublinha que a melhoria da condição de vida humana foi amplamente ancorada numa base pragmática visando a obtenção de benefícios imediatos, sem a suficiente consideração ou compreensão das consequências ambientais de longo prazo e suas implicações para a saúde do homem e do ambiente. A exploração dos recursos da biosfera trouxe como consequência mais importante a expansão da população humana.⁹⁶

À questão demográfica, bastante discutida nesse período, soma-se a relação com o aumento da exploração dos recursos naturais do planeta. Particularmente, enfatiza-se a existência de um problema muito especial associado aos países em desenvolvimento, que é a crescente demanda pela utilização de seus recursos naturais. Para proporcionar um padrão de vida adequado a todos os habitantes, as tecnologias modernas teriam que ser aplicadas em

⁹⁵ RECOMMENDATIONS. *Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational use and Conservation of the Resources of the Biosphere*, Paris, France, September 4-13, 1968. United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization. (Paris, October 1, 1968, 28f). Foram elaboradas vinte recomendações com base nas discussões da Conferência, realizada em Paris, entre os dias 4 e 13 de setembro de 1968. As recomendações, em tradução livre, são as seguintes: 1) Programa de pesquisa internacional sobre o Homem e a Biosfera; 2) Pesquisa em Ecossistemas; 3) Pesquisa em Ecologia Humana; 4) Inventário e Monitoramento de Recursos naturais; 5) Metodologia e Coordenação de Pesquisa; 6) Pesquisa e monitoramento da Poluição; 7) Utilização e Preservação de recursos genéticos; 8) utilização racional de recursos naturais; 9) Formação escolar no Primário e Secundário; 10) Ensino de Ecologia em nível universitário; 11) Centros de Formação e Pesquisa em uso racional e Conservação dos Recursos da Biosfera; 12) Educação Ambiental informal de Jovens e Adultos; 13) Agências de Coordenação de Educação Ambiental; 14) Ciência e recursos políticos; 15) preservação de áreas naturais e Espécies Ameaçadas de Extinção; 16) Pesquisa Multidisciplinar e Formação de Centros de Inventário e Avaliação de Recursos; 17) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano; 18) Assistência Técnica Básica Aplicada e Estudos sobre os Recursos da Biosfera; 19) Uso Racional e Projetos de Conservação e Assistência em países em desenvolvimento; 20) Preparação de um Programa Intergovernamental Interdisciplinar.

⁹⁶ “success of human activities in exploitation as is the most significant consequence of this success, the tremendous expansion in the human population.”

maior escala, cuidadosamente planejadas, de modo a maximizar os benefícios e evitar os efeitos nocivos que foram produzidos no passado.⁹⁷

A percepção de conjunto dos impactos causados pelas sociedades humanas ao meio ambiente em curso, suas consequências negativas para o homem e as perspectivas trágicas para o futuro, justificava a necessidade de organizar medidas internacionalmente. Com esse tom de preocupação com o futuro, foram convidados os representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas, particularmente por meio de sua Assembleia Geral, e as organizações não-governamentais, para tomada de conhecimento da situação e propor medidas adequadas a nível nacional, regional e internacional.

A proposta central da Conferência foi a criação de um Programa internacional para onde convergissem as sistematizações das pesquisas e ações, corroborando para um quadro de informações científicas amplas já existentes sobre as crescentes transformações da biosfera, forjado por agências e centros de pesquisa diversos. Nesse sentido, foi reconhecida a importância precedente de organizações não-governamentais, como o Programa Biológico Internacional (IBP), iniciado pelo Conselho da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), mas também suas limitadas capacidades de intervenção. Daí a importância estratégica da atuação da ONU como espaço de mobilização, participação e comprometimento dos Estados-membro para a atuação sobre os problemas da biosfera.

Portanto, foi recomendado que, em cooperação com todas as organizações envolvidas, fossem criados grupos de trabalho adequados, incluindo, em particular, os representantes das organizações intergovernamentais e organismos científicos, governamentais e não-governamentais, para preparar um plano para apresentação à Assembleia Geral das Nações Unidas do escopo do Programa Intergovernamental para uso e conservação dos recursos da Biosfera. Pela característica multidisciplinar do tema foi indicada a necessidade de envolvimento não apenas de pesquisadores das ciências naturais, mas também das ciências sociais.

Dentre as resoluções da Conferência da Biosfera, recomendou-se a criação do Programa *Man and Biosphere*, concentrando no campo científico e tecnológico, juntamente aos aspectos educacionais dos problemas envolvendo a utilização racional e conservação dos

⁹⁷ “Emphasizing that there are very special problem associated with developing countries where there are urgent, and rapidly increasing demand is to utilize the natural resources to the fullest extent, to provide an adequate standard of living for all inhabitants, and where, because modern technologies will have to be applied on a major scale, it is important to plan carefully, so as to maximize the benefits and to avoid the deleterious effects that have been produced in the past”

recursos da biosfera, visando a melhoria do meio ambiente humano; recomendava que a UNESCO, em colaboração com outras organizações do sistema das Nações Unidas e Organizações Não-Governamentais tomassem as medidas necessárias junto aos Estados-membro durante o biênio 1969-1970 para o lançamento do programa no ano seguinte.⁹⁸

A Conferência Geral da UNESCO, em sua 15ª sessão, realizada em novembro de 1968, apoiou integralmente as resoluções da Conferência, com ênfase para a constituição de um plano inicial direcionado a um programa internacional interdisciplinar. Segundo Michael Batisse, um dos idealizadores e participantes desse processo, foram realizadas consultas diretas aos estados-membro da ONU, assim como à IUCN, com o objetivo de obter uma visão preliminar do conteúdo e a característica que assumiria o programa. Foi constituído um grupo de trabalho com 55 cientistas de 31 países, mais 33 especialistas das organizações internacionais envolvidas que formularam o escopo do Programa *Man and Biosphere* (MaB) submetido e aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, em novembro de 1970.⁹⁹

Muito embora o processo de definição do escopo e de aprovação do Programa tenha sido considerado rápido, os procedimentos daí em diante esbarravam na maior ou menor iniciativa de interesse dos países-membro em assumir compromissos com o Conselho Internacional de Coordenação e em constituir Comitês Nacionais do Programa MaB.¹⁰⁰ Na avaliação do geógrafo Wagner Costa Ribeiro, tal Conferência foi marcada por discursos cientificistas sobre as transformações causadas à biosfera pelas ações humanas, mantendo à margem questões sociais e políticas.¹⁰¹

Foi em junho de 1968 que o governo sueco solicitou ao Conselho Geral das Nações Unidas a realização de uma conferência para tratar de questões ligadas ao homem e ao ambiente. As discussões e propostas da Conferência da Biosfera deram aporte científico para a Assembleia Geral aprovar os preparativos para a Conferência do Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo, em 1972, constituindo-se marco para o debate político

⁹⁸ Particularmente as recomendações 1 e 20, ver: Recommendations. *Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational use and Conservation of the Resources of the Biosphere*, op. cit., 1968.

⁹⁹ BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973]1982. p. 456-457.

¹⁰⁰ De acordo com Michael Batisse, no biênio de 1971-1972, os membros do Conselho Internacional de Coordenação foram: Argentina, Austrália, Brasil, Checoslováquia, Chile, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Itália, Japão, Malásia, Nigéria, Nova Zelândia, Reino Unido, República Árabe Unida, República Federal da Alemanha, Suécia, Uganda, URSS. Ver: BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973] 1982. p.457

¹⁰¹ RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. op. cit., 2001. p. 64.

ambiental internacional, envolvendo questões de ordem política, econômica e social.¹⁰²

Tanto na opinião de Carlos Chagas Filho como de Michael Batisse – ambos acompanharam internamente a criação do programa *Man and Biosphere* (MaB) – este não seria apenas uma continuação ou extensão do Programa Biológico Internacional, pois nele se assumiria uma atitude mais abrangente, sobretudo, focalizando a interação do homem com o meio, não apenas do ponto de vista das Ciências Naturais, indispensável, mas insuficiente.¹⁰³ O Programa exigiria estudos de adaptabilidade humana aos ambientes naturais e artificiais que se criaram e se transformam dia a dia, bem como o reconhecimento das modificações sociais ocasionadas pelo impacto muitas vezes predatório que a era tecnológica causava não só ao meio ambiente como também às populações.

O programa MaB cumpriria o papel de sistematizar, ou de se constituir como ponto de convergência da quantidade e variedade de informações acumulados e em andamento. Aglutinando informações e experiências dos programas setoriais anteriores e em desenvolvimento, permitiria um melhor e mais amplo conhecimento das estruturas e do funcionamento da biosfera – do conjunto de seus ecossistemas e das sociedades humanas. Para Batisse, “tales estudios deberían mostrar hasta qué punto pueden introducirse cambios en los ecosistemas mediante sistemas de gestión, que no tengan efectos perjudiciales”, e, “hay necesidad de observar las consecuencias de estos cambios en nuestra propia especie”.¹⁰⁴ Tal trabalho científico requereria um esforço assumidamente interdisciplinar, de longo prazo e em escala mundial. Cabe destacar, novamente, que tais inquietações em avaliar as transformações

¹⁰² Segundo McCormick, a participação dos países em desenvolvimento e a defesa de seus interesses frente aos países ricos no que tangia a utilização dos recursos naturais, conferiu à Conferência de Estocolmo maior impacto público e central no debate político. Ver: MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. op. cit., 1992. p. 97 e seguintes. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano tem lugar de destaque na história da política ambiental, iniciadora de uma sequência de encontros dos quais se destacaram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012, ambas na cidade do Rio de Janeiro. O conjunto desses encontros e tratados internacionais sobre meio ambiente remontam a 1900, como chamou a atenção o geógrafo Wagner Costa Ribeiro, em *A ordem ambiental internacional*, publicado em 2001, no entanto, “esse organismo internacional passou a coordenar a maior parte das iniciativas que resultaram na ordem ambiental internacional” (p. 58); o sociólogo canadense Philippe Le Prestre, em *A ecopolítica internacional*, publicado originalmente em 1997, procurou sublinhar os fundamentos e a dimensão essencialmente política da questão ambiental, lembrando que “se em muitos casos, a ciência nos ajuda a determinar o universo das opções possíveis, é a política que determinará as escolhas” (p. 17). Para uma perspectiva de quem participou ativamente desses debates, ver a autobiografia de Ignacy Sachs, *A terceira margem*, publicado originalmente em 2007.

¹⁰³ Cf. CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem*. op. cit., 1972. p. 334. BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973] 1982. p. 461.

¹⁰⁴ BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973] 1982. p. 459.

no mundo natural empreendido pelas sociedades humanas e os efeitos dessas alterações não apenas para o ambiente natural, mas para as próprias sociedades tiveram acolhida na produção historiográfica, constituindo uma das especificidades da História Ambiental tal como surgiu nos EUA dos anos de 1970.¹⁰⁵

Um conjunto de medidas foi então proposto com a finalidade de potencializar as bases de pesquisa – em ciências naturais e sociais – sobre as relações entre o homem e o ambiente, cujo Programa MaB deveria responder:¹⁰⁶

- a) Identificar e valorizar as mudanças na biosfera que resultem da atividade humana, e os efeitos dessas mudanças sobre o homem;
- b) Estudar e comparar a estrutura, o funcionamento e a dinâmica dos ecossistemas naturais, modificados e protegidos;
- c) Estudar e comparar a estrutura, o funcionamento e a dinâmica dos ecossistemas “naturais” e dos processos socioeconômicos, especialmente o impacto das mudanças nas populações humanas e modelos de colonização desses sistemas;¹⁰⁷
- d) Desenvolver sistemas e meios para medir as mudanças qualitativas e quantitativas no ambiente para estabelecer critérios científicos que sirvam de base para uma gestão racional dos recursos naturais, incluindo a proteção da natureza e para o estabelecimento de fatores de qualidade ambiental;
- e) Ajudar a obter maior coerência global na investigação ambiental mediante:
 - 1. O estabelecimento de métodos comparáveis, compatíveis e normatizados, para a aquisição e o processamento de dados ambientais;

¹⁰⁵ Ver a esse respeito os artigos introdutórios: WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. Tradução Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade. *Ambiente e Sociedade*, Campinas. v. 5-6, n.1-2, p. 23-44. ago/dez-jan/jul [1990] 2002-2003. _____. Para fazer história ambiental. Tradução José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215. [1988] 1991. DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197. 1991. PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

¹⁰⁶ Objetivos extraídos de RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. op. cit., 2001, p. 64-65. Também pode ser encontrado em: BATTISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973]1982. p. 460-461.

¹⁰⁷ Notemos que a pauta da História Ambiental, que surge nesse período nos EUA, encontra diálogo com as propostas dos itens a, b e c.

2. A promoção de intercâmbio e transferência de conhecimentos sobre problemas ambientais;
- f) Promover o desenvolvimento e a aplicação da simulação e outras técnicas para a elaboração de ferramentas de gestão ambiental;
- g) Promover a educação ambiental em seu mais amplo sentido por meio de:
1. Desenvolvimento de material de base, incluindo livros e complementos de ensino para os programas educativos de todos os níveis;
 2. Promoção de treinamento de especialistas das disciplinas apropriadas;
 3. Acentuação da natureza interdisciplinar dos problemas ambientais;
 4. Estímulo ao conhecimento global dos problemas ambientais através de meios públicos e outros meios de informação;
 5. Promoção da ideia da realização pessoal do homem e sua associação com a natureza e de suas responsabilidades para com a mesma.

Tal como exposto pelo Conselho de Coordenação do Programa MaB, o enfoque científico apresenta-se na análise dos sistemas ecológicos, de sua estrutura e funcionamento, assim como sua reação às intervenções humanas, com “énfasis a la vez en el impacto del hombre sobre el ambiente y el impacto del ambiente sobre el hombre”, conforme apontou Michael Batisse. De início, o Conselho definiu treze projetos científicos internacionais que constituiriam o núcleo do Programa MaB.¹⁰⁸ Particularmente, sugerem um predomínio na atuação na porção terrestre da biosfera e refletem grande parte dos temas que apontamos

¹⁰⁸ BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973] 1982. p. 462 e seguintes. Sumariamente, os treze projetos são: 1) *Efectos ecológicos del incremento de las actividades humanas en ecosistemas forestales tropicales y subtropicales*; 2) *Efectos ecológicos de las distintas prácticas de uso y gestión de la tierra en los paisajes forestales mediterráneos y templados*; 3) *Impactos de las actividades humanas y de las prácticas de utilización de suelo en las tierras de pasto: sabana, praderas (desde de zonas templadas a áridas), tundra*; 4) *Impacto de las actividades humanas sobre la dinámica de los ecosistemas de las zonas áridas y semiáridas, con atención particular a los efectos de regadío*; 5) *Efectos ecológicos de las actividades humanas sobre el valor y los recursos de los lagos, marismas, ríos, deltas, estuarios y zonas costeras*; 6) *Impacto de las actividades humanas en los ecosistemas montanos*; 7) *Ecología y uso racional de los ecosistemas insulares*; 8) *Conservación de zonas naturales y del material genético que contienen*; 9) *Evaluación ecológica de la gestión de plagas y el uso del fertilizantes en el ecosistemas terrestres y acuáticos*; 10) *Efectos sobre el hombre y su ambiente de las principales obras de ingeniería*; 11) *Aspectos ecológicos de la utilización de la energía en sistemas urbanos e industriales*; 12) *Interacciones entre las transformaciones ambientales y los cambios genéticos y demográficos*; 13) *Percepción de la calidad ambiental*.

anteriormente. O destaque mencionado por Batisse como a pedra de toque do Programa é a “percepção da qualidade ambiental” – essa percepção varia segundo diferentes grupos humanos em suas experiências históricas e culturais com determinado ecossistema onde habitam. Assim, o objetivo do MaB é fomentar pesquisas com intuito de oferecer critérios ecológicos e culturais que possam avaliar e conduzir práticas para uma melhoria da qualidade do meio ambiente e da sociedade.¹⁰⁹

Contudo, não podemos nos esquecer de que as ações científicas e políticas sobre o meio ambiente prescindem de espacialidade. Para cumprir seus objetivos, o Programa MaB, necessariamente, deveria estabelecer critérios de seleção de regiões para investigação – na impossibilidade de abarcar toda a biosfera – e a partir daí estabelecer uma rede global de “estações” de observação sistemática e criação de parâmetros para os setores biológicos e sociais. Tal rede constituiria um instrumento essencial do Programa desenvolver conhecimento e levar a cabo ações sobre determinado espaço, ao mesmo tempo em que sistematizaria informações para uma compreensão global das condições e processos da biosfera.

Para a elaboração dos distintos estudos almejados pelo Programa foi necessária a disponibilidade de regiões onde se encontrassem de zonas naturais relativamente pouco alteradas pelas atividades humanas a áreas bastante impactadas. Por questões logísticas, a associação dessas “estações” a espaços naturais protegidos já existentes e atuantes em termos de conservação e pesquisa científica foi imediata – como Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Estações Agronômicas, dentre outras. Esses espaços naturais já existentes foram considerados centrais para o alcance dos objetivos do MaB, ao mesmo tempo em que o Programa reforçaria a capacidade dos países em pesquisa e compreensão de seus próprios problemas.¹¹⁰ Para esse propósito, os Estados-membro teriam que designar tais espaços como “Reservas da Biosfera” que conteriam zonas representativas dos ecossistemas do país.

As variedades de ecossistemas no planeta, as diferentes formas de relação com as sociedades humanas ao longo do tempo e as desigualdades econômicas colocam questões importantes à criação desses espaços em determinados países. Considerando essas variáveis, Michael Batisse afirmara, “ningún programa científico internacional de esta clase podría ser efectivo, en particular en los países en vías de desarrollo, que cubren una gran parte de la

¹⁰⁹ BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973] 1982, p. 468.

¹¹⁰ Id. Ibid., p. 469.

biosfera, sin un vigoroso componente educacional y de formación de especialistas”¹¹¹ Ao Programa caberia uma avaliação do estado da educação “ecológica y ambiental” no país e a formação e capacitação de especialistas, estimulando atividades em ciências ambientais do nível universitário ao escolar. Entretanto, as características desses especialistas em meio ambiente ainda eram imprecisas, sobretudo frente à abrangência de perspectivas que assumem os chamados problemas ambientais.

Juntamente com a qualificação no campo científico, a atuação do MaB em territórios nacionais deveria somar esforços com instituições autóctones para fomentar o pensamento ecológico e introduzir essa dimensão aos projetos de desenvolvimento econômico e social – “la inclusión de supervisión ecológica y la finalización de estudios ecológicos y de taxonomía de base antes de acometer los proyectos de desarrollo deberían convertirse en práctica regular”, bem como aqueles profissionais ligados a projetos de desenvolvimento econômico que afetavam o meio ambiente deveriam ter em sua formação conhecimentos básicos de ecologia, apontou Michael Batisse.¹¹²

A característica do MaB era servir de referência para apoio a ações efetivas que se configurassem nos territórios pelos Estados-membro signatários desse Programa – com isso, era imprescindível o conhecimento do padrão de atuação dos países em relação ao seu meio natural. O Programa não explicita essa *dimensão histórica* que permeia sua atuação ao propor o conhecimento dos impactos das atividades humanas no meio ambiente e deste nas sociedades, e que pode contribuir para compreender as possibilidades e limitações de sua ação.

1.3. Em busca do equilíbrio global: política, economia e meio ambiente

Entre a Conferência da Biosfera (1968) e a realização da Conferência de Estocolmo (1972), foi instituída uma comissão preparatória, composta por consultores de 58 países, ligados ao setor da economia e desenvolvimento, da indústria, da pesquisa científica e de relações internacionais, com o objetivo de elaborar um relatório que sintetizasse as questões até então levantadas sobre as condições do planeta. Tal comissão teve à frente os

¹¹¹ BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973] 1982, p. 470.

¹¹² Id. Ibid. p. 471.

pesquisadores Barbara Ward e René Dubos, os quais publicaram em 1972 o relatório *Uma Terra Somente*¹¹³, que ao lado do informe do Clube de Roma, *Limites do crescimento* (1972), tornaram-se documentos representativos das discussões desse período.

O tema da fome permeou o debate ao lado da escassez dos recursos naturais. As projeções do aumento exponencial da população do planeta, presente no relatório *Limites do Crescimento*, teve forte impacto no campo científico e em alguns setores de divulgação¹¹⁴. Declarando-se neutro no debate político internacional, o relatório tinha por objetivo expor, ao maior número possível de governos, que os problemas que a humanidade enfrentava tinham por característica serem interdependentes, cujas ações, portanto, necessitavam serem mais bem enquadradas e pensadas globalmente.¹¹⁵

Além da característica econômica, política, social e cultural, passa a compor a equação o *limite* dos recursos naturais. O relatório se inseria no projeto *Dilemas da Humanidade*, com foco no exame dos complexos problemas que afligiriam as nações do planeta¹¹⁶. A proposta é explicitamente universalizante ao propor uma agenda global pautada sobre temas como a pobreza, poluição nas cidades e desorganização do espaço urbano, degradação do meio ambiente, perda da confiança em instituições públicas, trabalho, transtornos econômicos e monetários, dentre outros – compondo uma “problemática mundial”, tal como definiu o Clube de Roma – tendo como característica comum o fato de que, “ocorrem, até certo ponto, em todas as sociedades; contem elementos técnicos, sociais, econômicos e políticos; e, o que é mais importante, atuam uns sobre os outros”.¹¹⁷

Como perspectivas de análise, foram propostas cinco tendências consideradas de interesse global: o ritmo acelerado da industrialização, o rápido crescimento demográfico, a desnutrição generalizada, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e a deterioração ambiental, observadas a longo prazo.¹¹⁸ As análises apresentavam uma dinâmica de crescimento exponencial, o que apontaria para um futuro catastrófico caso não fossem

¹¹³ Cf. WARD, Barbara; DUBOS, René. *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução de Antônio Lamberti. São Paulo: Edgar Blucher; Melhoramentos; USP, 1973.

¹¹⁴ Estudo realizado pelo Clube de Roma em parceria com o *Massachusetts Institut of Technology*, sob direção de Dennis Meadows e apoio financeiro da *Volkswagen Foundation*.

¹¹⁵ Cf. MEADOWS, Dornella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jogen; BEHRENS, William W. *Limites do crescimento*. Tradução 2 ed. Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

¹¹⁶ Id. Ibid., p. 11.

¹¹⁷ Id. Ibid.

¹¹⁸ Id. Ibid., p. 18.

alterados os padrões de crescimento econômico e da população mundial.

Tal projeção direcionava as incertezas para um horizonte relativamente próximo, em torno do ano 2000 – como manter o crescimento econômico compatível com o contingente populacional dentro do quadro de finitude dos recursos naturais? Essa interrogação colocaria a necessidade de pensar sobre as condições e limites da base biofísica do planeta, responsáveis pela manutenção não só da vida humana em seu aspecto mais elementar, o da alimentação, mas de toda a dinâmica da sociedade urbano-industrial que se desenvolveu acentuadamente no último século, que além do consumo de recursos, liberava grande e variada quantidade de dejetos no meio ambiente.¹¹⁹

A projeção do aumento da população mundial já era recorrente nas páginas da principal publicação da UNESCO, *El Correo*, e sua vinculação mais direta foi com a produção agrícola – onde os riscos de erosão e desertificação apareciam como fator negativo e o desenvolvimento de tecnologias e produtos químicos assegurariam o aumento da produção de alimentos. A principal crítica à agricultura era sobre os métodos considerados atrasados e de baixa produtividade – dando aval à modernização seguindo o modelo de larga escala.

Antecipando a discussão difundida pelo relatório *Limites do crescimento* (1972), em 1967, o economista E. J. Mishan questionou as virtudes do crescimento econômico em seu livro *The costs of economics growth*, afirmando que o continuado esforço para alcançar e acelerar o crescimento econômico apoiado em inovações tecnológicas traria prováveis efeitos negativos e destruidores, sobretudo ao meio ambiente, afetando diretamente a vida humana. Apresentava uma visão de decadência e deterioração não apenas das condições ambientais, mas sociais e morais da humanidade.¹²⁰

Outro importante autor que formulou críticas contundentes ao modelo de crescimento econômico foi o romeno Nicholas Georgescu-Roegen. Partindo de uma leitura do processo econômico a partir da teoria Termodinâmica, proporcionou uma análise do sistema em sua relação com o meio biofísico. Em *The Entrophy Law and the economic process*, publicado originalmente em 1971, onde, partindo da lei da entropia (segundo princípio da Termodinâmica que diz respeito, muito sumariamente, a dissipação de energia em qualquer trabalho) aproximou a teoria econômica com as leis da física e as ciências naturais ao

¹¹⁹ MEADOWS, Dornella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jogen; BEHRENS, William W. *Limites do crescimento*. op cit., 1978, p. 44.

¹²⁰ Cf. MISHAN, E. J. *Desenvolvimento a que preço?* Tradução Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, [1967] 1976.

explicitar as dimensões biogeofísicas da atividade humana e os limites da biosfera da qual dependemos.¹²¹ Esses e outros autores estiveram atentos ao momento histórico em questão e elaboraram interpretações e propostas diversas. O grande número de publicações, do qual citamos apenas algumas, indicam isso – daí a importância do campo político no encaminhamento de determinada visão e não outra – sendo a ONU, talvez, a principal instituição a moldar esse debate.

O cálculo da disponibilidade de recursos naturais não-renováveis fundamentava-se sobre as reservas então conhecidas – a dúvida ficava por conta da existência de novas reservas – e medidas como a reutilização de elementos foram indicadas para diminuir o impacto da extração de matéria-prima¹²². No entanto, somente a redução da taxa de crescimento populacional poderia garantir alguma estabilidade futura. E para isso ocorrer, a industrialização aparecia como central ao engendrar mudanças no modelo familiar para um menor número de filhos.

A acalorada discussão em torno dos pressupostos do *Limites do Crescimento* cindiu opiniões entre aqueles defensores da manutenção do crescimento econômico, àqueles que advogavam pelo não-crescimento (os *zeristas*), e outros que buscavam um novo modelo de desenvolvimento para a inserção dos milhões de habitantes do planeta que viviam na miséria extrema, posição assumida por Maurice Strong e Ignacy Sachs¹²³. A existência desse contingente de pobres será mencionada recorrentemente quando das discussões sobre os

¹²¹ Para uma introdução à obra de Georgescu-Roegen ver CECHIN, Andrei Domingues. *A natureza como limite da economia*: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: SENAC; Ed. USP, 2010. Em 1979 o filósofo francês Jacques Grinevald e o historiador belga Ivo Rens organizaram uma coletânea com quatro ensaios de Georgescu-Roegen recentemente traduzida no Brasil, ver: RENS, Ivo; GRINEVALD, Jacques (Orgs.). *Nicholas Georgescu-Roegen - O Decrescimento*: entropia, ecologia, economia. São Paulo: SENAC, 2013. CECHIN, Andrei Domingues; VEIGA, José Eli. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 438-454, set., 2010. CORAZZA, Rosana Icassatti. Tecnologia e Meio Ambiente no debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen. *Economia*, Brasília (DF), v.6, n.2, p.435-461, Jul./Dez. 2005. Suas ideias somam-se à vertente chamada “economia ecológica”, que conta com um conjunto de autores de longa data, tal como apresentado por MIR, Miguel Cuerdo; GOROSTIZA, José Luis Ramos. *Economía y Naturaleza*: una historia de las ideas. Madrid: Síntesis, 2000, particularmente a terceira parter “El inevitable reencuentro entre Economía y Naturaleza, p. 121-284. Ver também: NAREDO, José Manuel. *Raíces económicas del deterioro ecológico y social*: más allá de los dogmas. 2. ed. rev. ampl. Madrid: Siglo XXI, 2010.

¹²² A reutilização de material para novos produtos - o que chamamos atualmente por reciclagem – aparece com maior ênfase no relatório *Uma terra somente*, não apenas no sentido de buscar reduzir a extração, mas como tentativa de diminuição dos resíduos descartados no meio ambiente.

¹²³ Cf. SACHS, Ignacy. *A terceira margem*: em busca do ecodesenvolvimento. op. cit., 2009. _____. *Rumo à ecossocioeconomia*: teoria e prática do desenvolvimento. op. cit., 2007.

rumos do desenvolvimento e, mais recentemente, sobre o desenvolvimento sustentável.¹²⁴

O economista brasileiro Celso Furtado considerou equivocada a hipótese de que os padrões de consumo dos países ricos daquele momento pudessem se generalizar aos países pobres – a ideia contrariava a orientação geral do dito desenvolvimento que resultava na exclusão das massas que viviam nos países periféricos – população essa que se apresentava em expansão demográfica. Esse “fosso” existente entre os países do centro e a periferia do sistema se reproduz internamente nos países periféricos, onde uma parcela pequena da população concentra a renda e busca reproduzir o padrão de consumo dos países centrais. Assim, a pressão sobre os recursos naturais não é uniformemente determinada pelo aumento populacional. Conclui que *Limites do crescimento* contribuiu para expor a face do mito do desenvolvimento, doutrina que para ele acoberta a dominação dos povos dos países periféricos. Furtado chega a afirmar que o interesse principal desse modelo que leva a uma previsão de ruptura cataclísmica está em proporcionar uma demonstração de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria, “a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável”¹²⁵ E mais:

como desconhecer que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-os a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?¹²⁶

Para o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, desde fins da Segunda Guerra Mundial vinha sendo gestado um novo padrão internacional de poder com o fortalecimento e

¹²⁴ Cabe notar que nesse período, tanto as publicações da UNESCO como os relatórios tratados aqui, reitera-se a preocupação com a existência de um grande contingente de pessoas na extrema pobreza. Dos anos de 1970 aos discursos nas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e sobre o Desenvolvimento Sustentável, ambas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 e em 2012, respectivamente, a “erradicação” da pobreza como vem sendo chamada atua na justificativa imperiosa de manter e estimular o nível de crescimento econômico, os próprios dados da UNESCO acerca do aumento do número de pessoas que se encontram em condições de pobreza extrema aumentaram neste mesmo período, indica que a perspectiva continua ser a do livre mercado.

¹²⁵ FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico [1974]. In. _____. *Essencial*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013. p. 174. Os textos que compõe essa coletânea, compilados por Rosa Freire D’Aguiar, oferecem uma boa aproximação ao pensamento de Furtado sobre crescimento econômico e desenvolvimento.

¹²⁶ Id. *Ibid.*, p. 174-175.

importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais, além da emergência de um conjunto de entidades supranacionais como a ONU, o FMI, o BID e o BIRD e, em termos mais específicos, no acordo de Bretton Woods.¹²⁷ Assim, “o período de globalização neoliberal já nascera sob o signo do desafio ambiental”.¹²⁸

Temos ressaltado até aqui o quanto a grande discussão no pós-guerra foi fundamentada em torno do crescimento econômico e do desenvolvimento. Daí deve-se perguntar pela relação entre esses dois termos. A crítica do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves vai ao encontro do apontado por Celso Furtado, sobre persistência da ideia de desenvolvimento como um pensamento único que se quer difundir entre todos os países do mundo como o passaporte para a modernidade, esta encarada como o padrão de vida dos países europeus, e principalmente dos Estados Unidos. Para esse geógrafo o desafio aberto pela questão ambiental encontra-se em formular alternativa *ao* desenvolvimento, em vez da busca por *outro* desenvolvimento.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves segue o raciocínio de que a contestação do movimento ambientalista forjado no movimento da *contracultura* teria sido transformada por meio do campo técnico-científico-informacional que responde, por exemplo, às publicações de relatórios e encontros que conforma os temas da questão ambiental tal como é difundida. Ou seja, altera o teor contestatório dos movimentos sociais. Ao recolocá-lo na discussão política internacional via campo científico, estaria então reorganizando as demandas a partir da chave do desenvolvimento. Figuras como o socioeconomista Ignacy Sachs, teria sucumbido a essa ideia com a proposta de *ecodesenvolvimento*, e o relatório *Nosso futuro comum*, da mesma forma, ao propor o *desenvolvimento sustentável*.

A essa leitura de Porto-Gonçalves deve ser acrescentada uma distinção necessária entre crescimento econômico e desenvolvimento, que por muitos anos foram tomados como equivalentes. A palavra desenvolvimento foi alçada no pós-segunda guerra, substituindo o que poderia ser chamado de “progresso material”. Assim, agências da ONU, como a UNESCO ou mais especificamente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assumiram a missão de promover a busca pelo desenvolvimento, sobretudo para os países considerados subdesenvolvidos, e forjados no processo de descolonização, como a maior parte daqueles que compõem o continente africano. Para Furtado, sobretudo nos países da

¹²⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 34.

¹²⁸ Id. Ibid., p. 61.

periferia do sistema capitalista, “crescimento econômico” por vezes se constitui em mera “modernização” realizado pelas elites locais sem a existência de um projeto social subjacente que efetivamente melhore as condições de vida da população, para que então se possa chamar desenvolvimento.¹²⁹

Durante vários anos o único indicador para o desenvolvimento foi o Produto Interno Bruto (PIB), atrelado ao crescimento econômico. Somente na década de 1990 que o PNUD criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), fator utilizado para aferir o desenvolvimento de um país. No âmbito do debate econômico dos anos de 1970 em diante, foi progressivamente construindo a ideia de que o crescimento econômico constituiria um meio para alcançar o desenvolvimento.

Para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que se realizaria em Estocolmo, em 1972, Maurice Strong, Secretário Geral da Conferência, solicitou a elaboração de um relatório sobre as condições do planeta que servisse de documento inicial para afinar as discussões durante o evento. O relatório final foi intitulado *Uma Terra Somente*, sob coordenação dos cientistas René Dubos e Bárbara Ward, responsável por um grupo de pesquisadores que atuavam em diversos temas mirando uma visão atualizada sobre a “época em que a atividade humana estaria causando efeitos profundos sobre o meio ambiente”.¹³⁰

O próprio Dubos teve participação ativa no debate ambiental da década de 1960. Biólogo francês, radicado nos EUA, René Dubos se voltou para a reflexão sobre as relações entre a espécie humana em suas características biológicas e o ambiente onde se encontra ao longo do tempo. Parte do argumento do Dubos é de que durante o tempo histórico, em todo mundo, ocorreram profundas transformações da natureza pela atividade humana. Independente da avaliação que se faça sobre esse fato, ocorre que a natureza tal como existe no mundo atual foi profundamente moldada pela atividade social, e sendo assim, para o autor, “sua qualidade precisa ser avaliada em termos de seu relacionamento com a vida civilizada e não de seu primitivo estado selvagem”.¹³¹

¹²⁹ FURTADO, Celso. *Essencial*. op. cit., 2013.

¹³⁰ Cf. WARD, Barbara; DUBOS, René. *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução Antônio Lamberti. São Paulo: Edgar Blucher; Melhoramentos; USP, 1973. p. 15.

¹³¹ DUBOS, René. *Um animal tão humano: como somos moldados pelo ambiente e pelos acontecimentos*. Tradução Antonio Lamberti. São Paulo: Melhoramentos; Ed. USP, [1968] 1974. p. 174.

A proposta de Dubos coaduna com a publicação de outros trabalhos que buscaram no passado das civilizações modelos para questionar o presente estado de degradação do planeta em que viam diante de seus olhos. A bibliografia utilizada por esse autor apresenta uma variedade de títulos publicados ainda na década de 1960 sobre esse tema. Sua perspectiva de história é a de Arnold J. Toynbee sobre as a evolução das civilizações por meio de respostas aos desafios impostos pelo meio¹³² - Dubos não escapa da valoração bastante presente no pensamento preservacionista da “feiura” e da degradação proporcionada pela civilização urbano-industrial e a “beleza” das áreas naturais “ainda não arruinadas”.

As reflexões de Dubos sobre a relação humana com o ambiente, e a interação entre ambos, marcaram alguns questionamentos presentes no relatório *Uma terra somente*, a começar pelo lugar do homem nos ecossistemas. Contudo, ao contrário de *Limites do crescimento*, apresenta em sua introdução uma perspectiva de “sóbrio otimismo” quanto aos temas tratados. Foi prontamente constatada sua grande influência na transformação e destruição de ambientes naturais, fato que lhe impõe o fardo de “administrar” a Terra – a síntese da relação entre sociedade e natureza novamente aparece enquanto atuação do Homem que interage continuamente com o meio, o transforma, e é por ele transformado.¹³³

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, para a qual o relatório foi preparado, era encarada como fórum de onde se discutiria e propagaria recomendações políticas para que, nas palavras desse Relatório, o homem aprendesse a administrá-lo inteligentemente. A perspectiva de esgotamento dos recursos naturais colocou em evidência a relação entre desenvolvimento econômico baseado no modelo industrial e a base física do planeta, de onde retira a matéria necessária aos diversos processos industriais, e nele retorna os dejetos desse mesmo processo.

Assim, a questão posta em termos mundiais, foi como os países subdesenvolvidos, ou da periferia, que almejavam o mesmo nível de bem-estar alcançado pelos países industrializados aceitariam submeter sua sonhada industrialização a limitações de ordem

¹³² Arnold J. Toynbee (1889-1975), historiador inglês representante e defensor da vertente de uma História Universal, se notabilizou num projeto envolvendo contar a história de vinte e seis civilizações ao longo do tempo, onde publicou doze volumes, sob o título *A Study of History*, escritos entre os anos de 1931 a 1960. Em 1974 finalizou um volume intitulado *Mankind and mother Earth (A humanidade e a mãe Terra: uma história narrativa do mundo, na tradução brasileira)*, onde segue a ordem cronológica das civilizações até meados do século XVIII. Nos três últimos capítulos, designou-os como “a Biosfera” como título e procurou articular em poucas páginas as principais transformações ocorridas no período de 1763 a 1973. (p. 684-723), publicado postumamente, em 1976.

¹³³ “O Homem não somente sobrevive e atua em seu meio, mas o modela e é por sua vez modelado por ele” WARD, Barbara; DUBOS, René. *Uma terra somente*. op. cit., p. 25-26.

ecológica, sendo que os países industrializados cresceram à custa desse passivo ambiental, e queriam impor de maneira hipócrita o respeito ao meio ambiente que eles mesmos não cumpriram? Ideia que balizou o posicionamento dos países em desenvolvimento, tendo à frente Brasil e Índia. Outros, como o representante do governo chinês criticaram a própria ideia de esgotamentos de recursos, argumentando ser ela bastante relativa e enviesada segundo critérios ideológicos ocidentais.¹³⁴

Discussões em torno da energia nuclear e dos pesticidas dividiam opiniões, ainda que com tendência à defesa de ambas. Sobretudo, o uso do DDT, quando mencionado seu potencial mal à saúde, também foi elencado seus benefícios no combate não apenas às pragas na agricultura, mas em vetores de doenças como a malária relativizando seus riscos, a despeito das conhecidas críticas desde *Primavera Silenciosa*, dez anos antes.¹³⁵

Segundo Barbara Ward e René Dubos, de um conjunto tão amplo de pesquisadores que participaram do projeto, naturalmente existiram tantas nuances e divergências a respeito da intervenção tecnológica no ambiente humano quanto possível, no entanto, houve consenso no “fato de os problemas ambientais estarem se tornando cada vez mais universais.”¹³⁶ A emergência de movimentos contestatórios da poluição e das consequências ecológicas era considerado necessariamente urbano e fruto de sociedades industrializadas com nível elevado de riqueza econômica – afirmação que supõe as sociedades não industrializadas como potencialmente degradadoras do ambiente, sem conceber diferentes formas e convívios que

¹³⁴ Cf. HARVEY, David. La población, los recursos y la ideología de la ciencia [1974]. In. _____. *Espacios del capital: hacia una geografía crítica*. Tradução Cristina Piña Aldao. Madrid: Akal, [2001] 2007. P. 51-80. Como deixa entrever o título desse artigo, Harvey argumenta sobre a impossibilidade de uma ciência “neutra” ideologicamente. Questionando a interpretação dada pelo relatório *Limites do Crescimento* e por um grupo de pesquisadores da Universidade de Sussex, *Thinking about the future: a critique of the Limits to Growth* (1973), esse geógrafo foi buscar a relação entre crescimento demográfico e recursos naturais em três autores “clássicos”, Malthus, Ricardo e Marx, para demonstrar não a incoerência das análises contemporâneas, mas o fato de que determinada “escolha”, como a projeção neomalthusiana, por exemplo, tem implicações políticas imediatas que respondem a certa forma de organização da sociedade. Lembrando que as ideias de *consumo*, *recursos* e *escassez* são construídas historicamente e têm funções definidas de acordo com o sistema econômico – os níveis de consumo, disponibilidade ou escassez de recursos e produtos tem lugar central nos mecanismos de preço no Capitalismo. Assim, o alarde sobre a explosão demográfica e a projeção de escassez de recursos parte da ideia de risco ao modelo social vigente. Percebidos os riscos, abrem-se as possibilidades de ações visando a conservação do mesmo sistema ou a mudança radical. Não há novidade de que a tendência da política é a manutenção da ordem hegemônica.

¹³⁵ “O DDT causa pequeno, ou nenhum dano direto e imediato ao Homem, quando usado em condições razoavelmente controladas. Sua toxidez para os grandes ecossistemas da Natureza e, eventualmente para o próprio Homem evidencia-se somente após prolongados períodos de uso que resultam em seu progressivo acúmulo nas cadeias alimentares”. WARD, Bárbara; DUBOS, René (Orgs.). *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. op. cit., [1972] 1973. p. 25.

¹³⁶ Id. Ibid., p. 23.

essas sociedades estabeleceram com o meio natural, não necessariamente almejando o conforto material oriundo da industrialização dos países considerados “desenvolvidos”.

Percebe-se que o desejo de desfrutar do padrão de vida e bens de consumo é projetado para as gerações futuras, inclusive com a tendência de que todos alcancem tal nível – “não sabemos se aqueles que desfrutaram hoje desses padrões almejarão outros ainda maiores – embora o comportamento passado dos grupos ricos não sugira que o apetite se reduza com o comer.”¹³⁷ Mesmo em países de economia planificada, como da URSS, as questões relativas ao crescimento econômico não foram encaradas de maneira diferente – “não obstante, os governos socialistas incluem, indubitavelmente, entre os seus objetivos nacionais, um nível de vida em constante ascensão.”¹³⁸

Segundo o Relatório, são três as áreas de produção e consumo que entrariam em conflito com as necessidades sociais e ambientais básicas, onde o mercado daria respostas insatisfatórias aos problemas ambientais, devendo, portanto, “ser introduzida nova política que dê ênfase aos contextos mais gerais de ordem e comodidade”¹³⁹ – tratam-se: 1) dos custos de produção que menosprezam as deseconomias¹⁴⁰ externas; 2) a pressão da urbanização moderna; 3) e o risco crescente de escassez de materiais e de energia. De modo geral, tanto as economias de planejamento central como as economias de mercado não incluem os custos de tais deseconomias, como as constituídas pelas descargas de efluentes na atmosfera, – dada uma economia herdada e pensada ainda segundo a tradição industrial “anterior”.

Essa *unidade* do planeta então percebida, facilitada pelo desenvolvimento do setor de transportes e de comunicação em geral, possibilitou o questionamento de um ordenamento territorial inexistente – a Terra, em sentido *lato*, vinha sofrendo uma segmentação e uso perene do espaço em nível nunca visto, com a agricultura em larga escala, os setores industriais, áreas de eliminação de refugos, estradas, cidades, dentre outros usos – fato que demandaria aos países, portanto, a constituição de políticas de planejamento territorial, tanto

¹³⁷ WARD, Bárbara; DUBOS, René (Orgs.). *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. op. cit., [1972] 1973. p. 47.

¹³⁸ Id. Ibid. Ou seja, ainda em termos econômicos, “nenhum país do globo estaria fora da trama de comércio e investimentos tecida nos últimos três séculos” (p. 83), e não apenas as conexões econômicas se fazem presentes, mas a comunicação praticamente instantânea entre todas as partes demonstram o grau de integração de uma ordem tecnológica. Integração que colabora também para que a noção de degradação seja percebida mundialmente – reconhecem-se casos similares de poluição do ar em Chicago, ao mesmo tempo em Seul, ou em São Paulo.

¹³⁹ Id. Ibid., p. 86.

¹⁴⁰ Sem uma definição direta, o relatório utiliza esse termo para indicar a existência dos “custos ambientais” que não são computados nas transações econômicas.

para uso dos solos urbanos quanto rural. No cômputo dessa *unidade* segmentada, já se considerava em rápida expansão a “parcela” destinada ao turismo – ou o interesse em visitas que o homem contemporâneo cultuava – “as pessoas não cruzam os oceanos e os continentes para verem parques industriais ou inspecionarem áreas suburbanas uniformes. O seu apetite é por beleza e coisas naturais.”¹⁴¹

Desde o momento em que essas considerações foram lançadas, o setor de turismo internacional não parou de se expandir e chegou ao século XXI dinâmico e com vigor. Cabe mencionar que foi nesse mesmo período que a perspectiva real da transformação ou perda definitiva, não apenas do mundo natural, mas de monumentos e cidades históricas também ganharam projeção internacional.¹⁴² Tanto a retórica da perda quanto a da proteção, se articulam ao interesse pela visita.

Essa preocupação com o patrimônio histórico e cultural não aparece no relatório em questão, mas a iniciativa da UNESCO, em 1972, de lançar a *Convenção para Patrimônio Mundial Cultural e Natural* indica algo nessa direção¹⁴³. A revolução urbana que o relatório previa para os anos de 1980 onde a maioria absoluta da população mundial viveria em cidades, foi considerada o maior risco ambiental para o Homem¹⁴⁴ – e essa transformação

¹⁴¹ WARD, Bárbara; DUBOS, René (Orgs.). *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. op. cit., [1972] 1973. p. 134.

¹⁴² Exemplo paradigmático foi a mobilização internacional para a salvaguarda dos templos egípcios de Abu-Simbel frente a eminente perda sob alagamento proporcionado pela construção da barragem Assuã, em 1959. A experiência contou com cobertura midiática da época – por exemplo, *O Correio da Unesco* – que proporcionou um alcance inédito para tal questão, viabilizando recursos para a transferência dos templos antes do alagamento. Segundo o historiador François Hartog, o patrimônio se tornou um ramo chave da indústria do lazer, e objeto de questões econômicas importantes. Sua ascensão nas últimas décadas do século XX insere sua “valorização” diretamente nos ritmos e nas temporalidades rápidas da economia de mercado atual, choca-se ou, em todo caso, aproxima-se dela. Nesse campo, esse historiador chama a atenção para a UNESCO, “pois é ao mesmo tempo uma potente caixa de ressonância e um vasto laboratório mundial no qual se elabora uma doutrina e se proclamam princípios” HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. op. cit., [2003] 2013. p. 237-239. Nesse sentido, é sintomática a publicação organizada pela UNESCO acerca da diversidade das formas que as sociedades estabeleciam com o Tempo, deixando subjacente a ideia de um breve inventário diante da sensação de perda dessas experiências. Ver: RICOEUR, Paul et al. *As culturas e o Tempo: estudos reunidos pela UNESCO*. Tradução Gentil Titton, Orlando dos Reis, Ephraim Ferreira Alves. São Paulo: Ed. USP; Petrópolis: Vozes, 1975. Ainda sobre a constituição do patrimônio comum da humanidade, ver também: SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. Voltaremos a essa questão no Capítulo 2.

¹⁴³ A Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural foi organizada pela UNESCO e aprovada na Reunião de Paris de 1972. Em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial e os primeiros sítios foram então inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em 1978.

¹⁴⁴ WARD, Bárbara; DUBOS, René (Orgs.). *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. op. cit., [1972] 1973. p. 135.

urbana deveria por em cheque a estrutura das antigas cidades, sobretudo, europeias, daí recuperar e dar maior ênfase à constituição e proteção do patrimônio histórico.¹⁴⁵

Ao processo de expansão urbana, acrescenta-se o alto valor do terreno urbano que, não é somente responsável pelos aspectos antissociais da cidade contemporânea, como também é responsável pelo fato de muitas delas constituírem-se em “desertos de pedra” – “cidade sem árvores, entre intermináveis trincheiras de concreto e aglomerações de construções de tijolo e pedra, com aspecto de barracas, reflete, nas economias de mercado, a avaliação exagerada de cada centímetro de terreno urbano.”¹⁴⁶ Seria, portanto, necessário compreender, suas relações com os subúrbios circundantes e a capacidade dos planejadores para reduzir as pressões que surgem quando uma cidade central tem de servir a uma região urbana demasiado grande, pois a vida e a dignidade na cidade central depende, também, de suas ligações com as regiões suburbanas que circundam todas as cidades principais, que são as áreas de estabelecimento humano de crescimento mais rápido – “as transformações são pois, possíveis, mas nas economias de mercado requerem uma dedicação muito maior do público ao ideal da excelência urbana.”¹⁴⁷ Dever-se-ia promover o equilíbrio, de um lado entre as normas gerais e a coordenação regional e, de outro, entre as particularidades do planejamento local – pelas pequenas vizinhanças, suas próprias praças, pintura das próprias casas, etc. Seria esta perspectiva global que tornaria possível a variedade local e evitaria, nas economias de mercado,

¹⁴⁵ Cabe lembrar que iniciativas para restauração de monumentos históricos remetem à Carta de Atenas, de 1931. No entanto, centrava-se apenas nos grandes monumentos. Trinta anos mais tarde, a Carta de Veneza ampliava os objetivos, já que pretendia levar em conta a “Conservação e Restauração dos Monumentos e dos Sítios”, ou seja, incluía o entorno do bem a ser protegido. O documento de 1972 introduz a noção de patrimônio comum da humanidade.

¹⁴⁶ WARD, Bárbara; DUBOS, René (Orgs.). *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. op. cit., [1972] 1973. p. 142.

¹⁴⁷ Id. Ibid., p. 145. Entre as economias centralmente planejadas, a industrialização e a urbanização rápida da Romênia, durante os últimos 20 anos, oferecem algumas perspectivas. O território foi mapeado – regiões naturais, linhas de comunicação, solos, florestas e áreas de estabelecimento de povoados foram levantados num inventário nacional. Foi dentro desse contexto planejado que teve lugar durante as duas últimas décadas um desenvolvimento industrial de ritmo acelerado. Colocou em prática um planejamento global quando quase 40% de sua população ainda trabalhavam na agricultura – segundo o relatório, algo que poderia ser pensado para sociedade com características de transição semelhante, mas não o foi. Como consequência desse controle cuidadoso do uso da terra, os romenos dedicaram-se a *não* criar uma cidade central dominante demasiado grande – “Deste modelo evidencia-se claramente que o congestionamento das regiões urbanas centrais não é um resultado inerente da sociedade tecnológica moderna”. Já nos Países Baixos, para abordar o problema do crescimento urbano, foi instituída a Lei Nacional de Planejamento Físico. “As autoridades locais e regionais eleitas são responsáveis pelos planos detalhados que os cidadãos podem inspecionar, aceitar ou contestar. Estão sendo construídas diversas Cidades Novas, para aliviar as tensões e as concentrações urbanas maiores.” (p. 149)

a influência singular, excessivamente unificada e, em geral, de produção em massa e barata, de edifícios e arranjos, criados com grande frequência pelo promotor particular, controlado unicamente pela necessidade de superar os valores crescentes dos terrenos e tornar o investimento lucrativo no sentido mais limitado e rápido.¹⁴⁸

Em todo caso, há os que argumentam que a única forma de enfrentar o problema ambiental é a redução da taxa de crescimento, ou mesmo a diminuição dos índices de consumo – contudo, segundo o relatório, qualquer que seja o sistema, coletivo, privado ou misto,

o aumento da despesa pública significa menor liberdade individual de escolha, a menos que continuem crescendo a produtividade da sociedade, seus meios de produção e seus recursos reais e sua inventiva, e que as necessidades públicas e as demandas privadas possam satisfazer-se ao mesmo tempo.¹⁴⁹

Deve-se considerar também que, a evolução técnica andou *pari passu* com a bélica. Tal faceta da relação ciência, mercado e estado esteve presente já na Primeira Guerra Mundial, da qual a agricultura herdou o trator, invento que introduziu nova escala de intervenção sobre a terra, seguido pela indústria química que depois de 1945 atuou na frente da Revolução Verde. E desde então os laços tem sido cada vez mais estreitos. Isso leva a discussão sobre a importância da ordem internacional, particularmente, do papel da ONU. A dificuldade de alocar capital para questões ambientais e de melhoria da qualidade de vida demandam esforço que até então nenhuma país parecia estar disposto a enfrentar. Ou seja, a questão vai além da interdependência das nações na biosfera do planeta, “o problema é saber se a tecnosfera – a ordem mundial constituída pela inovação tecnológica, corrente de investimentos e intercâmbios comerciais – também pode ser revista e controlada para reconhecer a interdependência das nações e do elemento básico da comunidade humana”.¹⁵⁰

¹⁴⁸ WARD, Bárbara; DUBOS, René (Orgs.). *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. op. cit., [1972] 1973. p. 149.

¹⁴⁹ Id. Ibid., p. 186-187.

¹⁵⁰ Id. Ibid., p. 264. “Existem três campos distintos em que já podemos começar a perceber a direção que nossa política planetária terá de seguir. Coincidem com os três poderosos e distintos impulsos – da Ciência, dos mercados e das nações – que nos colocam, com tremenda força, em nossa atual situação crítica. E apontam em direção oposta – par um conhecimento mais profundo e mais amplamente compartilhado de nossa unidade ambiental, para um novo sentido de apropriação e participação em nossa soberania econômica e política e para uma lealdade que supera a tradicional e limitada obediência das tribos e povos.” (p. 269)

Como consequência de uma superposição sempre crescente entre interesses nacionais, o número de tratados internacionais, convenções, organizações, foros consultivos e programas de cooperação multiplicaram-se rapidamente na segunda metade do século XX. O desenvolvimento de uma comunidade intergovernamental encontra sua mais concreta expressão nas Nações Unidas e em sua família de dependências funcionais especializadas e comissões regionais.

A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano¹⁵¹, resultado da Conferência reunida em Estocolmo, entre os dias 5 a 16 de junho de 1972, pretendeu ressaltar uma visão geral e comum para inspirar e guiar os povos do mundo rumo à preservação e melhoria do ambiente humano. Contendo 26 princípios que seriam os norteadores para a salvaguarda e melhoria do meio ambiente humano e natural, visava o desenvolvimento e a qualidade de vida atual e futura. Assim, pontuou questões como: o homem é tanto criatura como transformador de seu ambiente físico, que lhe dá sustento e também proporciona oportunidades de crescimento moral, social, intelectual e espiritual. Ao longo da evolução o ser humano alcançou um estágio em que, por meio da rápida aceleração da ciência e da tecnologia, adquiriu o poder de transformar seu ambiente em escala sem precedentes – tanto os aspectos do ambiente humano, como o natural – essenciais ao seu bem-estar e para o efetivo gozo dos direitos humanos fundamentais, como o direito à própria vida.

Nesse sentido, a proteção e melhoria do ambiente natural e humano aparecem como questões fundamentais ao desenvolvimento econômico em todo o mundo, desejado, sobretudo, pelos povos dos países ricos, e dever dos governos. Dada a capacidade contemporânea do homem transformar radicalmente seu entorno, o documento então clama no sentido de usá-la para levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e a oportunidade de melhorar a qualidade de vida, ponderando que até o momento, o movimento tem sido na direção contrária.¹⁵²

A Declaração é enfática ao colocar que nos países em desenvolvimento a grande parte dos problemas ambientais é causada por seu estado de subdesenvolvimento, com seus níveis de milhões de pessoas sem acesso aos bens básicos e condições dignas. Tais países deveriam centrar seus esforços no desenvolvimento, tendo em conta as suas prioridades e a

¹⁵¹ O texto completo da Declaração encontra-se disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.Print.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>> Acesso em: 04 mar. 2012.

¹⁵² “Wrongly or heedlessly applied, the same power can do incalculable harm to human beings and the human environment.”

necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. A contribuição dos países industrializados deveria atuar na redução do fosso existente com os países pobres.

De caráter assumidamente antropocêntrico, destaca o lugar central ocupado pela espécie humana, tanto no impacto, quanto para assumir o papel de reparador dos danos causados ao meio ambiente.¹⁵³ O tom do documento propõe a questão em termos de gestão de recursos naturais, no sentido de, com o acúmulo de conhecimentos científicos, poder conseguir para a espécie humana e para seus descendentes uma vida melhor em um ambiente mais de acordo com suas necessidades e esperanças.¹⁵⁴

Para atingir o que ficou definido como “meta ambiental”, se exigiria a aceitação da responsabilidade pelos cidadãos e comunidades, por empresas e instituições de todos os níveis, em compartilhar de forma equitativa seus esforços. Ao considerar que os problemas desencadeados no meio ambiente afetam desde localidades até diversos países, a atuação dos governos tanto locais e nacionais, na formulação de políticas ambientais, devem entrar em cooperação internacional, a fim de levantar recursos para apoiar os países em desenvolvimento na execução de suas responsabilidades nesse campo.

Pouco antes da publicação do Relatório *Limites do Crescimento*, em 1972, já se discutia a relação população/recursos naturais num perspectiva denominada neomalthusiana. Em um encontro internacional realizado na cidade suíça de Founex, em 1971, reunindo políticos e pesquisadores, como Maurice Strong, Ignacy Sachs, e o diplomata brasileiro Miguel Osório Rodrigues, tentou-se rejeitar as teses neomalthusianas que pouco contribuiriam para além do alarde e medidas drásticas. O cerne da discussão foi o embate entre países ricos e pobres, em resumo, gerir as desigualdades. Representantes de países ricos defenderiam uma redução na taxa de crescimento pelas condições previsíveis de escassez energética; por outro lado, os países subdesenvolvidos viam isso como estratégia de conter seu desenvolvimento. Sachs colocou a questão em termos de estilo de desenvolvimento, ou seja, que o problema não residia em aumentar ou diminuir a zero o crescimento econômico, mas tomar medidas para

¹⁵³ “Along with social progress and the advance of production, science and technology, the capability of man to improve the environment increases with each passing day.” [...] “Through ignorance or indifference we can do massive and irreversible harm to the earthly environment on which our life and wellbeing depend”

¹⁵⁴ “For the purpose of attaining freedom in the world of nature, man must use knowledge to build, in collaboration with nature, a better environment.”

que o crescimento e a industrialização não degradassem o meio ambiente e a sociedade, aniquilando assim o próprio sentido do desenvolvimento.¹⁵⁵

A tomada de consciência dos problemas ambientais e sociais (sobretudo a miséria), deveria fomentar usos distintos do crescimento, se trataria, pois, de conceber novos estilos de desenvolvimento que procurassem harmonizar o crescimento socioeconômico com a gestão racional do meio ambiente. Tratava-se de agregar uma dimensão ambiental ao conceito de desenvolvimento, um *ecodesenvolvimento*.¹⁵⁶

O que Sachs definiu como estratégias de *ecodesenvolvimento*, tratava-se de: 1) Melhor aproveitamento dos recursos específicos de cada ecozona para satisfazer as necessidades dos habitantes mediante gestão racional dos recursos; 2) reduzir os impactos ambientais negativos, reaproveitando afluentes e dejetos; 3) produção de novas tecnologias.

En vez de adaptar el ecosistema a tecnologías importadas que se han ensayado en situaciones culturales y ecológicas distintas y que suelen llevar a su destrucción y tener efectos sociales nefastos, tratase de cambiar de perspectiva y diseñar tecnologías adecuadas a las condiciones propias del medio natural y social en que serán utilizadas.¹⁵⁷

Sachs admitia que a própria escala da pesquisa científica sofreu algumas inversões, sobretudo em atrelar-se mais às realidades regionais e locais, e menos às pautas dos centros

¹⁵⁵ UNITED Nations. *Development and Environment*. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1972. [report and working papers of a Panel of Experts Convened by the Secretary General of the United Nations. Conference on the Human Environment (Founex, Switzerland, June 4-12, 1971)]

¹⁵⁶ SACHS, Ignacy. *Ecodesarrollo: un aporte a la definicion de estilos de desarrollo para America Latina*. *Estudios Internacionales*, Santiago, Chile, año 7, n. 25, p. 57-77, ene./mar., 1974. Ver também, SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento e estilos de desenvolvimento* [1974]. In: _____. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. op. cit., 2007. No Brasil, a SBPC e a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo organizaram, em 1974, um simpósio para discutir o tema “Meio Ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento”, contando com a participação do geógrafo Manuel Correia de Andrade, os médicos Walter Lessa e Warwick Estevam Kerr, o economista Celso Furtado e Ignacy Sachs, ver o capítulo: “Meio Ambiente e Desenvolvimento: estratégias de harmonização”. In: ANDRADE, Manuel Correia et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1975. Segundo lembra Sachs em sua autobiografia, “foi nos corredores da conferência de Estocolmo que Strong lançou a palavra ‘ecodesenvolvimento’”, segundo o socioeconomista, “a palavra parecia prenhe para que, no prolongamento das teses debatidas em Founex e retomadas em Estocolmo, me convidassem a tentar tornar mais preciso seu conteúdo. Foi muito curioso, pois primeiro houve o vocábulo, e depois começou-se a escavar o conteúdo. Portanto, trabalharíamos por vários anos no aperfeiçoamento do conceito de *ecodesenvolvimento*, que nesse meio-tempo se transformara em ‘desenvolvimento sustentável’ (termo que me desagradava profundamente)”. Ver, SACHS, Ignacy. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. op. cit., [2007] 2009. p. 234.

¹⁵⁷ SACHS, Ignacy. *Ecodesarrollo: un aporte a la definicion de estilos de desarrollo para America Latina*. *Estudios Internacionales*, Santiago, Chile, año 7, n. 25, ene./mar., 1974. p. 67.

internacionais de pesquisa – em outras palavras, a proposta de *Ecodesenvolvimento* trazia consigo forte teor de desenvolvimento endógeno.¹⁵⁸ Para o socioeconomista, era preciso colocar na órbita certa o ecodesenvolvimento, para não cair na armadilha de uma gestão do meio ambiente no sentido estrito do termo. Para isso, foi pensado a centralização do debate nas modalidades de uso dos recursos naturais na produção e na divisão dos frutos do crescimento. Em 1974, um colóquio presidido por Barbara Ward, em Cocoyoc, no México, iria se dedicar a isso.¹⁵⁹ Entretanto, o conceito foi rapidamente criticado por representantes de países ricos e pobres. Segundo Sachs, após o documento de Coyococ, Henry Kissinger, diplomata norte americano questionou duramente tal conceito e a atitude do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente por estar se envolvendo em questão que não lhe era da alçada – desenvolvimento – e que deveria atuar em seu campo – combate à poluição.¹⁶⁰ Por outro lado, a crítica ao modelo de desenvolvimento perseguido pelos países pobres – na trilha da industrialização e crescimento econômico espelhando-se nos países ricos, também não obteve adeptos.

A posição do Brasil já se fazia crítica às ideias e discussões acerca de limitar o crescimento econômico propostas antes mesmo do citado Relatório Founex. O representante permanente do Brasil junto à ONU, João Augusto de Araújo Castro, em discurso na sede da embaixada do Brasil em Washington para turmas do Curso Superior de Guerra, no início de 1970, enfatizou o papel fundamental que a Escola Superior de Guerra representava para o Brasil no campo da segurança e desenvolvimento. Enfatizou o fracasso da Primeira Década do Desenvolvimento, implementada pelas Nações Unidas e as perspectivas nada promissoras da Década que se iniciava. O contexto da então Guerra Fria, se não havia motivação efetiva para deflagrar uma guerra total, menos ainda havia interesses na paz; a paz se transformava em “estado tolerável de guerra”; o desarmamento em “corrida de armamentos toleráveis”; o

¹⁵⁸ Segundo Sachs, haviam conseguido um feito expressivo em assumir: “nada de parar o crescimento enquanto houver pobres e desigualdades sociais gritantes; mas é imperativo que esse crescimento mude no que se refere a suas modalidades e, sobretudo, à divisão de seus frutos. Precisamos de outro crescimento para um outro desenvolvimento. Olhando para trás, eu diria que, na prática, saímos de Founex com as ideias claras sobre a articulação do social, do meio ambiente e do econômico. Os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis”. SACHS, Ignacy. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. op. cit., [2007] 2009. p. 232.

¹⁵⁹ SACHS, Ignacy. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. op. cit., [2007] 2009. p. 241.

¹⁶⁰ Para Sachs, essa Declaração teria sido, de longe, a mais radical elaborada no âmbito das Nações Unidas, o que teria motivado, “dois dias depois o secretário da ONU recebe um telegrama que diz, *grosso modo*: ‘O que é essa declaração de Cocoyoc? Mais uma história dessas e seremos obrigados a rever nossa atitude frente ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cuja vocação é se ocupar da despoluição’. Assinado: Henry Kissinger”. Nesse contexto, o “ecodesenvolvimento” se tornou uma palavra mal apreciada, progressivamente substituída pela expressão *sustainable development*. Id., Ibid., p. 243. [itálico do original]

desenvolvimento, num “estado tolerável de pobreza”. As grandes potências estariam interessadas em “despolitizar” as Nações Unidas, que estaria desviando do seu foco, para as chamadas “novas tarefas” (controle de população, narcóticos, meio ambiente) – a Delegação do Brasil se colocou, tenaz e abertamente, em oposição a essa tendência em transformar as Nações Unidas num “Instituto Internacional de Tecnologia”¹⁶¹ – pois a consideração técnica de assuntos políticos seria um dos elementos centrais dessa política de “congelamento do poder mundial” na mão das potências industriais e bélicas.¹⁶²

A questão da soberania dos Estados, bastante discutida em Estocolmo, aparecia no relatório *Uma terra somente*, e seu relacionamento com a proposta de uma Nova Ordem Econômica Mundial, que será enfatizada logo após a conjuntura de crise mundial do petróleo, de 1973. Para McCormick, é diante desse fato que a ONU pedira o estabelecimento de Uma Nova ordem econômica Mundial em busca de uma “estrutura econômica global mais equilibrada.”¹⁶³

No ano de 1974, quando se realizou a Conferência Mundial sobre Populações, foram publicados dois números d’*El Correo* (maio e julho/agosto) dedicados inteiramente ao assunto do crescimento demográfico, articulados ao programa da ONU para o Ano Mundial da População, as questões referentes ao crescimento populacional eram abordadas em três esferas: o país, a comunidade e a família. O crescimento demográfico era confrontado com questões centrais, como a agricultura, migrações, conflitos sociais e planejamento familiar, portanto, que se ligavam diretamente à relação do ser humano com sua sociedade e com sua natureza. Os números em questão apresentavam o problema do crescimento populacional

¹⁶¹ CASTRO, João Augusto de Araújo. O congelamento do Poder Mundial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 33, p. 07-30, jan. 1972. p. 12-19. Nesse sentido o Brasil teria se dirigido ao Secretário Geral das Nações Unidas, em 03 de abril de 1970, solicitando uma “reativação diplomática da ONU” por meio de comitês *ad-hoc* de Negociação sob autoridade do Comitê de Segurança.

¹⁶² Posicionamento defendido pelo Ministro Mário Gibson Barboza na Vigésima Quinta Assembleia Geral, em 17 de setembro de 1970. Ver: BARBOZA, Mario Gilson. Discurso proferido na XXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1970. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). *O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011)*. 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012. p. 333-342. “É inegável que as Nações Unidas não têm desempenhado integralmente o papel que lhes caberia em um mundo de crises, de conflitos abertos, de comunicados de guerra, de choques e contrachoque. Sem resolver, e às vezes até mesmo sem discutir a fundo os problemas da paz, segurança coletiva e desenvolvimento econômico, as Nações Unidas dão a impressão de que lhes seria possível contentar-se com as chamadas ‘novas tarefas’, assuntos de ciência e tecnologia, preservação do meio ambiente, crescimento populacional e outros. Ninguém poderá subestimar a importância de todos esses problemas e, em alguns casos, a necessidade de um tratamento adequado deles à base de uma efetiva cooperação internacional, resguardados os princípios da Carta que garantem a soberania nacional e a igualdade jurídica entre os Estados-Membros. É óbvio que não fazemos restrição ao tratamento neste foro de tais assuntos, embora pareça mais lógico e mais prático confiá-los, *ratione materiae*, às Agências Especializadas.” (p. 336) [itálico do original]

¹⁶³ MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. op. cit., 1992. p. 153-154.

como crucial para definição de vários aspectos da sociedade, pois sugeriam riscos para a dinâmica do desenvolvimento. No entanto, eram questões intimamente ligadas pela ideia de que o desenvolvimento econômico é o indutor de transformações nas estruturas sociais, como determinante na desaceleração do crescimento populacional.¹⁶⁴ Assim, o fator do desenvolvimento não só explicaria a distinção entre países como apontava a possibilidade de contenção da explosão populacional, particularmente encabeçada pelos países pobres.

Cabe destacar nesse período a proposta da Assembleia Geral da ONU de maio de 1974, sobre a instauração de uma Nova Ordem Econômica Mundial, que se fundamentaria na percepção da interdependência dos problemas mundiais, a economia, a sociedade, a ciência, a tecnologia e a cultura, com a finalidade explícita do desenvolvimento. Ampliação da participação dos países na economia, o conflito de interesses, a distribuição equitativa de encargos e benefícios aos países, as condições econômicas e os níveis de progresso, estavam na pauta de discussão sobre Cooperação Cultural e Intelectual e a Nova Ordem Econômica Mundial, realizada na sede da UNESCO em junho de 1976.¹⁶⁵

Na esteira dessa Nova Ordem Econômica Mundial proposta, emergiu a questão da soberania, particularmente vinculada à definição do chamado Patrimônio Comum da Humanidade. A questão do Direito Internacional na perspectiva da Nova Ordem Mundial questionava a posição que o Direito Soberano do Estado assumiria diante da instauração de maiores limites às áreas definidas como Patrimônio Comum da Humanidade. Direito Soberano neste caso era definido como a liberdade de cada país em escolher o próprio sistema econômico, político, social e cultural; exercer soberania plena e permanente sobre a totalidade de seus recursos e regulamentar as atividades de empresas transnacionais.

No bojo dessas discussões foram rearticuladas propostas pensando outros rumos para o desenvolvimento que contemplasse a conservação dos recursos do planeta, mas que, principalmente, respondesse contra a pobreza. O Informe Dag Hammarskjöld sobre o desenvolvimento e a cooperação internacional foi preparado ao longo de cinco meses para ser

¹⁶⁴ Cf. *El Correo*, España, año XXVII, may, 1974. [¿Y mañana cuantos (particularmente o artigo “Crecimiento demográfico o crecimiento económico)]; *El Correo*, España, año, XXVII, jul/ago., 1974. [¿El hombre o el hambre?]. Cabe menção à questão da água, muito presente nas páginas dessa revista, que mobilizaria não apenas os aspectos referentes ao crescimento populacional, mas a agricultura e produção industrial que têm nesse recurso uma dependência relevante, merecendo uma definição estratégica para exploração e uso em todos os setores da sociedade. Devemos destacar a ocorrência do Decênio Hidrológico Internacional (1964-1974) e a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em março de 1977, lançando o Decênio Internacional da Água Potável e do Saneamento (1980-1990), os Fóruns Mundiais da Água que ocorrem a cada três anos, desde 1997. O ano de 2013 foi declarado o Ano Internacional pela Cooperação pela Água.

¹⁶⁵ Cf. *El Correo*, España, año XXIX, oct., 1976 [Hacia un nuevo orden económico mundial]

apresentado na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, entre os dias 1 e 12 de setembro de 1975. Em termos conceituais e políticos, o Informe seguiu o apresentado em Founex (junho de 1971) e a Declaração de Coyococ, no México, em outubro de 1974, ou seja, sinalizava para a necessidade de alterar não apenas os rumos, mas a própria concepção ou estilo de desenvolvimento – priorizar o desenvolvimento humano dirigido à satisfação das necessidades básicas dos pobres que constituiriam a maior parcela dos habitantes do planeta,

al mismo tiempo, desarrollo para asegurar la humanización del hombre al favorecer sus necesidades de expresión, creación, convivencia y sobre su propio destino [...] La diversidad de las formas de desarrollo responde a la especificidad de las situaciones culturales o naturales; no existe una formula universal.¹⁶⁶

Estabeleceu como foco pensar possibilidades de desenvolvimento para os países do chamado Terceiro Mundo, sobretudo por meios de emancipação da dependência internacional. Segundo o Informe, entre as necessidades dos milhares de seres humanos vivos e por nascer e os limites ecológicos do planeta havia uma margem de liberdade dentro da qual seria possível pensar outro desenvolvimento, apoiado por novo sistema de relações internacionais. Aqui, mudança nas relações econômicas e a conservação dos recursos seriam fundamentais para viabilidade do desenvolvimento, este, explicitamente como meio para garantir a qualidade de vida de um grande contingente excluído pela desigualdade do sistema mundial – “los verdaderos límites de la humanidad en nuestro tiempo, no son primordialmente físicos, sino sociales y políticos.”¹⁶⁷

Com efeito, a crise do petróleo de 1973 particularmente, na decisão que os países exportadores tomaram em aumentar o preço do barril, mais que o acréscimo, a importância de tal atitude radicaria no fato de que pela primeira vez uma decisão que afetava diretamente a política econômica dos países dominantes escapava ao seu poder. A questão colocada pelo

¹⁶⁶ INFORME. *Qué hacer? Otro desarrollo*. El informe Dag Hammarskjöld sobre el Desarrollo y la Cooperación Internacional. 2. ed. Tradução Antonio Avaria. [1975] 1980. f. 7. Ignacy Sachs recorda que, em 1977 foi criada a Fundação Internacional para Um outro Desenvolvimento, instalada na cidade de Nyon, Suíça, por iniciativa de Marc Nerfin, apoiado por personalidades dentro das Nações Unidas, contando, na época com apoio dos governos dos países escandinavos, Holanda, Canadá, Venezuela e Argélia, os dois últimos os únicos representantes do então chamado Terceiro Mundo. Sua atuação buscou instrumentalizar o conteúdo do relatório *Que fazer?* Contudo, a Fundação deixou de existir no início dos anos de 1990. Ver, SACHS, Ignacy. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. op. cit., [2007] 2009. p. 261.

¹⁶⁷ Id. Ibid.

Informe, e apresentada como crucial naquele momento, era a dimensão da política internacional que poderia viabilizar a mudança no cenário do desenvolvimento no sentido de que os países do Terceiro Mundo assumissem o controle de seus recursos e das atividades econômicas em seus territórios.

Nesse momento, entre a crise econômica e a proposta de uma Nova Ordem Mundial, em 1973, foi criada a Comissão Trilateral, formada pela iniciativa de setores privados representantes da Europa Ocidental, América do Norte e Japão – seu marco conceitual buscava as ideias neoliberais de Hayek. O objetivo foi empreender planos de cooperação entre as três regiões para melhorar os problemas de governabilidade identificados nesse relatório. A pergunta inicial foi: estaria a Democracia em crise? A questão foi levantada frente à percepção da crescente fragilidade governamental em diversos países ocidentais, segundo estadistas, estudiosos e em pesquisas de opinião pública.

Os membros da Comissão Trilateral identificaram um crescente pessimismo nos governos ocidentais com a ideia de que o Capitalismo estaria em crise. A resposta foi enfatizar que o sentido fundamental da democracia no ocidente encontrava-se na sutil inter-relação entre liberdade e responsabilidade, imprescindível para vitalidade e viabilidade do sistema político ocidental e para uma ordem internacional estável. O sistema democrático liberal foi defendido e chamado a uma “reforma” para manter-se como único viabilizador das liberdades individuais e o progresso social.¹⁶⁸

A estabilidade referida dizia respeito às relações entre Leste e Oeste, e também entre as nações do Norte e do Sul. O Relatório questionava o fato de que, não apenas aspectos econômicos, políticos e militares estavam se modificando, mas, especificamente, as instituições políticas herdadas do passado. Seria então, a democracia política em vigência a forma viável de governo para os países industrializados da Europa, América do Norte e Ásia para as próximas décadas? Poderiam esses países continuar funcionando com a forma de democracia política emergida do pós Segunda Guerra? A justificativa pela revisão da

¹⁶⁸ Cf. CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy*. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. New York: New York Press, 1975. p. 01. O Relatório foi redigido por três relatores indicados pela Comissão Trilateral para o Grupo de Trabalho Governabilidade das Democracias, criado na primavera de 1974. O capítulo sobre o Japão foi redigido por Joji Watanuki (nascido nos EUA, professor de Sociologia em Universidades norte-americanas e na Universidade Sophia, em Tóquio; o capítulo sobre a Europa Ocidental ficou a cargo de Michel Crozier (fundador e diretor do Centro de Sociologia de Organizações, em Paris e Diretor de Pesquisa do Centro Nationale de la Recherche Scientifique, também com passagens por Universidades norte-americanas); o capítulo sobre os Estados Unidos é de Samuel P. Huntington (do Centro de Assuntos Internacionais de Harvard, foi também Consultor de Planejamento Político do Departamento de Estado dos EUA, participou da Agência para Desenvolvimento Internacional do Gabinete do Secretário de Defesa).

democracia ocidental proposta tinha em sua mira a crise econômica e a crítica aos regimes políticos do Leste europeu.¹⁶⁹ Mais que isso, a conjuntura de contestação de fins dos anos de 1960 e a crise econômica dos anos 1970 deram respaldo para trazer à tona uma proposta que já vinha desde 1945, conforme apontou Perry Anderson. O discurso mobilizado foi o da desintegração da ordem civil, quebra da disciplina social, debilidade dos governos e alienação da população, num contexto de pessimismo quanto ao futuro – problemas pelos quais estariam passando a grande maioria dos países ocidentais – as ameaças à viabilidade do governo democrático vinham não apenas da classe trabalhadora, mas das aristocracias, dos militares e da classe média.¹⁷⁰

Foi nesse embate sobre os rumos políticos e econômicos de fins da década de 1970 que a política ambiental internacional foi forjada e teve que se relacionar. A Comissão Trilateral, os encontros e relatórios de Founex, Coyococ, o Informe Dag Hammarskjold foram apenas algumas das manifestações coletivas e internacionais que explicitaram os campos em disputa para imprimir algum rumo à sociedade. Para o geógrafo Wagner Costa Ribeiro que percebeu no período a constituição de uma “ordem ambiental internacional”, essa teria sido consequência dos impactos ambientais do modelo de desenvolvimento adotado que se sobrepuseram aos limites territoriais dos Estados. Tal *ordem* corresponderia, portanto a uma “medida de regulação da ação humana, como uma *norma que estabelece limites para a intervenção*.”¹⁷¹

Talvez, mais que uma ordem ambiental – ou ainda não plenamente isso – o que se desenhou foi uma renovada crença no desenvolvimento. As reais motivações acerca da preocupação com os recursos do planeta assumiram uma nova proposta de *desenvolvimento*, com a antiga promessa de bem estar social, mas zeloso pelos limites do meio ambiente. Conforme apontou Philippe Le Prestre, a definição dos problemas ambientais e as medidas

¹⁶⁹ CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy*. op. cit., 1975, p. 02. “In recent years, acute observers on all three continents have seen a bleak future for democratic government. Before leaving office, Willy Brandt was reported to believe that ‘Western Europe has only 20 or 30 more years of democracy left in it; after that it will slide, engineless and rudderless, under the surrounding sea of dictatorship, and whether the dictation comes from a politburo or a junta will not make that much difference.’”

¹⁷⁰ CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy*. op. cit., 1975, p. 06 “The political and organizational legacy of this phase still exists in France and Italy, although it is by no means as clear as it once was that communist participation in the government of either country would necessarily be the prelude to the death of democracy there. Thus, at one time or another, threats to the viability of democratic government have come from the aristocracy, the military, the middle classes, and the working class. Presumably, as social evolution occurs, additional threats may well arise from other points in the social structure.”

¹⁷¹ RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. op. cit., 2001. p. 12. [destaque nosso]

tomadas obedecem ao princípio do consenso que rege a política internacional.¹⁷² Portanto, é dentro dessa grelha de disputas e interesses – políticos e econômicos – não necessariamente antagônicos, que se dão as possibilidades para a conservação do meio ambiente. Na configuração desenhada nesse período, o ambiental e o social aparecem subjugados ao econômico, e não o contrário.

Em 1982 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, em inglês, UNEP)¹⁷³, produziu um pequeno relatório de 62 páginas sobre as condições do meio ambiente no mundo, marcando um primeiro balanço desde a Conferência de Estocolmo, dez anos antes.¹⁷⁴ Tal relatório foi constituído pela síntese de informes anteriores. Os três primeiros informes foram publicados anualmente entre os anos de 1974 e 1976, sem critérios previamente definidos que teriam ampliado a variedade de temas abordados. Para os anos seguintes foram estabelecidos cinco pontos de consideração na seleção dos temas: 1) Devem ter importância internacional, ou seja, ainda que localizado em um determinado país, apresenta características que possam influir em outros países; 2) Contar com atenção pública ou governamental e que apresente um debate científico em aberto; 3) Apresentar certo caráter de urgência, seja pelos problemas já enfrentados ou que possam se agravar no futuro próximo; 4) Temas insuficientemente tratados pelos governos e pelo sistema das Nações Unidas; 5)

¹⁷² Cf. LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. op. cit., [1997] 2005. Talvez uma síntese da dinâmica desse meio possa ser representada pela pessoa de Maurice Strong, figura central das Conferências das Nações Unidas desse Estocolmo, 1972. Canadense da província de Manitoba, quando jovem se envolveu com comércio de peles. Obteve enriquecimento rápido ao ponto de em 1954 tornar-se vice-presidente da *Dome Petroleum*. Sua rápida ascensão no mundo empresarial o conduziu à chefia da *Power Corporation* – conglomerado financeiro com interesses em mineração, energia e comunicações. Além da atuação empresarial, Strong buscou lugar na política e, em 1966, tornou-se presidente da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, posto que deixou em 1970 para assumir a secretaria geral da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano – segundo Philippe Le Prestre, seu papel foi essencial na atenuação dos conflitos Norte/Sul que ameaçavam levar a Conferência ao fracasso. Assim, foi nomeado primeiro diretor executivo do PNUMA. Em 1975, Strong retoma os negócios e funda a companhia petrolífera *Petro-Canadá*. Em 1986, ajudou a fundar a *American Water Development*, da qual um dos projetos consiste exploração da água de um lençol freático do Colorado. Após críticas de setores do movimento ambientalista, Strong deixou a Companhia vendendo sua parte das ações. Por todo o tempo manteve contato paralelo no seio das Nações Unidas, estando presente na Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da qual deu origem ao Relatório Brundtland e assumiu a tarefa de conduzir a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Ver: LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. op. cit., [1997] 2005. p. 154-155.

¹⁷³ A criação do PNUMA foi decidida na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo, em junho de 1972, e formalizada pela Assembleia Geral da ONU em 15 de dezembro de 1973. É um organismo diretamente subsidiado pelo Conselho Econômico e Social e seus membros são aqueles dos países membros da ONU. Em sua divisão interna tem-se o Conselho Administrativo, o Fundo do Meio Ambiente e o Plano de Vigilância. Com dotação orçamentária subscrita por doações, do qual os Estados Unidos respondia por um quinto. Ver, LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. op. cit., [1997] 2005. p. 117.

¹⁷⁴ Cf. PNUMA. *El estado del medio ambiente, 1972-1982*. Nairobi: PNUMA, 1982.

Temas que envolvam o PNUMA, em que este já venha participando ou que possa vir a contribuir. Estocolmo teria marcado uma mudança na ênfase sobre os problemas ambientais – se antes o foco eram as alterações no meio físico e as propostas de proteção da natureza, as discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano marcaram maior preocupação para os efeitos das transformações e degradação do meio ambiente para os seres humanos.

O Relatório do PNUMA sobre o “Estado do Meio Ambiente”, referente ao decênio 1972-1982 almejou um balanço da década pós Conferência de Estocolmo. Utilizou como marco de referência para a análise ambiental a Estratégia Mundial para Conservação¹⁷⁵, que ressalta a interdependência entre desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente. Embora admita lacunas e insuficiência de dados, particularmente dos países em desenvolvimento, o relatório expôs que não houve melhoria no estado do meio ambiente: na *Atmosfera* houve aumento das emissões de gases poluentes; os *Oceanos* se encontrariam fora de perigo, excetuando-se áreas costeiras e portos – o potencial econômico não aproveitado dos mares do “sul” foi ressaltado; as *Águas*, embora constatada melhora no abastecimento de algumas regiões, o número de pessoas sem água potável e saneamento aumentou, agravado pela contaminação; na *Litosfera* houve incremento na reciclagem; no entanto a exploração de minerais metálicos e não metálicos aumentou; na *Biota Terrestre* continuou a destruição das florestas tropicais em ritmo de 11 milhões de hectares por ano, com avanço de processos erosivos e desertificação afetando uma cobertura estimada em 20 milhões de hectares por ano, juntamente ao aumento no risco de extinção de espécies da flora e fauna; quanto à *População e assentamentos humanos* houve aumento de aproximadamente 30% para área urbana, sendo que nos países em desenvolvimento as ocupações irregulares cresceram impactando a qualidade do meio ambiente; por outro lado, registrou-se queda na taxa anual de crescimento demográfico em todas as partes do mundo, exceto no continente africano; a *Saúde humana* também registrou piora com o aumento de enfermidades e óbitos nos países em desenvolvimento, avanço da desnutrição, fomes crônicas e contágio por produtos químicos tóxicos, seja pelo manuseio direto ou contaminação do ambiente; os *Sistemas bioprodutivos*, teriam aumentado a produção de alimentos, ainda que não suficientemente, graças aos progressos da biotecnologia e ao emprego de agroquímicos, embora tenha trazido efeitos

¹⁷⁵ Ver, UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia Mundial para a Conservação*: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado. Tradução CESP. São Paulo, [1980] 1984. A finalidade da Estratégia Mundial é: a) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas vitais do meio ambiente; b) preservar a diversidade genética; c) assegurar o aproveitamento sustentado das espécies e dos ecossistemas.

nocivos à saúde humana e ao meio ambiente; a *Indústria* intensificou seus esforços para reduzir a contaminação com algum êxito; a *Energia*, mesmo com empenho em diminuir o consumo e estimular fontes renováveis, houve aumento de sua utilização em 34% no decênio; quanto ao *Transporte e o Turismo* registrou-se significativo incremento no número de veículos automotores contribuindo para índices elevados de congestionamentos e emissão de poluentes, bem como crescente número de turistas pelo mundo, com impactos econômicos, sociais e ambientais, tanto positivos quanto negativos; já a *Paz, segurança e meio ambiente* teve no decênio o registro de elevados gastos militares e aumento do número de refugiados; por outro lado, houve incremento em atividades de educação ambiental, investimentos em programas científicos, maior atuação de organizações não-governamentais, proliferação de agências nacionais e legislações que se ocupavam da temática ambiental, bem como frutificaram iniciativas no plano de cooperação internacional, contudo, “seria difícil sustener que el sistema internacional es tan eficiente como debiera serlo”¹⁷⁶

A publicação, em 1980, pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), da “*Estratégia Mundial para a Conservação: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado*”, apresenta um quadro semelhante ao diagnóstico do PNUMA, mas com enfoque estratégico e propositivo maior. Contou com a participação de mais de 700 cientistas de diversos países, bem como o apoio da FAO, UNESCO, PNUMA e WWF. O cerne do documento justifica-se não apenas em defender a viabilidade da conservação da natureza com o desenvolvimento, mas demonstrar a interdependência de ambos.¹⁷⁷

As relações do homem com a biosfera necessariamente deveria passar por uma reformulação, mediante uma nova ordem econômica internacional em que o *Desenvolvimento*

¹⁷⁶ PNUMA. *El estado del medio ambiente, 1972-1982*. op. cit., 1982. p. 59-62.

¹⁷⁷ UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia Mundial para a Conservação: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado*. op. cit., [1980] 1984. A ampla divulgação desse documento, dirigido aos encarregados de elaborar políticas de governos, aos conservacionistas e aos responsáveis pelo desenvolvimento e órgãos afins, indica constituir uma das primeiras e principais publicações propositivas de circulação mundial da época. Não por acaso a Política de Meio Ambiente do Estado de São Paulo teve por base esse documento, tal como assinala o Prefácio de André Franco Montoro, então Governador e Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Os problemas prioritários segundo o documento seriam: 1) redução quantitativa das terras agrícolas e para pecuária; 2) erosão dos solos e degradação de bacias de captação e vertente de rios; 3) desertificação; 4) perda dos sistemas vitais relativos à pesca; 5) extinção das espécies, subespécies e variedades; 6) exploração abusiva dos peixes e da fauna silvestre; 7) desmatamento; 8) alteração do clima e poluição do ar; 9) enfoque setorial estreito da conservação; 10) falta de integração do desenvolvimento com a conservação; 11) planejamento ambiental inadequado e aproveitamento irracional dos recursos; 12) má organização; 13) escassez de pessoal capacitado; 14) escassez de informação; 15) falta de apoio para conservação; 16) inexistência de um desenvolvimento rural baseado na conservação.

e *Conservação* seriam palavras-chave. Por desenvolvimento, o documento considera: “as modificação da biosfera e a aplicação dos recursos humanos, financeiros, vivos e inanimados visando à satisfação das necessidades humanas e à melhoria da qualidade de vida do homem.”¹⁷⁸ Enquanto isso, *conservação* foi definida como “a gestão e utilização da biosfera pelo ser humano, de tal sorte que produza o maior benefício sustentado ara as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras”¹⁷⁹. Percebemos que tanto o desenvolvimento quanto a conservação destinam-se ao homem – o primeiro almeja as finalidades humanas utilizando os recursos da biosfera, garantidos pela prática da conservação.

Essa perspectiva estará muito presente no debate internacional dos anos de 1980. Em 1984 foi formada pela ONU a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo relatório publicado em 1987 alçou o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*.¹⁸⁰ O reconhecimento da importância da diversidade biológica, particularmente localizada nos países tropicais, passou a receber maior atenção. Em 1986, ocorreu na cidade de Washington, EUA, entre os dias 21 e 24 de setembro, o “*Fórum Nacional sobre BioDiversidade*”¹⁸¹ promovido pela Academia Nacional de Ciências (*National Academy of Sciences*) – no mesmo período foi fundada a Sociedade de Biologia da Conservação (*Society for Conservation Biology*). No contexto desse evento ressaltou-se “a íntima relação entre conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico. [...] Além disso, a imensa riqueza da

¹⁷⁸ UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia Mundial para a Conservação*: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado. op. cit., [1980] 1984. [sem indicação de número de página] “Para que o desenvolvimento possa ser sustentado, deve-se levar em consideração, além dos fatores econômicos, os de caráter social e ecológico e também a disponibilidade de recursos vivos e inanimados, assim como as vantagens e os inconvenientes, a curto e longo prazo, de outros tipos de ação”.

¹⁷⁹ Id. Ibid. Aqui, a conservação dos recursos vivos apresenta três finalidades específicas: manter os processos ecológicos e os sistemas vitais essenciais, preservar a diversidade genética e permitir o aproveitamento perene das espécies e dos ecossistemas.

¹⁸⁰ CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.

¹⁸¹ O fórum foi idealizado por Walter G. Rosen, Funcionário Senior de Programas da Diretoria de Biologia Básica, uma unidade da Comissão de Ciências e Vida (*Commission on Life Sciences*), Conselho Nacional de Pesquisa da Academia Nacional de Ciências (*National Research Council/National Academy of Sciences*), sendo responsável pela introdução do termo *biodiversidade*, centro do debate do fórum.

biodiversidade tropical é um reservatório ainda pouco explorado de novos alimentos, produtos farmacêuticos, fibras, substitutos do petróleo e outros produtos”.¹⁸²

O processo de internacionalização da questão ambiental foi multifacetado, assim como o próprio movimento ambientalista¹⁸³ e o debate científico. A preocupação com a proteção à natureza vem de longa data¹⁸⁴; mas pontuamos aqui os debates, encontros, conferências e documentos que lograram constituir uma visão de questão ambiental e demonstraram a dinâmica dos interesses em torno do *desenvolvimento* na segunda metade do século XX – que pode ou não corresponder com demandas locais das distintas partes de mundo. O fato da ONU e da UNESCO estarem diretamente ligadas ao fomento de ideias e práticas voltadas a dada perspectiva de sociedade e de desenvolvimento coloca a questão de que a configuração que a temática ambiental proposta assume não deve se chocar com os interesses do desenvolvimento econômico.

O contexto apresentado enfatizou a iminência de uma nova ordem fundamentada pelo avanço da tecnologia, pelo conhecimento científico e pela força do desenvolvimento econômico no pós-Segunda Guerra. O Estado nacional teve papel fundamental no período dos “anos gloriosos” do Capitalismo, e, na década de 1970, a reorganização das relações das sociedades com os recursos naturais são novas funções cobradas ao Estado. Quanto à percepção de escassez dos recursos, tratada como questão séria na década de 1960, o relatório

¹⁸² WILSON, Edward O. (Org.). Prefácio. In: _____. *Biodiversidade*. Tradução Marcos Santos e Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1988] 1997.

¹⁸³ O historiador estadunidense Adam Rome tem se dedicado ao estudo da emergência do movimento ambientalista nos EUA, ver: ROME, Adam. “Political Hermaphrodites”: Gender and Environmental Reform in Progressive America. *Environmental History*, v. 11, n. 3, p. 440-463, Jul., 2006. _____. “Give Earth a Chance”: the Environmental Movement and the Sixties. *The Journal of American History*, p. 525-554, September 2003. _____. *The bulldozer in the countryside: suburban sprawl and the rise of American environmentalism*. New York: Cambridge University Press. 2001.

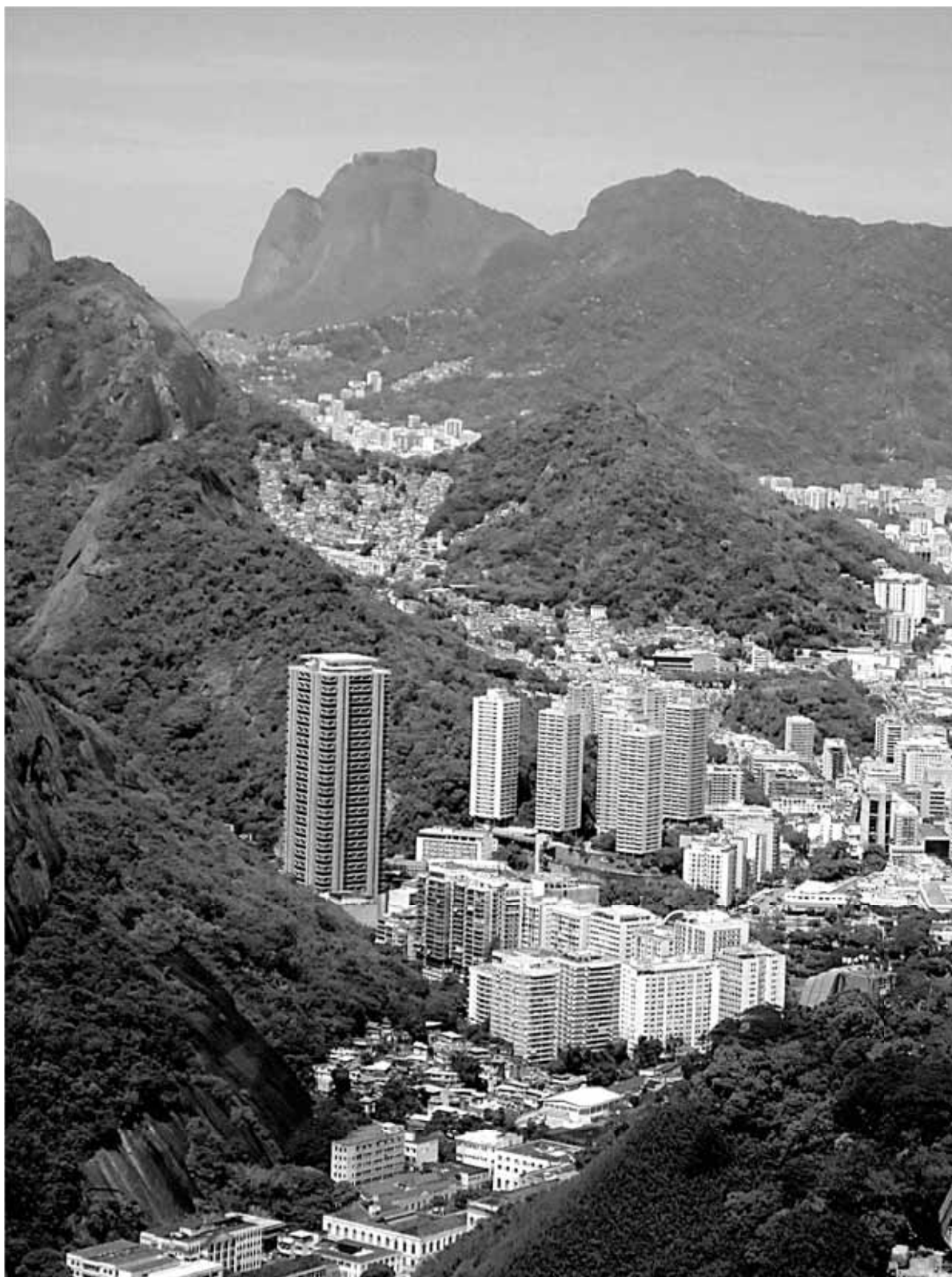
¹⁸⁴ Ver, por exemplo, a compilação de Conferências presentes nos trabalhos de RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001. FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. op. cit., [1997] 2005. Ver também: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil, 1958-1992. *Textos de História*, v. 17, n. 01, p. 59-84. 2009. Esse conhecimento e posicionamento científico também se nutriram de um movimento mais amplo em torno do *conservacionismo* e do *preservacionismo*, que desde fins do século XIX constituíram as bases de diversas organizações voltadas à proteção da natureza em diversas partes do mundo. Ainda que o desenvolvimento científico tenha sido maior depois do pós-guerra e tenha se valido do avanço tecnológico no campo das telecomunicações, os movimentos de proteção à natureza se espalhavam desde o fim do século XIX, culminando em diversas reuniões e encontros já nas primeiras décadas do século XX. Esse movimento surgiu basicamente em países industrializados, sendo os mais conhecidos aqueles surgidos nos Estados Unidos, mas não exclusivamente. A ideia de proteção à natureza aproxima várias realidades históricas e se constitui uma forte articuladora da interação entre setores da sociedade civil, produção científica, campo político e de atuação do Estado.

Uma terra somente, elaborado para a Conferência de Estocolmo advertia: “a insuficiência dos mecanismos de mercado para enfrenta-los de maneira plena tornou-se igualmente óbvia. O mercado tem somente uma resposta à escassez: elevar o preço.”¹⁸⁵ Nota-se que, se as críticas à degradação da biosfera resvalavam no padrão improvidente de exploração, a tarefa de recuperação, preservação e conservação é cobrada do Estado Nacional.

Ao que parece, no final dos anos de 1960 e 1970 ocorreu um desgaste na política de um estado forte, sobretudo na Europa. Assim entendia a Comissão Trilateral e representou uma expressão do latente neoliberalismo que avançaria com vigor no final da década. A esse modelo interessa um estado que promova as condições para o livre comércio. Evidentemente que conter os problemas ambientais extrapola o estrito interesse neoliberal – é fundamental para a própria existência humana – mas dessa prática se vale para manter a ordem de interesses do lucro. Particularmente na periferia do sistema, onde desde os anos de 1980 os governos foram alinhados à ordem neoliberal mediante atuação de instituições como o Banco Mundial, os Estados necessariamente tiveram que estabelecer ajustes estruturais, inclusive a privatização da exploração de recursos naturais, e por outro lado, foram cobrados e assumiram a demanda da proteção do meio ambiente de seu território.

As experiências narradas acerca da atuação de agências internacionais, particularmente ligadas à ONU, foram marcadas pela necessidade de relação com as condições locais – daí a importância de seu conhecimento, compreensão de seus padrões, contradições e interesses. Nas páginas a seguir, continuaremos nessa perspectiva, percebendo como a questão da proteção da natureza foi sendo estruturada e articulada na proposta de criação das Reservas da Biosfera.

¹⁸⁵ WARD, Bárbara; DUBOS, René (Orgs.). *Uma terra somente*: a preservação de um pequeno planeta. op. cit., [1972] 1973. p. 62.



Paisagem Cultural do Rio de Janeiro (UNESCO, 2012) – foto: Carlos Alberto Menarin, 2012.

CAPÍTULO – 2

ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS: DA PROTEÇÃO DA NATUREZA A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE

[CAPÍTULO 2]

O tempo nos parques

O tempo nos parques é íntimo, inadiável, imparticipante, imarcescível.
Medita nas altas frondes, na última palma da palmeira
Na grande pedra intacta, o tempo nos parques.
O tempo nos parques cisma no olhar cego dos lagos
Dorme nas furnas, isola-se nos quiosques
Oculta-se no torso muscular dos ficus, o tempo nos parques.
O tempo nos parques gera o silêncio do piar dos pássaros
Do passar dos passos, da cor que se move ao longe.
É alto, antigo, presciente o tempo nos parques
É incorruptível; o prenúncio de uma aragem
A agonia de uma folha, o abrir-se de uma flor
Deixam um frêmito no espaço do tempo nos parques.
O tempo nos parques envolve de redomas invisíveis
Os que se amam; eterniza os anseios, petrifica
Os gestos, anestesia os sonhos, o tempo nos parques.
Nos homens dormentes, nas pontes que fogem, na franja
Dos chorões, na cúpula azul o tempo perdura
Nos parques; e a pequenina cutia surpreende
A imobilidade anterior desse tempo no mundo
Porque imóvel, elementar, autêntico, profundo
É o tempo nos parques.

Vinício de Moraes – Antologia Poética [1967]

2. Espaços Naturais Protegidos: da proteção da Natureza a busca pela Sustentabilidade

No quadro dinâmico da ordem mundial e das relações entre desenvolvimento e meio ambiente durante o período da Guerra Fria (1945-1989), tal como visto no capítulo anterior, registraram-se mudanças que podemos apresentar em dois grandes conjuntos: 1) a política e economia dos Estados nacionais sob o impulso do mercado mundial, com o enfraquecimento de ideologias estatizantes para o avanço do capital financeiro e o pensamento neoliberal; ao mesmo tempo em que: 2) se intensificaram os problemas sociais e ambientais, sua percepção global e a emergência de um processo de institucionalização, particularmente da questão do meio ambiente, junto às políticas públicas dos Estados. Daí, *grosso modo*, há a reorganização do Estado sob esse quadro – se reduzido quanto à regulação do mercado, ativo o suficiente para promoção das condições requeridas pelo modelo econômico, o que incluiu a privatização dos meios de “bem-estar social” e atuar na gestão dos recursos naturais.

Desde a década de 1960, a crescente preocupação com os problemas ambientais em destaque na opinião pública mundial e nas agências da ONU, houve pressão para que os países assumissem um compromisso com a questão ambiental. Emergiu daí uma sistematização no setor público: 1) agências estatais, secretarias e ministérios; 2) grupos e instituições científicas para pesquisa sobre os problemas ambientais; 3) conjunto de leis específicas. Que de alguma forma, pressionou o setor privado para: 1) adequação de empresas e indústrias a gestão e redução da poluição; 2) fomento a um mercado de tecnologias e produtos considerados “limpos”. Uma das intersecções entre o público e o privado foi a emergência de programas de energia e combustível baseados em recursos renováveis – como a ratificação do modelo hidrelétrico e o fomento ao álcool (atual etanol) combustível.

O geógrafo Pierre George percebeu essa reorganização no início dos anos de 1970, pouco depois da Conferência de Estocolmo, da seguinte forma:

a defesa do meio ambiente, quer dizer das condições de existência dos grupos humanos no seu quadro espacial, entrou no repertório político e eleitoral. É também, na mesma ordem de ideias, um excelente trampolim publicitário para lançar diversas operações especulativas, seja em matéria de valorização dos terrenos, seja na preparação de uma venda maciça de novos produtos industriais que se considera não terem efeitos nocivos sobre o meio ambiente, correctivos bem feitos dos perigos permanentes denunciados.¹⁸⁶

Em tom quase proverbial e indicativo de uma das formas de captar a questão ambiental, o geógrafo registra uma frase possivelmente emergida do contexto do movimento ambientalista dos Estados Unidos: “na economia de mercado, se se quiser defender o meio ambiente, é preciso transformá-lo em mercadoria.”¹⁸⁷ Frente a esse aforismo e suas implicações, ficava a recomendação sobre o jogo de interesses e as distorções que poderiam afetar a percepção dos problemas econômicos e sociais igualmente preocupantes do que seria apenas a procura de novos lucros na confecção e venda “dos produtos e dos meios para salvar a integridade do meio ambiente, e do que é a procura objectiva das modificações causadas na ecologia do homem pelas mutações impostas ao seu meio e aos próprios metabolismos.”¹⁸⁸

¹⁸⁶ GEORGE, Pierre. *O Meio Ambiente*. Tradução Maria Paula C. de Aguiar da Cunha Mattos. Lisboa: Edições 70, [1974] 1984. p. 106.

¹⁸⁷ Id. Ibid., p. 109.

¹⁸⁸ Id. Ibid., p. 106.

Tal como apresentamos, no debate científico do período – a Conferência da Biosfera e a formação do Programa MaB, a perspectiva catastrofista expressada pelo relatório *Limites do crescimento*, ou o posicionamento ponderado de *Uma terra somente* e a Conferência de Estocolmo – não houve discordância sobre a necessidade de instituir mecanismos para proteção ambiental, não apenas do ponto de vista dos conhecidos Parques Nacionais e áreas congêneres, mas que assumissem também o papel na recuperação dos problemas causados pelo desenvolvimento econômico.

Na sequência desse debate as medidas para salvaguarda dos recursos naturais foram repensadas levando em conta o novo contexto. Para analisarmos essa política de proteção, partiremos da reconfiguração da conhecida prática de criação de Espaços Naturais Protegidos, que remonta ao processo de constituição dos Parques Nacionais. Em breve retrospectos, pontuaremos essa trajetória em suas mudanças e permanências desde fins do século XIX, com a emergência do modelo de Parques difundidos a partir da experiência dos EUA com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872.

Contaremos, portanto, com uma trajetória de quase cento e cinquenta anos, que observada historicamente, possibilita identificar as adequações que a preocupação inicial com a proteção da natureza vem produzindo de acordo com as demandas de seu tempo, até a atualidade, da qual emerge como espaços territoriais privilegiados para o fomento da sustentabilidade. Nesse contexto surgem duas figuras de proa na política internacional de proteção da natureza que são as Reservas da Biosfera e o Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que nascem na perspectiva de constituição de redes mundiais de proteção, ambas ligadas à UNESCO. Evidentemente esse quadro é amplo e deve assumir características de acordo com determinado país e sua inserção no sistema econômico e político mundial. Complexo e multifacetado adquire necessariamente especificidades dentro de cada nação, envolvendo – pelo menos – três grandes seguimentos: governo, sociedade civil e setor privado.¹⁸⁹

No Brasil, desde meados dos anos de 1980 a temática ambiental tem recebido crescente atenção no meio acadêmico com a criação de grupos centros de pesquisa voltados para a relação meio ambiente e sociedade – cabe destacar que nas décadas de 1960 e 1970, um importante núcleo de debate foi o Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, que viabilizou a tradução e publicação de obras que pautaram a discussão internacional, como

¹⁸⁹ Na sequência deste capítulo, daremos atenção, portanto, ao caso brasileiro e a instalação de Reservas da Biosfera, em particular, contemplando a região metropolitana da cidade de São Paulo.

o livro *Antes que a natureza morra*, o relatório *Uma terra somente*, dentre outras obras. Nesse conjunto, as práticas, interesses e conflitos pela criação de Espaços Naturais Protegidos têm marcado presença na pauta de estudos, em particular, no âmbito das Ciências Sociais.¹⁹⁰

Recentemente vem se constituindo em campo de interesse dos historiadores, em particular, sob a emergente História Ambiental. Pode-se dizer que, nos EUA o estudo dos movimentos e ações de proteção ambiental constituiu uma pauta de pesquisa relevante para o emergente campo da História Ambiental, e uma das vias por onde essa prática historiográfica iniciou seu percurso entre historiadores brasileiros¹⁹¹. A seguir mesclaremos alguns apontamentos sobre esse debate historiográfico com um breve percurso dos Espaços Naturais Protegidos.

¹⁹⁰ Destacamos a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) constituiu-se em um importante aglutinador de pesquisadores na área, como em torno do Grupo de Trabalho “Ecologia, política e Sociedade”, oriundo do seminário de mesmo título ocorrido em 1985, nas dependências do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Expressão das atividades e encontros desse Grupo destacam-se as publicações: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, [1987] 1992. HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (Orgs.). *Dilemas sociambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992. FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Org.). *Incertezas da sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. Em 2000 foi criada a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) – participam o Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da USP, o Núcleo de Estudos de Pesquisas Ambientais da UNICAMP, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade do Pará, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, o Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e o Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. O principal meio de divulgação dos trabalhos da ANPPAS é a revista *Ambiente e Sociedade*, servindo também como instrumento de aferição dos temas investigados, dos quais os Espaços Naturais Protegidos compõem. A seleção de textos dos encontros tem sido eventualmente publicados em coletâneas, como em JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa (Orgs.). *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume; ANPPAS, 2006. Uma primeira análise do processo de institucionalização da temática ambiental nas universidades do Paraná e de Brasília, mesmo que bastante superficial, encontra-se em GIESBRECHT, Marília d’Ottaviano. *Ambiente & Sociedade: a construção de um campo de estudos interdisciplinares no Brasil*. 106f. 2005, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

¹⁹¹ Dentre os seguidores dessa prática historiográfica, nos referimos a alguns trabalhos que buscaram compreender o pensamento e a prática de pessoas e instituições envolvidas com a proteção da natureza no passado brasileiro, como a pesquisa de José Augusto Drummond, sobre os Parques Nacionais no Rio de Janeiro, fruto, de sua estadia no *Evergreen State College*, (Olympia, Washington, EUA) no curso de pós-graduação em Ciências Ambientais, entre 1986-1988 – inclusive, Drummond é um dos “divulgadores” da História Ambiental no Brasil, como pesquisador e tradutor – (ver, DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Ed. UFF, 1997.), a pesquisa de José Augusto Pádua (*Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1789-1888)*. op. cit., 2002.) as pesquisas de José Luiz de Andrade Franco (FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. op. cit., 2009. FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil, 1958-1992. *Textos de História*, vol. 17, n. 01, p. 59-84. 2009.), o trabalhos de Regina Horta Duarte (DUARTE, Regina Horta. *Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.).

2.1. Por uma historiografia dos Espaços Naturais Protegidos: apontamentos

Muitas das invenções que nos parecem familiar ao século passado datam de fins do século XIX, como a eletricidade, o telefone, o rádio, a montanha russa, a fotografia, o cinema – e os Parques Nacionais também foram moldados nesse período. Esses espaços naturais protegidos chegaram à virada para o século XXI com interesse e importância revigorados no novo contexto de preocupação com a sustentabilidade.¹⁹² Parece existir um esforço para a construção de um novo paradigma de sociedade fundamentado na ideia de sustentabilidade – ainda que esta não apresente definições precisas, ela implica numa nova forma de encarar a relação com o *tempo*, sendo assim, tal ideia produziu algum impacto na historiografia? Nossa intenção neste tópico é certamente modesta e limitada frente a essa questão, compondo apenas alguns apontamentos sobre o tema a partir da perspectiva da proteção à natureza.

O imaginário social dos anos seguintes a 1901 trouxeram consigo o emblema da tecnologia introduzindo os *tempos modernos* com a paixão pela velocidade e pela máquina. Naquela virada de século, *no tempo das certezas*, a imagem da ciência seguia firme na condução da sociedade para o progresso¹⁹³ – *Em febre e olhando os motores como a uma Natureza tropical /Grandes trópicos humanos de ferro e fogo e força [...] Desta flora estupenda, negra, artificial e insaciável!* tal como descrito por Fernando Pessoa.

Na virada para o século XXI a sedução pela objetividade e legitimidade do discurso científico e suas instituições continuam com marcante força, particularmente no que diz respeito às transformações do ambiente natural do planeta e suas consequências para as sociedades humanas deslindadas na segunda metade do século passado.

¹⁹² Os documentos a seguir ratificam a importância dos espaços naturais protegidos para busca e viabilização do *desenvolvimento sustentável*. UNESCO. *Plan de Acción de Madrid para las Reservas de Biosfera* (2008-2013). Madrid: Programa MaB; UNESCO; Gobierno de España, 2008. 36f. _____. *Convenção europeia da paisagem*, Florença, 20 out., 2000. _____. *Reservas de Biosfera – la estrategia de Seveilla & el marco estatutário de la Red Mundial*. Paris: Programa MaB, 1996. UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia Mundial para a Conservação: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado*. Tradução CESP. São Paulo, [1980] 1984.

¹⁹³ São inúmeros os autores que abordaram o tema das transformações tecnológicas e das sociedades entre os séculos XIX e XX, seja pela História da Ciência, das Técnicas, ou Econômica. Não nos aprofundaremos nesse debate, cabendo para o presente relatório partir das contribuições que tangenciam as obras dos historiadores Eric J. Hobsbawm (*A era do Capital, 1848-1875, A era dos Impérios, 1875-1914 e Era dos extremos*), John R. McNeill (*Algo Nuevo bajo el sol*), Ângela Marques da Costa e Lília Moritz Schwarcz (*1890-1914, no tempo das certezas*), Nicolau Svencenko (Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso, presente na *História da vida privada no Brasil*, volume 3, *Orfeu estático na metrópole e A Corrida para o Século XXI*), citados na bibliografia final deste texto.

O século XX foi marcado por transformações não apenas em praticamente todos os níveis da vida humana, mas da biosfera do planeta como um todo. A história da expansão da sociedade urbano-industrial, e particularmente do Capitalismo da segunda metade do século XIX e início do XX, se deu sob a dinâmica da ampliação e liberalização do mercado, ampliação da mercantilização da mão de obra e da terra, crescimento econômico, crises e ajustes. Mesmo após a experiência da Grande Guerra (1914-1918), da crise econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pouco foi abalada a crença otimista no progresso material da civilização – a recuperação europeia, a corrida tecnológica e científica dos EUA e URSS, além dos “trinta gloriosos”, reafirmavam a perspectiva de um futuro promissor.

Contudo, o poder real de destruição das armas atômicas materializado nas explosões em Hiroshima e Nagasaki e a percepção dos limites biofísicos do planeta deram ao futuro uma incerteza ameaçadora, que, somado ao incremento dos meios técnicos e de comunicação que atuaram no estabelecimento de uma noção de tempo cada vez mais fundada no *presentismo*¹⁹⁴, instauraria uma conjuntura que não afetava apenas a perspectiva de futuro, mas elevaria a preocupação com a *proteção* a uma dimensão inédita e com implicações para a percepção do passado e a escrita da história.

Para encadearmos a discussão sobre esse tema partiremos da experiência historiográfica estadunidense. A história do meio ambiente em algum momento se cruza com a história do, e nos Estados Unidos, e para o objeto em questão, foram forjadas as principais práticas de proteção à natureza, que alimentaram tanto os movimentos sociais como a política de implantação de Espaços Naturais Protegidos ao longo do século XX, particularmente, articulado ao conceito de Parque Nacional.

Tivemos no debate público da segunda metade do século XIX naquele país ao menos três grandes perspectivas sobre o mundo natural: 1) o destino da *wilderness* em risco pela

¹⁹⁴ Termo usando pelo historiador François Hartog, indicando a emergência da noção de um presente contínuo, dilatado, fixado na “tirania do instante”. Propõe então pensarmos em “regimes de historicidade” – sendo que, o *presentismo* constituiria a hipótese e o regime de historicidade o instrumento que deve auxiliar uma visão distanciada e que permita “engrenar” passado, presente e futuro. Por historicidade, retêm-se “a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo”. A distinção com relação à *temporalidade* é que esta estaria ligada a um tempo “exógeno”, tal como as durações de Fernand Braudel – a dialética dos tempos *breve*, *médio* e *longo*, que marcaram a visão da pluralidade do tempo social, cujas pesquisas em arqueologia, geologia ajudaram a recuar a presença humana na terra aos milhões de anos e a existência do planeta aos bilhões. Lembrando que, não se confunde *presentismo* com presente, “falar de um presente onipresente não dispensa, pelo contrário, de se interrogar sobre possíveis saídas do *presentismo*. Em um mundo dominado pelo *presentismo*, o historiador tem um lugar ao lado daqueles “sentinelas do presente”, mais do que nunca.” Ver: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. op. cit., [2003] 2013. p. 10-14.

expansão da fronteira rumo ao Oeste, colaborando para um movimento voltado à localização e preservação de áreas remanescentes naturais, com valores desde o pitoresco e recreação, passando pela identidade nacional ao interesse científico; 2) a projeção de esgotamento dos recursos naturais – particularmente a madeira – que contribuiu para a emergência de um movimento para conservação desse recurso; 3) o avanço de condições insalubres nas cidades em rápido crescimento. Teríamos assim, ao menos três perspectivas recorrentes que fundamentaram ações de intervenção sobre o ritmo acelerado de transformação do meio ambiente estadunidense. Além disso, conforme notou o historiador Adam Rome, tanto o movimento ambientalista da década de 1960, como a constituição de estudos que subsidiariam a então nascente História Ambiental, tiveram nesse conjunto fonte de estímulo para refletir sobre respostas às mudanças na vida norte-americana após a Segunda Guerra Mundial.¹⁹⁵

Na literatura histórica sobre a preservação, o trabalho de Roderick Nash *Wilderness and the American Mind*¹⁹⁶ mantém lugar de destaque para compreender a importância cultural que os parques nacionais possuem. Nota-se a influência da percepção romântica da natureza numa experiência do sublime em contraste com a expansão urbano-industrial e o “fechamento” da *fronteira*, que constituiria uma apreciação para paisagens aparentemente intocadas. O resultado foi uma série de campanhas de preservação que culminou com a aprovação *Wilderness Act* em 1964.¹⁹⁷ Para acompanhar o pensamento acerca da *wilderness*, Nash retoma pensadores como Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Cf. ROME, Adam. “Give Earth a Chance”: the Environmental Movement and the Sixties. *The Journal of American History*, p. 525-554, September 2003. Um dos trabalhos pioneiros sobre conservação naquele país é de Samuel P. Hays, *Conservation and the Gospel of Efficiency: the progressive conservation movement, 1890-1920*. Publicado originalmente em 1959. Nesse trabalho Hays argumentou que a força do movimento pela conservação dos recursos madeireiro tinha o compromisso com a gestão científica por especialistas, questionando a versão que associava esse movimento a representação da expansão democrática. Ver HAYS, Samuel P. “From Conservation to Environment: Environmental Politics in the United States Since World War Two”. *Environmental Review*, v. 6, n. 2, p. 14-41, 1982. [Special Issue: Papers from the First International Conference on Environmental History (Autumn, 1982)]

¹⁹⁶ Cf. NASH, Roderick. *Wilderness and the American mind*. op. cit., [1967] 2001.

¹⁹⁷ A *Wilderness Act* - Public Law 88-577 (16 USC 1131-1136) 88 th Congress, Second Session September 3, 1964. An Act to establish a National Wilderness Preservation System for the permanent good of the whole people, and for other purposes. Buscou dar uma definição legal para o termo *wilderness*, presente na cultura e na política de espaços protegidos no EUA, texto disponível em: <http://www.wilderness.net/NWPS/documents/publiclaws/PDF/16_USC_1131-1136.pdf> Acesso 19 jul. 2013.

¹⁹⁸ Ver também: WORSTER, Donald. John Muir e a paixão moderna pela natureza. [Tradução Jo Klanovicz]. *Esboços*, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 84-95, 2005. Worster dedicou-se a uma longa biografia de Muir, ver *A passion of Nature: the life of John Muir*. Oxford University Press, 2008. 535p. Sobre Leopold, há referências em WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. Tradução Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade. *Ambiente e Sociedade*, Campinas. vol. 5-6, n.1-2, p. 23-44. ago/dez-jan/jul [1990] 2002-2003.

Thoreau procurou desenvolver uma crítica à sociedade urbano-industrial que então se expandia rapidamente nos Estados Unidos do século XIX. Seus escritos são marcados pela valorização da liberdade individual, como em “A desobediência civil”, que teve destaque no pensamento de Gandhi para o movimento de libertação indiano¹⁹⁹. Outro aspecto interligado à valorização do indivíduo é a defesa de uma relação direta com a natureza, como um retorno idílico à própria natureza humana²⁰⁰. Esse pensamento transcendentalista serviu de inspiração para movimentos preservacionistas de origem nos Estados Unidos que se espalharam para diversos países²⁰¹.

Os avanços dos conhecimentos científicos sobre o mundo natural durante o século XIX também contribuíram para configurar novas percepções acerca da natureza, começando a florescer ideias segundo as quais as ações humanas poderiam provocar amplas transformações no meio. As ideias modernas de valorização de belezas naturais e a percepção da destruição destas fazem parte de um mesmo movimento, ao qual estão conectadas que é a ampliação da exploração da natureza para transformá-la em recursos para a expansão industrial.

Expansão que aparece imbricada com a experiência da fronteira e a questão da democracia nos EUA. No final do século XIX estava configurada a crença de ser o Oeste, dos Apalaches até o Pacífico, “o mais rico presente jamais distribuído antes ao homem civilizado. Desde presente derivaria tudo o que a América tem de distinto em sua história: instituições democráticas, unidade nacional, vigorosa independência e individualismo.”²⁰²

¹⁹⁹ Breves informações sobre Thoreau encontram-se na “Apresentação”, de Fernando Gabeira, e na “Introdução”, escrita por José Augusto Drummond à obra por este organizada e traduzida intitulada “*Desobedecendo: a desobediência civil e outros escritos*”, publicada em 1984.

²⁰⁰ Ver, por exemplo, THOREAU, Henry David. *Walden, ou a vida nos bosques*. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, [1854] 2010. E particularmente, _____. Caminhando. In: _____. *Desobedecendo: a desobediência civil e outros escritos*. Tradução José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Rocco, [1862]1984. p. 81-118.

²⁰¹ Para um panorama do movimento ambientalista, e particularmente para a configuração do pensamento “preservacionista” e “conservacionista” nos Estados Unidos, ver, respectivamente: MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. op. cit., [1989] 1992, e DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, [1996] 2001, em especial o Capítulo 1 – “O surgimento do movimento para a criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos e suas bases ideológicas”.

²⁰² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 129. O movimento de expansão para o Oeste contava com o apoio do governo, por meio da abertura das estradas de ferro e linhas telegráficas, abrindo espaço à produção. A revolução tecnológica também mudava o caráter da empresa agrícola tanto em gênero produzido, quanto em extensão ocupada, conectada às demandas do mercado e se tornava parte do sistema internacional, com capital intensivo e altamente mecanizado. Ver, WORSTER, Donald. *Dust Bowl: the Southern Plains in the 1930s*. New York: Oxford Press, [1979] 2004.

Tais transformações não se deram sem insegurança social e marcaram o período. Chicago, uma cidade que tem origem em 1839, de aldeia indígena às margens do lago Michigan, em 50 anos, passou da fronteira à metrópole. Para a historiadora Lúcia Lippi de Oliveira, essa cidade tipificaria o caráter nacional: metrópole do Oeste que se torna centro do país.²⁰³

O movimento de expansão rumo ao Oeste teve no historiador Frederick J. Turner seu principal divulgador a partir da ideia de *fronteira* – o ensaio “O significado da fronteira na História americana”, apresentado no encontro a Associação Americana de História em Chicago, em junho de 1893 – onde argumentava que “a história americana foi em grande medida a história da colonização do Grande Oeste. A existência de uma área de terra livre, sua retração contínua e o avanço da colonização em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano”.²⁰⁴ Portanto, considerou que as singularidades da nação americana foram forjadas na medida em que, durante o processo de expansão para o Oeste, as transformações decorrentes do desbravamento das “terras selvagens” configurando as condições econômicas e políticas da fronteira rumo à complexidade da vida urbana. Na perspectiva apresentada por Turner, a fronteira seria o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização, situada no limite extremo da “terra livre”.²⁰⁵

Essa experiência de fronteira desencadearia o processo de americanização. Frente à *wilderness* – termo aproximado à ideia de natureza inóspita e remota, algo selvagem – o

²⁰³ Ver também CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1992. A análise de Cronon acerca do desenvolvimento da cidade de Chicago ao longo do século XIX demonstra a importância das condições naturais sobre as quais a exploração da natureza foi largamente transformada em capital. A exploração das áreas naturais e o crescimento da cidade encontravam-se intimamente ligados pela expansão do mercado. Basicamente, a madeira do pinheiro branco foi de especial importância, transportada inicialmente pelas vias fluviais – por sua densidade baixa flutuava até as serrarias e o mercado. Chicago localizava-se entre as floretas de pinheiro branco, as pastagens e próxima ao lago Michigan. Sua posição de entreposto conduziu-a a polarizar o comércio tornando-se uma metrópole.

²⁰⁴ Cf. TURNER, Frederick J. O significado da fronteira na História americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Tradução Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, [1893] 2004. p. 23. Para uma apreciação sobre a “tese da fronteira” de Turner, ver: LOPES, Maria Aparecida de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho d'água, 2003. p. 13-33, e OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. op. cit., 2000, particularmente, Capítulo 5 “Representações geográficas da identidade nacional – o caso norte-americano” e Capítulo 6 “A América e a Fronteira – Turner e Roosevelt”, para uma aproximação com o caso brasileiro, ver os capítulos 3 e 4, “A conquista do espaço – sertão e fronteira no pensamento social brasileiro” e “Bandeirantes e Pioneiros – marcos de duas civilizações”, respectivamente.

²⁰⁵ Id. Ibid., p. 24.

colono europeu se viu obrigado a despir-se, material e mentalmente, de suas experiências na terra natal, posto em contato com um meio ambiente diferenciado do então conhecido. Para poder superar esse obstáculo seria necessário forjar um novo caráter, uma nova atitude singular e uma identidade, moldado pela experiência da fronteira, surge “um novo produto que é americano”.²⁰⁶

Nesse contexto, o andar da fronteira, distanciando-se da costa leste, impôs outro movimento que era dado pela necessidade de comunicação entre essas áreas, impulsionando o desenvolvimento das ferrovias, que por sua vez, abriu caminho para uma segunda leva de imigrantes e para o Capital. O motor da expansão era a integração econômica. Os mercadores teriam estabelecido os primeiros contatos com os indígenas e a abrindo caminho para os demais. “A fronteira mercantil, enquanto minava constantemente o poder dos índios, deixando por fim as tribos na dependência dos brancos, deu, ainda assim, aos indígenas, a partir da venda de armas, um poder crescente de resistência à fronteira agrícola”.²⁰⁷

A seguinte passagem evidencia um pouco da dinâmica da expansão, movida pela incorporação incessante de terras, deixando na retaguarda, solos desgastados. Uma realidade de onde é possível traçar inúmeros paralelos com a formação de outros países no continente americano, como o Brasil.

Deixando de lado aqueles lavradores pioneiros movidos pelo amor à aventura, é fácil entender o avanço regular do lavrador mais equilibrado. Obviamente, o emigrante foi atraído pelas terras baratas da fronteira e até mesmo o lavrador nativo sentiu sua influência. A cada novo ano os lavradores que viviam em terras, cujo retorno diminuía devido à monocultura, recebiam a oferta de terras virgens da fronteira por preços nominais. Suas famílias crescentes exigiam mais terras que eram caras. A concorrência das terras não-desgastadas, baratas e facilmente aráveis dos prados, compelia o lavrador a marchar em direção ao oeste e continuar exaurindo o solo de uma nova fronteira, ou a adotar culturas intensivas.²⁰⁸

Segundo Lúcia Lippi, enquanto o território se expandia como fruto da ação das lideranças políticas e do governo, construía-se o conceito de *fronteira* como um processo espontâneo que se iniciara com a experiência dos *pioneiros*. Nota-se que, ao menos em casos de países de passado colonial, e recente, o fator geográfico assume lugar de destaque na

²⁰⁶ Cf. TURNER, Frederick J. O significado da fronteira na História americana. In op. cit., [1893] 2004, p. 25-26.

²⁰⁷ Idem, p. 34.

²⁰⁸ Idem, p. 41.

construção da identidade nacional. Assim, tais “sinais” permitiriam a tomada de consciência da importância que o espaço teve e tem como elemento fundamental da construção de identidades nacionais – esta tendência contemporânea permite apenas que se possa ver mais claramente como “comunidades imaginadas” se relacionam com “lugares imaginados.”²⁰⁹

O ensaio de Turner tornou-se um texto referencial para o entendimento do pensamento sobre o espaço e a história estadunidense e sua historiografia, registrou críticas²¹⁰, mas também seguidores²¹¹. Se historiograficamente tende a ser relativizada, no imaginário daquele país as fronteiras em expansão são inúmeras. Nessa transformação física, social, e política do Oeste, forja-se um novo mito nacional, que a literatura do período promoveu: o cowboy. “os heróis da mitologia do Oeste são figuras contraditórias: o homem branco que tem o saber do índio; o fora-da-lei que se faz agente da justiça; o que tem origens plebeias, mas age e pensa como membro de uma elite gerencial e de classe alta.”²¹²

²⁰⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. op. cit., 2000. p. 123-126.

²¹⁰ As críticas ao modelo de Turner não tardaram a aparecer e partiram dos próprios norte-americanos, que começaram a desenhar um modelo de expansão menos idílico. Os denominados *New Western Historians* – Patricia N. Limerick, Brian W. Dippie e Richard White – afirmam que a ocupação do Oeste não pode ser entendida unicamente em termos geográficos, mas, sobretudo, como um fenômeno social que envolveu a relação entre grupos humanos e, portanto, com intercâmbios econômicos e culturais. Para Patricia N. Limerick, autora de *The Legacy of Conquest: the Unbroken Past of the American West*, adverte para um sério questionamento de ordem metodológico, qual seja, a dificuldade de localizar geográfica e temporalmente o *Great West*. Seria o amplo território que limita ao norte com o Canadá e ao sul com o México, ou as vastas regiões localizadas às margens do Mississippi? No aspecto cronológico os revisionistas afirmam que ‘se a fronteira significou (...), o descobrimento de novos recursos, e o ímpeto da população para explorar estes recursos, 1890 não pode ser considerada como a data-limite deste processo’, já que os movimentos migratórios os conflitos e os intercâmbios culturais na região estão presentes até hoje. Limerick insiste em que é necessário rejeitar o temo ‘fronteira’, posto que este se vincula a uma perspectiva ‘nacionalista e freqüentemente racista’ dos processos históricos do ‘Grande Oeste’” Ver: LOPES, Maria Aparecida de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho d’água, 2003. p. 13-33

²¹¹ Cf. BILLINGTON, Ray Allen. *Fronteiras*. In: WOODWARD, C. Vann. (org.). *Ensaio comparativos sobre a História Americana*. Tradução Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, [1967] 1972. p. 86-102.

²¹² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. op. cit., 2000. p. 130. Esse mito do cowboy se atualiza no presente no jogo social do agressor, da vítima, e do vingador. Presente nas produções norte-americanas e em sua retórica bélica de intervenção. Numa ampliação simplista, podemos mapear a presença dos EUA como o fora-da-lei que leva “sua” justiça às fronteiras do mundo. Mito reiteradamente presente nas produções cinematográficas, sobretudo centradas em Hollywood. Ver também: HOBBSAWM, Eric J. O caubói americano: um mito internacional? In: _____. *Tempos fraturados: Cultura e Sociedade no século XX*. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 310-329. Hobsbawm considera que nações revolucionárias, como Estados Unidos, França e Rússia, tendem a assumir posições ativas frente a outras nações que culminam com ações imperialistas. Ver, HOBBSAWM, Eric J. *O novo século*. Entrevista a Antonio Polito. 5 reimpr. Tradução Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Os conceitos de *wilderness* e o de *terras livres* que remetem a ideia de “vazio” humano, centrais no texto de Turner merecem atenção. As tribos nativas compõem a narrativa já no âmbito das relações de troca e comércio, não há atenção ao conflito pela ocupação das terras. Para a historiadora Maria Aparecida Lopes, essa ideia de “vazio” também aparece em inúmeras representações iconográficas do Oeste feitas no século XIX, representando caravanas de colonos cruzando vales e montanhas solitários e desconhecidos, assim se construía uma visão de que a região estava em seu “estado natural”, aberta, portanto, para o nascimento de novas instituições.²¹³

O mito do vazio demográfico na ocupação dos territórios nas Américas é recorrente²¹⁴. Esses espaços vazios, os quais ressaltava Turner, produziram o ideário de uma natureza selvagem intocada (*wilderness*). Assim é criado o primeiro parque nacional, Yellowstone. Trata-se do primeiro com essas características, as quais tornadas paradigmas para a criação de espaços naturais protegidos. Não se trata de um período desconsiderável, ao contrário. Nos Estados Unidos da segunda metade do século XIX ocorria a difusão dos inventários das riquezas naturais do país, em território de rápida transformação. Segundo Pascal Acot,

notemos que essa decisão é tomada em bases totalmente estranhas a protoecologia da época. De fato, ela é tomada num quadro conceitual que lembra Lineu, Lyell e Marsh: como não se sabe restaurar os equilíbrios potencialmente comprometidos, e como não se trata de designar os responsáveis, uma vez que a degradação da natureza acompanha “fatalmente” as atividades industriais ou agrícolas, encerram-se *reliquias* em *santuários*, a fim de preservar, com nostalgia, alguns pobres restos do *Paraíso perdido*...²¹⁵

Haveria, portanto, uma reconfiguração da ideia de parque no contexto dos Estados Unidos de meados do século XIX,²¹⁶ fruto do processo que Turner chamou de “fronteira”. Os

²¹³ Cf. LOPES, Maria Aparecida de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: op. cit., 2003. p. 21.

²¹⁴ Para uma crítica a ideia de “vazio demográfico” na historiografia brasileira, ver: CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan./jun. 2008 e, da mesma autora: Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 63-87, 2006.

²¹⁵ Cf. ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. 2 ed. Tradução Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, [1988]1990. p. 162.

²¹⁶ Essa ideia foi lançada inicialmente em 1832, contudo, ocorrendo de fato somente em 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone. Antes desse modelo a palavra era sinônimo de jardim e envolvia a ideia de

Espaços Protegidos surgidos ali, refletiam não apenas uma ideia de natureza intocada, mas relembra e recompunha o mito de formação da nacionalidade americana, forjada, segundo Turner, no contato do imigrante com a natureza inóspita no processo de avanço da fronteira. Esse contato idealizado do mundo natural, expresso e reconhecido em Thoreau, se materializa na concepção do parque nacional americano – que para Roderick Nash tinha como marca relevante o fato de serem espaços pertencentes ao domínio público. Ainda de acordo com Lúcia Lippi de Oliveira, “a compreensão de que a América era diferente de matriz ou matrizes europeias envolveu, mais tarde, a construção ideológica na qual a *wilderness* assumiu parte essencial da identidade americana, na qual a democracia havia vencido as raízes aristocráticas europeias.”²¹⁷

Essa visão idealizada da natureza, tem lugar de destaque na concepção de espaços naturais protegidos. A formulação dessa ideia, bem como a própria tese de Turner, tem espaço no momento de maior expansão urbano industrial nos Estados Unidos, quando as fronteiras do país são declaradas fechadas e o capital se alastrava pelo campo. Mencionamos aqui à resposta despretensiosa do historiador britânico Eric Hobsbawm dada em entrevista a Antonio Polito, em 1998, quando questionado sobre os problemas ambientais desencadeados no século XX e suas perspectivas para o novo século. O então octogenário historiador especialista em século XIX e no Capitalismo chamou a atenção para olharmos o paradigmático caso norte-americano, país onde a expansão territorial voraz que ocupou praticamente todos os espaços ainda no século XIX, e talvez, por isso, foi ali que surgiu o moderno sistema de Parques Nacionais como forma de proteção ao meio ambiente. Tal afirmativa não revela a crença daquele historiador na eficácia dos Parques para proteção do meio ambiente, o que chama

controle, domínio e domesticação da natureza para o usufruto do homem. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. op. cit., 2000. p. 118-119.

²¹⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. op. cit., 2000. p. 118. O caminho para o Oeste e o contato com o mundo natural como forma de encontrar a verdadeira identidade, mascarada pela sociedade urbano-industrial, tem vigor ao ponto de em pleno final do século XX, o jovem Chris McCandless buscar na vida de fronteira, o que considerava o verdadeiro sentido de existência, despoando-se de sua “identidade social”, pertences e vínculos afetivos e materiais da sociedade de consumo, para forjar sua nova identidade no contato com o mundo selvagem (*wilderness*), rumo ao Oeste, percorrendo centenas de quilômetros até chegar ao Alasca. Assim resumiu sua aventura gravando-a sobre uma tábua de madeira: “Hace dos años que camina por el mundo. Sin teléfono, sin piscina, sin mascota, sin cigarrillos. La máxima libertad. Un extremista. Un viajero esteta cuyo hogar es la carretera. Escapó de Atlanta. Jamás regresará. La causa: ‘no hay nada como el Oeste’. Y ahora, después de dos años de vagar por el mundo, emprende su última y mayor aventura. La batalla decisiva para destruir su falso yo interior y culminar victoriosamente su revolución espiritual. Diez días y diez noches subiendo a trenes de carga y haciendo autostop lo han llevado la magnifico e indómito Norte. Huye del veneno de la civilización y camina solo a través del monte para perderse en una tierra salvaje”, ver KRAKAUER, Jon. *Hacia rutas salvajes*. 5 reimpr. Tradução Albert Freixa. Barcelona: Zeta, [1996] 2010. p. 229 (grifos do original)

atenção é o fato de que o moderno sistema de proteção à natureza, embora recorra a origens remotas, é identificável com o movimento de expansão do capitalismo da segunda metade do século XIX, a chamada *era do capital*, para continuarmos com o historiador britânico. Para Hobsbawm a questão é saber como nos comportaremos quando pudermos ver o mundo não mais como uma floresta virgem, mas como um jardim, ou algo assim, pois, de fato, a maior parte da paisagem é fruto das interações e alterações humanas. Para o século XXI o historiador chama a atenção para a necessidade de resistir a “tentativa de preservação por meio da criação de museus vivos e da delimitação no mundo de áreas especiais e simbólicas nas quais supostamente seria possível manter seu aspecto ‘natural’”²¹⁸, que de maneira geral, respondem a interesses econômicos, como o turismo.

Se atualmente é difícil pensar em um espaço natural onde o homem não tenha estado e mantido algum tipo de interação desde sua dispersão pelo globo, há pouco mais de um século essa percepção não era evidente, e a ideia de uma natureza em estado puro, virgem e intocada pelas mãos do homem era presente e justificava ações de proteção de áreas naturais. Falamos aqui das ideias *preservacionistas* e *conservacionistas* que surgiram em fins do século XIX e que nutriram o debate em torno da definição de Espaços Naturais a serem protegidos por lei. O que nos remete ainda, ao próprio impacto dessas ideias na sociedade e suas instituições, de ação governamental e de formação de movimentos sociais de contestação, inclusive de alcance na política internacional. Por isso, falar de Espaços Naturais Protegidos, é referimos tanto sobre as alterações efetivamente ambientais em determinado bioma ou ecossistema, causadas ao longo do tempo pela interação com as sociedades humanas, e também a percepção dessas sociedades sobre esses remanescentes naturais.

As características sobre o reconhecimento e a proteção desses espaços naturais seguem mudando ao longo do tempo e atualmente são numerosos e variados, mas em todos, encontramos duas dimensões comuns: o conjunto de fatores que levaram à proteção, e as condições efetivas para essa proteção. Em suma, a determinação dos espaços naturais protegidos, enquanto uma seleção dentre outros possíveis, remete a um conjunto de valores reconhecidos em um determinado momento por uma sociedade. Já suas condições materiais para efetiva proteção esbarram, ou dialogam, com questões mais amplas da configuração, sobretudo econômica, da referida sociedade, existente muito antes do reconhecimento de uma área como Espaço Natural Protegido.

²¹⁸ Cf. HOBSBAWM, Eric J. *O novo século*. op. cit. 2005. p. 181-182.

No ano de 1958, em conferência realizado no Instituto Superior de Agronomia e no Instituto Bontânico de Coimbra, Portugal, o então diretor do Jardim Botânico de Bruxelas, Bélgica, Walter Robybn, elencava o que considerava serem os problemas fundamentais da conservação da natureza no mundo. Sob a perspectiva da destruição do equilíbrio natural entre as espécies causado pela interferência humana, o então professor da Universidade de Louvain alertava para a recorrência de séculos de prática de introdução de espécies exóticas em diversos ambientes. As alterações pelo desmatamento também provocam sérios impactos, corroborando para processos erosivos e perda do solo agricultável. Junto ao processo de desflorestamento há a perda das espécies animais. A caça predatória corresponde a outro impacto aludido, seja de fins esportivos ou mercantis. Outro aspecto destacado foi a utilização de agentes químicos dispersos por meio de aviões e utilizados indiscriminadamente de maneira ampla, impactando o conjunto do meio biológico de consequência imprevisíveis. Um aspecto constatado foi o predomínio de espécie de mosca resistente aos agrotóxicos, por exemplo, no Congo belga.

Segundo o autor, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos EUA, marca uma primeira fase na salvaguarda da natureza não apenas naquele país, mas que orientará boa parte das práticas na sequência, pautadas basicamente sob duas finalidades: 1) estabelecer reservas gerais assegurando a manutenção de uma parte, mais ou menos extensa, da biosfera, subtraindo-a, total ou parcialmente, da ação humana; 2) instituir reservas parciais de finalidade limitada, onde restrições legais assegurem a proteção de elementos isolados da natureza: reservas antropológicas, zoológicas, de caça, de pesca, ornitológicas, florestais, geológicas, etc.²¹⁹

²¹⁹ ROBYNS, Walter. *Os problemas fundamentais da conservação da natureza no mundo*. Lisboa: s.n. 1958. [separata Publicações da Liga para a Proteção da Natureza, XV] p. 10. Em 1933 celebrou-se me Londres a “Conferência Internacional para Proteção da Fauna e da Flora africanas” que propôs uma definição mais precisas para Reserva Natural Integral e Parque Nacional, sendo assim definido: a) área controlada pelo Poder Público, onde seus limites não devem ser alterados, ou qualquer parte sujeita a alienação, exceto pelas autoridades legislativas competentes; b) estabelecida para propagação, proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa, e para a preservação de objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico ou outros de interesse científico, para o benefício e desfrute pelo público em geral; c) onde a caça, abate ou captura a fauna, e destruição ou coleta da flora é proibido, exceto por, ou sob, a direção e controle das autoridades responsáveis pelos Parques Nacionais. De acordo com o estabelecido, facilidades devem ser dadas ao público em geral, para que possa observar a fauna e a flora dos Parques Nacionais. Em 1934 foi criado do Instituto de Parques Nacionais do Congo Belga, dirigida por uma comissão internacional, a qual advogava a proteção da natureza como benefício não apenas de um país, mas da humanidade. Nesse sentido, em Fontainebleu, em 05 de outubro de 1948 foi criada a União Internacional para Proteção da Natureza, com sede em Bruxelas. Para um histórico da criação dessa União, ver: JESPO, Paul; WHITTAKER, Robert J. *Histories of Protected Areas: Internationalisation of Conservationist values and their adoption in the Netherlands Indies*. *Environment and History*, Cambridge, n. 8, p. 129–172, 2002. Em 1957 o Museu Nacional de História Natural de Paris levou a cabo a exposição “O homem contra a natureza”.

Ainda segundo o autor, é errôneo considerar a existência de algum espaço que não tenha recebido influência humana em algum momento da história. Assim que, a própria noção de proteção da natureza advinda da percepção dos impactos causados por essa ação, também tem, por outro lado, a consequência de que, numa área protegida, o isolamento da presença humana pode causar um desequilíbrio de um sistema que havia por longo tempo em contato com as atividades humanas.

Juntemos a tudo isso que as razões utilitárias são cada vez menos estranhas à Proteção da Natureza e, sobretudo, à exploração racional dos seus recursos renováveis, que, em última análise, se faz em proveito imediato, ou futuro, do homem. Daí a preocupação - tão legítima - de fazer que a paisagem desempenhe papel activo em toda a vida humana, mesmo no ponto de vista higiénico e recreativo, o que originou em bastantes países um serviço de urbanismo, de certo modo complemento indispensável do da conservação da natureza²²⁰

Sob essa perspectiva, o autor considera emergir uma segunda fase, ou fase atual da salvaguarda da natureza, ao não mais afastá-la da presença humana, mas procurar integrá-las. Nesse momento, em 1956, durante a quinta Conferência, realizada em Edimburgo, a União Internacional para a Proteção da Natureza altera seu nome e seu estatuto para União Internacional para Conservação da Natureza e dos seus Recursos.²²¹

A primeira classificação internacional data de 1973. Logo em seguida, a de 1978, listava 10 categorias de espaços protegidas classificadas não pelos seus nomes, mas pelos seus propósitos ou objetivos de gestão marcando a influência das pesquisas científicas na área. A

Para o autor, “é mais que tempo de assegurar uma conservação eficiente dos recursos renováveis da terra e de colocar o homem civilizado perante as suas enormes responsabilidades para com as gerações futuras.” (p. 9)

²²⁰ ROBYNS, Walter. *Os problemas fundamentais da conservação da natureza no mundo*. Lisboa: s.n. 1958. p. 12. [separata Publicações da Liga para a Proteção da Natureza, XV]

²²¹ Id. Ibid., p. 12. Destacando o papel científico que os Parques possuem, como laboratórios naturais de experiências ecológicas de longo prazo, “ao lado desses resultados fundamentais, é possível encontrar indicações preciosas para a exploração racional das biocenoses, das formações florestais e da fauna em proveito do próprio Homem”. De acordo com Kenton Miller, em 1959, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas convidou a União Internacional da Conservação da Natureza a preparar a Lista de Parques Nacionais e Áreas Similares das Nações Unidas. [resolução 713, 27ª sessão, abril, Cidade do México] Foi o primeiro inventário mundial, do qual constatou-se a existência de 115 tipos diferentes de áreas protegidas no mundo. A Comissão de Parques Nacionais e Áreas de Proteção assumiu a tarefa de desenvolver um sistema de classificação, o qual após várias versões de debates no cenário internacional, foi aceito em 1990 pela Assembleia Geral da UICN, e ratificada no IV Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1992. Ver. MILLER, Kenton R. Evolução do conceito de Áreas de Proteção – oportunidades para o século XXI. In: *ANAIIS do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná; Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1, p. 3-21.

classificação em vigor data de 1994, reflexo de vários debates, particularmente os do *IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas*, realizado em Caracas, 1992, objetivando a adequação conceitual da proteção com seu tempo. Portanto, de acordo com os objetivos de gestão, ou manejo, iniciando-se pelos mais restritivos, destinam-se:

- I. À Proteção estrita, subdividida em: Reserva Natural estrita e Área Natural Silvestre
- II. À conservação de ecossistemas e turismo/recreação
- III. À conservação das características naturais
- IV. À conservação por meio de gestão ativa
- V. À conservação de paisagens terrestres e marinhas e lazer/recreação
- VI. Ao uso sustentável de ambientes/ecossistemas naturais

As alterações mais visíveis dizem respeito à classificação em função dos manejos de cada categoria, da preservação estrita ao uso sustentável.

Tabela 1 – Classificação Internacional de Unidades de Conservação

Classificação Internacional de Unidades de Conservação (UICN, ampliado em 1994)		
Objetivos de Gestão (Objetivo principal do manejo)		Comparação com UCs Brasileiras (podem estar citadas em mais de uma categoria internacional)
I – Proteção estrita	Ia – Reserva Natural Estrita	Estação Ecológica
	Ib – Área Natural Silvestre	Reserva Biológica
II – Conservação de ecossistemas e turismo/recreação		Parque Nacional e Estadual
III – Conservação de características naturais		Monumento natural: rio cênico; estrada-parque; Área de Relevante Interesse Ecológico; Reserva Ecológica
IV – Conservação por meio de gestão ativa		Floresta Nacional; Parque de Caça; Reserva de Recursos; Reserva de Fauna
V – Conservação de paisagens terrestres e marinhas e lazer/recreação		Monumento Cultural
VI – Uso Sustentável de ambientes/ecossistemas naturais		Área de Proteção Ambiental; Reserva Extrativista; Floresta Nacional; (Parque de Caça; Reserva de Recursos; Terra indígena)

Fonte: ATLAS das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Estado de Meio Ambiente, 2000. p. 13.

Para Kenton Miller, esse instrumento deve ajudar os planejadores de parques e outras partes interessadas a selecionar de uma forma atuante a melhor categoria, de acordo com os objetivos de gestão que desejam de determinada área. Assim, se o objetivo predominante é manter a biodiversidade silvestre, a categoria a escolher fica entre as quatro primeiras opções: reserva científica, parque nacional, monumento nacional ou refúgio de espécies silvestres. Essas ações favorecem o empenho primário na proteção de habitats, espécies e ecossistemas. São diferentes quando os serviços adicionais que oferecem e, conseqüentemente, a grau de acesso e aos tipos de atividades que proporcionam. São evitadas a colonização humana e a extração de recursos. Se, por outro lado, o objetivo central é manter uma paisagem domesticada ou semidomesticada, onde certos recursos podem ser explorados, observadas certas restrições e mecanismos de controle, e onde a colonização humana pode ser integrada de uma forma ordenada, o planejador pode voltar-se para a paisagem protegida e a área de proteção de recursos administrada.²²²

Temos assim uma trajetória acerca dos espaços naturais protegidos que se inicia com o modelo do Parque Nacional de Yellowstone até as categorias internacionais com preocupação explícita com o desenvolvimento sustentável – as funções de proteção e recreação são as mais antigas, seguida da investigação científica, sendo a que mais se cresceu ao longo do século XX, passando a um papel ativo na comunidade internacional para proteção dessas áreas, onde tem se valorizado o conhecimento dos processos naturais, estudos de diferentes recursos, programas de gestão, nacionais e internacionais, se aproximando com a perspectiva socioeconômica desses espaços. Ou seja, o avanço científico, a valorização da biodiversidade e de gestão dos recursos naturais em geral, o setor socioeconômico tem ganhado peso. Socialmente, a conservação do meio ambiente tem sido entendida como critério de melhoria da qualidade de vida das populações, desde o nível alimentar ao saneamento, passando pelo lazer, sobretudo para as

²²² MILLER, Kenton R. Evolução do conceito de Áreas de Proteção – oportunidades para o século XXI. In: *ANAIS do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. op. cit., 1997. v. 1, p. 9-10. Em termos internacionais, surgiram na década de 1970 três conjuntos de espaços protegidos: 1) Convenção Internacional de Áreas Úmidas, RAMSAR, locais inscritos numa lista internacional; 2) Convenção Mundial sobre o Patrimônio Cultural e Natural, também promove uma Lista Mundial de locais inscritos pelos governos nacionais. Tal proposta também pressupõe compromissos que o governo deve assumir para a gestão e proteção do local. Tal Lista também apresenta um índice dos locais em perigo, cuja finalidade é denotar áreas que estão a reclamar atenção especial para restabelecer e proteger o recurso; 3) O Programa *O Homem e a Biosfera*, da UNESCO, teve início em 1972, como um programa de cooperação internacional para apoiar a pesquisa científica e o monitoramento da natureza e dos fenômenos antropomórficos, a fim de melhorar e adaptar a utilização humana do ambiente. Entre os seus programas, o da Rede de Reservas de Biosfera promoveu a designação pelos governos de unidades de conservação e terras circundantes como Reservas de Biosfera, para concentração de pesquisas, intercâmbio de dados e fomento à cooperação científica internacional. Após o Segundo Congresso Mundial sobre Reservas de Biosfera, em Sevilha, em 1995, o programa ampliou o seu foco e alcance, visando explicitamente equacionar os problemas de manejo de recursos nas regiões vizinhas às Reservas de Biosfera.

crecentes regiões metropolitanas do planeta.

A função socioeconômica nem sempre aparece como um atributo, ou finalidade, evidente de um Espaço Natural Protegido. O conceito de sustentabilidade pode ser a porta de entrada mais evidente para se pensar o papel socioeconômico desses Espaços, entretanto, muito dos problemas encontrados para efetivar a proteção encontram-se arraigados há muito mais tempo na estrutura da sociedade onde se localizam esses remanescentes. Tais espaços são frutos de determinada conjuntura política para sua criação, mas que devem lidar com questões estruturais estabelecidas em torno dos interesses econômicos, públicos ou privados, sobre os recursos naturais. Tal área a ser conservada não se encontra à margem do sistema econômico dominante, e dele sofre diversos e constantes assédios.

Observamos as principais características e mudanças no conceito de Espaços Naturais Protegidos, apresentando, para melhor visualização, quatro períodos fundamentais para o entendimento do desenvolvimento e atuação desses Espaços Naturais. Nesse primeiro período encontramos o nascimento, a organização e consolidação dos primeiros Espaços Naturais Protegidos, sobretudo pela figura dos Parques Nacionais. Tais espaços apresentavam-se marcados por uma concepção estética e elitista, voltados para valorização de aspectos naturais e para recreação e desfrute do contato com a natureza para as populações urbanas, o que de certa maneira, dava forte peso à proteção de áreas naturais representativas como sítios pitorescos representantes de paisagem natural.

Um segundo período aqui considerado corresponde ao desenvolvimento de instituições e de valorização da pesquisa científica sobre esses espaços, ao ponto da organização de encontros e conferências internacionais para discussão das alterações humanas na biosfera. Trata-se do período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970.

Abarcando as décadas de 1970 a 1990, marca efetivamente o momento de maior visibilidade mundial do que se transformou na chamada “questão ambiental”. Os Espaços Naturais Protegidos começam a ser pensados como um sistema de áreas com finalidades não apenas de proteção, mas, sobretudo, de conservação dos recursos e da biodiversidade; ampliam-se suas finalidades de instrumentos de gestão, com papel crescente das organizações científicas e disposições internacionais, vinculadas à proposta de sustentabilidade.

Um quarto período foi pensado a partir dos anos de 1990 até a atualidade, marcado efetivamente pelas discussões internacionais, com grande peso dado às diretivas emanadas da segunda Conferência sobre Meio Ambiente Humano realizada em 1992, na cidade do

Rio de Janeiro, onde a conservação e gestão dos recursos naturais e da biodiversidade ganharam maior expressão e legitimação pelas resoluções e a proposta da Agenda 21. Este último momento marca a integração efetiva desses Espaços Naturais Protegidos à política global de desenvolvimento sustentável. Evidentemente esses períodos não são rígidos e estanques, constituindo um recurso para apreensão das mudanças e permanências na prática de proteção à natureza e a busca pela sustentabilidade.

Tabela 2 – Síntese das características dos *Espaços Naturais Protegidos*

<i>Período</i>	1870-1940	1940-1970	1970-1990	1990-atual
<i>Finalidade</i>	Proteção	Proteção Conservação	Proteção Conservação	Proteção Conservação
	Recreação	Recreação Educação	Recreação Educação	Recreação Educação
	Pesquisa Científica	Pesquisa Científica	Pesquisa Científica	Pesquisa Científica
<i>Critério</i>	Beleza Cênica	Beleza Cênica; Ecossistemas Definição por biomas	Beleza Cênica Ecossistemas Definição por biomas	Beleza Cênica Ecossistemas Definição por biomas
<i>Institucional</i>	Políticas nacionais	Políticas nacionais Legislação específica Acordos Internacionais	Políticas nacionais Legislação específica Programas e políticas internacionais	Políticas nacionais Legislação específica Programas e políticas internacionais
<i>Vinculação predominante</i>	Identidade nacional Economia	Desenvolvimento	Desenvolvimento Sustentável Qualidade de vida	Desenvolvimento Sustentável Qualidade de vida Serviços ambientais Diversidade Cultural Planejamento e gestão do território
<i>Categoria principal</i>	Parques Nacionais	Parques Nacionais Diversificação de categorias	Parques Nacionais Diversificação de categorias Internacional	Parques Nacionais Diversificação de categorias Internacional
<i>Abrangência</i>	Restrita	Restrita	Articulada	Articulada
<i>Rede Internacional</i>	Não	Não	Reservas da Biosfera e Patrimônio Mundial Ramsar	Reservas da Biosfera e Patrimônio Mundial Ramsar

Percebemos, portanto, um deslocamento do olhar e das práticas de salvaguarda do bem natural do valor apenas estético, desfrute e lazer, para progressivamente uma concepção de proteção de ecossistemas da qual a própria manutenção da existência física da humanidade estaria atrelada. Percepção essa vinculada à emergência do conhecimento em ciências naturais, em especial da Ecologia.²²³ A definição desses espaços ao longo do tempo, necessariamente dialoga com as mudanças da concepção de interferência antrópica no meio ambiente.

2.2 A UNESCO e a Proteção da Natureza: Reservas da Biosfera e Patrimônio Mundial

O Programa *Man and Biosphere* foi criado no âmbito da UNESCO com objetivo central de promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar “boas relações” entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta, por meio do cumprimento de algumas metas centrais: identificar e avaliar as mudanças na biosfera resultante de atividades humanas e os efeitos dessa mudança sobre o homem; estudar as inter-relações entre ecossistemas naturais e os processos socioeconômicos; desenvolver formas de medir mudanças quantitativas e qualitativas no meio ambiente a fim de estabelecer critérios científicos para a administração regional dos recursos naturais e o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; e, por fim, incentivar uma maior coerência global da pesquisa ambiental²²⁴. Dentro desse aprofundamento direcionado às pesquisas científicas, emerge a proposta de um instrumento que servisse, ao mesmo tempo, para a conservação de áreas relevantes da biosfera, bem como um laboratório para análise das diferentes formas de interação entre o homem e esse meio – as Reservas da Biosfera.

A partir de 1974 foram criadas as primeiras Reservas da Biosfera. Desde então, passaram a incorporar e dar ênfase às novas propostas que surgiam no debate mundial sobre a questão ambiental, como a concepção de *desenvolvimento sustentável*. Resumidamente, na

²²³ A íntima relação entre ciências biológicas, particularmente o interesses da ecologia em consonância com o desenvolvimento econômico foi destacado por Pascal Acot, tanto para o contexto inglês como norte americano, já em fins do século XIX. Ver, ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, [1988] 1990.

²²⁴ Cf. Recommendations. *Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational use and Conservation of the Resources of the Biosphere*, op. cit., 1968. BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. op. cit., [1973]1982. p. 456-457. Ver também McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. op. cit., 1992. p. 186.

atualidade, devem cumprir, de forma integrada, três funções básicas: contribuir para conservação da biodiversidade dos ecossistemas e das paisagens onde se inserem; fomentar o desenvolvimento econômico que seja sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico em suas áreas de abrangência; e, criar condições logísticas para a efetivação de projetos para a produção e difusão de conhecimentos e para a educação ambiental²²⁵.

Em junho de 1981 o Programa MaB completou dez anos com um balanço de sua experiência publicado no periódico *Correio da UNESCO*, onde o então diretor geral da UNESCO Amadou-Mahtar M'Bow chamava atenção para a interdisciplinaridade alcançada frente as demandas da questão do meio ambiente, bem como reconhecia como exitoso e essencial o princípio segundo o qual a “ciência e a tecnologia devem ser capazes de se integrar à cultura de cada país e de adaptar suas conquistas às características do mesmo”²²⁶ para lidar com os problemas do meio ambiente, mesmo contando com orçamentos escassos.

O caráter descentralizado da atuação do Programa também foi enfatizado positivamente por privilegiar a autonomia dos países e fortalecer as relações de cooperação estabelecidas em âmbito regional e inter-regional incorporando os preceitos do Programa em seus processos de desenvolvimento.

Por sua vez, o biólogo italiano e então diretor da Divisão de Ciências Ecológicas da UNESCO e Secretário do Conselho Internacional de Coordenação do MaB desde 1971, Francesco di Castri, apresentava um esboço das principais obras que fundamentaram o moderno conceito de Ecologia. Em síntese, estabelece cinco etapas desde a criação do termo pelo alemão Ernest Haeckel em 1869: no início do século XX ele significava o estudo de uma só espécie e de suas relações com o seu meio; nos anos de 1920, o sentido da palavra abrangia comunidades de espécies e noções com “cadeia alimentar”; já na década de 1950 o conceito de ecossistema foi proposto rapidamente se tornando uma unidade de estudo para as interações do meio físico com espécies que nele habitam; a década de 1970 foi marcada pelo estudo das interfaces, ou zonas de contato entre ecossistemas, integrados num conjunto mais amplo, chamado biosfera. Segundo di Castri o Programa MaB seria a última etapa desse processo ao considerar e buscar “a compreensão do papel dominante atribuído ao homem na

²²⁵ Cf. CORRÊA, Fredmar. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: roteiro para entendimento de seus objetivos e seu Sistema de Gestão*. 2 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1996. p. 28-35. (Cadernos RBMA; 02).

²²⁶ M'BOW, Amadou-Mahtar. O Homem e a Biosfera: os primeiros dez anos do programa ecológico da UNESCO. *Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, FGV, ano 09, n. 06, junho de 1981. p. 05.

biosfera e, conseqüentemente, a obrigação de levar em consideração fatores tão imponderáveis como a percepção do ambiente pelo homem ou a qualidade de vida”.²²⁷

Sobretudo às duas últimas etapas desse quadro foram atribuídas relação de causalidade com o aperfeiçoamento de instrumentos de pesquisa possibilitados pelo processo de industrialização, sobretudo no pós-segunda guerra mundial. O avanço da informática permitiria a construção de modelos de sistemas cada vez mais complexos. A constituição de grupos de pesquisadores interdisciplinares também foi elencado como uma das características que viabilizaram a implantação de um Programa Internacional de Biologia, entre os anos de 1964 a 1974.

Nesse primeiro balanço, portanto, o Programa MaB foi considerado exitoso por di Castri. Em particular, teria constituído um relevante instrumento para generalização do conhecimento ecológico e para o desenvolvimento de novas metodologias pelo contato e troca de experiência entre diversos países. No entanto, se por um lado o funcionamento de certos ecossistemas, sobretudo os dos menos complexos, como a Tundra, alguns desertos ou florestas de coníferas passou a ser mais bem conhecido, os ecossistemas tropicais, particularmente as florestas úmidas, apresentavam maiores desafios. A carência de condições econômicas e o baixo nível de desenvolvimento dos países onde predominavam esses ecossistemas impunham obstáculos para o conhecimento científico e a própria valorização da natureza para além de recurso imediato.

Constatação semelhante àquela feita anos antes pelo Programa Internacional de Biologia (1964-1974). Sobre esse Programa, segundo di Castri, um aspecto importante que o diferiria do MaB, fruto da Conferência da Biosfera, de 1968, e lançado em 1971, seria dado pela condição do sistema político e econômico mundial do período. Sua elaboração e surgimento estariam imersos em um contexto de crescimento econômico e de otimismo no progresso material, enquanto que o MaB refletiria os influxos da percepção dos impactos acentuados das sociedades sobre a biosfera.

Para o então diretor da Divisão de Ciências Ecológicas da UNESCO e Secretário do Conselho Internacional de Coordenação do MaB, naquele primeiro momento os vários ecossistemas do planeta eram concebidos antes como modelos com fins em si mesmos do que

²²⁷ DI CASTRI, Francesco. Ecologia: gênese de uma ciência do homem e da natureza. *Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, FGV, ano 09, n. 06, junho de 1981. p. 07.

com vistas a sua utilização. Foi somente no final do Programa que passou-se a valorizar do estudo das interações entre os ecossistemas ao invés de toma-los isoladamente.

Daí terem ficado sem resposta algumas questões fundamentais: até que ponto os resultados obtidos em determinado lugar podem ser aplicados aos ecossistemas do mesmo tipo situados em outras regiões do globo? Até que ponto pode o homem intervir nesses ecossistemas para deles tirar proveito e inclusive aumentar-lhes a produtividade? Quais os fatores que determinam a estabilidade dos ecossistemas apesar da intervenção do homem?²²⁸

Nesse sentido, a ecologia, e a expectativa sobre o Programa MaB se ampliaram. Os sistemas econômicos de exploração da biosfera não se baseiam na utilização de um único ecossistema isoladamente, contando com variado ritmo ao longo do tempo. Daí emerge a complexidade das interfaces, zonas de interpenetração ecológicas e culturais, sucessão progressiva de sistemas ecológicos e os diversos graus de intervenção humana.

O Programa MaB assumiu o êxito e, sobretudo, os desafios deixados pelo Programa Internacional de Biologia. Sua postura foi pragmática e a orientação para atuação em campo. Ou seja, não apenas compreender, mas intervir na relação homem e biosfera. Isso se daria em algumas dimensões, todas marcadas pelo fomento à gestão local. A declaração das Reservas só pode ser solicitada pelo país interessado mediante compromisso com a proteção da área e os princípios do Programa.

As Reservas da Biosfera atuam fomentando a gestão e planejamento territorial introduzindo valores de conservação dos recursos; constituiria importante polo de capacitação de equipes notadamente interdisciplinar, atuando desde atividades de pesquisa e formação à viabilização de práticas de educação ambiental; atuar como captador de recursos financeiros internacionais para projetos afins aos seus objetivos; e por último, considerado por di Castri um diferencial relevante, a experiência prática gestada no local, constituindo a característica que garantiu avaliação positiva nos dez anos de existência do Programa.²²⁹ Deve-se ponderar que as primeiras Reservas da Biosfera foram criadas em 1976, somando até o ano de 1980, 186 Reservas declaradas.²³⁰

²²⁸ DI CASTRI, Francesco. Ecologia: gênese de uma ciência do homem e da natureza. *Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, FGV, ano 09, n. 06, junho de 1981. p. 10.

²²⁹ Id. Ibid., p. 11.

²³⁰ Ver lista completa das Reservas da Biosfera em **Anexo**, atualizada até junho de 2013.

No primeiro momento de formação do MaB, di Castri registra a importante passagem em termos metodológicos e conceituais: se de início o programa buscava apenas o impacto das ações humanas sobre diversos ecossistemas, como se o homem estivesse “de fora”, para um segundo momento, onde o homem passou a ser considerado parte integrante do ecossistema, ou seja, o Homem *na* Biosfera, e de como os elementos naturais fazem parte do cotidiano em instâncias que não podem ser quantificadas.

Essa questão levou a uma postura de abertura para a “participação” das populações locais ao lado dos pesquisadores no processo de planejamento. Ao menos assim desejado. Como exemplos de projetos iniciados em diferentes ecossistemas, como os Andes, Florestas Tropicais Úmidas, ou desertos, o número do *Correio da UNESCO* dedicado aos dez anos do Programa MaB também chamava a atenção para os espaço das regiões metropolitanas e megacidades, em sua maioria situadas no hemisfério sul, em regiões de remanescentes de ecossistemas tropicais.

O tema do ambiente urbano emerge como uma das grandes preocupações do Programa MaB e desafio posto às Reservas da Biosfera. O botânico italiano Valerio Giacomini, então presidente da Comissão do MaB na Itália, enfatizou a condição inédita na história humana aceca da complexidade que as cidades assumiram no mundo contemporâneo, constituindo “um campo formidável de experiência para um esforço conjugado de humanização da ciência e mobilização de todos os recursos a serviço da coletividade.”²³¹

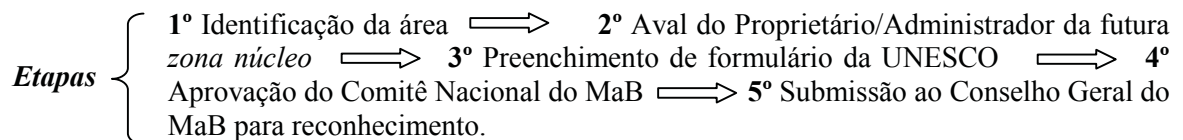
Os biólogos Stephen Boyden e John Celecia chamaram a atenção para os problemas da urbanização nos países em desenvolvimento. Os dois pesquisadores atentaram para um fato de que ao longo do tempo, ainda que algumas cidades tenham recebido relativo planejamento urbano baseado em critérios ecológicos, seus efeitos não conseguiram se estabelecer de maneira satisfatória para a melhoria da qualidade de vida das populações se uma conexão efetiva com a dinâmica da cidade não fosse alcançada. Como exemplo, “cria-se um cinturão verde para dar ‘pulmões’ à cidade. Isso em si é bom – mas se não forem tomadas outras providências simultâneas, o cinturão verde servirá apenas para atrair novos aglomerados e mais tráfego, e a consequente construção de estradas”.²³² Ou seja, existe uma gama de interesses em torno da utilização e valorização do espaço urbano que a proteção ambiental

²³¹ GIACOMINO, Valerio. Por um urbanismo humano. *O Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, ano 09, n. 06, junho de 1981. p. 23. “o homem soube utilizar a natureza em seu benefício. Cabe-lhe agora pôr a cidade a serviço das necessidades individuais e coletivas, mas respeitando os valores humanos.”

²³² BOYDEN, Stephen; CELECIA, John. A ecologia das megalópoles. *O Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, ano 09, n. 06, junho de 1981. p. 24-27.

fomenta e que é pouco considerada. Caberia maior atenção, portanto, à escala nacional e local onde seria declarada a Reserva. Nesse sentido, a dimensão e a compreensão histórica cumprem papel relevante frente ao complexo conjunto de questões e interesses que essa iniciativa internacional terá como desafio.

Para alcançar que uma área seja declaração como Reserva da Biosfera, os países interessados devem, antes de tudo, serem signatários do Programa MaB e possuir um Comitê Nacional constituído e reconhecido pelo Programa. Por intermédio desse Comitê, que geralmente localiza-se junto aos Ministérios de Relações Exteriores ou congêneres, as propostas são encaminhadas para avaliação no Conselho Geral do MaB, em Paris. A definição da área deve atender alguns critérios, sobretudo, da representatividade do bioma e as condições asseguradas para sua proteção, o que remete invariavelmente à prática de proteção ambiental existente nos países solicitante, sua abrangência e limitações. Para alcançar essa declaração, os países interessados devem assegurar que as regiões indicadas cumpram os seguintes objetivos: 1) Proteção da Biodiversidade; 2) Desenvolvimento Sustentável; 3) Pesquisas Científicas. Uma vez estabelecida a Reserva deveria se constituir um Comitê de Gestão formado por representantes de governos, setor científico e comunidade local para conciliar os diversos interesses presentes na área, e a elaborando um Plano de Gestão.²³³



Para cumprir seus objetivos, as Reservas da Biosfera foram pensadas em três zonas que dialogam entre si e, principalmente, com a ação antrópica. Cada Reserva deve contar com:

²³³ ROCHA, Ana Augusta; COSTA, José Pedro de Oliveira. (Coords.). *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998. “As Reservas da Biosfera abrangem uma grande variedade de áreas naturais que vão desde altas montanhas, até planícies com grande concentração demográfica; regiões costeiras e ilhas, até densas florestas interiores, desertos tropicais, tundra e espaços polares. Para ser incluída na Rede MaB a Reserva deverá ser representativa com sítio biogeográfico, podendo ter diferentes níveis de intervenção humana”. (p. 36). Ver também: CORRÊA, Fredmar. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: roteiro para entendimento de seus objetivos e seu Sistema de Gestão*. op. cit., 1996. (Cadernos RBMA; 02). CONSÓRSIO Mata Atlântica. *Anais do Seminário Nacional A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Campinas: Consórcio Mata Atlântica; UNICAMP, 1992. [realizado de 10 a 13 de dezembro de 1991] _____. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Plano de Ação – volume 1: referências básicas*. Campinas: Consórcio Mata Atlântica; UNICAMP, 1992

- *Zona núcleo*, deve apresentar remanescentes significativos do bioma original com menor grau de alteração possível, com extensão suficientemente ampla para assegurar a proteção do ecossistema, são aquelas destinadas à proteção integral, não permitindo a atividade humana exceto indiretamente, como a pesquisa. Por essa característica, geralmente são espaços naturais já protegidos, como os Parques Nacionais ou categorias equivalentes; cada Reserva da Biosfera pode conter uma ou mais *zonas núcleo*.

- *zona tampão* ou *de amortecimento* envolve toda a *zona núcleo*, cuja função é *amortecer* e evitar os impactos à área preservada central. As atividades realizadas devem priorizar medidas que corroboram a proteção das *zonas núcleo*, com desenvolvimento de pesquisas em formas de manejo sustentáveis e recuperação de áreas degradadas – terrestre ou aquática – com finalidade de melhorar a produção, conservando os processos naturais e da diversidade biológica. É nessas áreas que se privilegiam atividades de ecoturismo, lazer e educação ambiental.

- *zonas de transição* não têm limites definidos, envolvendo a *zona de amortecimento*. Nessas áreas ocorre o maior número de atividades humanas, como agricultura e a presença de áreas urbanas, e até atividades industriais. Geralmente, trata-se da área mais povoada onde estariam presentes as comunidades locais, grupos de pesquisa, universidades, ONGs, entidades culturais e religiosas, a administração pública e empreendimentos privados e que se faz necessário atuar conjuntamente rumo ao desenvolvimento sustentável.

As *zonas de amortecimento* e de *transição* devem garantir e recuperar áreas degradadas e apresentam a possibilidade de trabalhar com a formação de corredores²³⁴ de conservação unindo outras áreas naturais existentes ou em recuperação. O manejo da área deve levar em conta seu zoneamento, ou seja, uma ou mais *zonas núcleo*, *zonas de amortecimento* e *zonas de transição*.

²³⁴ Os corredores ecológicos visam reestabelecer as ligações entre os vários fragmentos de vegetação existentes que contêm populações isoladas de flora e fauna. Possibilitando o fluxo de animais silvestres e plantas contra processos de empobrecimento genético. Esses corredores, onde necessário, devem ser reconstituídos com espécies vegetais nativas.

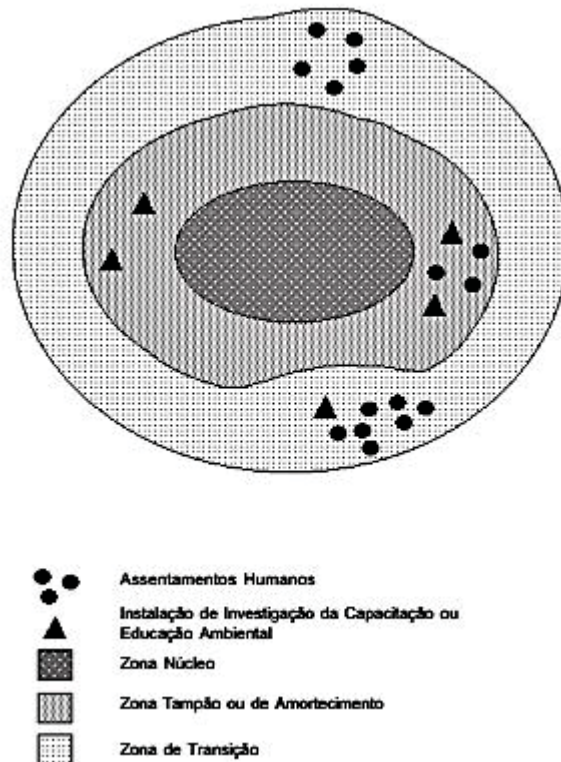


Imagem 1 – Representação do zoneamento de uma Reserva da Biosfera

Fonte: CORRÊA, Fredmar. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: roteiro para o entendimento de seus objetivos e seu sistema de gestão*. op. cit., [1995] 1996. f. 20.

Em uma representação gráfica das disposições originais, as três zonas apareceriam como anéis concêntricos. Na prática, contudo, o processo de delimitação demonstrou a necessária flexibilização frente a condições específicas de cada Espaço Natural Protegido. De fato, a propriedade da terra tem condições variadas. Teoricamente, nas *zonas núcleo*, composta por Espaços Naturais Protegidos deveria constituir-se por terras públicas, que, no entanto, na prática, aparecem envoltas a diversas disputas com o setor privados que afeta diretamente a manutenção desses Espaços. As outras *zonas* apresentam majoritariamente sobre propriedades e atividades privadas.

Ao longo dos mais de quarenta anos de atuação, o Programa MaB manteve-se a par do debate ambiental internacional. Em 1981, em resposta a *Estratégia Mundial para Conservação*, o Programa ampliou o debate sobre conservação e desenvolvimento e a importância das Reservas, presente no balanço dos dez anos do MaB.²³⁵ No primeiro

²³⁵ LUSIGI, Walter; ROBERTSON, Jane. Conservação para o Desenvolvimento. *O Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 6, jun., 1981. p. 28-29 e 34.

Congresso Internacional de Reservas da Biosfera, realizado na cidade de Minsk, Bielorrússia, em 1983, foi manifestada a necessidade de ser superada a dicotomia entre conservação do meio ambiente e desenvolvimento mediante a elaboração de projetos e execução de medidas concretas no âmbito da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, para que as próprias Reservas possam se constituir em espaços de desenvolvimento sustentável na zona biogeográfica onde estiver localizada.²³⁶

Contudo, como lembra Michel Batisse, foi com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que a aposta na sustentabilidade ganhou projeção maior no debate político internacional. Assim, o Conselho Internacional da Coordenação do MaB, em 1993, aceitaria textualmente as decisões presentes na *Agenda 21*, documento resultante da Conferência de 1992.²³⁷

Dez anos após o Congresso de Minski, a reflexão sobre os Espaços Naturais Protegidos, particularmente, as Reservas da Biosfera caminharam na direção do reconhecimento da relação entre diversidade biológica e as necessidades do desenvolvimento das comunidades locais, constituindo um aspecto chave e essencial dentro dos postulados das Reservas, que logrou o reconhecimento e indicação para os planejadores e administradores de demais Espaços Naturais Protegidos no IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado na cidade de Caracas, Venezuela, em fevereiro de 1992.²³⁸

Entre os dias 20 e 25 de março de 1995, na cidade de Sevilha, Espanha, foi realizada a Conferência Internacional sobre Reservas da Biosfera, onde foram redefinidas suas diretrizes e fixadas novas estratégias.²³⁹ Como objetivos iniciais foram propostos um exame detalhado da aplicação do conceito de Reservas da Biosfera para o desenvolvimento sustentável, pensando em suas funções básicas (conservação, desenvolvimento e apoio

²³⁶ UNESCO. *Reservas de Biosfera – la estrategia de Sevilla & el marco estatutario de la Red Mundial*. Paris: Programa MaB, 1996.

²³⁷ BATISSE, Michel. Jubileo: el MaB cumple veinticinco años. *El Correo*, España, año XLVI, oct., 1993, p. 27. Ver também: UNESCO. *Reservas de Biosfera – la estrategia de Sevilla & el marco estatutario de la Red Mundial*. op. cit., 1996. Mediante os objetivos elencados na *Agenda 21*, as Reservas da Biosfera atuam em: 1) constituição de áreas piloto em pesquisas locais visando o desenvolvimento sustentável; 2) realizar análises comparativas entre regiões geográficas e ecológicas; 3) promover estudos de campo para definir sistemas ecológicos sustentáveis, visando assim atuar também como *Unidades Regionais de Desenvolvimento Sustentável*. Além da *Agenda 21*, resultou da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento as *Convenções sobre Diversidade Biológica, Mudanças Climáticas e Combate à Desertificação*.

²³⁸ UNESCO. *Reservas de Biosfera – la estrategia de Sevilla & el marco estatutario de la Red Mundial*. op. cit., 1996.

²³⁹ Id. Ibid.

logístico) e as dificuldades e limitações até então constadas, particularmente, o predomínio da conservação sobre as demais funções.

Chamado de *Estratégia de Sevilha*, o documento aprovado pela Conferência apresentava um amplo conjunto de recomendações, desde as relações internacionais entre as Reservas a sua atuação local – o objetivo principal era construir a partir da Rede Mundial de Reservas da Biosfera um modelo de sustentabilidade mundial. Em nível internacional e nacional, as Reservas constituiriam espaços privilegiados para a conservação da diversidade biológica e cultural, atuando em sistema de redes e mosaicos, para a melhoria das condições ambientais e sociais de suas áreas de abrangência. Em nível local, responderia como modelo de gestão territorial para o desenvolvimento sustentável, estimulando a participação da população local, identificando e buscando soluções para os fatores que conduzam à degradação do ambiente e o uso não sustentado dos recursos.²⁴⁰

Após uma avaliação positiva dos primeiros cinco anos da *Estratégia de Sevilha*, ocorrido na cidade espanhola de Pamplona, em 2000. O *Plano de Ação de Madri* para as Reservas da Biosfera foi votado na sessão de encerramento do III Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, no dia 09 de fevereiro de 2008, com 31 objetivos e 65 ações associadas que deveriam ser cumpridas até o ano de 2013.

Visando atualizar o debate ocorrido treze anos antes, em 1995, na cidade espanhola de Sevilha, o *Plano* elencou dentre os problemas principais que contribuíram para o aumento das desigualdades e da pobreza foram: a rápida mudança climática que afetou sociedades e ecossistemas; a perda acelerada da diversidade cultural e biológica com custos para os ecossistemas reporem os “serviços ambientais” prestados ao bem estar humano; e o acelerado processo de urbanização impulsionando mudanças ambientais.²⁴¹

Nesse *Plano* consta a importância de aprimorar as estratégias e instrumentos do encontro de Sevilla para que as Reservas da Biosfera alcancem internacionalmente a função de principais áreas dedicadas ao desenvolvimento sustentável no século XXI. As Reservas teriam demonstrado sua viabilidade para além dos Espaços Naturais Protegidos

²⁴⁰ UNESCO. *Reservas de Biosfera – la estrategia de Sevilla & el marco estatutário de la Red Mundial*. op. cit., 1996.

²⁴¹ UNESCO. *Plan de Acción de Madrid para las Reservas de Biosfera (2008-2013)*. Madrid: Programa MaB; UNESCO; Gobierno de España, 2008. 36f.

convencionais, e se convertendo numa ferramenta para o planejamento territorial e estimuladora de políticas de bem estar para a humanidade.²⁴²

A atuação da UNESCO na área de proteção da natureza incluem ao menos dois outros programas internacionais – a convenção do Ramsar (1971) e a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972).²⁴³

A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional²⁴⁴, conhecida como Convenção de Ramsar²⁴⁵, constitui um tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países – originalmente denominava-se “Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat para Aves Aquáticas”, com objetivo inicial prioritário fomentar a conservação de áreas utilizadas por aves migratórias aquáticas por meio do esforço conjunto dos governos dos países membros.

A partir da ampliação do debate sobre conservação no mundo, a partir dos anos de 1980 a Convenção passou a abordar o tema de forma mais abrangente, reconhecendo a importância das áreas úmidas para a manutenção da diversidade de espécies e, ao mesmo tempo, sua relevância para o bem-estar das populações humanas. Em 1982, uma emenda ao texto original reconheceu que a proteção das zonas úmidas deve levar em consideração seu valor econômico, cultural, científico e recreativo.²⁴⁶ De maio de 1975 a maio de 2013 contam 2165 sítios declarados no mundo²⁴⁷.

²⁴² UNESCO. *Plan de Acción de Madrid para las Reservas de Biosfera (2008-2013)*. op. cit., 2008. O Plano ratifica e evidencia em sua apresentação a importância do empenho dos países signatários do Programa MaB para que o efetivo cumprimento dos objetivos das Reservas possam ser alcançados – “**Las reservas de biosfera siguen siendo jurisdicción de los Estados en que se ubican, que adoptarán las medidas que consideren necesarias para mejorar su funcionamiento**”.(p. 3) [destaque do original]

²⁴³ Foge aos propósitos deste trabalho contemplar uma aproximação entre o Programa MaB e essas duas Convenções em suas concepção de meio ambiente e proteção, forjadas num contexto próximo e formatos semelhantes de atuação na gestão territorial e em bases políticas intergovernamentais, atuantes até os dias que correm, portanto, dialogando com o tema da sustentabilidade.

²⁴⁴ Segundo a esta Convenção, “zonas úmidas são áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa” E, “as aves aquáticas são pássaros ecologicamente dependentes de zonas úmidas”.

²⁴⁵ Realizada em fevereiro de 1971, na cidade iraniana de Ramsar, essa Convenção encontra-se em vigor desde 21 de dezembro de 1975.

²⁴⁶ O texto completo da Convenção encontra-se disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/biodiversidade/biodiversidade_aquatica/zonas_umidas/texto_convencao_ramsar.pdf> Acesso 17 jul., 2013.

²⁴⁷ Lista completa disponível em: <http://www.ramsar.org/pdf/sitelist_order.pdf> Acesso 17 jul., 2013. O Brasil dispõe de grande variedade de zonas úmidas; é signatário da Convenção de Ramsar desde setembro de 1993, ratificando-a três anos depois. Essa decisão possibilita ao país ter acesso a benefícios como cooperação técnica e apoio financeiro para promover a utilização dos recursos naturais das zonas úmidas de forma

Outro expediente para salvaguarda de áreas naturais gestado no âmbito da UNESCO é a Convenção para o Patrimônio Mundial²⁴⁸, de 1972, que inclui a categoria de Patrimônio Mundial Natural. Duas perspectivas se sobressaem da atuação da UNESCO: uma em viés colaborativo com as questões científicas da conservação dos recursos naturais, e outra, em diálogo com a categoria de proteção das paisagens e o meio ambiente como patrimônio²⁴⁹. Dada a característica de formação e a atuação em rede internacional intrínseca a essas políticas, a seguir, discutiremos essa segunda perspectiva e ações engendradas pela UNESCO, na constituição de um Patrimônio Mundial.

sustentável, favorecendo a implantação, em tais áreas, de um modelo de desenvolvimento que proporcione qualidade de vida aos seus habitantes. As Zonas úmidas brasileiras incluídas na Lista Ramsar são: *Área de proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses/MA* - 30/11/1993; *Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS* - 24/05/1993; *Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense/MT* - 24/05/1993; *Parque Nacional do Araguaia/TO* - 04/10/1993; *Reserva de desenvolvimento Sustentável Mamirauá/AM* - 04/10/1993; *Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense/MA* - 29/02/2000; *Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luiz/MA* - 29/02/2000; *Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal/MT* - 06/12/2002; *Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro/MS* - 28/05/2009; *Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/BA* - 02/02/2010; *Parque Estadual do Rio Doce/MG* - 26/02/2010;

²⁴⁸ Texto completo da Conferência encontra-se disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso 18 jul., 2013. Em seu Artigo 1º define *Patrimônio Cultural*: *Monumentos* – obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Conjuntos* – grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Locais de interesse* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. Em seu Artigo 2º define *Patrimônio Natural*: monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; *locais* de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. A Convenção foi organizada pela UNESCO e aprovada na Reunião de Paris de 1972. Em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial e os primeiros sítios foram então inscritos em 1978. O Comitê constitui-se por 21 representantes dos Estados membros da UNESCO, eleitos periodicamente e reunidos anualmente para discutir temas ligados à implementação da Convenção e para avaliar a inscrição de novos bens na Lista. Atualmente, os bens poderiam ser listados como Patrimônio Mundial de três maneiras: como Patrimônio Natural, Patrimônio Cultural ou Patrimônio Misto.

²⁴⁹ Convenção vigente desde 1975, em Editorial do número de agosto de 1980 do *El Correo* da UNESCO saudava os 57 primeiros monumentos e locais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em 19 países (Bulgária, Canadá, Egito, Equador, Etiópia, Estados Unidos, França, Guatemala, Irã, Itália, Iugoslávia, Nepal, Noruega, Polônia, República Federal da Alemanha, Senegal, Síria, Tanzânia, Zaire) considerando que, “hasta ahora la protección del patrimonio cultural y la de la naturaleza aparecían como dos problemas diferentes, considerándose que la tarea de proteger uno y otra incumbía únicamente a los países en que se hallaban enclavados los lugares culturales y naturales. La gran innovación de la Convención consiste en vincular ambas tareas de protección y en proporcionar a la cooperación internacional que debe realizarse en esta esfera un marco jurídico, administrativo y financiero. La Convención introduce también el concepto de ‘patrimonio mundial’ cuya importancia excede naturalmente de las fronteras políticas y geográficas. Además, el Comité está elaborando una Lista del patrimonio mundial en peligro donde se incluyen los bienes que requieren una intervención urgente”. “El Patrimonio Cultural y Natural de la Humanidad”. *El Correo*, España, año XXXIII, ago., 1980. p. 4. Ver também, “El patrimonio común universal. *El Correo*, España, año XXXIII, may., 1980. p. 33-35 e 38.

Alguns antecedentes a ideia da constituição de um patrimônio mundial são associados ao movimento internacional constituído para o salvamento dos templos egípcios de Abu-Simbel, na Nubia, frente a eminente perda sob alagamento proporcionado pela construção da barragem Assuã, em 1959. A experiência contou com cobertura midiática da época – por exemplo, *O Correio da Unesco* – que proporcionou um alcance inédito para tal questão, viabilizando recursos para a transferência e salvaguarda dos templos. Para Gérard Bolla, então Subdiretor Geral Adjunto para Cultura Comunicação da UNESCO, e ex-diretor do Departamento de Patrimônio Cultural,

el hecho de que la solidaridad internacional haya permitido preservar para las generaciones futuras todos los templos de Nubia ha consolidado una idea que hasta entonces sólo estaba sobrentendida en la Constitución de la Unesco: la de que existe una responsabilidad colectiva de todos los países respecto de los monumentos que constituyen la expresión material de civilizaciones cuya importancia es tal que aquellos pertenecen a la historia de la humanidad entera.²⁵⁰

Um segundo acontecimento de expressão internacional ainda maior foi a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972, que teria despertado um sentimento coletivo crescente em todo o mundo de que a humanidade deveria adotar imediatamente “medidas de suma urgencia para preservar tanto el entorno natural como el que su propio genio creador había originado. Se reafirmaba y fortalecía así la idea de una responsabilidad colectiva de las naciones respecto de un medio ambiente amenazado.”²⁵¹ E associado a estes acontecimentos, haveria uma preocupação geral movida por um sentimento de possível perda de identidade cultural percebido coletivamente tanto pela população dos países industrializados como aquelas em vias de desenvolvimento, materializado pela destruição dos bens culturais e naturais em curso.

los monumentos, patrimonio legado por el espíritu creador de sus antepasados, y el patrimonio natural en que han florecido sus civilizaciones constituyen la expresión más concreta, y a menudo la más alta, de esa identidad cultural. Con ello se ha fortalecido nuevamente la conciencia de que, si bien a cada país incumbe preservar una identidad cultural amenazada, todos los demás deben participar en la labor de conservación Fue así como un acuerdo internacional, que inicialmente sólo se proponía sentar las bases

²⁵⁰ BOLLA, Gérard. Una Convención Internacional. *El Correo*, España, año XXXIII, may., 1980, p. 8.

²⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 8.

de una asistencia multilateral para la salvaguardia del patrimonio monumental, se transformó en un instrumento cuya finalidad es la protección de los monumentos y de los sitios naturales, particularmente de los “parques nacionales” como respuesta al deseo de quienes se preocupan por preservar en su totalidad el entorno del hombre.²⁵²

A ideia de patrimônio comum da humanidade, segundo Boaventura de Souza Santos, remete e deve ser entendida também no quadro do direito internacional e as relações internacionais. Uma das formulações que tiveram espaço e foram discutidas na Assembleia Geral da ONU, em novembro de 1967, dizia respeito a utilizações do fundo dos mares e oceanos. A discussão foi mobilizada por Arvid Pardo, Embaixador de Malta. Na consulta ao documento da Assembleia, são diversas as referências à importância de se determinar que o subsolo dos oceanos não seja partilhado, mas protegido pela união dos interesses humanos.²⁵³ Dessa discussão sobre patrimônio comum da humanidade, se estendeu até regiões extraterrestres, como o Tratado da Lua, em 1979. Discussões e disputas essas que não cessam no objetivo da proteção, frente a um quadro complexo de interesses existente entre as nações, particularmente, entre as potências mundiais, entre os países industrializados e aqueles em vias de desenvolvimento, coloniais e ex-colônias, e o acesso ao espaço e aos recursos desiguais e diversamente distribuídos na biosfera.²⁵⁴

Michel Batisse, um dos idealizadores do Programa MaB, também chamou a atenção e defendeu a intrínseca relação entre natureza e cultura e a importância de ambos programas. Esse paralelismo na proteção de bens culturais e naturais revelaria também as dificuldades e problemas enfrentados por ambos na maioria dos países do sistema das Nações Unidas, com

²⁵² BOLLA, Gérard. Una Convención Internacional. *El Correo*, España, año XXXIII, may., 1980, p. 8.

²⁵³ Cf Disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/pardo_ga1967.pdf> Acesso 04 mar. 2013.

²⁵⁴ Boaventura de Souza Santos argumenta que o procedimento de instauração de um patrimônio comum dessa natureza recebe ataque por grupos hegemônicos, como por exemplo, os EUA e sua relação com os acordos na área ambiental e do clima. Ou ainda, o patrimônio comum colide com interesses de estados e corporações de com tecnologia para exploração do solo marinha para além das águas nacionais. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em Montego Bay, em 10 de Dezembro de 1982, constituiu exemplo disso ao estabelecer que, para além dos limites de jurisdição nacional, os fundos marinhos e seu subsolo são patrimônio comum da humanidade em sua totalidade. Não obstante haver sido originalmente subscrita por 159 Estados, levou doze anos até ser ratificada por sessenta desses Estados, número de ratificações necessárias para torna-la efetivamente vigente. Ou seja, somente em novembro de 1994 a Convenção teve início, entretanto, com pressão suficiente dos EUA para coloca-la em prática apenas com “acordo anexo” que praticamente neutralizava seus aspectos inovadores. Ver, SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. op. cit., 2006. p. 75. No final dos anos de 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento promoveu um diagnóstico e as perspectivas para os bens públicos globais no século XXI, enfatizando-os a partir do conceito de cooperação internacional num mundo globalizado. Ver, KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc A. (Orgs.). *Bens públicos globais: cooperação internacional no século XXI*. Tradução Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, [1999] 2012.

práticas isoladas e profissionais que não dialogam entre as áreas.²⁵⁵ Portanto, constituiu assim uma iniciativa audaz e desafiadora para a conservação simultânea de elementos vitais ao ser humano: cultura e natureza. Esse instrumento teria então, além do valor prático e direto, uma dimensão simbólico capaz de atuar contra a separação e oposição desses dois conceitos, e sim, vinculá-los e demonstrar suas interdependências à via humana: “Y he aqui que hoy día ambas se encuentran igualmente amenazadas y junto con ellas el hombre, que no puede existir sino en la conjunción delas dos.”²⁵⁶

Outra dimensão destacada foi o caráter jurídico inovador da Convenção ao atribuir uma valoração a alguns monumentos, lugares, sítios e espaços naturais que representassem à humanidade como um todo, atribuindo à comunidade internacional a competência de organizar tal medida. “El objetivo de la Convención no es propiamente la conservación de la naturaleza en general, y su esfera de acción se limita a aquello que reviste una importancia excepcional; pero constituye un instrumento más, de particular prestigio, al servicio de una estrategia global.”²⁵⁷ A inscrição dos bens segue procedimento similar ao das Reservas da Biosfera, ou seja, a iniciativa deve ser dada pelo país signatário da Convenção, e para tanto, apresentar uma política de proteção e gestão consequente com as características de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Tal estratégia deve ser articulada, tanto entre o Programa MaB quanto ao Patrimônio Mundial frente às condições reais da diversa e desigual existência humana. Nas vastas regiões onde a miséria é presente, acompanhada de enfermidades, desnutrição, desemprego, inflação, dificilmente a atenção cotidiana da população, dos governantes e da opinião pública se voltará para a conservação da natureza com interesse. Nesse sentido a articulação internacional deveria promover o debate e introduzir os valores da conservação, “sin embargo, por correr sin cesar tras lo urgente, se descuida lo importante. Por tratar de hacer frente a los problemas actuales, se insulta al porvenir. Es imperioso integrar, sin esperar más, la dimensión del futuro en las preocupaciones y los actos de hoy.”²⁵⁸

Devemos notar que o estabelecimento de sítios naturais como patrimônio dialoga, ou mesmo recupera, e alça em escala mundial a noção de *paisagem* – dela, pode se reportar à

²⁵⁵ BATISSE, Michel. Raíces comunes del hombre. *El Correo*, España, año XXXIII, ago., 1980, p. 5.

²⁵⁶ BATISSE, Michel. Del Mamut al Hombre: ¿sabrá la especie humana asegurar su supervivencia? *El Correo*, España, año XXXIII, may., 1980, p. 8.

²⁵⁷ Id. Ibid.

²⁵⁸ Id. Ibid. “Pero por primera vez en su larga historia la humanidad se encuentra en condiciones de actuar y es preciso que actúe sobre los factores que condicionan su propia supervivencia. ¿Lo comprenderá con suficiente presteza? ¿Sabrá hacerlo a tiempo? La respuesta depende de cada uno de nosotros. Porque ahora ya no se trata dela conservación del mamut sino, simplemente, de la preservación de la especie humana.”

pesquisa geográfica da chamada escola de Berkeley, em particular, ao geógrafo Carl Sauer que nos anos de 1920 abordava a questão da paisagem como resultado de uma dada cultura, e por outro lado, constituindo-se como matriz cultural.²⁵⁹ Ou seja, a emergência do debate sobre paisagem responde, em parte, a perspectiva de “unir” ou articular os conceitos de cultura e natureza.

Esse processo vai tomando forma institucional com as perspectivas que a paisagem vai assumindo no conjunto do debate internacional sobre patrimônio, do qual destacamos a relação entre o patrimônio e o desenvolvimento sustentável que aparece junto ao contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 – nesse contexto também emerge a concepção de “paisagem cultural”.

Na comemoração do trigésimo aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, ocorrido na cidade de Budapest, na Declaração sobre o Patrimônio Mundial daí resultante, o Comité parabeniza a experiência demonstrada como um instrumento ímpar de cooperação internacional para a proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, reconhece o carácter universal da Convenção “a necessidade de assegurar a sua aplicação ao património em toda a sua diversidade, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável de todas as sociedades, pelo diálogo e pela compreensão mútua”.²⁶⁰

Cabe notar que, desde 1931, na chamada Carta de Atenas, a paisagem - na acepção entendida na época – constava como objeto de atenção no plano internacional, no que diz respeito à preocupação com aspectos do entorno e visibilidade dos monumentos “em certos conjuntos, algumas particularidades pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes e determinados conjuntos de monumentos que lhes conserva o caráter antigo”. A “Convenção de Washington de 12 de outubro de 1940 para proteção da flora, fauna e belezas panorâmicas naturais dos países da América” estabeleceu em seu preambulo o objetivo de proteger e conservar a “paisagem de beleza rara”. Enquanto que na 19ª Conferência Geral da UNESCO, de 1976 em Nairobi, foi

²⁵⁹ CORREA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. *Espaço e Cultura*, v. 1, out., 1995, p. 4. Sobre esse movimento da geografia cultural, dentre outros, ver: McDOWELL, Linda. Transformações da geografia cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (Orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Tradução Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, [1994] 1996. p. 159-188. O impacto desse pensamento no surgimento da História Ambiental foi sugerido por: MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley – um precursor ao surgimento da História Ambiental. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 71-85, jan./jun., 2008.

²⁶⁰ Ver, UNESCO. *Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972*. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf>.> Acesso em 18 jul., 2013.

lançada a Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea: apresentou definição do que seria conjunto históricos: todo agrupamento de construção e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético, sócio-cultural. Assim como na Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, adotada pelo ICOMOS, em 1986, “a paisagem só tem valor a partir do momento em que ela dá sentido a um bem mais importante”²⁶¹

O ano de 2000 foi notável para a fixação do conceito de “paisagem cultural” no âmbito da política de Patrimônio Mundial. No bojo dos debates em torno do desenvolvimento sustentável e da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, o Comitê do Patrimônio Mundial, reunido em Paris procurou definir o conceito de paisagem cultural partindo da valorização das relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural objetivando estabelecer critérios para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial a “paisagem cultural”. “A adoção da categoria de paisagem cultural pela UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem”²⁶² Um debate que vinha sendo gestado havia três anos, expresso em cerca de quinze reuniões e congressos sobre o tema que culminou com a Carta de Cracóvia. Em seu artigo 9º assim sintetizava:

los *paisajes* como patrimonio cultural son el resultado y el reflejo de una interacción prolongada en diferentes sociedades entre el hombre, la naturaleza y el medio ambiente físico. Son el testimonio de la relación del desarrollo de comunidades, individuos y su medio ambiente. En este contexto su conservación, preservación y desarrollo se centra en los aspectos humanos y naturales, integrando valores materiales e intangibles [...] La integración de paisajes con valores culturales, el desarrollo sostenible de regiones y localidades con actividades ecológicas, así como el medio ambiente natural, requiere conciencia y entendimiento de las relaciones en el tiempo. Esto implica en establecer vínculos con el ambiente construido de la metrópolis, la ciudad y el municipio.²⁶³

²⁶¹ Cf. RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. p. 40.

²⁶² Id. *Ibid.*, p. 40-41.

²⁶³ Apud BLANCO, Javier Rivera. Paisaje y Patrimonio. In. MADERUELO, Javier. (dir.). *Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada, 2010. p. 24-25.

Tabela 3 – Critérios para inscrição de bens como Patrimônio Mundial (2005)

Critérios Culturais para inscrição de bens como Patrimônio Mundial (2005)		Critérios Naturais para inscrição de bens como Patrimônio Mundial (2005)	
1	Representar uma obra-prima do gênero criativo humano	1	Ser exemplo excepcional representativo dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos
2	Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagens	2	Ser exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento das formas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais
3	Apontar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido	3	Conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais
4	Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade	4	Conter os <i>habitats</i> mais importantes e mais representativos para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação
5	Constituir um exemplo excepcional de <i>habitat</i> ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis		
6	Estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significativo valor universal excepcional. (O Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais e naturais)		

Ainda no ano de 2000 o Conselho Europeu, reunido em Florença, aprovou a Convenção Europeia da Paisagem²⁶⁴ ressaltando novamente seu vínculo e potencial instrumento para atender demandas sociais não apenas identitária, mas socioeconômicas, como o desenvolvimento sustentável.

A aproximação com a Convenção do Patrimônio Mundial, e particularmente seus critérios de seleção tem por objetivo compreender o processo de discussão onde as práticas propostas para conservação e preservação do meio ambiente foram inseridas. Temos aqui, num mesmo momento e sob os auspícios da mesma instituição internacional, dois programas e duas práticas, que dão um pouco a dimensão dessa discussão.

A adoção da categoria de paisagem cultural pela UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem. Para Rafael Winter Ribeiro, fato que constituiu uma ruptura com as concepções anteriores. As discussões ocorreram entre 24 e 26 de outubro de 1992, e tinham por objetivo estabelecer critérios para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial a paisagem cultural. O grupo de especialistas de oito países (Alemanha, Austrália, Canadá, Egito, França, Nova Zelândia, Reino Unido e Sri Lanka) decidiu por mudanças nos seis critérios culturais estabelecidos de forma a acomodar a paisagem cultural. “Elas deveriam ser selecionadas pelo seu valor universal e pela representatividade em termos de uma região

²⁶⁴ O texto completo da Convenção encontra-se disponível em: <<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionsconvention/portuguese.pdf>> Acesso em 18 jul., 2013. “Considerando que o objectivo do Conselho da Europa é alcançar uma maior unidade entre os seus membros a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu património comum, e que este objectivo é prosseguido em particular através da conclusão de acordos nos domínios económico e social; Preocupados em alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente; Constatando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego; Conscientes de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais, e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia; Reconhecendo que a paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana; Constatando que as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infraestruturas, do turismo, do lazer e, de modo mais geral, as alterações na economia mundial estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens; Desejando responder à vontade das populações de usufruir de paisagens de grande qualidade e de desempenhar uma parte activa na sua transformação; Persuadidos de que a paisagem constitui um elemento chave do bem-estar individual e social e que a sua protecção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão.”

geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos dessa região”.²⁶⁵

Tabela 4 – Classificação das paisagens culturais pela UNESCO

Classificação das paisagens culturais pela Unesco		
1	Paisagem claramente definidas (<i>clearly defined landscape</i>)	
2	Paisagem evoluída organicamente (<i>organically evolved landscape</i>)	Paisagem relíquia ou fóssil (<i>relict or fossil landscape</i>) Paisagem contínua (<i>continuing landscape</i>)
3	Paisagem cultural associativa (<i>associative cultural landscape</i>)	

Fonte: RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. op. cit., 2007. p. 42

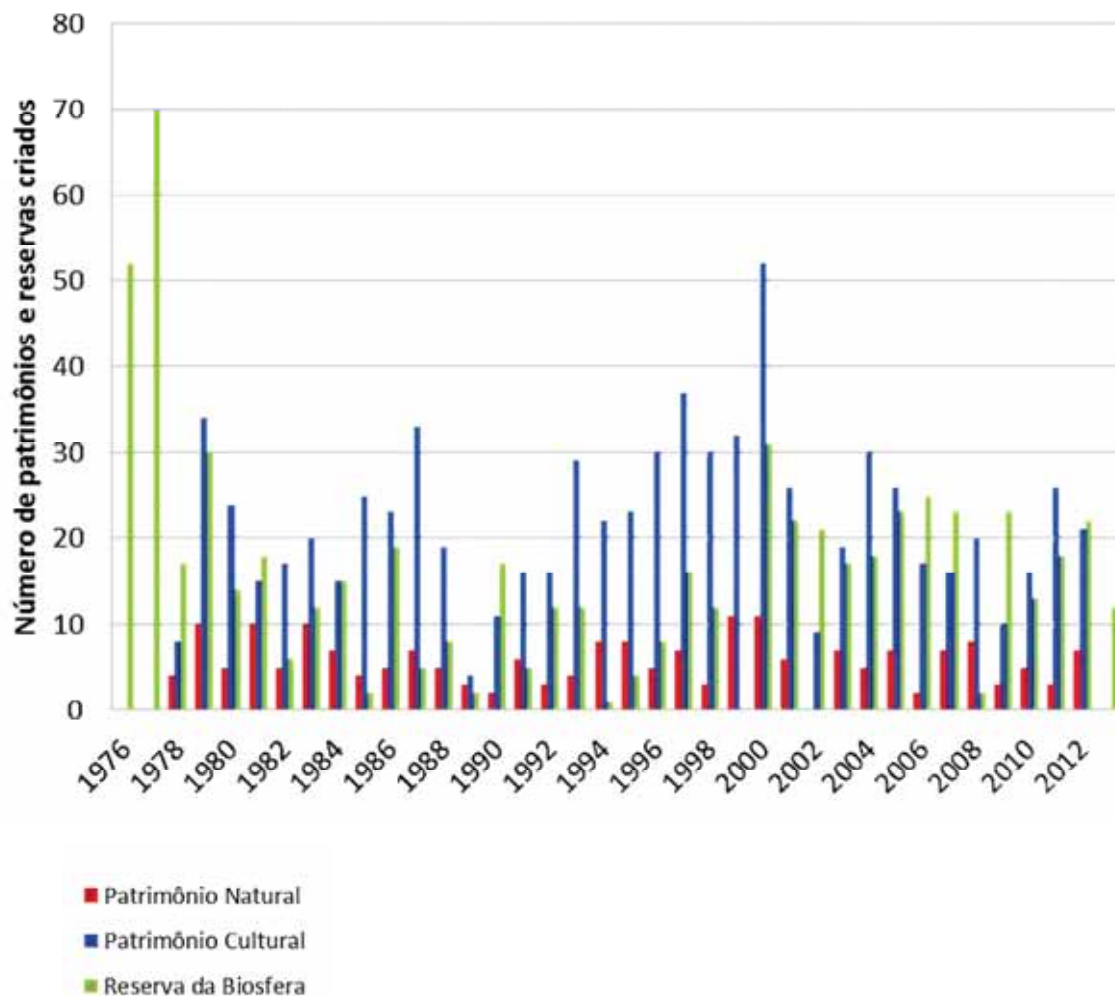
A primeira apresenta característica criada intencionalmente, na qual se encaixa, jardins, parques construídos por razões estéticas (como a declaração da cidade de Sintra, em Portugal, em 1995). A segunda resulta de uma interação social com o meio natural, podendo ser subdividida naquela cujo processo é terminado visível como vestígio, e a paisagem que ainda encontra-se sendo moldada pela interação humana, desde que mantenha as evidências materiais de sua evolução através do tempo, da qual podemos citar o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, reconhecida como paisagem cultural em 2012.²⁶⁶ E a terceira categoria, trata-se da paisagem cultural que tem se valor dado por meio das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais de intervenção humana. Sua inclusão é justificada em virtude de associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural.

Uma distinção fundamental entre a Convenção Europeia e a Convenção da UNESCO, é que a primeira assume uma escala territorial bastante definida, com objetivos regionais, enquanto que a outra, se quer mundial. A Convenção europeia tenta cobrir todas as paisagens, e não tem por objetivo a inscrição em uma Lista de valor universal e excepcional, mas introduzir regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens. A Convenção assume o papel de estabelecer princípios legais que deveriam guiar a adoção de políticas nacionais. As políticas de ação sobre a paisagem, no contexto da Convenção Europeia, devem ser pensadas segundo as características de cada zona de paisagem e das intenções que se têm sobre essas zonas podem merecer uma proteção bastante rigorosa.

²⁶⁵ Cf. RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. p. 41-44.

²⁶⁶ Ver, IPHAN. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009, Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>> Acesso em 18 jul., 2013.

Gráfico 1 – Criação de Reservas da Biosfera, Patrimônio Cultural e Natural no Planeta (1976-2013)



Fonte: *World Heritage List* Disponível em: <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&l=en&&&mode=list> acesso 14 jul. 2013
Biosphere Reserves. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/> acesso 14 ju. 2013.
Gráfico elaborado por Marcio Henrique Bertazi

Segunda a geógrafa Simone Scifoni, que se deteve no estudo do processo de criação desse Patrimônio Natural na região da Serra do Mar no Estado de São Paulo e também traçou um paralelo com as declarações dos patrimônios históricos no mundo, constatando uma desigualdade na distribuição dos bens tombados, históricos e naturais, com predomínio geográfico centrado em países europeus. A autora argumenta que, muito mais que refletir sobre o histórico da Europa, as declarações devem ser pensadas no sentido de construções

políticas dos estados pleiteantes. No sentido de que é a partir daí que se inicia o trâmite na instância da UNESCO para o patrimônio em questão. Essa desigualdade, se por um lado, do ponto de vista do Patrimônio Histórico a Europa pode se argumentar pela longa história, quanto ao patrimônio natural a desigualdade na distribuição torna-se ainda mais evidente. No sentido de que, os países que contam com maior extensão de áreas naturais e variedade em biomas encontra-se menos representados²⁶⁷.

A própria noção de proteção tem sua historicidade, ela não ocorreu em todos os lugares, nem em todos os tempos, nem da mesma maneira. O que explicita essa investida contemporânea no patrimônio é a forma de relação do mundo com o *tempo* – “uma consciência, mais comumente inquieta, de que algo (objeto, monumento, sítio, paisagem) desapareceu ou está a ponto de desaparecer do horizonte.”²⁶⁸ Na progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, o papel e as exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo se destacam, “na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápido tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa.”²⁶⁹

De meados dos anos de 1970 em diante, particularmente em países da Europa, ocorre uma ampliação de preocupações com proteção, seja de monumentos, objetos, modos de vida, paisagens, bairros e cidades ou o meio ambiente. Ocorre uma multiplicação de museus e ecomuseus, tombamento e recuperação de centros históricos, dentre outras medidas

²⁶⁷ SCIFONI, Simoni. A UNESCO e os Patrimônios da Humanidade: valorização no contexto das relações internacionais. In: JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa (Orgs.). *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume; ANPPAS, 2006. p. 135-153. Da mesma autora, ver também: *A construção do Patrimônio Natural*. 2006. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Segundo a autora, em meados de 2003, em reflexo dessa desigual distribuição e o aumento dos pedidos de inscrições por países já bastante contemplados, o Comitê do Patrimônio Mundial estabeleceu medida limitando o número de inscrições para países já bastante contemplados. A motivação é as divisas advindas com o turismo. Os países com maior número de bens inscritos, e que lideram os destinos turísticos na Europa, são Espanha, França e Itália.

²⁶⁸ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. op. cit., [2003] 2013. p. 197. “A hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre presente e passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo como no espaço. Este movimento é sua única especificidade. Partindo de diversas experiências de tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos e a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro.” (p. 37).

²⁶⁹ Id. Ibid. “Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero. [...] A mídia, cujo extraordinário desenvolvimento acompanhou esse movimento que é, em sentido próprio, sua razão de ser, faz a mesma coisa. Na corrida cada vez mais acelerada para o *ao vivo*, ela produz, consome, recicla cada vez mais palavras e imagens e comprime o tempo: um assunto, ou seja, um minuto e meio para trinta anos de história. O turismo é também um poderoso instrumento presentista: o mundo inteiro ao alcance da mão” (p. 148).

demonstrando a ascensão de dois conceitos centrais: Memória e Patrimônio. Esse movimento é perceptível tanto materialmente como legalmente no conjunto convenções que desde então dispõe normativas sobre a proteção do natural e o do construído. Segundo o historiador François Hartog,

a patrimonialização do meio ambiente, que designa a extensão provavelmente mais concreta e mais nova da noção, abre incontestavelmente para o futuro ou para novas interações entre presente e futuro. Será que não saímos então apenas do círculo do presente, já que a preocupação do futuro se apresenta, de fato, como a razão de ser deste fenômeno? Salvo que esse futuro não é mais promessa ou ‘princípio de esperança’, mas ameaça. Tal é a reviravolta. Uma ameaça que lançamos e da qual devemos nos reconhecer, hoje na falta do ontem já, como os responsáveis. Assim, interrogar o patrimônio e seus regimes de temporalidade nos conduziu, de maneira inesperada, do passado ao futuro, mas um futuro que não está mais disponível para ser conquistado ou trazido à tona, sem hesitar em brutalizar o presente, se for preciso. Esse futuro não é mais um luminoso rumo ao qual caminhamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em nossa direção, enquanto parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa.²⁷⁰

Lembrando que, as memórias sobre espaços geográficos possuem grande influência na constituição de sentimentos e percepções, o que contribui para seu próprio processo de transformação da nossa percepção sobre determinada paisagem, produto de nossa cultura, construído sobre “mitos, lembranças e obsessões”, tal como apontou o historiador Simon Schama²⁷¹ no livro de sugestivo título *Paisagem e Memória*, inclusive, como expressão e extensão dessa crise do tempo, narrada por Hartog.

2.3. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

A criação das Reservas da Biosfera no Brasil emergiu no debate público ainda na década de 1970, embora se efetivasse somente na década de 1990, com a criação da Reserva

²⁷⁰ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. op. cit., [2003] 2013. p. 245.

²⁷¹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 24.

da Biosfera da Mata Atlântica.²⁷² A formação e atuação do ambientalismo brasileiro, em escala e importância de seu desempenho no espaço público data da década de 1970. As mudanças estruturais acumuladas nesse período encabeçada pelos grandes projetos e endividamentos do estado sob o Regime Militar, e particularmente no momento pós-anistia, em 1979, diversos ativistas voltaram ao país dando corpo a atuação dos que permaneceram atuantes dentro dos limites que o período oferecia – como foi o caso de Paulo Nogueira Neto, dentre outros que encontraram algum espaço dentro da estrutura de governo.²⁷³

Na Conferência de Estocolmo, o governo brasileiro foi o principal organizador do bloco dos países em desenvolvimento que tinham uma posição de resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental, correspondendo a uma política interna que tinha como pilares a atração para o Brasil de indústrias. Em 1973 cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com o objetivo de atenuar a imagem internacional negativa que o Brasil tinha criado em Estocolmo.

A história da criação de espaços naturais protegidos no Brasil encontra-se umbilicalmente ligado à história da exploração e conservação da Mata Atlântica, que por

²⁷² “Reserva Biosférica na Amazônia”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 set. 1974. f. 6. Com a Conferência internacional “O homem e a Biosfera”, realizada em Washington, entre os dias 20 e 29 de setembro de 1974, o Brasil anunciou uma área de 14 milhões de hectares na Amazônia para a criação de uma Reserva da Biosfera. No entanto, o presidente da Secretaria Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, teria discordado da tese de criar uma única e grande reserva da biosfera na Amazônia brasileira, defendendo o estudo e indicação de diversas áreas representativas dos diversos ecossistemas. Ver, “SEMA contra reserva única em nosso país”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 out., 1974. f. 4. Contudo, Paulo Nogueira Neto indica em seus diários a dificuldade do governo militar assumir a criação de Reservas sob a pecha de “internacionalização” do território brasileiro. Ver, NOGUEIRA NETO, Paulo. *Uma trajetória ambientalista – diário de Paulo Nogueira Neto*. São Paulo: Empresa das Artes, 2010. p. 484.

²⁷³ Um indicativo dessa atuação encontra-se em NOGUEIRA NETO, Paulo. *Uma trajetória ambientalista – diário de Paulo Nogueira Neto*. op. cit., 2010, e URBAN, Teresa. *Saudades do matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR; Fundação O Boticário de proteção à natureza; Fundação MacArthur, 1998. O próprio Paulo Nogueira Neto criou a Associação de Defesa da Fauna e Flora – ADEFLOFA – em 1956 com uma campanha para proteger remanescentes do Pontal do Paranapanema, do qual restou basicamente o Morro do Diabo. Em seguida, no Rio de Janeiro, em 1958 surgia a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza – FBCN – por cientistas ligados ao museu nacional do Rio de Janeiro. Ver, FRANCO, José Augusto de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil, 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009. Para Eduardo Viola e Hector Leis, essa seria uma das características que colocaria o ambientalismo brasileiro como bissetorial: agências estatais e sociedade civil. Ver, VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do biossetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (orgs.). *Dilemas sociambientais e desenvolvimento sustentável*. p. cit., 1992. p. 73-102. Para os autores, a recepção da problemática ambiental por parte das entidades brasileiras foi acrítica desde que elas não pensaram a especificidade da deterioração ambiental brasileira no referente ao tremendo déficit de saneamento básico, “a atuação das entidades ambientalistas, nesse período formativo, está baseada na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, sendo que numa primeira fase estão restritas a campanhas de caráter local dentro de suas áreas de influência.” (p. 82) Acrescentariamos aqui, a criação de espaços naturais protegidos.

volta de 1500 constituía a segunda maior formação de floresta tropical da América do Sul. Abrangia uma área contínua de pouco mais de um milhão de quilômetros quadrados, estendendo-se pela costa do atual território brasileiro, das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com uma faixa de largura variável chegando, no interior, a atravessar as atuais fronteiras da Argentina e Paraguai. Embora os mais de quinhentos anos de exploração de seus recursos, foi somente de meados do século XIX a meados do século XX que se aprofundou a devastação dos remanescentes de Mata Atlântica, restando cerca de 7% da cobertura original. O avanço da fronteira agrícola, novas técnicas e mercados, a ocupação turística da costa, exploração de madeira, dentre elas o jacarandá da Bahia, levaram a uma aceleração das derrubadas em plena segunda metade do século XX²⁷⁴.

Nessa região de predomínio da expansão urbana e das metrópoles, a especulação imobiliária, sobretudo no litoral destruiu e continua ameaçando as formas de organização social das comunidades litorâneas. Bairros para veraneio, centros turísticos e atividades de produção vêm destruindo esses “habitats” expulsando essa população de suas origens relegando-os a uma vida anônima, e na maioria das vezes indigna, na periferia das cidades.²⁷⁵

A maior extensão de Mata Atlântica remanescente se concentrava na faixa litorânea, conservada em grande parte pela condição topográfica acidentada da Serra do Mar. Segundo José Pedro de Oliveira Costa, já existia nessa época a consciência de que para se proteger algumas das maiores espécies de fauna da Mata Atlântica seriam necessárias áreas naturais de pelo menos 50.000 hectares. Nesse tempo só existia, no Estado, o Parque de Jacupiranga com essa dimensão. Havia porém uma série de outras áreas protegidas menores ao longo da Serra do Mar que não se conectavam entre si. Existia, como até hoje, todavia, um corredor contínuo de floresta nativa ao longo dessa Serra.

Várias outras razões vieram corroborar posteriormente para a necessidade de proteção desse corredor. Entre elas a necessidade de manutenção da estabilidade geológica

²⁷⁴ COSTA, José Pedro de Oliveira. Aplicação do conceito de Reserva da Biosfera e de Sítio do Patrimônio Mundial Natural da UNESCO no Brasil. In: *ANAIS do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná; Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1, p. 188. Ilustrativo daquele momento é o livreto de Mauro Antonio Moraes Victor, *A devastação florestal*, de 1976, com a representação gráfica da perda da cobertura da Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Frisando que a experiência da confrontação cartográfica e de imagens aéreas e de satélite sobre o estado das formações vegetais é recente. Ver também o DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. op. cit., 1996.

²⁷⁵ Id. Ibid., p. 188. “Assim é que a Mata Atlântica serve também de suporte e sustento a um número grande de culturas artesanais que acumulam muitos fatores indígenas, ibéricos e africanos. São pescadores tradicionais com formas de vida e conhecimento profundo da natureza extremamente interessantes, agrupamentos rurais com tradições, modos de apropriação da terra e folclore magníficos.”

das encostas, e a enorme beleza paisagística desse conjunto aliada às crescentes possibilidades turísticas. “Mais à frente soubemos que a Mata Atlântica seria provavelmente a floresta tropical mais ameaçada de extinção de todo o planeta. Tudo isso reforçando a ideia original da necessidade de proteção.”²⁷⁶ Nessa ocasião nasceram no Estado de São Paulo, em decorrência desses conhecimentos, duas iniciativas concomitantes: a do geógrafo Aziz Nacib Ab’Saber que propôs o Tombamento, reconhecendo como patrimônio natural da Serra do Mar e a de José Pedro de Oliveira Costa para a criação de um amplo Parque ao longo dessa cadeia de montanhas. Foi então que o Governo do Estado, em 1977, decretou a criação do Parque da Serra do Mar, unindo várias áreas com mais de 300.000 hectares, e cerca de 300 quilômetros de extensão. No entanto, para o geógrafo Aziz Nacib Ab’Saber, era uma medida insuficiente frente aos problemas que o Parque já nascia envolto – “o tempo encarregou-se de demonstrar que o Parque implicava desapropriações e muita gente estava interessada em contabilizar”. A importância de preservação da Serra do Mar foi apresentada por Aziz em 1977, com a proposta de Tombamento da área

“talvez seja essa unidade geomorfológica e ecológica, que se estende por toda a fachada atlântica de São Paulo, interposta entre o litoral e os planaltos interiores, o único conjunto paisagístico que se aproximaria de uma reserva da biosfera, dentro dos quadros territoriais do Estado de São Paulo. Na realidade, a Serra do Mar é ao mesmo tempo reserva da biosfera, grande reserva ecológica, área obrigatória para preservação da erosão de encostas, além de reconhecido filtro para proteção das condições ambientais entre as aglomerações urbanas da Baixada Santista e Planalto Paulistano”²⁷⁷

A localização na faixa litorânea da maior concentração urbana e industrial do país contribuiu para que os remanescentes de Mata Atlântica aparecessem como prioritários nas ações de proteção. Com o estabelecimento de Cubatão como polo petroquímico, considerado local estratégico entre o porto de Santos e a cidade de São Paulo provocou desastres sociais e ambientais que repercutiram mundialmente, constituindo uma das “bandeiras” pela proteção ambiental da região. De modo geral, além dos portos e ocupações industriais, as áreas

²⁷⁶ COSTA, José Pedro de Oliveira. Aplicação do conceito de Reserva da Biosfera e de Sítio do Patrimônio Mundial Natural da UNESCO no Brasil. In: *ANAIS do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. op. cit., 1997. p. 188.

²⁷⁷ Condephaat já estuda tombamento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan., 1983. f. 20. Abertura do processo de Tombamento data de 24 de abril de 1979. Ver a proposta detalhada em AB’ SÁBER, Aziz. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo. *Revista Geografia e Planejamento*, São Paulo, n. 30. 1977. p. 01-26.

litorâneas têm particular interesse para a especulação imobiliária. O litoral como áreas de lazer para as classes alta e média, levou a ocupação e criação de projetos urbanísticos e grandes hotéis, *resorts*, e outros, que imprimem uma dinâmica de organização do espaço excludente para as comunidades locais – sejam pescadores ou outras instaladas secularmente.

Nos anos de 1950, a abertura da estrada que ligava o planalto a São Sebastião: a rodovia dos Tamoios – asfaltada na década de 1960 – logo passou a servir ao Terminal Petrolífero Almirante Barroso. Com a estrada e o Terminal vieram a especulação imobiliária e desastres como vazamentos de óleo. A conclusão dos trechos Ubatuba-Paraty (1974) e São Sebastião-Bertioga (1985) provocou grande atenção dos especuladores pela “abertura” do litoral ao empreendimento imobiliário de veraneio.²⁷⁸ A região do Alto Ribeira é considerada uma em melhor qualidade ambiental, mas que sofreu e sofre ainda impactos cotidianos. A abertura da rodovia Régis Bittencourt na década de 1960, atravessando o vale rumo à região sul também constituiu via de acesso à terra por meio de grilagem e violentas disputas. Acentuaram-se o extrativismo em escala predatória, juntamente com a mineração e a agropecuária desestabilizando a estrutura local impactando social e ambientalmente o vale.

Na década de 1980, frente aos graves problemas de poluição registrados na cidade de Cubatão com desastres e mortes que a projetou mundialmente como uma das mais poluídas do planeta – com deslizamentos seguidos em áreas da Serra do Mar também causando impacto na opinião pública nacional e internacional. Na esteira das propostas de proteção requeridas desde as décadas anteriores e com aumento da pressão popular que o governo do estado de São Paulo, por meio do CONDEPHAAT institui o Tombamento do trecho da serra, em 1985. Medida seguida em 1986 pelo Estado do Paraná – estes dois estados haviam firmado nessa mesma época um convênio para controle fiscal e ambiental de suas áreas limítrofes, frente à contínua extração de madeira, lenha, palmito ainda se faziam presentes na área da serra.²⁷⁹ Foi nesse momento que os requisitos para a declaração da região como Reserva da Biosfera começava a ser preenchido.

²⁷⁸ Para José Pedro de Oliveira, constituiu “a primeira luta-símbolo de resistência e que marcou o nascimento do ambientalismo na região de Trindade entre 1974 e 1980, onde a especulação imobiliária tentou arrancar das comunidades tradicionais o direito da posse da terra, mas não conseguiu.”(p. 152). O processo de reorganização do espaço no litoral norte em função da especulação imobiliário e sua vinculação direta aos interesses da capital paulista foi estudado pela geógrafa Simoni Scifoni, ver, SCIFONI, Simone. *A construção do Patrimônio Natural*. op. cit., 2006.

²⁷⁹ ROCHA, Ana Augusta; COSTA, José Pedro de Oliveira. (Coords.). *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998. P. 52. Esses estados teriam solicitado apoio do Banco Mundial, assim formando o

Segundo Eduardo Viola e Hector Leis, na década de 1980, o ambientalismo pode ser considerado constituído por cinco setores: 1) as associações e grupos comunitários; 2) agências estatais; 3) organizações não governamentais; 4) grupos e instituições científicas; 5) reduzido número de agentes do empresariado. Na segunda metade da década de 1980, acontece um movimento de profissionalização dos agentes e associações antes amadoras. Destaca-se assim, que, a denúncia a degradação ambiental foi motor implícito ou explícito das entidades ambientalistas durante seu período formativo – enquanto que, “as organizações profissionais não têm como objetivo a denúncia. Elas têm como objetivo central a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado.”²⁸⁰

Desde 1981 encontrava-se em vigor a Política Nacional de Meio Ambiente. Em 1986, a Secretaria Federal de Meio Ambiente muda seu padrão de atuação nas seguintes dimensões: 1) viabiliza o funcionamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (órgão de caráter multissetorial constituído por representantes estatais e societais, previsto no Sistema Nacional de Meio Ambiente de 1981 e que tinha sido implantado de forma restrita em 1984) que passa a cumprir um crucial papel normativo e avaliador; 2) promove a disseminação da problemática ambiental pelo conjunto da estrutura do Estado (encontrando fortes resistências) e estimula o debate sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente; 3) promove a integração entre as agências ambientais estatais e a comunidade científica através dos seminários “Universidade e Meio Ambiente”; 4) apoia a interação entre as agências ambientais estaduais.²⁸¹

O ano de 1989 marca o auge das críticas nacionais e internacionais à gestão ambiental, provocadas principalmente pelas queimadas na Amazônia e pelo assassinato de Chico Mendes, o governo cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – sua criação implicou uma reforma conceitual-organizacional na

Consórcio Mata Atlântica, juntamente com os estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, para tratar das questões de conservação da serra do Mar. O Consórcio surgiu em 1988.

²⁸⁰ VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A evolução das política ambientais no Brasil, 1971-1991: do biossetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (orgs.). *Dilemas sociambientais e desenvolvimento sustentável*. p. cit., 1992. p. 86. Para os autores, o mesmo processo que leva as entidades ambientalistas para uma maior profissionalização produz também uma significativa abertura de suas visões para outros problemas que superam a exclusiva perspectiva da proteção ambiental. Isso se torna particularmente evidente com a problemática do desenvolvimento sustentável. Até meados da década de 1980 a maioria dos ambientalistas brasileiros era externa ao problema do desenvolvimento; ecologia e economia eram percebidos como duas realidades antagônicas.

²⁸¹ Id. Ibid., p. 87-88.

definição da problemática ambiental, associando-se a proteção ambiental com o uso conservacionista de alguns recursos naturais.

No Brasil dos anos 90, se a questão ambiental estava em alta junto aos movimentos sociais, porém manteve-se ausente nas agendas dos partidos políticos. Grande parte das ações governamentais deste período foi motivada por pressões externas advindas das inúmeras manchetes internacionais acerca das queimadas e devastação da Floresta Amazônica, e em fins de 1988, pelo assassinato do seringueiro e sindicalista Chico Mendes.

A questão ambiental foi encarada pelo então presidente Fernando Collor de Melo²⁸² como estratégica no sentido de projetar uma nova imagem do Brasil no exterior, bastante desgastada, em termos ambientais, pelos sucessivos registros do desmatamento e queimadas na Amazônia, e pelo assassinato do seringueiro e ambientalista Chico Mendes. Nessa conjuntura, a indicação do José Lutzenberger para a Secretaria do Meio Ambiente pareceu estratégica para ganhar credibilidade externa. Agrônomo, ex-funcionário de uma empresa alemã de agrotóxicos, Lutzenberger destacou-se já na década de 1970 como combativo ambientalista, organizando a *Associação Gaúcha de Proteção a Natureza* (AGAPAN) – conhecido mundialmente pela sua atuação junto a proteção ambiental, Lutzenberger também era referência para grupos ambientalistas brasileiros. As reivindicações externas e internas possuíam um interlocutor comum no seio do governo, ainda que só lhe restasse, efetivamente, o discurso.²⁸³ A atuação do presidente é ressaltada, por exemplo: “dez entre

²⁸² Fernando Collor de Mello foi o segundo presidente civil desde 1964 e primeiro presidente eleito por voto direto desde 1960. As expectativas em torno da eleição que o alçou ao Executivo nacional se figuraram como corolário dos movimentos sociais e políticos de oposição ao Regime Militar. Esse aspecto foi muito explorado e decisivo para sedimentar a campanha de um político até então sem expressão nacional, advindo de uma tradicional família da oligarquia alagoana. As eleições de 1989, embora registrassem um número recorde de candidatos, foram polarizadas entre a figura de Collor e do ex-metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula. Na primeira eleição direta em quase trinta anos, os meios de comunicação tiveram papel fundamental, sobretudo pela construção da imagem política de Collor. Por outro lado, este mesmo candidato soube explorar o contexto daquelas eleições. Grosso modo, torna-se inteligível o sucesso da candidatura de Collor e sua acolhida pelos meios de comunicação se considerarmos o “vácuo político” das forças políticas de centro e direita, principalmente após o esfacelamento da credibilidade do governo de José Sarney (1985-1989); por outro lado, as candidaturas dos partidos de esquerda, com Lula e Brizola, polarizavam o aspecto ideológico da campanha. Ver, LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

²⁸³ Na edição da revista *Veja*, de 17 de abril de 1991, a reportagem de capa chamava a atenção para o “Brasil verde”. Durante o período considerado, desferiu notas pejorativas ao referir-se ao movimento ecológico mundial, apresentando notícias de ações dos “radicais verdes” atendo-se a fatos específicos como investidas contra celebridades trajando casacos de pele, desvirtuando o entendimento sobre o conjunto do movimento. Outros títulos ainda indicavam perspectivas otimistas sobre o cenário ambiental brasileiro, sempre de forma generalizada, como indica a seguinte matéria: “Luz verde no horizonte ecológico. A preservação vence e o Brasil, por sorte, ainda está bem conservado”; ou seja, em tom otimista, apresenta o despontar de uma “nova mentalidade” do cidadão brasileiro. “Há ainda um acontecimento a comemorar: o Brasil foi apanhado pela

dez governantes brasileiros mandavam os escrúpulos ecológicos às favas quanto tinham de escolher entre a natureza e o progresso.”²⁸⁴

Em 1991, Fernando Collor de Melo, já com sua credibilidade posta à prova pelo fracasso do *Plano Collor I*, e indícios de corrupção, lançou o documento *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*, propondo um projeto integrado que alçaria o país a modernidade econômica. A proposta era clara e se fundamentava na reforma do Estado, basicamente no seu encolhimento, cabendo a iniciativa privada “a tarefa de modernização da economia”, colocando o desequilíbrio financeiro do Estado no cerne da crise brasileira. As linhas mestras dessa reforma constituíam na desregulamentação, buscando dar maior liberdade ao exercício da atividade produtiva por meio do Programa Federal de Desregulamentação; a prática da privatização, por meio do Programa Nacional de Desestatização coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Reforma Administrativa²⁸⁵.

O Meio Ambiente aparece timidamente relacionado ao rol das “Prioridades para Reconstrução Nacional” juntamente com a Reestruturação Competitiva da Economia, Financiamentos, Capital Estrangeiro, Educação e Relações entre Capital e Trabalho. Foram quinze diretrizes apresentadas que em amplo aspecto, antes de propostas de proteção ambiental ou recuperação de áreas degradadas, constituiu um bloco de formas de compatibilizar a melhor utilização dos recursos naturais do país com o menor impacto possível, com vistas ao desenvolvimento econômico. Tais diretrizes encontram-se longe das posições de José Lutzemberger e mais uma vez dão o tom de seu papel figurativo na pasta da Secretaria do Meio Ambiente.

onda ecológica com boa parte de seu acervo natural mais precioso em bom estado ou com marcas de agressão que podem ainda ser revertidas”.

²⁸⁴ Ecologia. Luz verde no horizonte ecológico. A preservação vence e o Brasil, por sorte, ainda está bem conservado. *Veja*, São Paulo, edição 1.178, ano 24, n. 16, 17 abr. 1991. p. 54. “o argumento do progresso a todo custo perdeu força diante de diversas evidências sombrias – como a de que a Floresta Amazônica, o maior celeiro genético do planeta, estava sendo fulminada para ceder lugar a projetos antieconômicos de agropecuária e de extração de madeira, que só sobreviviam com subsídios dos contribuintes. O estímulo à exploração estaria bem se o território fosse o agreste nordestino ou o cerrado de Goiás e Minas Gerais, mas se tratava da Amazônia [...] Ocorre que se devasta e se polui menos e isso é ótimo, mas só o tempo vai mostrar se a destruição dos bens naturais será substituída por uma prática radicalmente preservacionista no Brasil. Para isso, não é preciso dar-se aos exageros de alguns sacerdotes do verde que não podem ver um arbusto ser arrancado se ter um ataque de nervos. Com exceção dessa espécie exótica de ecologista, todo o resto dos brasileiros sabe que tipos de lugar devem ser tratados como santuários. O Brasil tem muitos, centenas deles. Alguns já estão bem protegidos”. p. 55-57.

²⁸⁵ COLLOR, Fernando. *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília: Secretaria da Imprensa da Presidência da República, 1991. p. 25-34.

Em meio a esse contexto e pressão para proteção dos remanescentes de Mata Atlântica, após recolher mais de 150.000 assinaturas o Instituto Florestal de São Paulo envia a proposta de criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica ao Comitê Brasileiro do Programa MaB, sendo aprovado e encaminhado pela avaliação pelo Comitê Geral do Programa, em Paris, sendo aprovada.²⁸⁶ Em 1991 foi reconhecida a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O processo de implementação vem ocorrendo em fases. Atualmente encontra-se na sexta fase.²⁸⁷

Além da crescente inclusão de novos estados, as duas últimas revisões deram ênfase na inclusão de áreas marinhas e a discussão sobre áreas urbanas – o Programa MaB tem dado atenção à relação das áreas urbanas com seus remanescentes naturais, e no Brasil, particularmente junto aos domínios da Mata Atlântica essa interação ganha relevo. O sistema de gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica instituiu o programa Florestas Urbanas definindo quatro áreas-piloto para implementar e avaliar o conceito de Reservas da Biosfera em cidades. São elas: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, a Ilha de Santa Catarina, a cidade do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana de Recife – na fase IV foi recomendada a não inclusão de novas áreas densamente ocupadas.

²⁸⁶ COSTA NETO, Joaquim de Britto (Org.). *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1997] 2000. 45f. ver também, Brasil pede ajuda mundial para a Mata Atlântica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 nov., 1990. C-3. Em novembro de 1990 foram encaminhadas para a reunião do programa “O Homem e a Biosfera”, da UNESCO, que acontecerá em Paris, entre os dias 12 e 16 de novembro. As áreas propostas pelo IBAMA, aprovadas pelo Comitê Brasileiro do programa da UNESCO, são o Parque Nacional da Tijuca, englobando o Parque Lage e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, e um conjunto de 22 Unidades de Conservação na divisa entre Paraná e São Paulo, num total de 1,6 milhões de hectares. No Rio, a área compreendia 3,5 milhões de hectares, com destaque para a Floresta da Tijuca, considerada a única floresta tropical urbana no mundo. ONU decide proteger o que resta da mata Atlântica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov., 1990. C-3. O Conselho Internacional do Programa “O Homem e a Biosfera” aceitou a proposta brasileira de reserva da biosfera na Mata Atlântica de criação da reserva foi feita pela delegação brasileira na 11ª Encontro do Programa MaB, em Paris. A aprovação formal do Conselho deve ser efetivada em março de 1991. A então presidente do IBAMA, Tânia Munhoz, argumentou sobre a escolha da Mata Atlântica e não a Amazônia, pelo fato de ser a segunda floresta tropical mais ameaçada no mundo (a primeira seria em Madagascar), a região conta com melhor estrutura do IBAMA para efetiva a proteção, algo ainda não estruturado na Amazônia.

²⁸⁷ Com a Fase VI a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica passa a cobrir 57% do Bioma, com cerca 78.500.000 ha, sendo cerca de 7.500.000 ha. de zonas núcleo, 31.000.000 ha. de zonas de amortecimento e conectividade e 40.000.000 ha. de zonas de transição e cooperação, sendo aproximadamente 62.300.000 ha em áreas terrestres e 16.200.000 em áreas marinhas, conforme tabelas e cartas que compõem este documento. Com a nova delimitação a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica abrange mais um Estado, o de Goiás, novas áreas costeiras e marinhas, todas as tipologias de vegetação do Bioma Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, áreas de interação com outros biomas brasileiros, além de incluir em seu sistema de gestão o Colegiado do Mar. Ver, LINO, Clayton Ferreira; DIAS, Heloisa; ALBUQUERQUE, João Lucílio R. (Orgs.). *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – fase VI/2009: Revisão e Atualização dos Limites e Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Base Cartográfica Digitalizada*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. 119f.

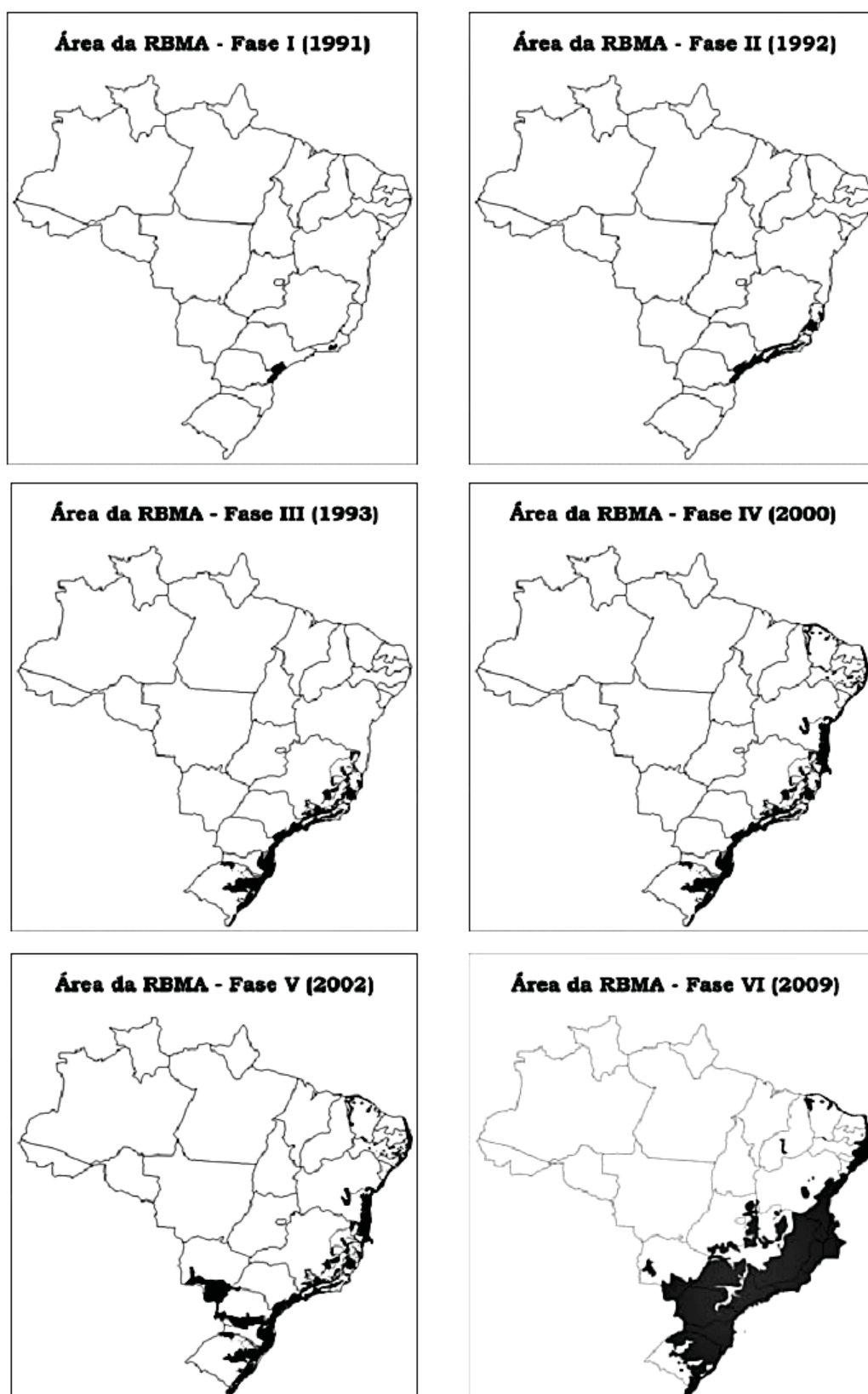


Imagem 2 – Abrangência da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (1991-2009)

Fonte: LINO, Clayton Ferreira; DIAS, Heloisa; ALBUQUERQUE, João Lucílio R. (Orgs.). *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – fase VI/2009: Revisão e Atualização dos Limites e Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Base Cartográfica Digitalizada*. op. cit., 2009. f. 31.

Tabela 5 – Rede brasileira de Reservas de Biosfera

Nome da RB	Estado(s)	Declaração
<i>Serra do Espinhaço</i>	Minas Gerais	2005
<i>Amazônia Central</i>	Amazonas	2001
<i>Caatinga</i>	Alagoas; Bahia; Ceará; Maranhão; Minas Gerais; Paraíba; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Sergipe;	2001
<i>Pantanal</i>	Goiás; Mato Grosso; Mato Grosso de Sul	2000, ampl. em 2001
<i>Cerrado</i>	Distrito Federal; Goiás; Maranhão e Piauí; Tocantins;	1994 (ampl. em 2000 e em 2001)
<i>Mata Atlântica</i> (inclui a RB do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo)	Alagoas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul;	1991 (ampl. em 1992, 1993, 2000, 2002 e 2009)

Fonte: Rede Brasileira de Reservas da Biosfera. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/networks/specialized-communities/specializes-communities-sc/brazilian-biosphere-reserves-network/>> acesso 14 jul., 2013.

Depois do Relatório *Nosso futuro comum* (1987) e a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, o conceito de Desenvolvimento Sustentável ocupou uma posição central no discurso ambientalista e da política ambiental nacional e internacional. Contudo, na prática houve franca acolhida que aponta para o amplo espectro de suas significações favorece a penetração no campo retórico político, no meio social e nas propagandas comerciais, no entanto, a custa do enfraquecimento de seu conteúdo científico. Para Eduardo Viola e Hector Leis, existe uma disputa teórico-política em relação aos diferentes pesos das variáveis em jogo e as características dos mecanismos alocativos e implementativos, assim como das responsabilidades dos atores para o desenvolvimento sustentável – o consenso se situaria assim muito mais nos fins ou objetivos do que nos meios ou procedimentos.²⁸⁸

²⁸⁸ VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A evolução das política ambientais no Brasil, 1971-1991: do biossetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (orgs.). *Dilemas sociambientais e desenvolvimento sustentável*, op. cit., 1992. p. 78.

Os vinte e sete princípios listados na *Declaração do Rio* evidenciam e conclamam a necessidade de aparelhamento dos Estados nacionais para a gestão da questão ambiental. Encarada como uma problemática planetária, a estruturação e ação dos Estados nacionais, enquanto gestores soberanos de seus territórios devem convergir para o objetivo maior de uma desenvolvimento sustentável planetário. O Segundo Princípio da Carta do Rio afirma o papel central do Estado quanto ao direito soberano sobre os recursos naturais, bem como o dever de evitar sua degradação e que tais atividades não causem danos a outros Estados. E no Sétimo Princípio, a necessidade de se estabelecer uma governança global aparece já que, sendo os Estados nacionais responsáveis por seus territórios e a questão ambiental do planeta engloba a todos, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento na busca por um desenvolvimento sustentável internacional.

Do pós Segunda Guerra Mundial ao fim da Guerra Fria, algumas mudanças na ordem internacional contribuíram para formular o conceito de *governança*, conceito que aparece em particular na bibliografia sobre política internacional. No âmbito das Nações Unidas, em meados dos anos de 1990 foi instituída a Comissão sobre a Governança Global, onde foi definido

Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições.²⁸⁹

Até meados da década de 1970 os governos assumiam grande o papel de gerir as condições para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Com o início da globalização, e o fim da Guerra Fria, em 1989, o com o mercado mundial integrado com conglomerados empresariais gigantescos, aumentou muito a preocupação das pessoas com os direitos humanos, a equidade, a democracia, a satisfação das necessidades materiais básicas, a

²⁸⁹ COMISSÃO sobre Governança Global. Nossa comunidade global: relatório da Comissão sobre Governança Global. Tradução Luiz Alberto Monjardim e Maria L. L. Veloso de Magalhães. Rio de Janeiro: FGV, 1996.p. 2. O surgimento de uma sociedade civil global é uma importante precondição da democracia em nível mundial, embora não possa garanti-la. O progresso das comunicações facilitou. “A revolução no campo das informações e das comunicações está contribuindo para diluir o poder por toda a sociedade, frequentemente transferindo-o de estruturas hierárquicas para pequenos grupos e aumentando a capacidade de comunicação” (p. 47)

proteção ambiental e a desmilitarização, de modo que existe agora uma multidão de novos atores que podem contribuir para a governabilidade.

O discurso do relatório segue a linha de crítica à explosão demográfica e o risco para a segurança ambiental provocando impacto nos recursos do planeta. Nesse sentido, os países industrializados devem rever seu padrão de consumo, enquanto que as nações em desenvolvimento, a principal pressão sobre o meio ambiente estaria vinculada à pobreza – sobretudo na explorando as florestas tropicais – populações, consumo, tecnologia, desenvolvimento e meio ambiente têm conexões complexas que se relacionam estreitamente com o bem estar humano na comunidade global. “A gestão eficiente e equitativa desses fatores requer uma estratégia sistêmica, global e de longo prazo, norteado pelo princípio do desenvolvimento sustentável que foi a lição mais importante aprendida com o aumento dos riscos ecológicos nas últimas décadas”.²⁹⁰ Contudo, a crítica apenas do ponto de vista do crescimento demográfico (a população mundial teriam aumentado de 2,3 bilhões para 5,5 bilhões entre os anos de 1950 e 1990 e a renda média per capita tenha aumentado em três vezes), existe um outro indicador a ser considerado: segundo dados do Banco Mundial de 1993, 1,3 bilhões de pessoas viviam na pobreza absoluta – numero que segundo o Relatório, continua aumentando. Um quinto da população do mundo concentra-se em países, sobretudo da África e da América Latina, que apresentaram queda real no padrão de vida nos anos de 1980. 1,5 bilhões de pessoas não tem acesso à água potável, 2 bilhões carecem de saneamento básico, 1 milhão são analfabetos – “deve-se dar prioridade máxima à melhoria das condições de vida desses 20% de seres humanos – e de milhões de outros em situação idêntica”.²⁹¹

Dentro dessa ordem de governabilidade, o receituário das questões globais desfocam a importância do reconhecimento das características nacionais para a questão. Nesse sentido, é pertinente o comentário da cientista social Leila Costa Ferreira acerca da estrutura sobre a qual foi montada a legislação ambiental brasileira – basicamente em um contexto de crise e reformulação do papel do Estado.²⁹²

Nesse sentido, talvez seja apropriado lembrarmos a arguta percepção de Caio Prado Junior acerca da atuação e da relação entre a elite e o governo no Brasil. Destacava esse

²⁹⁰ COMISSÃO sobre Governança Global. *Nossa comunidade global: relatório da Comissão sobre Governança Global*. Tradução Luiz Alberto Monjardim e Maria L. L. Veloso de Magalhães. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 23.

²⁹¹ Id. Ibid., p. 104-105.

²⁹² FERREIRA, Leila Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. 1 reimp. São Paulo: Boitempo, 2003.

historiador acerca de uma diferenciação estabelecida no seio da burguesia brasileira que se atrela ao papel desempenhado pelos governos, na economia nacional e, em particular, com finalidade do favorecimento pelo poder público de interesses particulares. Tal enriquecimento dos indivíduos direta ou indiretamente pela ação pública não seria exclusividade do Brasil, mas presente de forma semelhante também em outros países, em particular, aqueles chamados subdesenvolvidos. Contudo, no Brasil, esse enriquecimento mais ou menos ilícito à custa do poder público não somente atinge proporções excepcionais em confronto com as formas ordinárias e normais de acumulação capitalista, mas ainda deixa de constituir simples ocorrência excepcional e marginal para se tornar um *sistema* – assim, não se trata apenas de abusos individuais de responsabilidade de ocupantes de cargos públicos. Para Caio Prado,

Essa questão tem raízes profundas pelo fato de ter constituído na base das atividades e funções estatais toda uma esfera especial de negócios privados proporcionados pelo poder público e sistematicamente promovidos pelos detentores desse poder em benefício próprio e dos indivíduos e grupos a que se ligam e associam. Em todos os setores da administração estatal e paraestatal em que se oferecem perspectivas de negócios, logo se insinua e inserem interesses e iniciativas privadas e se prevalecem delas. Organiza-se assim generalizadamente em torno da administração pública uma densa trama de negócios particulares, que direta ou indiretamente se alimentam e mantêm à custa das funções públicas.²⁹³

Ou seja, é dentro dessa estrutura onde se configuram as relações entre o público e o privado, que se engendra um dos mais graves problemas que ameaça a instalação de Unidades de Conservação em geral, e na Serra do Mar em particular, é o processo das desapropriações fraudulentas e milionárias. Nasceu com isso uma verdadeira indústria de indenizações onde as propriedades foram avaliadas até trinta vezes acima do valor de mercado.²⁹⁴

²⁹³ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 122-123.

²⁹⁴ ROCHA, Ana Augusta; COSTA, José Pedro de Oliveira. (Coords.). *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo. op. cit., 1998, p. 162. Nesse sentido, ver o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sobre os processos de indenização na criação de espaços naturais protegidos. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo. Relatório final da CPI das indenizações ambientais. São Paulo : Assembléia Legislativa, relatório aprovado em 03 de maio de 2001. Disponível em : <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_indenizacoes_ambientais_relatorio_final.htm> Acesso em 13 abr. 2011. Ver também, GUATURA, Inah Simonetti; COSTA, José Pedro de Oliveira; CORRÊA, Fredmar; AZEVEDO, Pedro Ubiratan Escorel. *A questão fundiária: roteiro para a solução dos problemas fundiários nas Áreas Protegidas da Mata Atlântica*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1994] 1997. 47f. COSTA NETO, José de Brito. *A questão fundiária nos Parques e Estações Ecológicas do Estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário*. 2006. Tese (Doutorado

Desafio apresentado no *Plano de Ação* para criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Onde se apresentava o quadro de aproximadamente 200 espaços protegidos sobre remanescentes de Mata Atlântica, dentre os quais o Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, com cerca de 300 mil hectares, que somados ultrapassariam 1 milhão de hectares. Sendo que no levantamento preliminar dessas áreas aproximadamente 30% seriam de propriedade governamental, estando o restante por desapropriar. E mesmo nessas áreas públicas, uma grande parte composta por terras devolutas, ainda está faltando um grande trabalho de regularização e consolidação. Aos outros 70%, na sua maior parte, de propriedade particular, falta a efetivação da desapropriação e pagamento da indenização. Grande parte dessas áreas estão em terrenos de alta declividade ou pouco passíveis de exploração e de baixo custo, porém existe uma parcela ainda considerável de terras de alto valor, situadas algumas vezes em áreas valorizadas da costa ou muito próximas aos maiores centros urbanos do país. Um inventário preliminar indicava a necessidade de recursos da ordem de 2 a 3 bilhões de dólares para garantir essas indenizações e isto sem contar as ampliações ou a criação de novas áreas protegidas que sabemos necessárias.²⁹⁵

Particularmente sobre os desafios urbanos a serem enfrentados pelas Reservas da Biosfera, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2008, foi realizado na cidade de Florianópolis o Primeiro Seminário Internacional de Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano, centrado em discutir *desafios e perspectivas*. O relatório informativo do evento revela as primeiras tensões envolvendo a aplicação do zoneamento tradicional das Reservas para áreas urbanas. Ou seja, um enfoque voltado para a conservação da biodiversidade no interior das áreas núcleo, ainda que coincida com o espaço urbano, e o outro ponto de debate foi a adequação das prescrições atentado para os valores da biodiversidade e da diversidade cultural da própria *cidade* e pensar na interface urbano-natural.²⁹⁶

Dentre os objetivos do Seminário, foram discutidas as Reservas da Biosfera como catalisadores de governabilidade urbana, seu modelo teórico, ampliar o debate sobre o modelo de zoneamento para Reservas em Ambientes Urbanos.

em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

²⁹⁵ Ver, CONSÓRSIO Mata Atlântica. *Anais do Seminário Nacional A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Campinas: Consórcio Mata Atlântica; UNICAMP, 1992. [realizado de 10 a 13 de dezembro de 1991] _____. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Plano de Ação – volume 1: referências básicas*. Campinas: Consórcio Mata Atlântica; UNICAMP, 1992.

²⁹⁶ RELATÓRIO. *1º Seminário Internacional de Reservas da Biosfera em Ambientes Urbanos: desafios e perspectivas*. 15 e 16 de dezembro, Florianópolis/SC. Impresso informativo, 25f.

Prevê que no ano de 2025 cerca de 80% da população em países industrializados habitarão cidades. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 86% dos habitantes vivem em cidades.

O desafio colocado para as Reservas da Biosfera em geral, e com maior ênfase para aquelas localizadas em áreas urbanas, é questão da qualidade de vida, ou o bem estar social dos habitantes dessas áreas. São conceitos que devem incluir e depender da qualidade e da manutenção da biodiversidade e da diversidade cultural existentes nesses espaços. No entanto, essas áreas são centros dinâmicos de forças econômicas e políticas que catalisam interesses materiais e simbólicos no espaço natural e construído que determina a pressão sobre a exploração e uso do território.

Em sua fala no Seminário sobre Reservas da Biosfera em Ambiente Urbano, Enrique Raúl Mihura, que na ocasião trabalhava na constituição da Reserva da Biosfera da Área Metropolitana de Santa Fé-Paraná, entre as províncias de Santa Fé e Entre Ríos na Argentina ressaltou o papel central que tal projeto poderia ao unir dois centros urbanos, separados por um rio. Segundo Enrique, “a ideia é recuperar a noção conjunta de paisagem quase como uma noção atualizada de ambiente”. O ambiente passaria a ser concebido para além do biótico e abiótico como uma construção cultural – “a chave é a integração entre cultura e ambiente”, afirma.²⁹⁷

Já Érico Porto Filho, Coordenador do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Santa Catarina apresentou o projeto sobre o ordenamento da Ilha de Santa Catarina sob o enfoque renovado do zoneamento da Reserva da Biosfera, adequando, portanto, às especificidades do ambiente urbano. Serviria como um projeto piloto de *recorte* da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica buscando uma interface entre a conservação da natureza da Ilha com a manutenção do patrimônio cultural e dos processos de urbanidade.²⁹⁸ Com acolhida pelos governantes e participação popular, tal projeto foi incorporado ao Plano Diretor do Município de Florianópolis.

Dentro da temática de Reservas da Biosfera em áreas urbanas, é paradigmático o caso de São Paulo. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo é a maior Reserva em área urbana no mundo. Embora integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, teve sua declaração e reconhecimento pela UNESCO em 1993, contanto com

²⁹⁷ RELATÓRIO. *1º Seminário Internacional de Reservas da Biosfera em Ambientes Urbanos*: desafios e perspectivas. 15 e 16 de dezembro, Florianópolis/SC. Impresso informativo, 2008. f. 14

²⁹⁸ Id. Ibid., f. 21.

gestão própria, e abarcando 78 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, o equivalente à aproximadamente 23 milhões de habitantes, mais de 10% da população brasileira.

O panorama traçado por José Pedro de Oliveira Costa Neto, numa breve avaliação dos cinco anos da criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, apresenta-se atual em muitos aspectos, mesmo quinze anos depois – o principal fator de preocupação quanto à sustentabilidade é a perda de interesse político pela questão ambiental, crescente após a Conferência Rio-92. Disto também resultou uma grande instabilidade do setor ambiental no nível Federal. As forças econômicas interessadas na exploração da natureza tomaram consciência plena dos grandes avanços obtidos na legislação de conservação e passaram a bloquear qualquer nova iniciativa preservacionista. Na segunda metade da década de 1990, houve no Brasil uma mudança das forças políticas para uma situação mais conservadora o que prejudicou a luta ambiental com perda de interesse ou diminuição de apoio por parte da imprensa, possivelmente pela falta de pressões maiores da sociedade organizada.²⁹⁹

²⁹⁹ COSTA, José Pedro de Oliveira. *Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: cinco anos depois de seu reconhecimento pelo programa MaB-UNESCO*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1997] 2000. f. 34.



Estação da Luz, São Paulo – foto: Carlos Alberto Menarin, 2013

CAPÍTULO – 3

**EXPANSÃO URBANA E ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS: A RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO
VERDE DA CIDADE DE SÃO PAULO**

[CAPÍTULO 3]

A flor e a náusea

Preso à minha classe e a algumas roupas,
Vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo o que perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furo o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade – A rosa do povo [1945]

3. Expansão Urbana e Espaços Naturais Protegidos: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo localiza-se numa das regiões mais densamente ocupadas do planeta. Nos últimos cinquenta anos a região metropolitana de São Paulo (RMSP) registrou um elevado índice de crescimento, chegando ao início do século XXI concentrando cerca de 10% da população brasileira numa áreas que corresponde a 0,1% do território nacional. Condição que desde final dos anos de 1970 chama a atenção, sobretudo pela aguda desigualdade social,³⁰⁰ fenômeno que, somado aos problemas ambientais – produção e destinação de resíduos industriais e domésticos, carência de redes de coleta de esgoto e abastecimento de água, para citarmos apenas alguns, que, além da incidência física sobre a vida humana – lega um horizonte de incertezas e atesta um presente de descaso do setor público.³⁰¹ Se por um lado a atuação dessa Reserva almeja fomentar ações que possam mitigar essa realidade, por outro lado, é o próprio peso da formação histórica dessa estrutura que lhe impõe os limites.

O já mencionado *Plano de Madrid* indicava a centralidade que os problemas urbanos ocupariam neste século e a importância que as Reservas da Biosfera poderiam assumir na incorporação de valores e ações na gestão do território urbano, entendida pela UNESCO como altamente desejável.³⁰² O presente capítulo se debruçará sobre essa questão mantendo as principais linhas que delineamos nos capítulos anteriores: a forte necessidade de equacionar desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente, tendo nos *espaços naturais protegidos* áreas consideradas privilegiadas na busca pela sustentabilidade. Contudo, as características das estruturas sociais brasileiras, em particular, o estilo de vinculação entre

³⁰⁰ Cf. CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira et. al. *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 198-?

³⁰¹ As principais fontes utilizadas neste Capítulo são da grande imprensa. O acesso, coleta e sistematização teve apoio no acervo e banco de notícias organizadas pelo LABHIMA. As publicações ligadas à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica também alertam sobre a destruição do meio ambiente nas áreas urbanas e periurbanas da RMSP.

³⁰² UNESCO. *Plan de Acción de Madrid para las Reservas de Biosfera (2008-2013)*. op. cit., 2008. Particularmente os documentos do Grupo MaB Urban: *Urban Biosphere Reserves in the context of the Statutory Framework and the Seville Strategy for the World Network of Biosphere Reserves*, june 2003 que coloca: “Urban Biosphere Reserve: a Biosphere Reserve characterized by important urban areas within or adjacent to its boundaries where the natural, socioeconomic and cultural environments are shaped by urban influences and pressures, and set-up and managed to mitigate these pressures for improved urban and regional sustainability”. E o documento *Urban Biosphere Reserves: A Report of the MAB Urban Group*. SC-06/CONF.202/INF.6 Paris, 10 October 2006, em parte, baseado na experiência da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.

ações e políticas públicas permeadas, e também cerceadas, pelos interesses privados colocam as propostas de proteção em situações peculiares. E é a partir destas especificidades locais que a compreensão das dificuldades e potencialidades serão pensadas aqui.

Tabela 6 – Crescimento populacional em São Paulo

	Município de São Paulo	Região Metropolitana de S. Paulo	Estado de São Paulo	Brasil
<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>População</i>	<i>População</i>	<i>População</i>
1872	31.385	-	837.354	10.112.061
1890	64.934	-	1.384.753	14.333.915
1900	239.820	-	2.282.279	17.318.556
1920	579.033	-	4.592.188	30.635.605
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316	41.236.315
1950	2.198.096	2.622.786	9.134.423	51.944.397
1960	3.781.446	4.739.406	12.974.699	70.119.071
1970	5.924.615	8.139.730	17.771.948	93.139.037
1980	8.493.226	12.588.725	25.040.712	119.002.706
1991	9.646.185	15.444.941	31.588.925	146.825.475
2000	10.434.252	17.878.703	37.032.403	169.799.170
2010	11.245.983	20.309.647	41.223.683	190.755.799

Fonte: SEADE (disponível em: <<http://www.seade.gov.br>> Acesso em 18 jul., 2013)

IBGE (disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em 18 jul., 2013)

Ao abordarmos historicamente o tema de políticas públicas de proteção ambiental, em suas dimensões internacional e nacional, em situações e localidades específicas, devemos traçar algumas observações enquanto procedimentos de trabalho. Ao tratarmos de Reservas da Biosfera, não podemos desconsiderar que estas somente podem ser criadas sobre áreas que já se encontram sob proteção legalmente declarada. O que conduz a observância da legislação e práticas de proteção ambiental presentes em determinado país. Assim que, percorreremos brevemente o caminho de institucionalização dessa política no Brasil, até restringirmos ao caso do reconhecimento da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e sua relação com o entorno metropolitano.

Os obstáculos na gestão das Unidades de Conservação, além das carências institucionais dos órgãos responsáveis, são agravados pelas questões fundiárias e as

dificuldades no estabelecimento de vínculos com as sociedades onde se localizam. Tais questões refletem dificultando o efetivo cumprimento dos objetivos da Reserva declarada, mas que ao mesmo tempo, pode encontrar na figura de proteção internacional uma possibilidade de sua realização e efetiva gestão enquanto área de proteção ambiental legalmente instituída, como uma categoria de Unidade de Conservação.

O primeiro aspecto aqui considerado, em se tratando desse tipo de políticas públicas, foi o fato de tais ações se fundamentarem e incidirem diretamente sobre a existência de espaços físicos, que necessariamente, abrangem trechos de um ou mais biomas com intuito de salvaguardá-los. Isso já nos coloca diante da necessidade de compreensão dos processos de configuração desses espaços naturais como de interesse para salvaguarda, juntamente com a política que lhes legitima, bem como da relação dessa ação política com os interesses privados, como dos proprietários das áreas tornadas de interesse público, e posteriormente pensarmos como se processa o reconhecimento dessa área a partir de seu novo status enquanto Unidade de Conservação.

Atentaremos aqui para um dos traços que consideramos centrais ao elencar uma perspectiva de história ambiental urbana, que é a relação entre as escalas local e global. Até aqui, evidenciamos a constituição de uma agenda ambiental internacional, e de como essa perspectiva penetrou na ordem política, da prática de proteção contemporânea ao estabelecimento do Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Ambas as práticas, seja do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, seja das Reservas da Biosfera, procuram atuar em Rede e incorporar as demandas de preservação e conservação, conforme vimos no Capítulo anterior, sobretudo alargando seus preceitos para atuar em direção à sustentabilidade.

Escrever sobre a região metropolitana de São Paulo é um desafio que inevitavelmente resultará numa perspectiva bastante limitada. O número de pesquisadores que já se debruçaram sobre a história de São Paulo e a constituição de seu entorno urbano nos oferece variadas possibilidades de diálogo. Dentro dos limites desse trabalho, o presente Capítulo se propõe ao que poderíamos chamar de uma breve história ambiental urbana dessa região. Nosso objetivo aqui é compreender historicamente aspectos da transformação e constituição do entorno da capital paulista do então conhecido *Cinturão Caipira* de meados do século XIX para o atual Cinturão Verde – atualmente constituído por um conjunto de remanescentes de vegetação nativa, em parte protegidos na forma de Unidades de

Conservação, declarou em 1993 Reserva da Biosfera pela UNESCO – e assim oferecer uma compreensão da relação entre o espaço metropolitano e Reserva da Biosfera.

Em seguida, daremos ênfase a um caso concreto de impacto à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, que é a implantação do projeto da via perimetral chamado Rodoanel, que explicita um padrão de ação política desvinculada dos preceitos dessa Reserva, além de apresentar-se funcional a interesses específicos. Desse quadro histórico, ressaltaremos as possibilidades de vinculação entre os patrimônios ambiental e cultural que poderiam ser buscadas na integração entre as histórias e atividades das Unidades de Conservações e as instituições culturais e expositivas da região, como os Museus, sendo a Reserva da Biosfera uma potencial articuladora.

Essa perspectiva se enquadra no que vimos discutindo acerca da ascensão das ideias de proteção dentro da chamada “crise do tempo” tal como apontado por François Hartog. Tal posicionamento foi indicado pela historiadora Célia Reis Camargo enquanto uma linha de investigação fecunda, porém pouco explorada pelos historiadores, “além de muito importante para fundamentar posicionamentos que devemos assumir diante de questões tão graves quanto a memória e o meio ambiente, ambas perpassadas pelo entendimento de processos de transmissão, desenvolvidos de modo particular conforme os distintos momentos de nossa história”.³⁰³

Essa observação ainda não se configurou plenamente em todas suas potencialidades. As indicações da relação entre meio ambiente e museus figura num sentido próximo a dar conta dessa relação atinada pela historiadora Célia Reis Camargo. Nesse sentido, os trabalhos do historiador Paulo Henrique Martinez vêm contribuindo para lançar bases teóricas e de pesquisas empíricas a essa questão. Para esse historiador, “a dimensão cultural integra e alarga o debate em que predomina a dimensão meramente econômica das políticas públicas e da gestão privada de corporações”, no sentido de que Meio ambiente e Cultura podem assim encontrarem-se “irmãos na promoção de um desenvolvimento qualitativamente novo, o desenvolvimento humano”.³⁰⁴

³⁰³ CAMARGO, Célia Reis. *À margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)*. 1999. 178f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999. f. 9.

³⁰⁴ MARTINEZ, Paulo Henrique. Meio Ambiente e Museus: para um quadro inicial de referências. In: RAMOS, Francisco Régis L.; SILVA FILHO, Antônio Luiz M. *Cultura e Memória: os usos do passado na escrita da História*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural; Instituto Frei Tito de Alencar, 2011. p. 401.

3.1. São Paulo: expansão urbana e meio ambiente

A característica de expansão urbana partindo da cidade de São Paulo para seu entorno constitui um tema amplo. A abordagem aqui terá como delimitador o papel da *centralidade* exercida pela capital paulista na configuração de uma zona subsidiária por meio da estruturação do seu sistema viário – que permitiria a circulação e a configuração de áreas para agricultura, indústria, comércio, residencial, dentre outras – que se apresenta fundamental nos dias que correm para a compreensão do modelo seletivo de transporte urbano vigente, expresso no projeto do Rodoanel, como veremos adiante.

O processo de metropolização tem algumas características: a) a expansão que se faz incorporando outras zonas urbanas e rurais; 2) estrutura funcional interna complexa com especialização de áreas; 3) distinção entre cidade enquanto termo político administrativo, para um termo *lato* de caráter geográfico;³⁰⁵ 4) limites externos de difícil precisão; 5) poder de estruturação dos *arredores* não urbanizados *pela e para* a metrópole, diferindo de áreas rurais afastadas.³⁰⁶ Essa última característica nos interessa em particular dada a existência do

³⁰⁵ A realidade geográfica da metrópole é composta por várias cidades em termos político-administrativos, a gestão do todo metropolitano tem aí uma dificuldade, para a qual se instituem agências específicas, como é o caso da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) criada em 1977 e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), criado em 1992.

³⁰⁶ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia; Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971. p. 4. Trabalho de Juergen Richard Langenbuch foi apresentado em fevereiro de 1968 como tese em geografia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, constituindo importante análise sobre a formação da região metropolitana da cidade de São Paulo. Existe ampla bibliografia a respeito deste tema, destacamos: os trabalhos de Caio Prado Júnior “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”, publicado originalmente em 1935, e “Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo”, publicado em 1941, ambos compõem o volume *Evolução política do Brasil e outros estudos* (São Paulo: Companhia das Letras, [1933; 1953] 2012, p. 101-153). O geógrafo francês Pierre Monbeig dedicou alguns trabalhos sobre São Paulo, ver “Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo, publicado originalmente em 1954, presente no volume *Novos estudos de geografia humana brasileira* (São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957. p.78-104, no mesmo volume são de interesse os ensaios “O estudo geográfico das cidades”, p. 33-77 e “Capital e Geografia”, p. 215-236), o ensaio “O crescimento da cidade de São Paulo”, originalmente publicado na França em 1953, encontra-se em SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004. p. 14-115. Ver também MONBEIG Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis, [1952] 1998. Destacamos também a tese do geógrafo Pasquale Petrone, *Aldeamentos paulistas*, de início dos anos de 1960, publicada em livro somente em 1995. Em perspectiva geral, mencionamos o trabalho do historiador Richard Morse (*Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.) e da historiadora Suely Robles Reis de Queiroz (*São Paulo*. Madrid: MAPFRE, 1992). SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. 4 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1992] 2009. E a coleção *História da Cidade de São Paulo*, organizada por Paula Porta em 3 volumes (São Paulo: Paz e Terra, 2004). Pela perspectiva da História Ambiental, ver JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*. São Paulo: Alameda, 2006 e MARTINEZ, Paulo Henrique. (Org.). *História Ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

chamado Cinturão Verde entorno da cidade de São Paulo, que compõe sua região metropolitana. Deteremos adiante em explicar sua configuração enquanto entorno da capital paulista.

A cidade de São Paulo não deixa de ser um caso extraordinário de expansão urbana. Fundada em 1554 no planalto as margens dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, localidade ocupada por aldeias indígenas, teve inúmeras atividades vinculadas à sua manutenção e crescimento, mas que despontou de modo rápido e dinâmico na segunda metade do século XIX – com pouco mais de 30 mil habitantes em 1872, no cumprimento de seus quatrocentos anos somava mais de dois milhões, e na década de 1970, quase seis milhões. Entorno desse ativo centro urbano foram se constituindo áreas de expansão que, em termos populacionais, até a década de 1950 se equivaleria à própria população da região central, mas nas décadas seguintes registraria um índice de crescimento maior, conforme ilustrado pela tabela anterior.

Para Caio Prado Junior foi motivo de surpresa tamanho dinamismo numa cidade localizada, aparentemente, numa região “desfavorecida pela natureza”, e, portanto, seriam outros os fatores que proporcionaram tal progresso a São Paulo.³⁰⁷ Portanto, as possibilidades desse crescimento teriam vindo de uma conjunção de fatores cuja posição *central* daquele núcleo urbano teria relevo e permitiria em face à relativa proximidade do litoral e os caminhos rumo ao interior. “A zona propriamente paulistana, com exceção do núcleo urbano, ficou mais ou menos deserta. É a cidade crescendo, sobretudo depois do impulso considerável que data de fins do século XIX, que vai preenchendo este vácuo, ou diretamente, estendendo por ele seus bairros e subúrbios, ou despertando nele uma nova vida.”³⁰⁸

Partindo desses apontamentos iniciais, o geógrafo Pasquale Petrone aprofundou a análise da relação da ocupação dos planaltos de Piratininga em sua relação e proximidade com o litoral. Segundo Petrone, para compreender a fixação dos primeiros europeus na região da atual Baixada Santista, mais precisamente o trecho de São Vicente, deve-se dimensionar tal fenômeno a partir de uma perspectiva mais ampla, que remeteria ao próprio processo de expansão europeia sobre o mundo tropical, “visando obter produtos tropicais que eram solicitados pelos mercados do continente, os países europeus, em especial os atlânticos,

³⁰⁷ PRADO JR, Caio. Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo. [1941] In. _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, [1953] 2012. p. 122-123.

³⁰⁸ Id. Ibid., p. 148.

expandiram-se por mar, de modo a originar nas terras novas um processo de colonização, de início periférico, e que assim permaneceu por muito tempo.”³⁰⁹

O estabelecimento de feitorias pontilhadas pelo extenso litoral das novas terras teve sua criação justificada pelas possibilidades de estabelecer relações comerciais, na forma de *escambo*, com as populações indígenas ali encontradas, onde, em princípio, o produto da terra de maior significado foi o *pau-brasil*, dentre outros de importância secundária. Contudo, analisando a zona de São Vicente, Petrone constata não ser esse um indicativo suficiente para explicar sua criação, pois, naquela porção o pau-brasil não era encontrado e, portanto, não poderia justificar a criação de entrepostos para o seu embarque – a existência da feitoria naquele local, deveria justificar-se em função de outros produtos – o produto objeto de comércio em São Vicente inicialmente, considera Petrone, deve ter sido o próprio indígena, constituindo-se, portanto em uma *feitoria de escravos*³¹⁰.

A existência de numerosas trilhas indígenas encontradas na hoje conhecida Serra do Mar atestaria um trânsito desde período anterior à chegada dos europeus no continente. A existência de núcleos indígenas estabelecidos no planalto fez com que a criação do entreposto em São Vicente estivesse ligada à escravização dos nativos. Assim Petrone explica não apenas a existência da feitoria, mas o rápido interesse em ocupar o altiplano e o estabelecimento dos aldeamentos – constituindo uma análise refletindo sobre a reorganização daquele espaço, um espaço já “valorizado” pelas suas condições geográfica e pelos núcleos indígenas lá estabelecidos e suas zonas de subsistência, que posteriormente seriam aparelhadas sob as demandas ditada pelo processo de colonização que utilizou o habitante autóctone como instrumento para tal reorganização, ao mesmo tempo em que incorporando-o à dinâmica colonial como braços para o trabalho. Ou seja, “é preciso compreender, de início, que tendo sido criados antes de mais nada em função da iniciativa dos jesuítas, os aldeamentos tiveram uma orientação econômica que visava precipuamente à auto-suficiência”³¹¹. No conjunto, a agricultura teria sido a principal atividade exercida pelos

³⁰⁹ PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Ed. USP, 1995. p. 19-20. Assim, ao autor situa o processo de aldeamentos paulistas vinculado ao *sentido da colonização* tal como definido por Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011). Percebe-se também uma perspectiva próxima a desenvolvida por Pierre Monbeig em *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, (op. cit., [1952] 1998), onde equacionou o avanço da frente pioneira ao processo mais amplo de inserção do novo continente na dinâmica do capitalismo mundial. No ensaio “Capital e Geografia” Monbeig argumenta sobre a importância em se perceber o papel exercido pela integração dos contextos regionais e mundiais pelo Capital, ver: *Novos estudos de geografia humana brasileira* (op. cit., 1957, p.7215-236).

³¹⁰ Id. Ibid., p. 22.

³¹¹ Id. Ibid., p. 277.

indígenas nos aldeamentos, sobretudo gêneros como o milho e o feijão. A consideração das terras dos aldeamentos permitiria abordar, segundo Petrone, um dos mais significativos aspectos das relações entre esses núcleos do passado e as paisagens culturais mais recentes³¹².

As mais significativas interrupções do referido cinturão estariam ao norte, ou seja, justamente na área correspondente à região da Serra da Cantareira. Sendo assim,

a antiguidade do povoamento no Planalto Paulistano, como uma utilização do espaço fundamentada em sistemas e técnicas que levaram ao depauperamento dos solos; as condições peculiares à área, com características climáticas particulares e solos naturalmente pobres, somada aos fatores relativos ao cinturão de terras dos aldeamentos, contribuem para explicar por que, nos arredores de São Paulo, não se definiram formas de organização do espaço fundamentadas em atividades comerciais rentáveis, que, inevitavelmente, iriam influir no desaparecimento dos traços de uma cultura caipira ali enraizados. Daí decorre que a presença do citado cinturão de terras dos aldeamentos deve ser correlacionada com a permanência, praticamente até os dias atuais, de um cinturão caipira em torno de São Paulo³¹³

Nesse sentido, a partir dessa análise retrospectiva, Petrone constata diferentes ritmos entre as áreas do *cinturão* (década de 1960) com a cidade de São Paulo – haveria naquele momento formas de vida “típicas caipiras” contrastando com a metrópole, daí a procura por explicação da formação desse entorno e o descompasso existente – a inquietação por essa explicação emerge da constatação da perda daquelas especificidades em função das demandas ditadas pela expansão da capital paulista. As considerações de Petrone são importantes não apenas por localizar no tempo a formação do mencionado *cinturão*. Localizado na atual região metropolitana de São Paulo que apresenta áreas de baixo índice de desenvolvimento, acentuada desigualdade social, com precária infraestrutura e disseminação de favelas. A essas características ditadas pelo ritmo da capital sobre o antigo *cinturão caipira*, soma-se a perspectiva da pressão da metrópole sobre as áreas naturais remanescentes, que correspondem ao chamado *cinturão verde*. Aparece assim, a pressão que exerce os interesses da capital paulista sobre seu entorno, reorganizando constantemente o espaço em função do Capital.

³¹² PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. op. cit., p. 309. Os locais daqueles aldeamentos corresponderiam, na atualidade, as regiões envolvendo as cidades ou bairros como Guarulhos, São Miguel, Itaquaquecetuba, Barueri, Pinheiros, Carapicuíba, Embu, Itapeverica, ente outros.

³¹³ Id. Ibid., p. 310.

Se a importância do planalto paulista se fazia presente desde o processo de aldeamento, foi no século XIX, particularmente com a expansão da cafeicultura pela província paulista pelo Vale do Paraíba, que as transformações atingiram maior amplitude na cidade de São Paulo, organizando grande extensão de áreas rurais em seu derredor, que passaram a servi-la, integrá-la de certa forma, e a constituir reserva potencial para a expansão futura.³¹⁴

O geógrafo Juergen Richard Langenbuch busca compreender que somente em 1967 o governo estadual estabeleceu uma delimitação prévia da “Grande São Paulo” e criou órgão de estudo e planejamento específico (GEGRAN). E no mesmo ano o governo federal criou a lei sobre regiões metropolitanas. Nesse contexto que o autor estava inserido e já dialogando frente ao debate que se instituiu pelas medidas citadas. Nesse sentido então, o trabalho desse geógrafo buscou trabalhar enquanto unidade territorial a formação da Grande São Paulo.

A cidade de São Paulo era rodeada por um cinturão de chácaras, que além de fins agrícolas encerravam importante função residencial que impressionavam vários viajantes que por lá passaram – basicamente destacaram três aspectos: caráter residencial, a bela paisagem e a importância das árvores frutíferas, incluindo espécies europeias. Sítios e fazendas pouco mais afastados apresentavam funções mais definidas com a agropecuária.

Langenbuch recupera um trabalho que Alice Piffer Canabrava empreendeu um estudo sobre as chácaras paulistanas no período de 1885 a 1890, ressaltou o predomínio do cultivo de espécies frutíferas, muito superior ao número de hortas, por exemplo, constituindo um elemento comum da paisagem das chácaras paulistanas de fins do século XIX, encontrando: laranjeiras, jabuticabeiras, ameixeiras, pessegueiros, figueiras, limoeiros, cerejeiras, caramboleiras, grumixameiras, macieiras, pereiras, mamoeiros, etc) que segundo a autora, parece uma preocupação mais em abastecer as famílias que ao comércio. Esse autor afirma que as chácaras formavam um cinturão de características funcionalmente suburbanas em torno de São Paulo, mas não constituíam o único “fator” geográfico na faixa por elas dominada. Havia indícios de ocupações menos opulentas e, haveria de se considerar que junto aos caminhos que levavam a São Paulo, ofereciam pouso aos tropeiros. Muitas dessas chácaras foram cedendo espaço para a construção de bairros da capital. “esquemáticamente as chácaras formavam um bloco relativamente compacto, que circunda a cidade estendendo-se

³¹⁴ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. op. cit., 1971. p. 4.

até os atuais bairros da Ponte Grande, Pari, Brás, Mooca, Cambuci, Vila Mariana, Jardim Paulista, Vila América, Santa Cecília, Barra Funda e Bom Retiro.”³¹⁵

Os gêneros produzidos no entorno de São Paulo podem ser distribuídos em: para exportação, autoconsumo dos produtores, abastecimento da cidade, e abastecimento das tropas em animais e gêneros alimentícios. “Também a bacia do rio Tamanduateí se distinguiu no abastecimento paulistano, pois através deste rio chegavam a São Paulo mercadorias das roças ribeirinhas e das olarias da fazenda de São Bernardo”³¹⁶, bem como o rio Tietê. Em suma, o abastecimento de São Paulo era a base do sustento de numerosas atividades agropecuárias e extrativistas.

A circulação dessas mercadorias impunha a existência de caminhos interligando a área produtora ao mercado central. As estradas que da Capital demandavam à vila de Santo Amaro eram conhecidas como “‘caminhos de carro’, evocando a sua grande utilização por estes veículos, que de lá traziam madeiras de construção, lenha, pedra de cantaria e bruta, víveres e outros produtos”³¹⁷. Um grupo que almejou permissão para construir uma ferrovia de São Paulo a Santo Amaro estimou que em 1883, “na feira semanal das madeiras de construção em São Paulo, no largo do Riachuelo, antigo dos Piques, nos dias de sexta-feira e sábado, acodem cerca de 300 carros de eixo móvel por semana”.³¹⁸ Antes da chegada da ferrovia a cidade de São Paulo era o foco irradiador de estradas da província – em meados do século XIX as principais eram: a) estrada de Bragança, cujas ramificações atingiam Socorro e o Sul de Minas; b) estrada para o Rio de Janeiro, passando pela freguesia do Brás, Penha e pela vila de Mogi das Cruzes; c) Estrada de Santos, passando pela freguesia de São Bernardo; d) “Caminho de carro” de Santo Amaro, cuja importância se deu em nível local; e) Estrada do Sul, passando pela povoação de Pinheiros e por Cotia; f) Estrada de Itu, via margem esquerda

³¹⁵ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo*: estudo de geografia urbana. op. cit., 1971. p. 12. Além de chácaras, sítios, fazendas, terras de ordem religiosa, e lotes coloniais, havia, ainda, grandes extensões de terras devolutas – “parece que a propriedade fundiária nem sempre era bem definida e delimitada. Por um lado havia os ‘intrusos’, que se estabeleciam tanto em terras dos antigos aldeamentos, quanto nas devolutas; por outro lado, pairavam dúvidas a respeito da propriedade de algumas terras” (p. 15-16)

³¹⁶ Id. Ibid., p. 24. Acerca de dados sobre comércio da área entorno de São Paulo, o autor conclui a existência de uma expressiva produção de farinha de mandioca, correspondendo a 23% do fábriço da província em 1836 – tratando-se de uma cultura tradicional indígena, e característica de uma cultura “caipira” tal se chamaria mais tarde. Além da produção de feijão e aguardente, na ordem de 11% e 12% respectivamente. Havia ainda a cultura do algodão, na região atualmente de Barueri. Cultura de Chá, Açúcar e Café.

³¹⁷ Id. Ibid., p. 26-27. Com ênfase nos caminhos terrestres, o autor destaca as dificuldades e o destacado papel dos carros de boi no trajeto nos arredores paulistanos – as demais rotas predomina as tropas de burros.

³¹⁸ Id. Ibid., p. 28.

do Tietê; g) Estrada de Itu, via Parnaíba e Pirapora; h) Estrada de Goiás, passando por Jundiá, considerada a mais importante estrada rumo ao interior. Conjunto de caminhos que perfaziam a circulação local e regional, entre os arredores e rumo a áreas afastadas no interior. A representação feita por Caio Prado Jr. ilustra perfeitamente essa centralidade.



Imagem 3 – Ilustração de Caio Prado Jr. sobre a centralidade da cidade de São Paulo³¹⁹

Estabelecida essa primeira aproximação à localização da cidade de São Paulo a influência por dela sobre seu entorno direto e distante, voltamos à questão do *cinturão*. Tal como expressou Langenbuch, pode-se dizer que havia ao menos dois cinturões, um mais próximo ao centro urbano de São Paulo, constituído pelas chácaras, e um mais externo formado por sítios e fazendas, basicamente sobre áreas de antigos aldeamentos, que conformariam o que Pasquale Petrone chamou de *Cinturão Caipira*, com traços de indefinição fundiárias marcantes. Ou seja, “a porção dos arredores que mais será abrangida pela expansão suburbana da metrópole é precisamente o ‘cinturão caipira’, uma vez que o

³¹⁹ Representação elaborada por Caio Prado Júnior para ilustrar os caminhos que irradiavam de São Paulo em fins do século XVIII, indicando “não só as artérias principais do sistema de viação da capitania, mas ainda os eixos em torno dos quais se condensa a população do planalto. Tal esquema explica suficientemente a importância relativa atingida por São Paulo na época de que tratamos, isto é, até as vésperas da emancipação política”. PRADO JR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. [1935]. In. _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. op. cit., [1953], 2012. p. 117.

‘cinturão das chácaras’, mais restrito que o limite da atual cidade de São Paulo, será afetado pela expansão mais propriamente urbana da Capital”³²⁰

A caracterização da expansão do urbano e suburbano estava diretamente ligada ao índice acelerado crescimento da cidade de São Paulo iniciado em fins do século XIX implicando diretamente nas transformações em seu entorno – desde o meio biofísico ao social – ligadas à modificação do sistema e vias de transporte. Segundo Langenbuch, a década de 1870 marcava o início de uma nova configuração do entorno da capital paulista. Eram instaladas as linhas férreas da Sorocabana e para o Rio de Janeiro. Em 1877, a instalação de quatro núcleos coloniais – “tratava-se da primeira tentativa séria e consciente de intensificar o povoamento e a produção agrícola nos arredores paulistanos.”³²¹

Alguns núcleos de colonização oficial, como Santana e Glória adotaram atividades econômicas voltadas para o abastecimento urbano, através da horticultura, extração de lenha, fabrico de carvão, e serviços, como lavagem de roupas. Segundo o Relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo de 1897, o núcleo de São Bernardo, após se destacar na produção vitivinicultora, apontava o fato da perda da produção devido a “*phylloxera*”, onde aos colonos “restou atirarem-se às matas que estão sendo devastadas para extração do carvão vegetal e da madeira.”³²² No mesmo relatório, o então Secretário encontrou uma explicação apoiada, por um lado, em fator aleatório, qual seja uma praga agrícola, e por outro lado em fatores fisiográficos. Para Langenbuch, o fator geográfico que deve ter sido de importância capital no estímulo às atividades extrativistas vegetais.

A cidade de São Paulo conhecia exatamente na década de 1890 a 1900 a sua fase de crescimento mais acelerado, tendo a população do município passado de 64.934 a 239.820 habitantes. Numa cidade com tal crescimento aumentava, dentre outras, a necessidade de energia, quer para fins domésticos, quer para suprir os estabelecimentos industriais que se multiplicavam. Como a utilização da eletricidade era embrionária, o combustível vegetal tinha emprego generalizado, assim como nas novas construções a madeira continuava a desempenhar um papel de destaque, tanto para a sustentação dos telhados, quanto para andaimes. Ao mesmo tempo, numa cidade com tal ritmo de crescimento, o mercado consumidor de peças de mobiliário é extremamente amplo, dando o grande número de novas

³²⁰ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. op. cit., 1971. p. 76.

³²¹ Id. Ibid., p. 78.

³²² Id. Ibid., p. 95.

unidades residenciais a mobiliar. Nesse contexto, as matas dos arredores paulistanos seriam requeridas para assegurar o fornecimento de lenha, carvão e madeira para São Paulo.³²³ Com o grande crescimento de São Paulo ocorreu a expansão do espaço urbano sobre as áreas rurais contíguas, que passaram assim a integrar a cidade, o que afetou diretamente o cinturão de chácaras, que acabaram originando novos bairros.

Situando esse processo numa perspectiva maior, cabe destacar, conforme apontou o historiador Warren Dean, que o processo crescente de industrialização na Europa, uma praga devastando os cafezais do Ceilão, o fim da Escravidão e queda da Monarquia, deram a São Paulo as condições para sua entrada no mercado mundial como fornecedor de café – produto base do crescimento industrial brasileiro, principalmente porque fornecia o pré-requisito mais básico ao sistema industrial, a economia monetária. Com o aumento da circulação do dinheiro desde a contratação de mão de obra imigrante à própria terra adquiriu valor monetário.³²⁴

Confrontando as plantas da cidade de São Paulo de 1881 e as de 1890, nessa década registraram-se acentuada expansão dos bairros paulistanos, inicialmente em direção Oeste e Noroeste, então “morro do Chá”, localizado entre o vale do Anhangabaú e o Campo dos Curros (atual Praça da República), foi arruado e loteado em 1876, já se encontrando bastante edificado, o mesmo acontecendo com o bairro de Santa Ifigênia. No final da década se encontravam arruados os bairros Bela Vista (Bexiga), Vila Buarque e Santa Cecília e parte do Bom Retiro. Essa expansão era conectada por um novo meio de transporte urbano: o bonde de tração animal, cuja primeira linha data de 1872, ligando a área central à Estação da Luz, inaugurada cinco anos antes. Segundo esse autor, os bondes cumpriram a função de integração das áreas afastadas, viabilizando-as ao mesmo tempo, contribuindo assim para a expansão suburbana. Foi na década final do século XIX que a cidade de São Paulo apresentava estabelecimentos fabris de porte implantados em novos bairros, em áreas compreendidas pelo “cinturão das chácaras”. Fator de atração e reorganização do espaço foi a linha férrea, “que se revelaria de máxima importância para a posterior estruturação do grande organismo urbano”³²⁵

³²³ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. op. cit., 1971. p. 96.

³²⁴ DEAN, Warren. *A industrialização em São Paulo*. Trad. Octávio Mendes Cajado. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, s/d. p. 10-11.

³²⁵ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. op. cit., 1971. p. 80

A região do “cinturão das chácaras” servia de espaço para instalações não só de novos bairros, mas de empreendimentos que a área já densamente ocupada não poderia abrigar, como o hipódromo da Mooca, as estações do Brás e da Mooca, bem com a Hospedaria dos Imigrantes. Falar em espaço urbano é também ter em vista a potencial especulação imobiliária. Lastreado pela observação das plantas da cidade de São Paulo, o autor compara os traçados de 1881, 1890, 1897 e a planta de 1914 elabora pela Comissão Geográfica e Geológica e identifica a abertura de novos bairros isolados territorialmente das áreas densamente urbanizadas - processo que engendra e denuncia a especulação imobiliária, que repousava em grande parte na certeza de que os terrenos teriam sua valorização assegurada, em função do crescimento urbano. Ou seja, a especulação imobiliária provoca sempre a aquisição de lotes visando apenas fins lucrativos, os quais consequentemente permanecem desocupados.³²⁶ A organização dos arredores de São Paulo também esteve referenciada nas atividades da capital e na articulação com as vias de acesso. No momento de estabelecimento do sistema ferroviário e a alteração drástica no sistema de transportes até então fundamentado na tração animal, tal fato, necessariamente influenciou na reorganização daquele entorno que atendia às demandas do antigo meio de transporte.

As alterações eram de ordem tanto de serviço como de reorganização do espaço. O traçado das ferrovias não corresponderia ao dos antigos caminhos. A criação das estações ferroviárias nesse entorno foi se constituindo ponto de convergência de produtos e pessoas, formando pequenos aglomerados junto a essas estações, inclusive de estabelecimentos industriais – as cerâmicas constituíam um ramo industrial para o qual a localização junto às estações ferroviárias dos arredores paulistanos era, pelo menos, motivo conveniente.³²⁷ Produto de importância para uma cidade em expansão acelerada – como a fábrica de cimento instalada junto à estação Perus, na ferrovia Santos-Jundiaí, articulada à ferrovia local de bitola 60 centímetros que transportava matéria prima mineral dos sítios próximos. Para o autor, um dos mais interessantes conjuntos industriais surgiu em Caieiras, associado a três ramos industriais – compreendia a extração de pedras de cantaria, fábricas de cal, produtos cerâmicos e papel. Esse conjunto industrial se distinguia por não se localizar junto a uma estação, mas por seus vários estabelecimentos se encontrarem dispersos, mas com ligações à linha férrea. No entanto, nesse momento poucos estabelecimentos dessa natureza teriam se

³²⁶ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. op. cit., 1971, p. 83.

³²⁷ Id. Ibid., p. 106.

instalado no chamado “cinturão caipira”, ao passo que outras atividades caracterizadas pela necessidade de maiores espaços ou por dependerem diretamente do meio natural conheceram expansão nos arredores paulistanos. Foi o caso da agricultura destinada ao abastecimento da cidade, do extrativismo mineral, representados por pedreiras, barreiros e de jazidas de minérios industriais, do extrativismo vegetal, pela extração de madeiras de lei, lenha e carvão, e de obras hidráulicas e hidroelétricas.³²⁸

Sempre que possível tais atividades se desenvolviam nas proximidades das ferrovias, valorizando-se, portanto, os recursos naturais ocorrentes em suas imediações. Langenbuch ainda cita geógrafo Elisée Reclus, que em obra publicada em 1893 (*Estados Unidos do Brasil, Geographia, Ethnographia, Estatística*) referia-se a núcleos de extração mineral na região da serra da Cantareira para atender “a construção dos novos bairros”. Referindo-se ao relatório da Comissão Central de Estatística, de 1888, noticia o surto madeireiro no município de Mogi das Cruzes, associado à implantação da ferrovia.

A madeira de construção é hoje uma das fontes principais de renda. As matas que se estendem acompanhando a Serra do Mar, desde a estação do Rio Grande, da ferrovia inglesa, até as divisas de S. José do Parahytinga começaram a ser exploradas por seus proprietários, logo após o tráfego da estrada de ferro de S. Paulo ao Rio de Janeiro, desde então tem sido sem interrupção exportada e vendida a madeira na capital e outras cidades, notadamente em Lorena, Pindamonhangaba e Taubaté.³²⁹

A demanda por recursos hídricos também se acentuava e, em 1883, mananciais localizados na serra da Cantareira foram represados, formando dois tanques com capacidade de 50 milhões de litros. A água era conduzida à cidade através de adutora de 30 centímetros de diâmetro. Até então o abastecimento havia sido bastante precário, sendo feito através de chafarizes públicos e carroças – “pipas de aguadeiros”. Os chafarizes eram abastecidos por água captada em mananciais próximos da cidade, como aqueles da Luz e do Piques, aprovisionados pelas águas do Tanque Reúno, sito no vale do Anhangabaú. A água que forneciam era considerada “suja de sabão” devido à lavagem de roupas que se praticava à montante, segundo queixa de moradores. As obras de engenharia hidráulica que se realizaram

³²⁸ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. op. cit., 1971, p. 113.

³²⁹ Id. Ibid., p. 115.

na serra da Cantareira justificaram a instalação de pequena ferrovia, a “Tramway da Cantareira”, que assegurou a condução do necessário material.³³⁰

O crescimento da cidade e a difusão do uso domiciliar de água corrente em breve exigiriam a ampliação do serviço, passando-se a mobilizar novos mananciais. Em 1910 o ramal da Cantareira atingia Guapira (bairro paulistano de Jaçanã) – uma das finalidades de sua construção foi o de conduzir materiais de construção necessários às obras de represamento e captação dos mananciais do ribeirão Cabuçu. As águas do rio Ipiranga foram represadas na altura do bairro de Água Funda e também enviadas por adutora à cidade. Após uma crise de abastecimento, verificada em 1910, resolveu-se empreender o represamento e captação do rio Cotia, tendo a primeira parte da adutora disso construída em 1914. Trata-se do primeiro empreendimento da natureza realizado a maiores distâncias em São Paulo.

Embora esses caminhos também tenham favorecido a ocupação do entorno, a necessidade de proteção dos mananciais que abastecem a cidade de São Paulo fez com que as matas circundantes fossem instituídas como reserva florestal – medida que contribuiu para a manutenção de trechos de mata no entorno paulistano – parte das reservas existentes na região de São Paulo teve origem e remontam à época que hora tratamos.³³¹

A demanda por energia elétrica na crescente São Paulo também aumentava. Em 1901 que a companhia canadense (*The San Paulo Tramway Light and Power Co, Ltda*), de nome abreviado para simplesmente *Light* instalou a primeira usina hidrelétrica, a Usina de Parnaíba, posteriormente denominada Edgar de Souza, nas imediações da vila de Parnaíba. Em 1907 o rio Guarapiranga, afluente do Pinheiros, recebeu barragem formando o reservatório de Guarapiranga – à semelhança do que ocorreu com as obras hidráulicas, também as hidrelétricas viriam a repercutir em outros setores da vida metropolitana. A represa de Guarapiranga oferecia ao paulistano um elemento que este desconhecia nos arredores imediatos da cidade, qual seja uma grande superfície líquida em área de fácil acesso.³³² Dentre os investimentos e operações da *Light* figurava o transporte público mediante as linhas de bondes elétricos que circulavam desde o início do século XX em São Paulo.

Após a Revolução de 1930 com a expansão e diversificação da produção industrial e a crescente imigração refletiu-se no setor urbano por meio da remodelação e expansão de

³³⁰ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. op. cit., 1971, p. 116.

³³¹ Id. Ibid., p. 117.

³³² Id. Ibid., p. 118.

setores da cidade, iniciando, inclusive, sua verticalização e vias de acesso com marcante lugar para o automóvel. Acentuam-se aí o consumo de matéria prima para a construção civil – além da extração mineral, foi um setor bastante dependente de madeira – e a estruturação de empresas envolvidas em grandes obras.

Em termos bastante amplos, pode-se que a virada para ao século XX foi marcada por mudanças rápidas, ao ritmo impresso pelas máquinas – ferrovias, bondes, e muito em breve os automóveis. Foi um período que a ocupação do solo urbano também foi dinamizada e concentrada – segundo Raquel Rolnik, por volta de 1912, a Cia City tornou-se proprietária de 37% de toda a área urbana da cidade.³³³

Essa ampliação da cidade, e também da população implicava em maior consumo de materiais de construções, como dito, mas também de água. Junto a esse aumento do consumo, ocorre um aumento na produção de esgotos que eram lançados nos rios e córregos da cidade – causando problemas sanitários nas várzeas, sobretudo para classes pobres que por vezes lá habitavam.

Com objetivo de promover o saneamento, mas também de ocupar os espaços vazios da cidade, atrelando a uma funcionalidade para a crescente frota de automóveis, o prefeito entre os anos de 1938 e 1945, Francisco Prestes Maia conduz um conjunto de obras para a ocupação das várzeas com finalidade de estruturar um sistema viário que por ali passassem – esse empreendimento teve forte sentido, ou papel, de valorização dos espaços próximo a esses fundos de vale, onde, uma vez saneados e implantado vias de acesso, atendeu prontamente a especulação desses terrenos ainda vazios mas plenamente inseridos na malha urbana.³³⁴ Sabe-se também que o “plano de avenidas” de Prestes Maia não gozou apenas de condições favoráveis sob o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, ao qual nomeou Adhemar de Barros como interventor no Estado de São Paulo, e este atribuiu o governo da cidade a Maia, mas ele mesmo é expressão das transformações no campo da engenharia nesse período onde, em torno da Escola Politécnica, foi constituído um corpo de engenheiros capaz de responder aos anseios e tratar com as coerções advindas do capital imobiliário.³³⁵

³³³ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 1 reimpr. São Paulo: Nobel; FAPESP, [1997] 2007. p. 134.

³³⁴ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Meando dos rios, meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas em São Paulo*. 1987. 290f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Para

³³⁵ Ver a esse respeito: ARASAWA, Cláudio Hiro. *Engenharia e poder: construtores da nova ordem em São Paulo (1890-1940)*. São Paulo: Alameda; FAPESP, 2008.

O constante crescimento da cidade impôs novas intervenções sobre os rios e córregos da cidade. Essas práticas refletem hoje nas condições de enchente que a capital paulista sofre nos períodos de chuva.³³⁶ O modelo adotado desde a década de 1920 e aprofundado nos anos seguintes até os dias atuais privilegia a mobilidade por veículos de transporte individual, entendido aqui como o *carro*. A sedução por este automóvel marcou aqueles anos sob o sonho da constituição de uma *Chicago* do América do Sul, Peça chave no discurso de uma modernização (conservadora) para São Paulo.³³⁷ Hoje, temos uma produção em massa dos automóveis chamados *de passeio*, fato que coloca na berlinda os sistemas viários, em particular, da Região Metropolitana de São Paulo, e a necessidade de investigar a persistente retórica da necessidade de abrir mais vias para escoar a frota de carros da capital – a qual se faz exemplar no que diz respeito ao projeto do Rodoanel. Seguimos assim, ainda, as pistas levantadas por Caio Prado Jr., acerca dos padrões de atuação e articulação dos governos com interesses privados, em particular, frente às políticas urbanas com destacada proeminência do privado sobre o público.

Passada a segunda Guerra Mundial até meados dos anos de 1950 a demanda por moradia na área urbana de São Paulo vinha atingindo altos níveis impulsionando a abertura de loteamentos populares. As mudanças da base industrial brasileira no período introduziram e ampliaram a produção dos chamados “bens duráveis” que se tornariam acessíveis pela difusão do sistema de créditos. Segundo a urbanista Yvonne Mautner este seria um modelo copiado dos EUA onde se iniciou a construção da periferia de São Paulo estruturada também no espírito da casa própria em lotes individuais “cuja sua posse, por sua vez, assegura o crédito para a compra dos bens duráveis recém instalados no país: a modernidade passa a ser entesourada na precariedade urbana da periferia.”³³⁸

Nos anos de 1960 e 1970, sob o impulso do Banco Nacional de Habitação (BNH) ganha impulso o financiamento para construção que atende e respalda setores da classe média influenciando no crescimento da cidade e da especulação imobiliária. Entre os anos de 1965 e 1985, cerca de 65% das famílias que tiveram financiamento para habitação recebiam entre

³³⁶ Nesse sentido, destacamos os trabalhos: JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*. São Paulo: Alameda, 2006. SANTOS, Fábio Alexandre. *Domando águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

³³⁷ Cf. SAVIO, Marcos Antônio C. *A cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*. São Paulo: Annablume; FAPEMIG, 2010.

³³⁸ MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do Capital. In. DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, [1999] 2010. p. 249.

meio e cinco salários mínimos, enquanto que 80% do valor total do financiamento acabava nas mãos de famílias com renda declarada de seis a mais de dezesseis salários mínimos.³³⁹

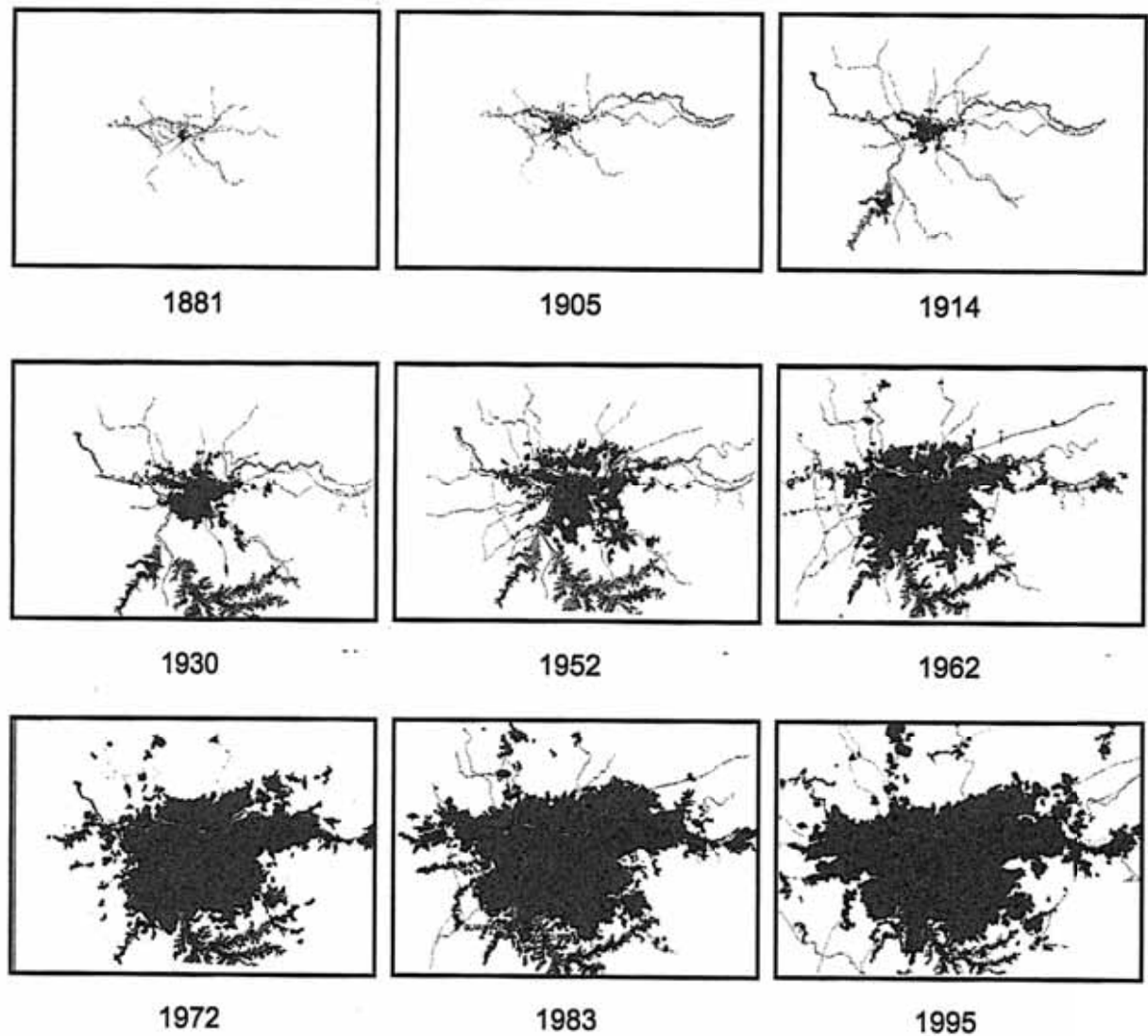


Imagem 4 – São Paulo, 1881-1995

Expansão da aglomeração urbana no período durante o qual a periferia produziu em torno de 180 mil hectares de área urbanizada com uma população de 18 milhões de habitantes.

Fonte: MAUTNER, Yvone. A periferia como fronteira de expansão do capital. In. DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, [1999] 2010. p. 254.

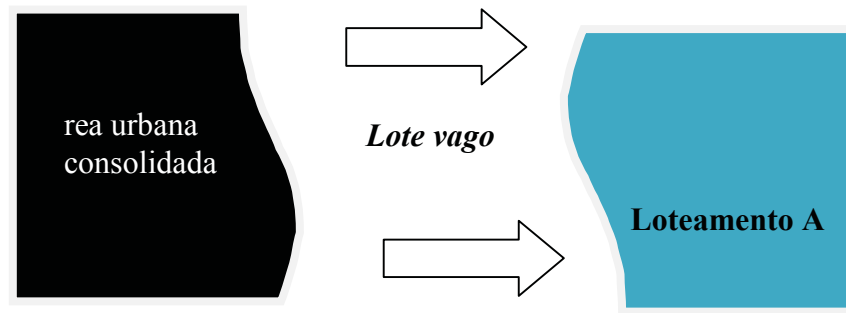
³³⁹ MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do Capital. In. DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. op. cit., [1999] 2010. p. 251. Para uma crítica a atuação do BNH pelo favorecimento à especulação imobiliária em São Paulo, ver SACHS, Céline. *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Ed. USP, [1990] 1999.

Nesse quadro em que a mancha urbana é dilatada a atuação do governo frente inúmeras ocupações ilegais, com raras exceções, não trata o crescimento periférico como um fator derivado do processo de produção do espaço urbano, colocando-se na posição de isento ao não proceder à incorporação desses espaços à legalidade e ao direito à cidade, penalizando assim, quem já sem encontra desvalido e estigmatizado.

Ao tratar dessa expansão, vem à tona o conceito de *periferia* – se geograficamente é quase senso comum situá-la em relação ao *centro*, existem conotações “sociológicas” que expressam distinção e preconceito social – como associar periferia à criminalidade. A ocupação irregular dessas zonas do entorno do centro urbano, apreciadas na distância temporal revelam uma dinâmica associada à produção capitalista do espaço – daí o sentido da periferia como fronteira do capital – o que deixa evidente que neste sentido, periferia não é algo à margem do sistema, mas sim componente de sua reprodução.

Esse movimento parece expressivo na existência de vários bairros e condomínios de luxo, ou empreendimentos como *shoppings* que são instalados nas “bordas” das cidades – áreas quase sempre erigidas sobre antigas periferias e que passam a ser valorizadas com essa nova feição urbana, “empurrando” a “fronteira” da periferia mais adiante. Além do apelo ao contato com a natureza, à tranquilidade, longe do caos urbano – que lembram uma perspectiva pitoresca do contato idílico com o mundo natural – perspectiva muitas vezes presente nas propagandas destes novos empreendimentos.

Uma das estratégias de especulação presente em várias realidades urbanas, não apenas nas metrópoles, é a fragmentação das áreas em lotes e sua venda e ocupação descontínua. Ou seja, opta-se iniciar implantar um loteamento numa localização mais distante deixando propositalmente uma área vaga entre a já urbanizada e com infraestrutura pronta e o recém loteado. Ao passo que ocorre a urbanização do novo loteamento (recebendo saneamento, água, energia elétrica, asfalto) o terreno então desocupado apresenta um acréscimo de valor altíssimo. Tal aspecto também se faz presente com intervenções do poder público, como abertura de avenidas, criação de parques e praças em determinadas áreas que, tal intervenção oferece uma valorização do solo urbano do entorno. Por exemplo, a contenção de um processo erosivo em um fundo de vale constituindo uma área verde de laser pode agregar valor sobremaneira a um entorno que anteriormente tenderia a se desvalorizar. O esquema abaixo pretende ilustrar isso:



Extensão dos serviços urbanos e de infraestrutura em direção ao **Loteamento A**. Propositamente deixado desocupado, o **Lote vago** após algum tempo de ocupação sistemática do **Loteamento A** terá um alto acréscimo no valor do seu terreno devido a sua *localização* em virtude de contar com os benefícios tanto da área urbana consolidada como do **Loteamento A**.

De fato, depois de 1930 essas regiões afastadas se tornaram praticamente as únicas áreas em que os trabalhadores e os imigrantes conseguiam espaço para morar no contexto urbano que se industrializava. “As periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres”, tal como asseverou o antropólogo James Holston.³⁴⁰ Especificamente sobre essa relação das irregularidades e conflitos nas ocupações das regiões periféricas, Holston enxerga “o troco” dado por essa população submetida a tais condições na forma de “insurgências” que contribuíram para forjar um caráter específico e ativo de cidadania urbana.

As imagens abaixo revelam um pouco das percepções sobre a *periferia*. A revista *Veja* tem um filão de leitores de classe média onde a questão da aquisição da casa própria e a segurança da família estão entre seus principais valores. Em nenhum momento se pondera sobre a heterogeneidade de tal área a condição de existência, mas os dois discursos se articulam – a periferia como lugar de pobreza e violência descontroladas, e as áreas periféricas como potenciais lugares com qualidade de vida.

³⁴⁰ HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 197. Segundo este autor, o uso da palavra *periferia* em São Paulo para referir-se às áreas localizadas nas margens da cidade possivelmente data dos anos de 1940. Mas seu uso de forma corrente e popular para designar os assentamentos de pessoas além do perímetro dos serviços urbanizados e de infraestrutura da cidade só ocorreu nos anos de 1960, antes predominado o uso de termos como “subúrbio” e mesmo “zona rural”.



Revista *Veja*, 24 de janeiro de 2001 Revista *Veja*, 15 de maio de 2002

Imagem 5 – Percepções sobre áreas periféricas

Tabela 7 – Desigualdades sociais – centro/periferia

	Centro	Periferia
Número de homicídios por grupo de 100.000 hab.	14, em média	Até 150
Total de moradores desempregados (%)	5	18
Casas atendidas por sistemas de esgoto (%)	70	30
Moradias abastecidas com água encanada (%)	100, regular	70, a maioria clandestina
Taxa de analfabetismo (%)	3	20
Leitos hospitalares por grupo de 100.000 hab.	530	180
Tempo gasto para ir de casa ao trabalho	40 minutos	2 horas
Largura das ruas	6 metros	2 metros
Total de dias com falta de água no mês	Nenhum	7 dias
Renda per capita anual	15.300 reais	2.600 reais
Frequência da coleta de lixo	1 dia	4 dias
Eletrodoméstico mais caro	Computador	Geladeira
Parcela do salário gasto em alimentação (%)	15	30

Fonte. *Veja* no dia 24 de janeiro de 2001, p. 87. Cuja capa trazia: “O Cerco da Periferia - bairros de classe média estão sendo espremidos por um cinturão de pobreza e criminalidade que cresce seis vezes mais que a região central das metrópoles”.

Percebemos pelas imagens das capas da revista *Veja* a perspectiva com que foi tratada a questão da periferia, termo que nem foi usado na matéria sobre a crescente oferta de condomínios localizados no entorno de São Paulo e de outras grandes cidades. Enquanto que os problemas da periferia pobre foram elencados mais como a descrição de entraves ao bom funcionamento da sociedade – como a criminalidade, as drogas e a degradação do meio ambiente. Mesmo no âmbito da periferia existem hostilidades entre os que são proprietários de seu lote e o que ocupam – “conflitos que ressaltam a importância da propriedade da terra como categoria de autoestima e de importância política que divide os pobres (e todos os brasileiros) em grupos antagônicos”.³⁴¹ Distinção que se espraia desde as formas de construção ao material utilizado, sendo as casas de alvenaria melhor referenciadas – que não obstante, tendem a copiar a aparência das casas de bairros consolidados. Em entrevista com moradores do Jardim das Camélias, James Holston identificou que “a lógica fundamental desse mapeamento social e de sua moralidade é a propriedade: o aspecto ordenado de um lote é um índice de legitimidade civil de seus moradores como proprietários”³⁴², sendo o aspecto desordenado da favela um indicativo contrário – valores nos quais se fundamentaria a “insurgência”, nas periferias, de uma cidadania que se forjou nos conflitos e dificuldades da vida urbana, e em particular, aos valores associados à apropriação (compra ou ocupação) do solo nas cidades.

O discurso e a disputa pela terra no entorno urbano segue uma lógica de apropriação não muito distante das extensões rurais – no entanto, possivelmente, trata-se de uma concentração de conflitos por metro quadrado muito maior. Não são poucos os casos de reintegrações de posses (duvidosas) por meios truculentos, como visto na área do chamado *Pinheirinho*, em janeiro de 2012, em São José dos Campos.

Tais problemas de ocupações irregulares, inclusive de áreas de preservação ambiental, estão presentes em praticamente todo o entorno da Região Metropolitana de São Paulo e Baixada Santista, e por conseguinte, coabitam com a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde. São problemáticas delicadas e que tocam alguns temas centrais da estruturação das grandes cidades – exclusão social, especulação imobiliária, degradação ambiental, dentre outros.

Pode se dizer que a Metrópole paulistana sofre do seu gigantismo – uma condição que não existe volta atrás. Desde a reorganização urbana em função dos trilhos das ferrovias

³⁴¹ HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. op. cit., 2013, p. 227.

³⁴² Id. Ibid., p. 229.

promovida pela elite cafeeira, passando pelo contingente de imigrantes, a reorganização do entorno das fábricas e o estabelecimento das grandes indústrias desenvolveram um complexo conjunto viário articulado ao acesso do conjunto produtivo. O espraiamento de bairros cada vez mais distantes foi ampliando a deficiência de vias de transporte coletivo de massas, saneamento básico e iluminação aplicados às regiões industriais e centrais.

O processo de expansão urbana a qual vem passando a cidade de São Paulo tem propiciado a ocupação desordenada de áreas ambientais e de risco, com alto custo social e ambiental. As políticas ambientais implantadas esvaem-se na ambígua atuação do Estado que institui a proteção, mas estimula um modelo que é predatório. O tratamento setorial das políticas públicas carece de articulação entre suas funções e ações, como habitação, em saneamento e transportes.

3.2. Rodoanel: mobilidade seletiva na metrópole desigual

Este breve tópico, em certo modo, é a necessária continuação do anterior no que diz respeito à importância que a estruturação do sistema viário da Região Metropolitana de São Paulo possui. Em específico, o chamado Rodoanel dá volumosa materialidade à continuidade dos projetos passados. Longe de nos aprofundarmos em seus meandros – o que, certamente, demandaria uma pesquisa específica, meticulosa e necessária – apresentaremos um sucinto aspecto indicativo da atuação da gestão pública paulista contrárias às práticas recomendadas pela Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.

O projeto de construção de uma via perimetral que contorne o centro urbano da cidade de São Paulo remonta ao governo de Jânio Quadros (1986-1989), tendo sido barrado por iniciativa popular que almejou proteger as regiões próximas da serra da Cantareira dos prováveis impactos (*ver próximo tópico*). Projeto semelhante foi assumido pelo governo do Estado de São Paulo em 1995, na gestão de Mario Covas, também recebendo igual pressão popular contrária à realização da obra. Levaria, portanto, quase uma década para que o projeto que hoje conhecemos como Rodoanel fosse iniciado, novamente sob gestão de Mario Covas frente ao governo estadual.³⁴³

³⁴³ “Covas e Padilha lançam edital do Rodoanel”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jan., 1998, p. 7. Emerson Kapaz, Empresário e então Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo a apresentava como a obra mais importante do governo Mário Covas, com extensão prevista para 161 quilômetros. Ver, “Rodoanel: todos ganham”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 fev., 1998, p. 2.

Reserva, bem como algumas ONGs têm mantido combativo diálogo com vistas a minimizar os impactos da obra.

Com a dimensão do projeto em vista, foi pensada a sua divisão em quatro *trechos* onde cada uma seria alvo de audiências públicas e Estudos de Impacto Ambiental e seus respectivos Relatórios – foram, portanto, assim seccionados: *trecho oeste* (em funcionamento desde outubro de 2002), *trecho sul* (em funcionamento desde abril de 2010), *trecho leste* (em obras desde 2011) e *trecho norte* (em fase de licenciamento), este último previsto para atravessar uma área pertencente a Serra da Cantareira.

A opção das audiências públicas por *trecho* para discutir o projeto e o licenciamento parece ter também segmentado a mobilização popular crítica à implantação desse projeto; uma marco de identificação forte é a Serra da Cantareira – lembrando que as mobilizações anteriores tiveram, sobretudo, mobilização em torno do possível impacto àquele região; novamente, até onde tivemos informação, a mobilização popular para alteração do *trecho norte*, justamente a área da Cantareira segue combativa.

Os impactos desse empreendimento foram previstos e listados nos Relatórios de Impacto Ambiental³⁴⁴ (RIMA) dos *trechos* da obra, elencando várias medidas para minimizá-los e as “compensações ambientais” consequentes. Contudo, não apresentam ênfase no processo de valorização dos espaços do entorno dessa obra, no sentido de que a acessibilidade a novas áreas, promovida por essa via, atrairia interesses diversos. Algo já constatado no chamado *trecho Oeste*, onde tem se intensificado a ocupação, tanto para fins residenciais como empresariais, com instalação de galpões para centros de distribuição de cargas, por exemplo³⁴⁵. Conforme mencionamos, o componente de especulação imobiliária e o processo de valorização do solo urbano são intensos na Região Metropolitana de São Paulo –

³⁴⁴ Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/rodoanel/eiarima/RIMA.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2010. Para os *trechos leste e norte* disponível em: <<http://www.dersa.sp.gov.br/rodoanel/>> Acesso em: 12 jan. 2011. A Lei Federal n 6.938/81, culmina com a edição da Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 01/86, de 23 de janeiro de 1986, que dispõe sobre a necessidade de avaliação dos impactos ambientais (EIAs/RIMAs) para iniciativas potencialmente poluidoras ao ambiente. Todavia considerado como uma possibilidade da sociedade organizada lutar pela preservação de seus bens, os Estudos de Impacto Ambiental/Relatórios de Impacto Ambiental – EIAs/RIMAs vêm sendo paulatinamente desmoralizadas pelas chamadas “fábricas de RIMAs”, onde são produzidos ao gosto do cliente, neste caso, o agente poluidor/degradador. Ver, VICTOR, Rodrigo A. B. M. e COSTA NETO, J.B. (Orgs.). *A aplicação do conceito de Reserva da Biosfera em áreas urbanas: o caso da reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo*. op. cit., 2003

³⁴⁵ Cf. BARROSO, José R. G. *Cenários e implicações sócio-espaciais do Rodoanel Mário Covas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

notadamente a perspectiva da valorização capitalista do espaço aparece como chave para pensarmos e compreendermos a relação dessa organização em função do centro, em termos de produção do espaço pelo e para o Capital.³⁴⁶

Mesmo com o projeto apresentado de maneira segmentada, e talvez por isso, o setor ambientalista não logrou pressionar o governo para ampliar o debate sobre os impactos ambientais de toda a obra. Inclusive, o maior número de menções aos impactos aparece se referindo aos *trechos sul e norte* (Guarapiranga e Cantareira).

Em novembro de 2002 o governador Geraldo Alckmin foi pressionado a adiar para 2003 as seis audiências públicas que deveriam ocorrer naquele mês. Enquanto promessa de campanha “histórica” do PSDB desde o governo de Mário Covas, em 1995, Alckmin teve que gerir a resistência de ambientalistas, moradores e técnicos da própria SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), pela potencial ameaça à água que abastece mais de 80% da região metropolitana e causar impactos ambientais em áreas de proteção, a exemplo dos mananciais das represas Billings e Guarapiranga (na região sul) e os trechos da serra da Cantareira (região norte). Em janeiro de 2003, com as audiências públicas marcadas, o coordenador de Gestão Ambiental do Rodoanel, Rubens Mazon afirma que com a mudança no traçado do trecho norte, a obra terá “impacto zero na zona de captação de água da Cantareira.”³⁴⁷

O maior problema levantado dizia respeito aos EIA-RIMA do *trecho sul* e a proposta de traçado do DERSA para o *trecho norte*. Efetivamente, a organização social mais ativa tem sido a *SOS Cantareira*, que congrega mais de quarenta entidades locais, que poderiam pressionar o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) a não licenciar a obra. Segundo o próprio membro do CONSEMA, o ambientalista Carlos Bocuhy, “o estudo de impacto ambiental é frágil e já teve aspectos questionados dentro do próprio governo em razão dos impactos nos reservatórios e pela indução de expansão da malha urbana além do cinturão verde da região metropolitana”.³⁴⁸

Para o coordenador de gestão ambiental do Rodoanel na empresa Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA), Rubens Mazon “se passa ou não passa [no CONSEMA] é outra

³⁴⁶ Cf. VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012. Ver também: MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

³⁴⁷ “Obra do Rodoanel pode danificar áreas sensíveis”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan., 2003, p. A14.

³⁴⁸ Sob pressão ambiental Rodoanel é adiado”. “Riscos Ambientais”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 nov., 2002, p. C1

encrença. Poderia passar [do jeito que está], *mas com muito sangue*. Acho que, conversando mais, dá pra fazer de forma socialmente palatável”.³⁴⁹ Para Mazon, a posição da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) é importante porque, teoricamente, não haveria interesses por trás dela. E foi a SABESP que questionou e impôs restrições em aceitar que a obra passasse próximo à represa Paiva Castro, do sistema Cantareira, fato que fez o DERSA repensar o traçado. O próprio EIA-RIMA classificava como “certa” ou “alta” os riscos de erosão e assoreamento nas proximidades das bacias das represas Billings e Guarapiranga. Para Bocuhy, a possível alteração no traçado “não muda o fato de que o Rodoanel vai induzir a ocupação das áreas que deveriam ficar desocupadas nem o fato de ele ser um empreendimento que não se enquadra nas linhas do desenvolvimento sustentável”.³⁵⁰ Segundo Mazon, na alça sul as resistências foram menores e contornadas pela oferta de mais medidas compensatórias aos impactos ambientais.

A pressão para a construção e término dentro do prazo estipulado de quarenta e dois meses foi grande, o que coincidiria com o término do mandato do então governador Geraldo Alkmin, no ano de 2006. Segundo representante do DERSA, não havendo “problemas judiciais” na licitação ou com o CONSEMA seria possível cumprir o prazo,³⁵¹ e, novamente o Rodoanel aparece na campanha política do PSDB, que se mantém no governo do estado por mais quatro anos (2007-2011) com a eleição de José Serra.

³⁴⁹ “Sob pressão ambiental Rodoanel é adiado”. “Riscos Ambientais”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 nov., 2002, p. C1. [itálico nosso] Emblemático o discurso do coordenador de gestão ambiental do Rodoanel, em tom autoritário, explicita que a sociedade terá que engolir a obra de um jeito ou de outro.

³⁵⁰ “Sob pressão ambiental Rodoanel é adiado”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 nov., 2002, C1. Em Editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* contemporiza a discussão afirmando “Ninguém contesta a importância do Rodoanel Mário Covas, mas parece procedente a crítica dos ambientalistas com relação aos traços das alças sul e norte pelos impactos na represa Billings e na Serra da Cantareira, sendo assim oportuna a medida do governo do Estado em adiar a audiência pública para discussão dos traçados”, ver Editorial: “Riscos Ambientais”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov., 2002, p. A2.

³⁵¹ “Para DERSA, é possível concluir no prazo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 nov., 2002, p. C4.

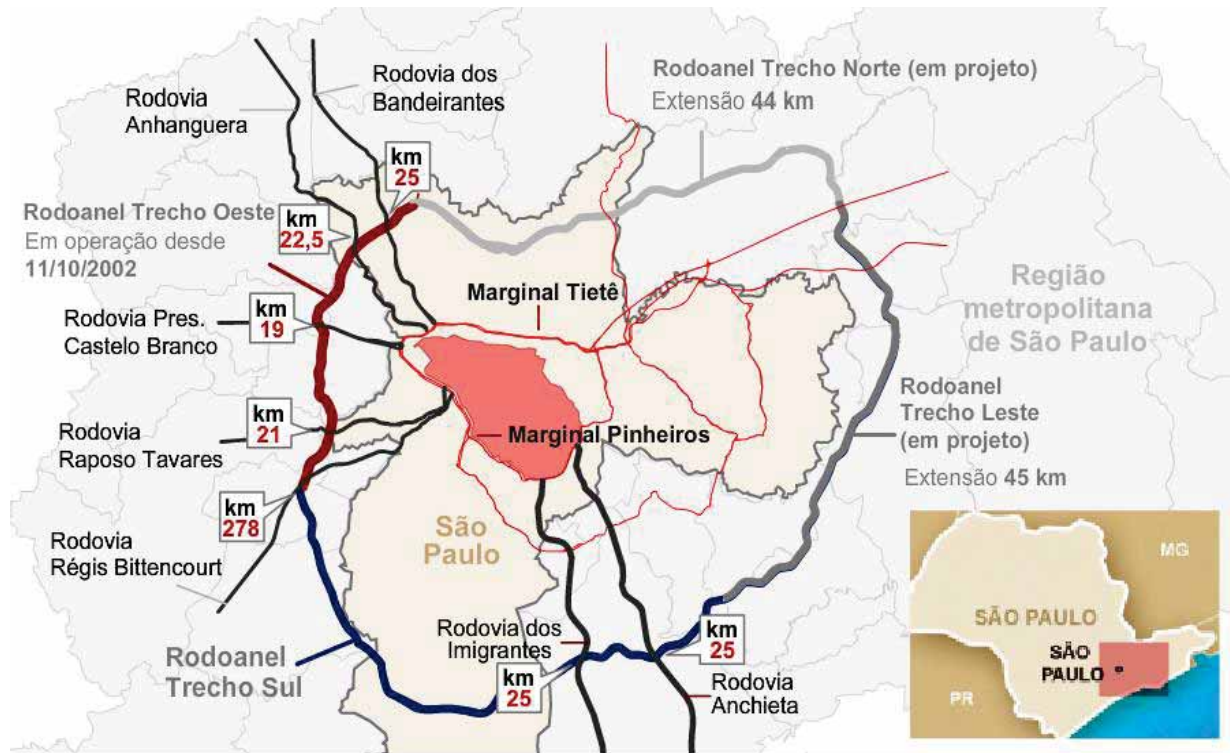


Imagem 6 – Rodoanel “Mário Covas”

Fonte: DERSA. Disponível em: <www.dersa.sp.gov/rodoanel/default.asp> Acesso em 21 jun. 2012.

A mídia paulistana encampou o projeto ao passo que poucas críticas lhe foram dirigidas, em favor dos benefícios incontestáveis ao caótico trânsito da capital – argumento dos mais difundidos sobre a importância da obra. Propagandas de empreendimentos, venda e aluguel de imóveis apareciam nos jornais de 1998 já indicando a localização próxima ao “futuro Rodoanel Viário”.

Encadearemos algumas reflexões aqui a respeito do discurso sobre o espaço urbano – rodoanel como melhoria para a cidade *toda* – reiteradamente presente na mídia. Essa justificativa tem algumas implicações. Primeiro, toma a cidade como um todo uniforme, e segundo, o tráfego é constituído majoritariamente por veículos de passeio. A transferência dos veículos de carga para a perimetral tende a favorecer uma parcela específica da população paulistana. O número de veículos particulares na Região Metropolitana de São Paulo passou de 4.6 milhões em 2002 para 7,6 milhões.³⁵² Desse total, devemos considerar as condições de

³⁵² Consulta SEADE, disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em 18 jul. 2013.

desigualdade que persistem no Brasil, relativizando, portanto, o fato de que existe um contingente que possui mais de um carro por família – o que Flavio Villaça chama a atenção é para o fato de que o deslocamento da maior parte da população da Região Metropolitana se dá via transporte público ou a pé (fato que não deve ser tomado como justificativa de sua eficiência, ao contrário, explicitar a contradição do governo em pouco investir nesse transporte – das metrópoles latino-americanas, comparada à Cidade do México, a extensão da malha do metrô em São Paulo é quatro vezes menor).³⁵³

Na edição de 2 de setembro de 2010, do jornal *Folha de S. Paulo*, em uma mesma página, eram relatados a alto índice de caminhões no recente trecho Sul do Rodoanel, em seguida a notícia de que o então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab iniciava cobrança de multa aos caminhões que circularem em determinadas vias da cidade, como na marginal Pinheiros, avenidas Bandeirantes, Afonso D'Escragnole Taunay e Roberto Marinho.³⁵⁴ O intuito foi estimular o uso do Rodoanel. Flavio Villaça observou a espacialidade dos “benefícios do Rodoanel” e argumentou sua eficiência parcial, e até duvidosa, quanto ao trecho Norte.³⁵⁵ Ou seja, nem todas as zonas da cidade serão beneficiadas. A ideia, ou a ideologia, da melhoria coletiva esconde a desigualdade e a produção de ideologia da classe dominante.

Pode-se argumentar que nem toda obra pública terá efetivamente um alcance tão grande para atender as demandas de uma área do porte da Região Metropolitana de São Paulo. Contudo, é significativo da marca de um modelo de sociedade desigual que privilegia o transporte individual ao público – porque, desafogar o trânsito de São Paulo retirando o tráfego pesado e abrindo mais vias, é a sustentação do modelo de transporte individual – do “império do automóvel”, como diz Ignacy Sachs. O impacto dessa obra que já custou cerca de 20 bilhões não é apenas imediato sobre os remanescentes de vegetação nativa, é também a indução à ocupação e valorização de regiões próximas ao entorno da via, o custeio da expansão dos automóveis particulares e a segregação social embutida em todo esse processo.

³⁵³ Cf. VILLAÇA, Flávio. Transporte público *versus* Transporte individual (o eterno problema?). In. _____. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012. p. 245-248.

³⁵⁴ Restrição a caminhão gera multa a partir de hoje na av. Bandeirantes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 set., 2010. C 4.

³⁵⁵ VILLAÇA, Flávio. O Rodoanel e a Ideologia. _____. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012. P. 253-255. Sobre as melhorias no tráfego relatada pelos jornais a respeito da inauguração do trecho Sul, Villaça argumenta: “*Todas, sem exceção, localizadas no Quadrante Sudoeste; mesmo a Marginal Tietê e a av. Ricardo Jafet, que estão nas bordas do Quadrante Sudoeste. Nesse Quadrante vivem cerca de um quinto da população da cidade e um décimo da população da região metropolitana. Porém a maioria dessa população, que é de mais alta renda, produz as ideias dominantes, inclusive aquela de que esse Quadrante é a cidade.*” [itálico do original]

Esse quadro perverso transcorre em função da lógica da acumulação, onde o solo urbano é tratado como mercadoria, reserva de valor e reserva de mercado. O próprio poder público fomenta a especulação imobiliária juntamente com agentes financeiros, decidindo quais os setores da cidade serão disponibilizados, não importando se são áreas críticas de alta sensibilidade e vulnerabilidade ambiental, nisto se incluindo áreas de mananciais, Parques e Reservas sob a legislação nacional ou diplomas legais internacionais. Em 1975 esse fenômeno era constatado quando da deterioração ambiental, as classes mais abastadas buscavam as fatias mais nobres da cidade para viver, naquele processo conforme apontou Yvone Mautner sobre a reprodução do capital – onde as populações carentes eram forçadas, ou pelo aumento do valor dos aluguéis, ou mesmo desalojados, atirando-os para a periferia e áreas de risco. Com o caminhar da deterioração do tecido urbano, os efeitos dessa deterioração são socializados entre ricos e pobres, indistintamente.³⁵⁶

3.3. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo nasceu de uma reivindicação da sociedade local, inicialmente no bairro do Tremembé, tendo sido alcançada mobilização popular atingir cerca de 150.000 assinaturas num abaixo assinado solicitando a proteção imediata do entorno verde da capital paulista. Luta também firmada pela comunidade científica com a participação de Aziz Nacib Ab'Saber,³⁵⁷ José Pedro de Oliveira Costa, Mauro Antônio Moraes Victor, Vera Lúcia Braga, dentre outros engajados na defesa da Mata Atlântica há algum tempo – a mobilização foi deflagrada com o projeto de construção de uma via perimetral que cortaria a região atingindo a serra da Cantareira.

Tratou-se de um período no qual a luta pela defesa da Mata Atlântica estava em rendendo alguns resultados, como a criação do Parque Estadual da Serra do Mar em 1977 e o Tombamento pelo CONDEPHAAT em 1985. Emergiu daí a opção em solicitar reconhecimento internacional para a área por meio da declaração de uma Reserva da Biosfera.

Não raro, as agências multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial

³⁵⁶ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira et. al. *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. op. cit.

³⁵⁷ Aziz Nacib Ab'Saber, colocava a questão da importância da proteção de áreas naturais no contexto da Constituinte, em 1986. ver AB'SABER, Aziz Nacib. Espaço Territorial e Proteção Ambiental. *Terra livre*, São Paulo (SP), n. 03, p. 09-33, [1986]1988.

concediam vultosos empréstimos para obras nos países em desenvolvimento com potencial efeito degradador do meio ambiente. Esta visão e comportamento começavam a ser vigorosamente contestada também no exterior, principalmente nos EUA. Foi então que se percebeu que se deveriam buscar alianças e parcerias internacionais para tentar deter estas forças exógenas da predação. Num primeiro momento, a comunidade da zona norte residente no entorno da Serra da Cantareira teve um êxito emblemático ao paralisar recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que iriam destruir parte dos bairros situados ao longo do córrego do Tremembé e expor o “paredão” da Cantareira, em sua vertente sul, à invasão incontrolável.³⁵⁸

Em 1986, a administração municipal de São Paulo, cujo prefeito era Jânio Quadros, conseguiu do BID empréstimos para o programa de canalização de córregos de fundo de vale e construção, novamente, de vias expressas que cortariam a região próxima a serra da Cantareira – o córrego do Tremembé, que se desenvolve no sopé da Serra da Cantareira, em sua face sul. A comunidade local teria se manifestado contrariamente a uma via que expusesse a parte da serra à especulação imobiliária e ocupações irregulares – e também a transformações no próprio bairro. Então, iniciou-se uma campanha denunciando os pontos que seriam afetados ambientalmente, socialmente e culturalmente, elaborando relatório e enviado ao BID, denunciando a irregularidade do processo, solicitando uma vistoria dessa agência para averiguar a procedência da denúncia.

Em caráter de depoimento, Malcolm Forest, revela aspectos da luta para proteção da Serra da Cantareira, sobretudo frente ao projeto da Via Perimetral Metropolitana e abertura de outra avenida num fundo de vale no bairro Tremembé. A *Gazeta da Zona Norte*, teria sido um baluarte nessa luta. Tal movimento, tal como foi relatado sendo bastante atrelado à causa da proteção ambiental, não deixa de apresentar o aspecto de preservação das características e formas de vida dos moradores dos bairros que seriam atingidos.

O movimento ambientalista e de cidadania ganharam grande impulso. Surgiu o “Defenda São Paulo” e os “Amigos do Horto”. No final de 1999 a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde recebeu o prêmio da *Ted Turner Foundation*. Estaria sendo considerada a mais importante do mundo pela UNESCO, por sua peculiar condição inserida numa região metropolitana de grandes proporções. “Há pouco mais de dez quilômetros do marco zero da

³⁵⁸ VICTOR, Mauro Antonio Moraes; FOREST, Malcolm. *Cantareira: Patrimônio Arquitetônico e Natural*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000

cidade de São Paulo, encontram-se reservas indígenas, Mata Atlântica exuberante e fauna com animais raros ameaçados de extinção.”³⁵⁹

Paralelamente, foi articulado alianças de ONGs como: União dos Defensores da Terra, OIKOS, Pantanal Alerta Brasil e Conselho Comunitário Santana-Tucuruvi, núcleo inicial da associação “Amigos da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo” com o apoio da igreja, por intermédio de Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns. No exterior foram mobilizadas 17 ONGs internacionais, sob a coordenação do EDF-Environmental Defense Fund – sediado em Washington. Essa articulação internacional tinha o intuito de informar diretamente a presidência do BID sobre a inviabilidade do projeto para a região, além do envio ao Senado americano, para que, por meio de seu comitê de empréstimos externos, pressionasse o BID. Em 12 de março de 1989, uma comissão de seis peritos do BID reuniu-se com a comunidade no auditório do *Jornal da Tarde*, edifício d’*O Estado de S. Paulo*, num caso raro de “audiência pública entre a fonte financiadora e a comunidade afetada”.³⁶⁰ Foram constatadas violação da legislação ambiental brasileira e a violência contra a população afetada, com decisão de bloquear imediatamente os empréstimos para a construção de tal rodovia.³⁶¹

Em junho de 1989, Orestes Quércia (PMDB) então governador do Estado de São Paulo lançou um projeto de uma via perimetral metropolitana. Novamente o Governo busca empréstimos internacionais acionando o Banco Mundial. Os Relatórios de Impacto Ambiental da obra foram criticados pela comunidade local articulando-se da mesma forma que marcou o êxito anterior.

Mauro Antônio Moraes Victor lembra que a campanha popular contra a Via Perimetral Metropolitana se desenvolveu em duas dimensões estrategicamente integradas: de um lado se acionava o bloqueio dos recursos na fonte; de outro, ampla mobilização nacional e internacional pedindo a UNESCO a criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo. Durante dois anos foram coletadas 150.000 assinaturas pela criação da Reserva e suspensão do projeto da via Perimetral Metropolitana. Os termos do abaixo-assinado diziam textualmente:

³⁵⁹ VICTOR, Mauro Antonio Moraes; FOREST, Malcolm. *Cantareira: Patrimônio Arquitetônico e Natural*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000. p. 171-172.

³⁶⁰ VICTOR, Rodrigo A. B. M. e COSTA NETO, J.B. (Orgs.). *A aplicação do conceito de Reserva da Biosfera em áreas urbanas: o caso da reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo*. op. cit., 2003

³⁶¹ No caso do atual Rodoanel, o BID teria sido alertado dos riscos e irregularidades do licenciamento ambiental, porém, sem o alcançar o mesmo efeito.

Nós abaixo-assinados nos manifestamos contra o traçado da via perimetral metropolitana de São Paulo pelos impactos que causará ao patrimônio humano e ambiental da cidade; nos manifestamos a favor da declaração dos últimos remanescentes da Mata Atlântica na região metropolitana, como patrimônio da humanidade, Reserva da Biosfera, entendendo que esta ação deva começar pela Serra da Cantareira, hoje mais que nunca ameaçada.³⁶²

Em um primeiro momento, houve por parte de setores do governo paulista tentativa de desqualificar a figura da Reserva da Biosfera sob argumentos de influência externa. Tendo sido fundamental o apoio do Instituto Florestal que desenvolveu o projeto formal para apresentação ao Comitê brasileiro do MaB. Pronto o projeto, recebeu a chancela do governo paulista, sendo encaminhado ao referido Comitê em Brasília. Depois de alguns meses sob análise pelo Ministério do Planejamento da Presidência da República, pelo Itamarati, Ministério das Relações Exteriores, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Ciência e Tecnologia, CNPq e a Academia Nacional de Ciências, foi aprovado por unanimidade e encaminhado ao MaB-UNESCO onde, após nova etapa de análise recebeu diplomação em junho de 1994.

No contexto nacional, a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo constitui o maior e mais representativo exemplo de conflitos decorrentes do processo de industrialização e metropolização, tanto pelas dimensões quanto pela diversidade de problemas. A transformação da paisagem no imenso território que ocupa, abrangendo 73 municípios, é caracterizada pela contraposição da enorme expansão do tecido urbano de forma predatória, com a conservação de espaços naturais, aspectos culturais e econômico representado pela grande área de Mata Atlântica e ecossistemas associados que abriga e também pelo histórico uso do solo destinado à produção de hortifrutigranjeiros que abastecem a metrópole, favorecidos pela proximidade e facilidade de transporte.

³⁶² VICTOR, Rodrigo A. B. M. e COSTA NETO, J.B. (Orgs.). *A aplicação do conceito de Reserva da Biosfera em áreas urbanas: o caso da reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo*. Estudo de caso elaborado para a UNESCO. Coordenação RBCVSP. São Paulo: RBCVSP / UNESCO, 2003

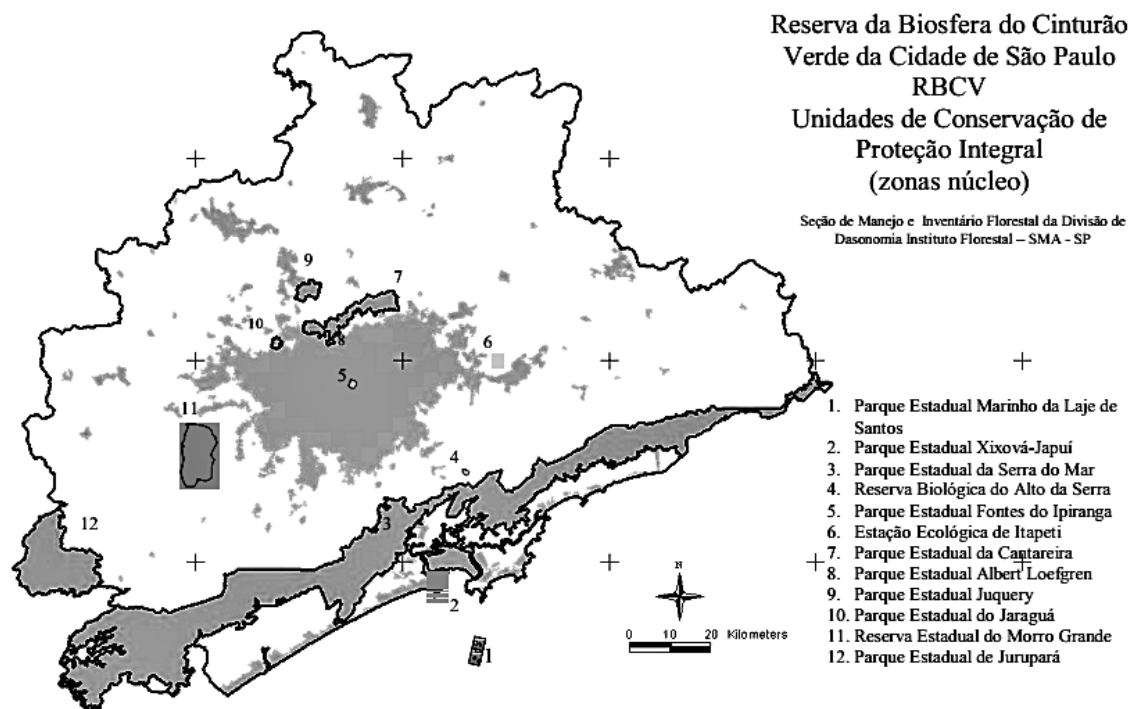


Imagem 7 – zonas núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

Fonte: VICTOR, Rodrigo A. B. M. e COSTA NETO, J.B. (Orgs.). *A aplicação do conceito de Reserva da Biosfera em áreas urbanas: o caso da reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo*. op. cit., 2003. f. 166.

Potencial:

- estabilização climática
- recuperação atmosférica
- suprimento de água e proteção de mananciais
- biodiversidade
- proteção contra erosão dos solos, assoreamento e inundações
- segurança alimentar
- uso social
- reserva de patrimônio cultural
- estímulo de atividades auto-sustentadas
- potencial e novas descobertas científicas

Ameaças:

- especulação imobiliária
- grandes obras de infraestrutura
- legislação inadequada e descumprida e aparelho de Estado fraco e ineficiente
- regulamentação fundiária deficitária
- extração de madeira
- mineradoras
- lixo urbano
- poluição atmosférica
- depredação por indivíduos não-conscientes
- desconcentração industrial

Na faixa litorânea de Santos-São Vicente, Guarujá e Praia Grande a urbanização para o lazer foi extensiva a ponto de se sobrepor o conjunto de leis que dispõe sobre a proteção da área. Ao longo dessa porção, houve perda dos manguezais, com poucos remanescentes em

Santos e São Vicente.³⁴⁹ O sociólogo, ambientalista e ex-vice-presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, Marco Antônio Capobianco, elencava ao menos três problemas enfrentados pelos municípios do litoral norte paulista, um dos refúgios turísticos com moradores da metrópole. Para ele a ineficiência na fiscalização para prevenir a ocupação desordenada e em áreas de proteção ambiental; insuficiência e inadequação no tratamento de esgoto e disposição dos resíduos sólidos.³⁵⁰

A implantação do complexo industrial de Cubatão a partir dos anos de 1960 criou sérios impactos ambientais e sociais naquele trecho da Serra que serviu de alerta sobre o nível de degradação alcançado naquele local. A construção da Via Anchieta, de ligação entre o litoral e o Planalto deu impulso à ocupação, iniciadas antes da promulgação do estatuto de tombamento, em 1985.³⁵¹

Essas ações serão potencializadas pelo avanço das lutas da sociedade visando à renovação urbana e recuperação dos ambientes urbanos construídos, que também têm como princípios fundamentais, o envolvimento e a participação efetiva das comunidades atingidas por graves problemas. A busca de solução para o conjunto do território abrangido pela cidade, e não apenas das porções territoriais ocupadas pelas populações de maior renda poderia ser articuladas à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, que está envolta a esse modelo de crescimento que provoca imensa degradação ambiental e social.

O da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, que com ações enraizadas a partir das comunidades das zonas periféricas na direção das áreas urbanas centrais, viabilize a manutenção dos benefícios proporcionados pelas grandes extensões de florestas nativas remanescentes, pelos recursos hídricos e outros recursos naturais e ainda pelas áreas produtoras de alimentos, no cinturão verde ou no mar.

De 1989 a 2000 a deterioração do Cinturão Verde e da Região Metropolitana de São Paulo prossegue em ritmo alarmante. O município de São Paulo nos dá um bom indicativo e

³⁴⁹ SCIFONI, Simone. *A construção do Patrimônio Natural*. 2006. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Ver também, AFONSO, Cintia Maria. *A paisagem da baixada santista: urbanização, transformação e conservação*. São Paulo: Ed. USP/FAPESP, 2006.

³⁵⁰ CAPOBIANCO, Marco Antônio. "Litoral norte pode morrer na praia". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr., 2005, p. A3

³⁵¹ ROCHA, Ana Augusta; FELDMANN, Fábio. *A Mata Atlântica é aqui. E daí?* História e luta da Fundação SOS Mata Atlântica. São Paulo: Terra Virgem, 2006. _____; COSTA, José Pedro de Oliveira (Coord.). *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998.

de certa forma pode ser extrapolado para os municípios vizinhos. Nos últimos 13 anos, 30% de das áreas naturais (de 1986 a 1999) foi destruído, sendo as regiões de maior incidência as áreas dos mananciais (Billings e Guarapiranga) e as encostas da Serra da Cantareira. Aqui se contam 142 invasões e loteamentos clandestinos. Na expansão constante da mancha urbana em direção à periferia, a cidade vai devorando seus recursos naturais, remanescentes de vegetação, solo, água, ar e a própria memória do sítio primitivo.

Em termos legais, a região recebeu legislação particular desde a década de 1970, frente às especificidades que a expansão urbana impunha. Assim, foi decretada a “Lei de Proteção dos Mananciais”, Lei nº 898 de 18 de dezembro de 1975 que pretende disciplinar a expansão urbana, protegendo as áreas comprometidas com a produção de água para uso doméstico e outros usos. Contudo essa Lei não mostrou eficácia, pois atualmente, mais de 1 milhão de invasores ocupam os mananciais da região sudeste da cidade (Billings e Guarapiranga).³⁵²

A chamada *Avaliação Ecossistêmica do Milênio*, um projeto ambicioso de agências da ONU, Banco Mundial e a IUNC que, entre os anos de 2001 a 2005 buscou inventariar os serviços ambientais prestados pela natureza às sociedades humanas e avaliar seu estado de degradação. Dentre as vinte áreas-piloto escolhidas, na América do Sul os trabalhos começaram na cordilheira de Vilcanota, no Peru, no deserto de Atacama, no Chile, a zona cafeeira na Colômbia, e no Brasil foi escolhido o cinturão verde localizado na região metropolitana de São Paulo.

Partindo da abordagem dos serviços ambientais prestados, das demandas sociais e dos impactos sobre o meio ambiente, a escolha da região metropolitana de São Paulo constituiu um caso exemplar. “A água consumida por quase vinte milhões de pessoas na zona metropolitana de São Paulo é fornecida por rios e reservatórios do cinturão verde. Também ao redor da cidade estão pequenas propriedades que fornecem hortifrutigranjeiros para a metrópole”.³⁵³ Sobre o resultado geral da Avaliação do Milênio, foi expressado o nível de modificações que o planeta vem acumulando: a concentração de dióxido de carbono na atmosfera aumentou 32% de 1750 a 2005, sendo que 60% desse crescimento ocorreu a partir de 1959. Após 1945, mais solos foram convertidos em lavoura e pastagens que a soma das áreas utilizadas nos séculos XVIII e XIX. Segundo o Relatório, em 2005 a pecuária ocupava 30% da superfície do planeta. O volume de água represada quadriplicou desde 1960, havendo

³⁵² Cf. MARCONDES, Maria José de Azevedo. *Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social*. São Paulo: Ed. USP; FAPESP; Studio Nobel, 1999.

³⁵³ “Radiografia do Globo inclui cinturão de SP”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan., 2003, p. A14.

seis vezes mais água em reservatórios que em rios. No último século os humanos aceleraram a taxa de extinção de espécies, encontrando entre 10% a 30% das espécies de anfíbios, mamíferos e aves ameaçadas. Manguezais e recifes tiveram perdas na ordem de 35% e 20% respectivamente.³⁵⁴ Além do abastecimento de água diretamente vinculado, encontram-se outros serviços talvez menos visíveis, como a regulação da temperatura,

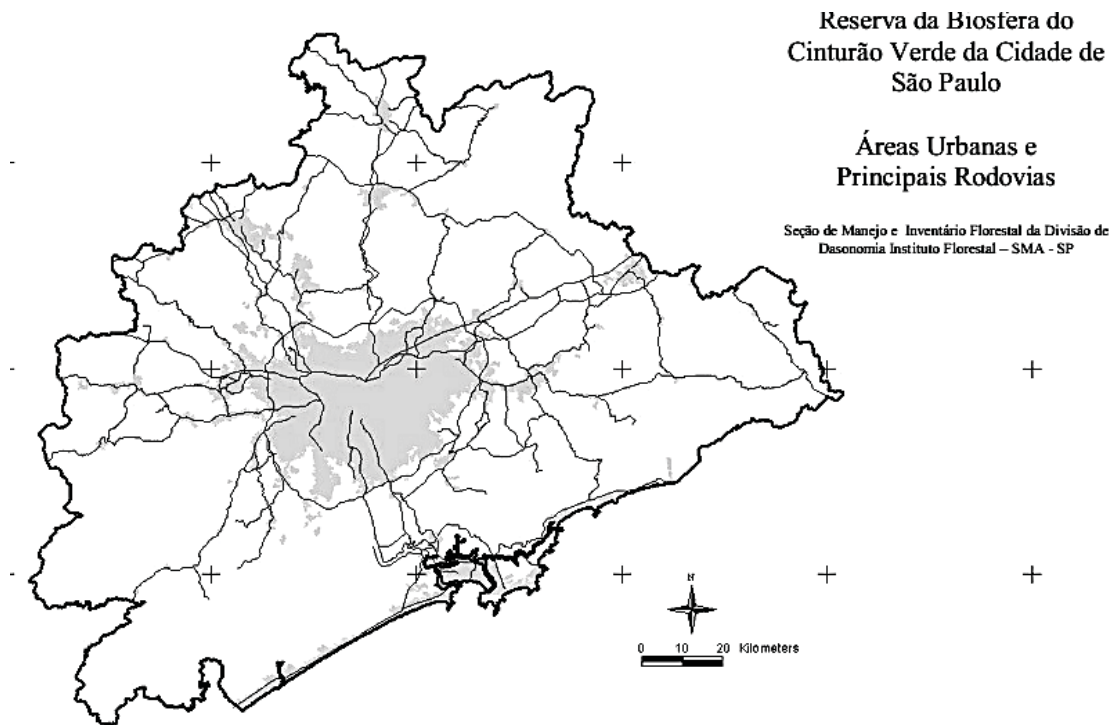


Imagem 8 – Principal sistema viário que corta a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

Fonte: VICTOR, Rodrigo A. B. M. e COSTA NETO, J.B. (Orgs.). *A aplicação do conceito de Reserva da Biosfera em áreas urbanas: o caso da reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo*. op. cit., 2003. f. 167.

Um parecer solicitado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo ao Comitê da Reserva da Biosfera condena o Rodoanel, afirmando que, “além de causar desmatamento em áreas do cinturão verde, deve ampliar as ilhas de calor em São Paulo”, além de que os 170 quilômetros da rodovia passarão inteiramente sobre o cinturão verde, conduzindo a expansão da mancha urbana, além de aumentar a emissão de poluição junto às áreas de mata que constituem as *zonas tampão*.³⁵⁵ Lembremo-nos do esquema de

³⁵⁴ Ver, “Humanos esgotam capital natural da Terra”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar., 2005, p. A12.

³⁵⁵ “Obra do Rodoanel pode danificar áreas sensíveis”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan., 2003, p. A14.

configuração de uma Reserva e das “funções” de suas *zonas*. Neste caso, ocorre exatamente o contrário do tipo de atividade que se preconiza para essas *zonas* segundo definidas pelas regulamentações das Reservas da Biosfera.

Desde o encontro em Sevilha, as Reservas da Biosfera tem como prerrogativa o estabelecimento de vínculos com a gestão do território local – e que atue de forma a que seus preceitos sejam assumidos pelas gestões locais, sobretudo em áreas urbanas. O caráter de planejamento que oferece esse vínculo da Reserva com o órgão local remete a uma experiência e uma expectativa. Em termos práticos, nosso empenho foi apresentar essa questão numa realidade específica – a região metropolitana de São Paulo em sua relação com a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.

A campanha para a declaração da Reserva foi um expressivo movimento em São Paulo, no qual a população se mobilizou frente às constantes ameaças ao seu patrimônio natural, à época a discussão do projeto da “Via Perimetral Metropolitana, hoje denominada - Rodoanel”, que mereceria maior atenção do que estas páginas dispensaram.

Frete aos objetivos de compatibilizar as políticas ambientais com as políticas setoriais para assegurar a conservação dos recursos naturais e seu uso em bases ecologicamente sustentáveis, a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde não logrou vincular suas demandas aos objetivos de planejamento metropolitano tal como expresso pela experiência do Rodoanel.

Às tensões em torno da apropriação dos recursos naturais foram cotejadas com as leis ambientais que incidem na região. O resultado, não é novidade, trata-se da predominância dos interesses privados sobre os interesses públicos. Precisamente, observamos como o projeto metropolitano corre às margens da incorporação da questão ambiental em seu escopo. Em termos de governança ambiental, a atuação da Reserva da Biosfera tem sido inoperante. Os valores ambientais conferidos à proteção por essa categoria de Espaço Natural Protegido não logrou influir nas instâncias decisórias da administração pública, particularmente nos planos de expansão urbano.

Quais as possibilidades ou potencialidades frente a esse contexto? Deixaremos registrado aqui, talvez, uma proposta que poça se desdobrar em projetos no âmbito das atividades de formação que a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde desenvolve, em particular, junto ao *programa de jovens* e o *ecomercado*. Nossa proposta supõe o estreitamento dos laços entre a Reserva e as comunidades locais por meio de parcerias com instituições públicas e privadas de caráter cultural, como os museus ou espaços expositivos,

articulando os conhecimentos históricos e valores locais – culturais e naturais – em uma grande *rede* onde, por exemplo, os museus e as Unidades de Conservação pudessem trabalhar em conjunto com exposições e atividades educativas que valorizassem as experiências, a história e o meio ambiente local. À Reserva da Biosfera caberia o papel de interlocutor atuando, logisticamente, para efetivar e fomentar o melhor reconhecimento das comunidades locais de seus patrimônios culturais e ambientais como forma, também, de buscar apoio pelo reconhecimento.

Os museus e as Unidades de Conservação expõem aos seus visitantes as tensões e conflitos subjacentes às histórias que representam? O potencial de ambas as instituições deve ser pensado e mobilizado no processo de formação de consciências críticas quanto aos problemas sociais e ambientais do mundo atual. A atuação e a articulação também com as Universidades, podem constituir alternativas às dificuldades no diálogo com os poderes públicos, municipal e estadual. A **Tabela 8** apresenta os Espaços Naturais Protegidos que constituem a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, tal número poderia suscitar uma ampla possibilidade de articulação com praticamente todos os municípios.

Valores indígenas, quilombolas, caipiras, migrantes e outras tantas comunidades que historicamente ajudaram a construir a Região Metropolitana de São Paulo poderiam assim, ter seus identidades culturais e de vínculos com o espaço valorizadas. Os *Cadernos da Reserva da Biosfera*³⁵⁶, seu principal veículo de divulgação, até o presente momento não conseguiu romper com uma percepção *naturalista* na apreciação das relações entre as sociedades humanas e o mundo natural – num evidente predomínio das características biofísicas nas análises e explicações sobre o papel dessas Reservas.

Concluindo, é relevante, sobretudo para as Reservas da Biosfera, considerar que as relações humanas com os ambientes naturais não se restringem apenas à incorporação de elementos destes à sobrevivência biológica dos indivíduos e das sociedades, conforme salientou o historiador Paulo Henrique Martinez. Dessa forma,

os padrões de conduta social são definidos pelos conhecimentos, crenças, valores, hábitos e costumes sobre o ambiente natural e as formas de vida no planeta. As populações nativas nos vários continentes possuem valores culturais que calcificam suas tradições, dando-lhes identidade, continuidade e sentido à sua existência. Isto significa que diferentes construções culturais sobre a vida, o planeta, e a existência e o destino humano respondem pelas

³⁵⁶ Ver relação de todos os *Cadernos* nas Referências Bibliográficas deste trabalho.

diversas concepções sociais que fazem da natureza. Daí a centralidade que os valores sociais das populações denominadas tradicionais guardam para sua própria sobrevivência; como grupo social distinto, é a sua própria identidade que está em jogo. Entendido nesse sentido antropológico, a cultura é a responsável pela mediação entre a sobrevivência biológica e social e o ambiente natural. O empobrecimento da diversidade natural empalidece também a diversidade cultural do mundo³⁵⁷

Tabela 8 – Espaços Naturais Protegidos que compõem a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

Município	Tipo de Unidade	Nome	Legislação	Responsável
Atibaia	Área de Proteção Ambiental	Bairro da Usina	Lei 5.280, de 04/09/1986	SMA
Atibaia	Área Natural Tombada	Serra de Atibaia	Lei 5.280, de 04/09/1986	CONDEPHAAT
Barueri	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Bertioga	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Bertioga	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Biritiba Mirim	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Biritiba Mirim	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Biritiba Mirim	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Bragança Paulista	Área de Proteção Ambiental	Piracicaba/Juqueri Mirim – Área II	Decreto 26.832, de 11/03/1987	SMA
Cabreúva	Área de Proteção Ambiental	APA de Cabreúva	Lei 4.023, de 22/05/1984	SMA
Cabreúva	Área Natural Tombada	Serra do Japi	Resolução n. 11, de 08/03/1983	SMA
Caieiras	Parque Estadual	Parque Estadual da Cantareira	Decreto 41.626, de 30/01/1983	IF
Caieiras	Parque Estadual	Parque Estadual Juquery	Decreto 36.859, de 05/06/1993	IF
Cajamar	Área de Proteção Ambiental	APA de Cajamar	Lei 4.055, de 22/05/1984	SMA
Cajamar	Área Natural Tombada	Serra do Japi	Resolução n. 11, de 08/03/1983	CONDEPHAAT
Carapicuíba	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA

³⁵⁷ MARTINEZ, Paulo Henrique. Meio Ambiente e Museus: para um quadro inicial de referências. In: RAMOS, Francisco Régis L.; SILVA FILHO, Antônio Luiz M. *Cultura e Memória: os usos do passado na escrita da História*. op. cit., 2011. p. 402.

Capítulo 3 - Expansão urbana e Espaços Naturais Protegidos

Cotia	Reserva Estadual	Reserva Estadual do Morro Grande	Lei 19.490, de 04/04/1970	SABESP
Cubatão	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Franco da Rocha	Parque Estadual	Parque Estadual Juquery	Decreto 36.859, de 05/06/1993	IF
Guarujá	Área Natural Tombada	Serra do Mar	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Guarujá	Área Natural Tombada	Morro Monduba, Pinho e Icanhema	Resolução 66, de 10/12/1985	CONDEPHAAT
Guarujá	Área Natural Tombada	Serra do Guarujá	Resolução SC-048, de 18/12/1992	CONDEPHAAT
Guarujá	Área Natural Tombada	Morro do Botelho	Resolução 15, de 01/08/1984	CONDEPHAAT
Guarulhos	Parque Estadual	Parque Estadual da Cantareira	Decreto 41.626, de 30/01/1983	IF
Guarulhos	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Ibiúna	Parque Estadual	Parque Estadual Jurupará	Decreto 35.703/35.704, de 22/09/1992	IF
Ibiúna	Zona de Vida Silvestre	Serra do Mar	Decreto 22.717, de 21/09/1984	SMA
Ibiúna	Área de Proteção Ambiental	Serra do Mar	Decreto 22.717, de 21/09/1984	SMA
Itanhaém	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Itanhaém	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Itaquaquecetuba	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Itariri	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Itariri	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Itariri	Estação Ecológica Estadual	Estação Ecológica Juréia-Itatins	Lei 5.649, de 28/04/1987	IF
Joanópolis	Área de Proteção Ambiental	Piracicaba/Juqueri Mirim ÁREA-II	Decreto 26.832, de 11/03/1987	SMA
Jundiaí	Área de Proteção Ambiental	APA de Jundiaí	Lei 4.905, de 12/06/1984	SMA
Jundiaí	Área Natural Tombada	Serra do Japi	Resolução 11, de 08/03/1983	SMA
Juquitiba	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Juquitiba	Área de Proteção	Serra do Mar	Decreto 22.171, de	SMA

Capítulo 3 - Expansão urbana e Espaços Naturais Protegidos

	Ambiental		21/09/1984	
Juquitiba	Zona de Vida Silvestre	Serra do Mar	Decreto 22.171, de 21/09/1984	SMA
Mairiporã	Parque Estadual	Parque Estadual	Decreto 41, 626, de 30/01/1983	IF
Mogi das Cruzes	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Mogi das Cruzes	Estação Ecológica Estadual	Estação Ecológica Itapeti	Decreto 26.890, de 12/03/1987	IF
Mogi das Cruzes	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Mogi das Cruzes	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Mogi Guaçu	Estação Ecológica Estadual	Estação Ecológica de Mogi Guaçu	Decreto 22.336, de 07/06/1984	IF
Mongaguá	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Nazaré Paulista	Área de Proteção Ambiental	Piracicaba/Juqueri Mirim ÁREA-II	Decreto 26.832, de 11/03/1987	SMA
Osasco	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Paraibuna	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Pedro de Toledo	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Pedro de Toledo	Área de Proteção Ambiental	Serra do Mar	Decreto 22.717, de 21/09/1984	SMA
Peruíbe	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Peruíbe	Estação Ecológica Estadual	Estação Ecológica Juréia-Itatins	Lei 5.649, de 28/04/1987	IF
Peruíbe	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Piracaia	Área de Proteção Ambiental	Piracicaba/Juqueri Mirim ÁREA-II	Decreto 26.832, de 11/03/1987	SMA
Pirapora do Bom Jesus	Área Natural Tombada	Serra do Japi	Resolução 11, de 08/03/1983	CONDEPHAAT
Pirapora do Bom Jesus	Área Natural Tombada	Serra do Boturuna	Resolução 17, de 04/08/1983	CONDEPHAAT
Poá	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Praia Grande	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de	IF

Capítulo 3 - Expansão urbana e Espaços Naturais Protegidos

			06/03/1979	
Praia Grande	Parque Estadual	Parque Estadual Xixová-Japuí	Decreto 37.536, de 27/09/1993	IF
Salesópolis	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
Salesópolis	Parque Estadual	Nascentes do Rio Tietê	Decreto 29.181, de 11/11/1988	SMA
Salesópolis	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Salesópolis	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Salesópolis	Área Natural Tombada	Nascentes do Rio Tietê	Resolução 06, de 21/02/1990	SMA
Santo André	Área de Proteção Ambiental	APA Haras de São Bernardo	Lei 5.745, de 10/07/1987	SMA
Santo André	Área Natural Tombada	Núcleo Urbano de Paranapiacaba	Resolução s/n, de 30/09/1987	SMA
Santo André	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Santo André	Reserva Biológica	Reserva Biológica Paranapiacaba	Decreto 12.753, de 12/06/1942	Instituto Botânico
Santos	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
Santos	Parque Estadual	Parque Estadual Marinho da Laje de Santos	Decreto 37.537, de 27/09/1993	IF
Santos	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
Santos	Área Natural Tombada	Vale do Quilombo	Resolução 60, de 22/10/1988	CONDEPHAAT
São Bernardo do Campo	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
São Bernardo do Campo	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
São Paulo	Área de Proteção Ambiental	Mata do Iguatemi	Lei 8.284, de 02/04/1993	SMA
São Paulo	Área de Proteção Ambiental	Fazenda do Carmo	Lei 6.469, de 05/04/1989	SMA
São Paulo	Área Natural Tombada	Jardim da Luz	Resolução 31, de 08/08/1981	CONDEPHAAT
São Paulo	Área Natural Tombada	Parque da Aclimação	Resolução 42, de 05/10/1986	CONDEPHAAT
São Paulo	Área Natural Tombada	Parque da Independência	Resolução 02/04/1975	CONDEPHAAT
São Paulo	Parque Estadual	Parque Estadual do Jaraguá	Decreto 10.877, de 30/12/1939	IF

Capítulo 3 - Expansão urbana e Espaços Naturais Protegidos

São Paulo	Parque Estadual	Parque Estadual da Capital	Decreto 335, de 10/02/1896	IF
São Paulo	Parque Estadual	Parque Estadual do Tietê	Decreto 7.868, de 30/04/1976	DAEE
São Paulo	Parque Estadual	Parque Estadual Fontes do Ipiranga	Decreto 52.218, de 12/08/1969	CONDEPHAAT
São Paulo	Reserva Biológica Estadual	Reserva Biológica da Vila Facchini	Decreto 45.803, de 28/12/1965	Instituto Biológico
São Paulo	Parque Estadual	Parque Estadual da Cantareira	Decreto 41.626, de 30/01/1983	IF
São Paulo	Área Natural Tombada	Parque Siqueira Campos	Resolução 45, de 13/05/1982	CONDEPHAAT
São Paulo	Área Natural Tombada	Bairro dos Jardins	Resolução 02, de 23/01/1986	CONDEPHAAT
São Paulo	Área Natural Tombada	Parque Modernista	Resolução 29, de 20/10/1984	CONDEPHAAT
São Paulo	Área Natural Tombada	Bairro do Pacaembu	Resolução SC-8, de 14/03/1991	CONDEPHAAT
São Paulo	Área Natural Tombada	Parque do Ibirapuera	Resolução SC-8, de 14/03/1991	CONDEPHAAT
São Paulo	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
São Paulo	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA
São Paulo	Área Natural Tombada	Serra do Mar e Paranapiacaba	Resolução 40, de 06/06/1985	CONDEPHAAT
São Vicente	Parque Estadual	Parque Estadual da Serra do Mar	Decreto 10.251, de 30/08/1977; decreto 13.313, de 06/03/1979	IF
São Vicente	Parque Estadual	Parque Estadual Xixivá-Japuí	Decreto 37.536, de 27/09/1993	IF
Suzano	Área de Proteção Ambiental	Várzea do Tietê	Lei 5.598, de 06/02/1987	SMA

Fonte: RIBEIRO, Wagner. Governança da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. *Mercator*, Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 08, n. 16, 2009. p. 22-24.



El Quijote – Plaza España, Madrid, Espanha, Foto: Carlos Alberto Menarin, 2012

CONCLUSÃO

[CONCLUSÃO]

Economia dos mares terrestres

A queixa
comprimida na garrafa
quer escapar
reunir os povos
dizer a Matilde que lhe perdoa
organizar a vida dos índios,
a queixa
no vácuo
lembra uma queixa menor.
Dir-se-ia, na chama, uma sombra,
não arde, também se destrói.
A queixa mínima
já não pede ao vento que se cale
aos estudantes que estudem, a Elza
que deposite flores sobre o retrato enterrado.
Limita-se
à contemplação metódica da mosca
fora da garrafa
(mas já são outros problemas).

Carlos Drummond de Andrade – A rosa do povo [1945]

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 forjou-se a percepção de que os problemas ambientais, antes tratados domesticamente, ganhavam contornos além das fronteiras nacionais, tornando-se uma questão mundial e fazendo com que os Estados nacionais buscassem ações conjuntas para mitigar tais problemas.

Inicialmente articulados em torno de problemas de poluição de água e ar, logo foram enumerados diversos campos onde as transformações no meio ambiente assumiam características negativas e nocivas à sociedade humana, assim como a percepção de esgotamento dos recursos naturais do planeta. Essa última questão conjuga-se diretamente com a manutenção da economia no sistema capitalista. A não observação e definição desse termo pressupõe uma universalidade da mesma como única forma possível, e reduz o papel da crítica a um ajuste para manutenção da mesma lógica.

As interações das sociedades humanas com o meio ambiente e destas com a economia são seculares. A questão é que até então não se havia considerado os limites globais desses recursos naturais tão caros ao modelo de sociedade industrial em curso, desde fins do século XIX fundamentada na matriz energética fossilista, bem como com as transformações técnicas e tecnológicas da segunda metade do século XX e o estabelecimento de um padrão de consumo de milhares de mercadorias por um mercado que se quer expandir indefinidamente.

A entrada dos limites do meio ambiente na equação econômica suscitou a necessidade de uma nova formulação para lidar com esse limitador. O desenvolvimento sustentável, amplamente difundido desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, propõe ser um estilo de desenvolvimento que atrelaria o funcionamento econômico com a conservação dos recursos naturais e a equidade social.

A incorporação da variável ambiental remete e explicita a territorialização inevitável para a viabilidade da proposta. Ou seja, é necessário considerar os limites do ecossistema explorado – a distribuição dos ecossistemas no globo é desigual, como o é dentro dos próprios países, sobretudo os de grande extensão territorial como o Brasil, sujeito a diferentes formas de exploração ao longo do tempo; fato que ressalta e coloca a História a par de outras disciplinas que se dedicam ao tema. As políticas sociais, econômicas, ambientais e culturais necessitam de uma espacialidade, e a relação que a sociedade estabelece com esse território é fundamental para o entendimento e crítica das propostas de sustentabilidade.

A maleabilidade do termo *desenvolvimento sustentável* o coloca numa posição de difícil aplicação, tornando-o mais um novo jargão político que um conceito. A banalização da adjetivação *sustentável* conduz a um esvaziamento crítico. Promover o desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e parcimonioso na exploração do ambiente a define muito pouco, e menos ainda de como alcança-la. O socioeconomista Ignacy Sachs contrapôs o “tripé” da sustentabilidade ao que chamou de “a necessidade de andar sobre os dois pés”, ou seja, toda a proposta do desenvolvimento sustentável deveria ser de combinar objetivos sociais com a prudência ambiental e não fazer desta um movimento de oportunidades para eficiência econômica e respeito aos limites ambientais, à custa da manutenção das desigualdades sociais no planeta. Da mesma maneira que durante o período áureo do capitalismo, de crescimento econômico acentuado, do pós-segunda Guerra Mundial nos EUA e países europeus, coexistiram políticas que atuavam em duas direções, desenvolvimento econômico e bem estar social, à custa da exploração acentuada do meio

ambiente. O alerta se faz presente uma vez que as propostas de sustentabilidade tenham privilegiado apenas ações econômicas ambientalmente prudentes, continuando a engendrar perdas para o social – ou mesmo acirramento dos conflitos por recursos, tendo em vista a tendência das grandes corporações investirem no controle de recursos básicos, como água. Tendo em vista que a *força* predominante é do econômico a tendência é de que esse cenário ocorra. As propostas de políticas globais para proteção do meio ambiente e os interesses nacionais tem pesos diferentes quando a observação for a partir da inserção do país no mercado mundial – existe um descompasso entre as práticas da política econômica e a política ambiental.

As Reservas da Biosfera, e outros espaços protegidos, constituem importantes observatórios sobre essa questão por confrontarem normativas gerais com realidades particulares. No caso da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, seus desafios e limitações exemplificados pelo fato *extremo* do Rodoanel são lapidares na indicação de que os interesses privados têm prevalecido sobre os interesses públicos no que diz respeito ao planejamento e gestão do território da Região Metropolitana de São Paulo, enquanto que a sustentabilidade é suplantada por projetos políticos enraizados numa determinada estrutura e modelo de desenvolvimento e sociedade.

Não parece novidade afirmar a centralidade que a ideia – e a palavra – *desenvolvimento* alçou na segunda metade do século passado. Vimos no primeiro capítulo o vigor desse discurso juntamente ao emergente debate ambiental. A preocupação com o meio ambiente, mas, sobretudo, com os riscos ao futuro da humanidade constituíram-se um importante foco de discussão.

Constatamos que as propostas de proteção engendradas pela ONU e pela UNESCO caminharam para perspectiva explícita da conservação voltada à sustentabilidade. Os múltiplos debates e perspectivas críticas que o movimento ambientalista e o setor científico produziram nos anos de 1960 e 1970, em grande parte, são filtrados na proposição de programas e políticas intergovernamentais em pautas e diretivas que nem sempre correspondem com a demanda própria da diversidade de situações e regiões. O fato de essas instituições estarem diretamente ligadas ao fomento de ideias e práticas voltadas a dada perspectiva de sociedade e de desenvolvimento coloca a questão de que a configuração que a temática ambiental proposta assume não deve se chocar com os interesses do desenvolvimento econômico.

A própria trajetória dos espaços naturais protegidos exibem uma perspectiva que vai da concepção de proteção à natureza identificada com questões locais ou nacionais para uma nova expressão que assume funções socioeconômicas voltadas à sustentabilidade,— a questão colocada por Sachs segue a mesma, enquanto a perspectiva ambiental apresenta um potencial crítico, por outro lado, sua necessária condição diversa acaba encerrada num rol de esforços orientados para um modelo de desenvolvimento seletivo. Se as críticas à degradação da biosfera resvalavam no padrão improvidente de exploração, a tarefa de recuperação, preservação e conservação é cobrada do Estado Nacional.

A relação dos estados com o meio ambiente e a sociedade, particularmente nas regiões em desenvolvimento que passaram por ajustes estruturais nos anos de 1980 e 1990, inclusive a privatização da exploração de recursos naturais, foi o momento de institucionalização da demanda ambiental no corpo do governo e foram cobrados e assumiram a demanda da proteção do meio ambiente de seu território.

Existem jogos de interesses envolvendo a questão ambiental uma vez que essa se encontra na base para o desenvolvimento econômico e poder político. No caso particular da região metropolitana ficou patente a prevalência de um modelo de desenvolvimento norteado pelo lucro ou poder por meio de formas imediatistas, excludentes e predatórias de ocupação do espaço. Ainda que a conservação ambiental tenha entrado na agenda política das sociedades e das Nações Unidas, as condições reais de implementação dessas práticas são difíceis e expõem as estruturas e relações de poder organizadas há tempo em determinado território — um modelo dominante, onde, mesmo os setores ambientais dos governos e da sociedade civil têm que lidar, seja contestando-o ou o mantendo.

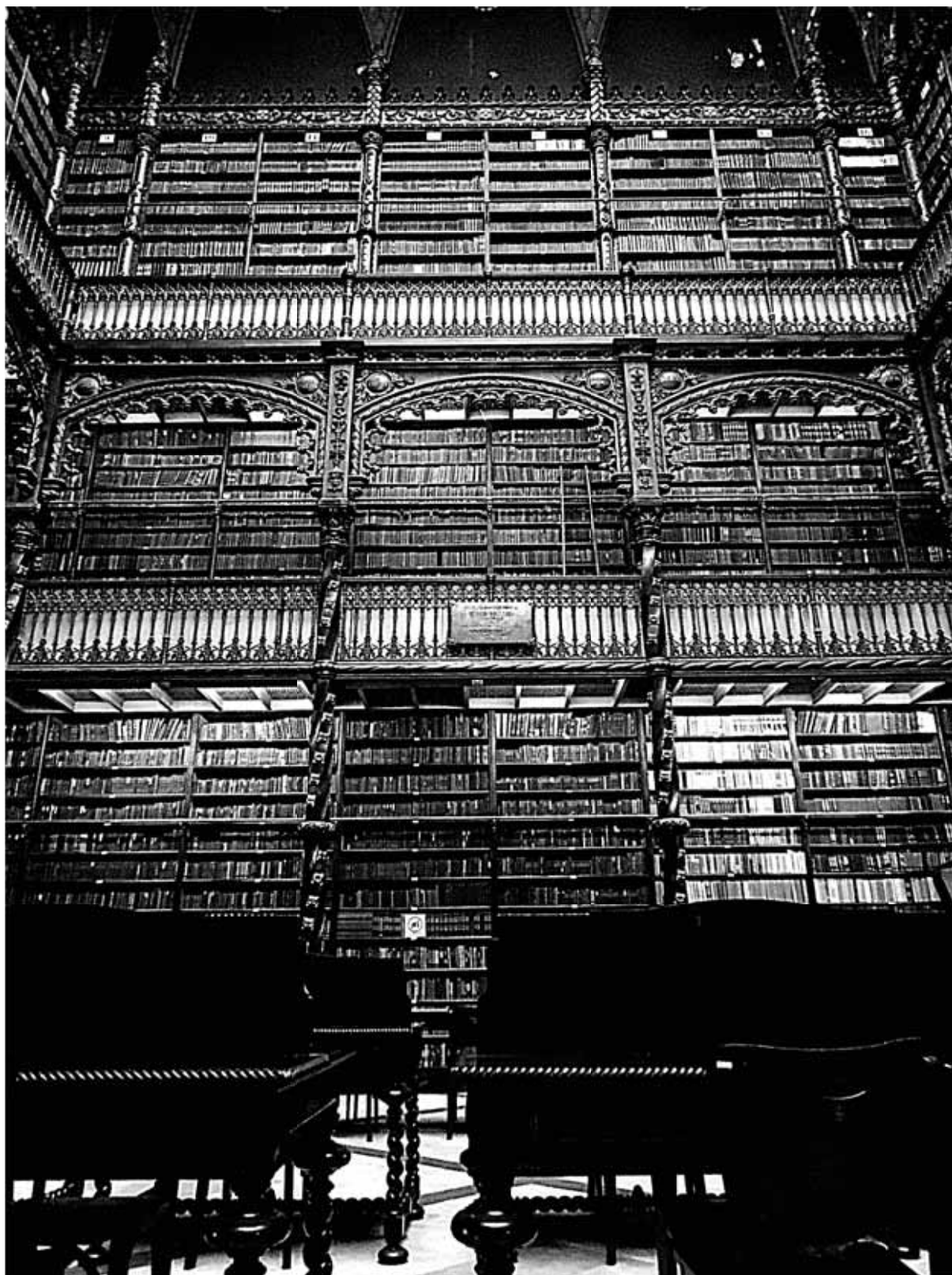
A estrutura política vinculada pelas relações entre o setor público e o privado não são novidade na história do Brasil e marcam particular presença nas demandas ambientais. O setor de construção, em particular de grandes obras públicas, como rodovias, hidrelétricas e o Rodoanel, por exemplo, dão cor viva a esse traço pela força política com que movimentam articulação, a aprovação de projetos, a elaboração ou alteração de leis, obtenção de recursos financiamentos, ocupação de cargos e funções (inclusive na área ambiental), na intimidação e corrupção de órgãos de controle.

Sobre esse movimento paira a retórica do desenvolvimento (sustentável) e da geração de empregos (discussão presente em todas as Conferências das Nações, de Estocolmo à Rio+20) que, em tempos de crise tem justificativa imediata. Warren Dean destacou o “verdejante pasto” que as próprias leis ambientais abriram ao interesse privado no acesso a

fundos públicos. Contemporâneo às discussões de Estocolmo, o geógrafo Pierre George alertava sobre o risco de simplificações e a apropriações da questão para fins meramente eleitoreiros e especulativos. A setorização da estrutura técnico-burocrática dos órgãos governamentais garantem o labirinto pelo qual trilha as políticas ambientais, quando não se amontoam ações judiciais que se estendem por anos.

Sem essa mediação da condição local, regional ou mesmo nacional, às políticas de salvaguarda idealizadas em rede internacional, perde-se a compreensão de suas limitações e dificuldades de implementação efetiva. Com isso, almejamos modestamente contribuir de alguma forma para a crítica a essa realidade. Daí a importância de compreendermos e lançarmos uma queixa para fora da garrafa que alarga o mundo e comprime nossas expectativas. Como dito por Hobsbawm, “mecanismos para gerar novas ideias, perguntas e desafios nas ciências a partir de fora são hoje mais indispensáveis que nunca. O engajamento é um mecanismo poderoso desse tipo, talvez no momento, o mais poderoso nas ciências humanas”³⁵⁸

³⁵⁸ HOBBSAWM, Eric J. Engajamento. In: _____. *Sobre História: ensaios*. op. cit., 1998. p. 154. Ensaio publicado originalmente em 1979.



Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro – foto: Carlos Alberto Menarin, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXO

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS]

Junho, 1968

Na tarde de ouro ou
numa serenidade cujo símbolo
poderia ser a tarde de ouro,
o homem dispõe os livros
nas prateleiras que aguardam
e sente o pergaminho, o couro, a tela
e o prazer que dão
a previsão de um hábito
e o estabelecimento de uma ordem.
Stevenson e outro escocês, Andrew Lang,
reatarão aqui, magicamente,
a lenta discussão que interromperam
os mares e a morte
e a Reyes não desagradará decerto
a proximidade de Virgílio
(Ordenar bibliotecas é exercer,
de modo silencioso e modesto,
a arte da crítica.)
O homem, que está cego,
sabe que já não poderá decifrar
os belos volumes que manuseia
e que não o ajudarão a escrever
o livro que o justificará perante os outros,
mas na tarde que é talvez de ouro
sorri perante o curioso destino
e sente essa felicidade peculiar
das velhas coisas amadas.

Jorge Luís Borges – Elogio da sombra [1969]

FONTES

Periódicos

- *O Correio da UNESCO /El Correo*
- *Revista del Património Mundial*
- *O Estado de S. Paulo*
- *Folha de S. Paulo*

Demais fontes

AQUINO, Marcelo de; AZEVEDO, Pedro Ubiratan Escorel de. (Coord.). *Regularização imobiliária de áreas protegidas – v. 2: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo: 1999.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo. Relatório final da CPI das indenizações ambientais. São Paulo : Assembléia Legislativa, relatório aprovado em 03 de maio de 2001. Disponível em : <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_indenizacoes_ambientais_relatorio_final.htm> Acesso em 13 abr. 2011.

BARROS, Wanderbilt Duarte. *Parques Nacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério de Agricultura, 1952.

BRASIL. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: CIMA, 1991.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira et. al. *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 198-?

COMISSÃO sobre Governança Global. *Nossa comunidade global*: relatório da Comissão sobre Governança Global. Tradução Luiz Alberto Monjardim e Maria L. L. Veloso de Magalhães. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CONSÓRCIO Mata Atlântica. *Anais do Seminário Nacional A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Campinas: Consórcio Mata Atlântica; UNICAMP, 1992. [realizado de 10 a 13 de dezembro de 1991]

_____. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Plano de Ação – volume 1: referências básicas*. Campinas: Consórcio Mata Atlântica; UNICAMP, 1992.

_____. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Plano de Ação – volume 2: projetos*. Campinas: Consórcio Mata Atlântica; UNICAMP, 1992.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy*. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. New York: New York Press, 1975.

CUÉLLAR, Javier Pérez de. (Org.) *Nossa diversidade criadora*: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Tradução Alessandro Warley Candeas. Brasília: Ministério da Cultura; UNESCO; Campinas: Papirus, 1997.

INFORME. *Qué hacer? Otro desarrollo*. El informe Dag Hammarskjöld sobre el Desarrollo y la Cooperación internacional. 2. ed. Tradução Antonio Avaria. [1975] 1980.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica*. Brasília: Secretaria de Formulação de Políticas e Normas Ambientais, 1998.

MEADOWS, Donella et alli. *Limites do crescimento*. 2. ed. Tradução Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, [1972] 1978.

PNUMA. *El estado del medio ambiente, 1972-1982*. Nairobi: PNUMA, 1982.

RECOMMENDATIONS. *Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational use and Conservation of the Resources of the Biosphere*, Paris, France, September 4-13, 1968. United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization. (Paris, October 1, 1968, 28f).

RELATÓRIO. *1º Seminário Internacional de Reservas da Biosfera em Ambientes Urbanos: desafios e perspectivas*. 15 e 16 de dezembro, Florianópolis/SC. Impresso informativo, 2008. 25f.

ROBYNS, Walter. *Os problemas fundamentais da conservação da natureza no mundo*. Lisboa: s.n. 1958. [separata *Publicações da Liga para a Proteção da Natureza*, XV]

SÃO PAULO. *Agenda 21: a experiência paulista desde 1992*. 2 ed. rev. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2003.

SCHWENCK Jr, Paulo de Mello (Coord.). *Regularização imobiliária de áreas protegidas – v. I: coletânea de trabalhos forenses, relatórios técnicos e decisões judiciais*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1998.

SEMA. *Anais do I Encontro nacional sobre a proteção e melhoria do Meio Ambiente*. Brasília: Secretaria Especial do Meio Ambiente, 1975. 2v.

UNITED Nations. *Development and Environment*. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1972. [report and working papers of a Panel of Experts Convened by the Secretary General of the United Nations. Conference on the Human Environment (Founex, Switzerland, June 4-12, 1971)]

UNESCO. *Plan de Acción de Madrid para las Reservas de Biosfera (2008-2013)*. Madrid: Programa MaB; UNESCO; Gobierno de España, 2008. 36f.

UNESCO. *Reservas de Biosfera – la estrategia de Sevilla & el marco estatutário de la Red Mundial*. Paris: Programa MaB, 1996.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia Mundial para a Conservação: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado*. Tradução CESP. São Paulo, [1980] 1984.

WARD, Bárbara; DUBOS, René. *Uma terra Somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução Antônio Lamberti. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1973.

WILHEIM, Jorge. *São Paulo metrópole, 1965: subsídios para seu plano diretor*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

VICTOR, Mauro Antonio Moares et. alli. *Workshop – Plano de Gestão para a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Florestal. s/d.

Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

O *Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica* trata-se do principal veículo de divulgação dos assuntos ligados ao programa MaB e às Reservas da Biosfera no Brasil. Editado pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica encontra-se dividido em 8 séries, somando até o momento 41 cadernos¹

SÉRIE 1 – Conservação e Áreas Protegidas

Caderno 01 – GUATURA, Inah Simonetti; COSTA, José Pedro de Oliveira; CORRÊA, Fredmar; AZEVEDO, Pedro Ubiratan Escorel. *A questão fundiária: roteiro para a solução dos problemas fundiários nas Áreas Protegidas da Mata Atlântica*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1994] 1997. 47f.

Caderno 18 – BRASIL. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação* - Texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional e Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, [2000] 2004. 73f.

Caderno 28 – MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo; VIEIRA, Maria Cristina Weyland. (Orgs.). *RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural da Mata Atlântica*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. 97f.

Caderno 32 – LINO, Clayton Ferreira; ALBUQUERQUE, João Lucílio. (Orgs.) *Mosaicos de Unidades de Conservação no corredor da Serra do Mar*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007. 96f.

Caderno 35 – VIEIRA, Maria Cristina Weyland (Org.). *RPPN – Em destaque na conservação da biodiversidade da Mata Atlântica*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2008. 81f.

Caderno 36 – ANTONINI, Luciana (Org.). *Capacitação em gestão participativa na Mata Atlântica do sudeste de Goiás*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2008. 93f.

Caderno 37 – LINO, Clayton Ferreira. *Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. 75f.

Caderno 40 – DIAS, Heloisa; MAXIMO, Nilson. *Conservação marinha e ordenamento pesqueiro*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2011. 61f.

Caderno 41 – LINO, Clayton Ferreira; AZEVEDO, Cristina Maria do Amaral; ALBUQUERQUE, João Lucílio R.; COSTA, José Pedro de Oliveira. *Conservação da*

¹ Todos os *Cadernos* encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em: http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_7_cadernos.asp, acesso em 02 ago. 2012.

diversidade biológica - CDB: metas de AICHI 2020 e Protocolo de Nagoya (acesso e repartição de benefícios do uso dos recursos naturais). São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, 2011. 67f.

SÉRIE 2 – Gestão da RBMA

Caderno 02 – CORRÊA, Fredmar. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: roteiro para o entendimento de seus objetivos e seu sistema de gestão*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1995] 1996. 49f.

Caderno 05 – COSTA NETO, Joaquim de Britto (Org.). *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1997] 2000. 45f.

Caderno 06 – COSTA, José Pedro de Oliveira. *Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: cinco anos depois de seu reconhecimento pelo programa MaB-UNESCO*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1997] 2000. 49f.

Caderno 09 – LINO, Clayton Ferreira; ALBUQUERQUE, João Lucílio; ALLEGRINI, Mauricio Fernando. *Comitês estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: manual para implantação e funcionamento*. São Paulo: Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 1998. 41f.

Caderno 24 – CENCIG, Mario Oscar. *Construção do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. 85f.

Caderno 25 – LINO, Clayton Ferreira; DIAS, Heloisa; ALBUQUERQUE, João Lucílio; CENCIG, Mario (Orgs.). *Planejamento estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (2003)*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003. 59f.

SÉRIE 3 - Recuperação

Caderno 03 – NOFFS, Paulo da Silva; GALLI, Luiz Fernando; GONÇALVES, Janio Carlos. *Recuperação de áreas degradadas da Mata Atlântica: uma experiência da CESP*. 2 ed. São Paulo: CETESB; Ministério do Meio Ambiente; Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, [1996] 2000. 48f.

Caderno 14 – REIS, Ademir Reis; ZAMBONIN, Renata Martinho; NAKASONO, Erika Matsuno. *Rescuperação de áreas florestais degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1999] 2000. 43f.

Caderno 16 – PALUDO, Danielle; KLONOWSKI, Vicente Stanislaw. *Barra de Mamanguape- PB: Estudo do impacto do uso de madeira de manguezal pela população extrativista e da possibilidade de reflorestamento e manejo dos recursos madeireiros*. 2 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, [1999] 2000. 55f.

SÉRIE 4 – Políticas Públicas

Caderno 04 – CÂMARA, Ibsen de Gusmão. *Plano de ação para a Mata Atlântica: Roteiro para a conservação de sua biodiversidade*. 2 ed. São Paulo: CETESB, [1996] 2000. 40f.

Caderno 13 – CONAMA, Ministério do Meio Ambiente; Secretaria da Biodiversidade e Florestas. *Diretrizes para a política de conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica*. São Paulo: CETESB, 2003. 53f. [As *Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica*, publicadas neste caderno, foram aprovadas na Resolução CONAMA nº. 249, de 29 de janeiro de 1999, conforme o consignado do D.O.U. de 1º. De fevereiro de 1999]

Caderno 15 – *Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas* workshop científico sobre a Mata Atlântica São Paulo: CETESB, 1999. 36f. [O documento é uma reedição dos *Anais* do Workshop científico sobre a Mata Atlântica realizado em 22 e 23 de janeiro de 1996, em Belo Horizonte, MG, e anteriormente publicado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em 1998]

Caderno 21 – LINO, Clayton Ferreira; BECHERA, Erika. *Estratégias e instrumentos para a conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica*. 2 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Fundação SOS Mata Atlântica, [2002] 2004. 83f.

Caderno 23 – SIMÕES, Luciana Lopes (Org.). *Certificação Florestal*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003. 98f.

Caderno 26 – PADOVAN, Maria da Penha. *Certificação de Unidades de Conservação*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003. 56f.

Caderno 27 – LINO, Clayton Ferreira; DIAS, Heloisa (Orgs.). *Águas e Florestas da Mata Atlântica: por uma gestão integrada*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. 132f.

Caderno 30 – INSTITUTO De Hospitalidade. *Certificação de Turismo sustentável: Norma Nacional para Meios de Hospedagem – Requisitos para a Sustentabilidade - NIH-54 DE 2004*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2005. 60f.

Caderno 33 - LEI da Mata Atlântica - Lei nº 11.428, de 22 de Dezembro de 2006 e Resolução CONAMA nº 388, de 23 de Fevereiro de 2007. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007. 56f.

Caderno 39 – ESPINHA, Ana Maria Lopez (Org.). *Gestão Sustentável e Qualificação Profissional em Meios de hospedagem: estudo de caso Paraty/Rio de Janeiro*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2010. 63f.

SÉRIE 5 – Estados e Regiões da RBMA

Caderno 08 – ARAUJO, Marcelo; ROCHA, Rui; ALGER, Keith; MESQUITA, Carlos A. B. *A Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998. 36f.

Caderno 11 – MARCUZZO, Sílvia; PAGEL, Sílvia Mara; CHIAPPETTI, Maria Isabel Stumpf. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: Situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998. 61f.

Caderno 12 – LIMA, Maria Lúcia Ferreira Costa. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco: situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998. 45f.

Caderno 22 – RAMBALDI, Denise Marçal et alli. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2002. 61f.

Caderno 29 – MENEZES, Afrânio Farias; CAVALCANTE, Alberto Tenório; AUTO, Paulo César Casado. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas*. 2 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, [2004] 2010. 96f

SÉRIE 6 – Documentos Históricos

Caderno 07 - PADRE José de Anchieta. *Carta de São Vicente, 1560*. 2 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, [1997] 2000. 53f.

Caderno 10 – LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra Brasil, 1576*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; CETESB, 1998. 69f.

Caderno 31 – RAMBO, Balduino S. J. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2005. 38f.

SÉRIE 7 – Ciência e Pesquisa

Caderno 17 – AZEVEDO, Cristina Maria do Amaral. *Bioprospecção: coleta de Material Biológico com a finalidade de explorar os recursos genéticos*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 35f.

Caderno 20 – MAGNANINI, Alceo; MAGNANINI, Cristina. *Árvores gigantescas da terra e as maiores assinaladas no Brasil*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2002. 47f.

Caderno 34 – MELO, Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti; FURTADO, Maria de Fátima de Gusmão. *Florestas urbanas: estudo sobre as representações sociais da Mata Atlântica de Dois Irmãos, na cidade do Recife-PE*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2008. 45f.

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

Caderno 19 - RESERVAS da Biosfera da América Latina: documentos de referência. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 81f. [São José - Costa Rica/julho 1999; Galápagos - Equador/novembro 1999; Rio de Janeiro - Brasil/Junho 2000; Vila de Leyva - Colômbia/setembro 2000; Antigua - Guatemala/novembro 2000]

Caderno 38 – LINO, Clayton Ferreira; DIAS, Heloisa; ALBUQUERQUE, João Lucílio R. (Orgs.). *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – fase VI/2009: Revisão e Atualização dos Limites e Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Base Cartográfica Digitalizada*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. 119f.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Obras de Referência

FORNARI, Ernani. *Dicionário prático de ecologia*. São Paulo: Aquariana, 2001.

SÃO PAULO. *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2000.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. *Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Tradução Irene Gil. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986. v. 08. [Região]

Artigos

AB' SÁBER, Aziz. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo. *Revista Geografia e Planejamento*, São Paulo, n. 30. 1977. p. 01-26.

ARANTES, Antonio Augusto. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do Patrimônio Ambiental Urbano. *Projeto História*, São Paulo, n. 18 [espaço e cultura], mai. 1999. p. 121-134.

CASTRO, João Augusto de Araújo. O congelamento do Poder Mundial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 33, p. 07-30, jan. 1972.

CEBADA, Juan Diego Pérez. Naturaleza y sociedad en perspectiva histórica: una aproximación a la historia ambiental americana. *Historia Agraria*, Sociedad Española de Historia Agraria, Universidad de Murcia, n. 22, p. 207-227, 2000.

CECHIN, Andrei Domingues; VEIGA, José Eli. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 438-454, set., 2010.

CORAZZA, Rosana Icassatti; ARAÚJO, Telma. A reinvenção de Malthus no renascimento do ambientalismo. *Revista Economia Ensaio*, v. 24, n. 1, p. 01-19, 2009.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Tecnologia e Meio Ambiente no debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen. *Economia*, Brasília (DF), v.6, n.2, p.435-461, Jul./Dez. 2005.

_____. Do debate científico à política pública: polarização das discussões acadêmicas entre biólogos nos anos 70 e instrumentalização econômica das políticas ambientais. *Revista de Ciência & Tecnologia*, Piracicaba, v. 08, n. 16, p. 107-118, Dez., 2000.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan./jun. 2008.

_____. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 63-87, 2006.

CORREA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. *Espaço e Cultura*, v. 1, p. 1-22, out., 1995.

_____. Carl Sauer e a Geografia Cultural. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 01, 1989. p. 113-122.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Desenvolvimento *versus* Conservação da natureza: notas gerais sobre o tema. *Humana*, Curitiba, n. 09, p. 115-142, 2000.

DOMINGUES, Heloisa Maria B.; PETITJEAN, Patrick. A Redescoberta da Amazônia num Projeto da Unesco. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 265-292, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A primazia dos Cientistas Naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 05-25, out. 2006.

_____. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano II, n. 03 e 04, p. 127-149. 2º semestre 1998 – 1º semestre 1999.

_____. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 177-197. 1991.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, v. 41, n. 1, p. 3-26, 2006.

_____. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin, v. 41, n. 2, p. 144-161, 2005.

DYER, M. L.; HOLLAND, M. M. The Biosphere Reserves Concept: needs for a network design. *BioScience*, v. 41, n. 5, p. 319-325, may, 1991.

FEINSILVER, Julie M. Prospección de la biodiversidad: potencialidades para los países en desarrollo. *Revista de la CEPAL*, Santiago, Chile, n. 60, p. 111-128, descimbre 1996.

FRANCO, José Augusto de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil, 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009.

GALLINI, Stefania. História, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina. *Nómaditas*, Bogotá: Universidad Central, n. 30, p. 92-102, abr., 2009.

GARCÍA, Máximo Luffiego; VERGARA, José María Rabadán. Historia y epistemología de las ciencias: la evolución del concepto de *sostenibilidad* y su introducción en la enseñanza. *Enseñanza de las Ciencias*, v. 18, n. 3, p. 473-486, 2000.

GUIMARÃES, Roberto P. Patrón de desarrollo y medio ambiente en Brasil. *Revista de la CEPAL*, Santiago, Chile, n. 47, p. 49-65, agosto 1992.

_____. La ecopolítica en el desarrollo del Brasil. *Revista de la CEPAL*, Santiago, Chile, n. 38, p. 89-104, agosto 1989.

HAYS, Samuel P. From Conservation to Environment: Environmental Politics in the United States Since World War Two. *Environmental Review*, v. 6, n. 2, p. 14-41, 1982. [Special Issue: Papers from the First International Conference on Environmental History (Autumn, 1982)]

IGLESIAS, Francisco. A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade. *Revista brasileira de História*, São Paulo, n. 3, v. 5, p. 129-141, mar. 1983.

MAIO, Marcos Chor; MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 169-189, dez. 2007.

MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, jan./abr. 2005.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna [1941] Tradução Marcos Barbosa de Oliveira e Isabel Maria Loureiro. *Praga*, revista de estudos marxistas, São Paulo, n. 1, p. 113-140, set./dez., 1996.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História Ambiental: um olhar prospectivo. *Cadernos de Pesquisa do Cdhis*, Uberlândia, v. 24, n.1, p. 23-35, jan./jun. 2011.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley – um precursor ao surgimento da História Ambiental. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 71-85, jan./jun., 2008.

MELOSI, Martin V. The Place of the City in Environmental History. *Environmental History Review*, v. 17, n. 1, p. 1.23, Spring, 1993.

MENDIFORRI, Alfonso Mulero. Iniciativas internacionales para la protección de espacios naturales. Un análisis crítico de su aplicación en España. *Documents d'anàlisi geogràfica*, Barcelona, v. 44, p. 167-187, 2004.

MILLER, Kenton R. Evolução do conceito de Áreas de Proteção – oportunidades para o século XXI. In: *ANAIS do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba:

Instituto Ambiental do Paraná; Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1, p. 3-21.

MOLINA, Manuel González. La historia ambiental y el fin de la “utopía metafísica” de la modernidad. *Aula-Historia Social*, Valencia, n. 12, p. 18-42, 2003.

NAREDO, José Manuel. Sobre el origen, el uso y el contenido del término “sostenible”. *Cuadernos de Investigación Urbanística*, Madrid, n. 41, p. 7-18, 1996.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PREREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceitos e implicações jurídicas. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 01, p. 81-97, jan./jun. 2008.

QUINTÃO, Ângela Tresinari B. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*, n. 54, p. 13-29, abr./jun. 1983.

RIBEIRO, Wagner. Governança da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. *Mercator*, Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 08, n. 16, 2009. p. 22-24.

ROCHA, Leonardo G. M.; DRUMMOND, José A.; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010.

RODRIGUES, Elaine A.; VICTOR, Rodrigo Antonio B.; PIRES, Bely Clemente C.; A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo como marco para a gestão integrada da cidade, seus serviços ambientais e o bem-estar humano. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 02, p. 71-89, abr./jun. 2006.

ROME, Adam. “Political Hermaphrodites”: Gender and Environmental Reform in Progressive America. *Environmental History*, v. 11, n. 3, p. 440-463, Jul., 2006

_____. “Give Earth a Chance”: the Environmental Movement and the Sixties. *The Journal of American History*, p. 525-554, Sep., 2003.

SACHS, Ignacy. Ecodesarrollo: un aporte a la definicion de estilos de desarrollo para America Latina. *Estudios Internacionales*, Santiago, Chile, año 7, n. 25, 57-77, ene./mar., 1974.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A encruzilhada da política ambiental brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 168-188, mar. 1994.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 381-400, 2005. (Suplemento)

SILVA, Telma Domínguez. A natureza como “Patrimônio Público”: discutindo a instituição das áreas protegidas no Brasil. *Idéias*, Campinas, v. 14, n. 1-2, p. 335-359, 2007.

SOFFIATI, Arthur. Algumas palavras sobre a teoria da eco-história. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 13-26, jul./dez., 2008.

VARINE, Hugues. O Ecomuseu. *Ciências & Letras*, Porto Alegre (RS), n. 27, p. 61-90, jan./jun., [1978] 2000.

VIOLA, Eduardo. Brazil in the context of global governance politics and climate change, 1989 – 2003. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 01, p. 27-48, jan./jun. 2004.

_____. O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 25-46, out. 2002.

_____. As políticas públicas do primeiro governo Cardoso sob a ótica da sustentabilidade. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano 02, n. 3-4, 2º sem. 1998/1º sem. 1999.

_____. A globalização da Política Ambiental no Brasil, 1990-1998. *Paper* preparado para apresentação no “XXI International Congress of the Latin American Studies Association” em Chicago, EUA, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2008.

_____. A Problemática Ambiental no Brasil (1971-1991): da Proteção Ambiental ao Desenvolvimento Sustentável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 1991.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. Governabilidade e Mudança Climática: desafios e impasses globais e brasileiros. *Idéias*, Campinas, v. 08, n. 02, p.71-114, 2001. [dossiê: A Questão Ambiental e as Ciências Sociais]

WORSTER, Donald. John Muir e a paixão moderna pela natureza. [Tradução Jo Klanovicz]. *Esboços*, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 84-95, 2005

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. Tradução Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade. *Ambiente e Sociedade*, Campinas. v. 5-6, n.1-2, p. 23-44. ago/dez-jan/jul [1990] 2002-2003.

_____. Para fazer história ambiental. Tradução José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215. [1988] 1991.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 39-55, jan./jun., 2007.

_____. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, jan./jun., 2006.

Livros, Teses e Dissertações

AB’SABER, Azis Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil*. São Paulo: Ateliê, 2003.

- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Tradução Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, [1988] 1990.
- AFONSO, Cintia Maria. *A paisagem da baixada santista: urbanização, transformação e conservação*. São Paulo: Ed. USP/FAPESP, 2006.
- ALIMONDA, Héctor. (Org.). *Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem Mundial. Tradução Wolfgang Leo Maar. São Paulo: UNESP, [1992] 1995.
- ALVES, José J. de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém (PA), Ed. UFPA, 2005.
- ANDRADE, Manuel C. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1975.
- ANDRADE, Thales. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza da televisão brasileira*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. *Entre o mito e a técnica: representações de natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934-1944)*. 191f. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.
- ARASAWA, Cláudio Hiro. *Engenharia e poder: construtores da nova ordem em São Paulo (1890-1940)*. São Paulo: Alameda; FAPESP, 2008.
- ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. *Direitos da natureza no Brasil: pressupostos jurídicos de proteção legal*. Rio de Janeiro: Liber Jûris, 1992.
- ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa*. Tradução Roberto Elier. Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica, [1996] 2001.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru: EDUSC, [2001] 2006.
- _____. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004.
- ARVILL, Robert. *Man and environment: crisis and the strategy of choice*. 4 ed. Middlesex, Inglaterra: Peguin Books, 1974.
- ATTALI, Jacques. *Uma breve história do futuro*. Tradução Renata Cordeiro. São Paulo: Novo Século, [2006] 2008.

- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo. Ed. UNESP, 2002.
- AYRES, Ana Carolina Moreira. *O ciclo da Caapora: a RMSP e o Parque Estadual da Cantareira*. São Paulo: Annablume, 2008.
- AZEVEDO, Aroldo (Coord.). *A baixada santista, aspectos geográficos*. São Paulo: Ed. USP, 1964. 4v.
- BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. Tradução Adriana Veloso et al. São Paulo: Peirópolis, [2007] 2009.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. 3 ed. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 1975.
- BARROSO, José R. G. *Cenários e implicações sócio-espaciais do Rodoanel Mário Covas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BATISSE, Michael. El programa internacional sobre el hombre y la biosfera. In. SIOLI, Harald et al. *Ecología y protección de la naturaleza: conclusiones internacionales*. Tradução Joan Armengol et al. Barcelona: BLUME, [1973] 1982
- BERSTEIN, Serge. *Los regímenes políticos del siglo XX: para una historia política comparada del mundo contemporáneo*. 2. ed. Tradução Eva Jaime. Barcelona: Ariel, [1992] 2003
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, [1944] 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. 6. ed. 10 reimpr. Tradução Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, [1988] 2005.
- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade, o que é e o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- BOWLER, Peter J. *Historia Fontana de las Ciencias Ambientales*. Tradução Roberto Elier. Mexico: Fondo de Cultura Económica, [1992] 1998.
- BRILHA, José. *Património Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga (Portugal): Palimage, 2005.
- BROWN, Lester R. *Building a sustainable society*. New York/London: WWNorton & Company, 1981.

CAMARGO, Célia Reis. *À margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)*. 1999. 178f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamerion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2012.

_____. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CARLOS, Ana Fani. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino (Orgs.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Geografias de São Paulo: metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.

CAMARGO, Aspásia (Org.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

CAMPOS, Cristina. *Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893*. 408f. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CECHIN, Andrei Domingues. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: SENAC; Ed. USP, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1975] 2000.

CHAGAS FILHO, Carlos. *O minuto que vem: reflexões sobre a ciência no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. (Orgs.). *Questões para a História do presente*. Tradução Ilka Stein Cohen. Bauru/SP: Ed. USC. 1999.

COELHO, Jaime Cesar. *Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

COLINVAUX, Paul. *El destino de las naciones: una interpretación ecológica de la Historia*. Tradução Carlos Gardini. Buenos Aires: Blegado, [1980] 1981

CORBIN, Alain (Org.). *História dos tempos livres: o advent do lazer*. Tradução Telma Costa. Lisboa: Teorema, [1995] 2001.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). *O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011)*. 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Ângela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (col. Virando Séculos, 6)

COSTA NETO, José de Brito. *A questão fundiária nos Parques e Estações Ecológicas do Estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário*. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COSTA, José Pedro de Oliveira. Aplicação do conceito de Reserva da Biosfera e de Sítio do Patrimônio Mundial Natural da UNESCO no Brasil. In: ANAIS do *Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná; Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1, p. 181-198.

COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Índios no Brasil: História, Direito e Cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. 2 reimpr. rev. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, [2006] 2011.

DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, [1999] 2010.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 1996.

_____. *A industrialização em São Paulo*. Tradução Octávio Mendes Cajado. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, s/d.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas da França: séculos XIX e XX*. Tradução Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: UNESP, [2005] 2012.

DELORT, Robert; WALTER, François. *Storia dell'ambiente europeo*. Tradução Manuela Carbone. Bari: Dedalo, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, [1996] 2001.

_____. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2000.

DOBSON, Andrew. *Ciudadanía y Medio Ambiente*. Tradução Joaquín Valdivielso e Magdalena Vázquez. Barcelona: Proteus, 2010.

DOMINGUES, Heloisa Maria B.; PETITJEAN, Patrick. Ecologia e Evolução: a UNESCO na Amazônia (1946-1950). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2005. p. 271-285.

DORST, Jean. *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*. Tradução Rita Buongiorno. São Paulo: E. Blucher; Ed. USP, [1971] 1973.

DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Tradução Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Tradução Fernando Abreu. Bauru: Ed. USC, 2004.

_____. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaios; Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

DOUROJEANNI, Marc J. Areas Protegidas: problemas antiguos y nuevos, nuevos rumbos. In: ANAIS do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná; Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1, p. 69-109.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Ed. UFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

_____. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUBOS, René. *Um animal tão humano: como somos moldados pelo ambiente e pelos acontecimentos*. Tradução Antonio Lamberti. São Paulo: Melhoramentos; Ed. USP, [1968] 1974.

DUPAS, Gilberto (Org.). *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

_____. *O mito do progresso*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

DUPUY, Jean-Pierre. A catástrofe, o Império da Técnica e o desaparecimento da Natureza: a tentação de apagar a Política com a Técnica. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 411-432.

_____. *Introdução à crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Perseu Abramo, [2002] 2005.

ESTY, Daniel; IVANOVA, Maria H. (Orgs.). *Governança Ambiental Global: opções & oportunidades*. Tradução Assef Nagib Kfour. São Paulo: SENAC, 2005.

EVANGELISTA, Ely G. *A UNESCO e o mundo da cultura*. Brasília: UNESCO; Goiânia: Ed. UFG, 2003.

FALCON, Francisco J. Calazans. O capitalismo unifica o mundo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERRERIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). *O século XX – tempo das certezas: da formação do Capitalismo à Primeira Grande Guerra*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2000] 2011.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Civilizaciones: la lucha del hombre por controlar la naturaleza*. Tradução Jesús Cuéllar. Madrid: Taurus, [2000] 2002.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2003] 2012. (Col. O Brasil Republicano, 4)

_____. (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2003] 2011. (Col. O Brasil Republicano, 3)

_____. (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2003] 2012. (Col. O Brasil Republicano, 2)

_____. (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2003] 2011. (Col. O Brasil Republicano, 1)

FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A questão ambiental na América Latina: teoria e interdisciplinaridade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

_____. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. 1 reimp. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____; VIOLA, Eduardo (Org.). *Incertezas da sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

FERREIRA, Lúcia da Costa. *A floresta intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica/SP*. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

FERRO, Marc. *O ressentimento na História*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A., RAMBELLI, Gilson. (Orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

FURTADO, Celso. *Essencial*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

_____. *Introdução do Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, [1974] s/d.

GABEIRA, Fernando. *Onde está tudo aquilo agora? Minha vida na política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GANEN, Roseli Senna. (Org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

GARCÍA, Ernest. *Medio Ambiente y Sociedad: la civilización industrial y los límites del planeta*. Madrid: Alianza, 2004.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1995] 2003.

GEORGE, Pierre. *O Meio Ambiente*. Tradução Maria Paula C. de Aguiar da Cunha Mattos. Lisboa: Edições 70, 1984.

GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, [2009] 2010.

GIESBRECHT, Marília d'Ottaviano. *Ambiente & Sociedade: a construção de um campo de estudos interdisciplinares no Brasil*. 106f. 2005, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GLICK, Thomas F. Ciência e Sociedade na América Latina do século XX. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. USP, 2011. (volume VIII). p. 243-325.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve historia del urbanismo*. 6 ed. Madrid: Alianza, [1968] 2007.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (Orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Tradução Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Zahar, [1994] 1996.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Recursos naturais do Brasil: conservacionismo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. (Biblioteca Geográfica Brasileira; 25)

GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. (Orgs.). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2003] 2008.

_____. *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GUERREIRO, M. Gomes. *Bases Ecológicas das Reservas da Biosfera*. Lisboa: Estação Florestal, 1995.

_____. *Reencontro do Homem com a Natureza: Reservas da Biosfera*. Algarve: Universidade do Algarve, 1980.

GUILHERME, Maria Lúcia. *Sustentabilidade sob a ótica global e local*. São Paulo: Annablume, 2007.

GUTBERLET, Jutta. *Cubatão: desenvolvimento, exclusão social, degradação ambiental*. São Paulo: Ed. USP; FAPESP, 1996.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução Andréa Souza de Menezes et alli. Belo Horizonte: Autêntica, [2003] 2013.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. 6. ed. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, [2003] 2012.

_____. *O enigma do Capital e as crises do Capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, [2010] 2011.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2. ed. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, [2005] 2011.

_____. *Espacios del capital: hacia una geografía crítica*. Tradução Cristina Piña Aldao. Madrid: Akal, [2001] 2007.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, [1989] 2001.

HELFRICH, JR, Harold W. (Coord.). *A crise ambiental: a luta do homem para viver consigo mesmo*. Tradução Claudio Gilberto Froelich e Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Melhoramentos; EdUSP, 1974.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Tradução Wanda Calderia Brant. Petrópolis: Vozes, [1996] 1998.

HOBBSAWM, Eric J. *Tempos fraturados: Cultura e Sociedade no século XX*. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *A era do Capital, 1848-1875*. Tradução Luciano Costa Neto. 15 ed. 2 reimpr. São Paulo: Paz e Terra, [1977] 2011.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. 42 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1994] 2010.

_____. *A era das Revoluções, 1789-1848*. Tradução Maria Teresa Teixeira e Marcos Penchel. 25. ed. 2 reimpr. São Paulo: Paz e Terra, [1977] 2010.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1990] 2008.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O novo século*. Entrevista a Antonio Polito. Tradução Claudio Marcondes. 5 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1999] 2005.

_____. *A era dos Impérios, 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, [1987] 2005.

_____. *Sobre História: ensaios*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, [1997] 1998.

HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (Orgs.). *Dilemas sociambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] 1995.

_____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, [1956] 1994.

_____. *Monções*. 3 ed. amp. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1990.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 16 ed. Rido de Janeiro: Civilização Brasileira, [1995] 2010.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1971] 1986.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. O conceito de Regime Global de Biodiversidade. In: JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa (Orgs.). *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume; ANPPAS, 2006. p. 33-58.

JACKSON, Wes. (Org.). *Man and the environment*. Dubuque: WM. C. Brown Company, 1971.

JACOBI, Pedro. *Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2000.

JESPON, Paul; WHITTAKER, Robert J. Histories of Protected Areas: Internationalisation of Conservationist values and their adoption in the Netherlands Indies (Indonesia). *Environment and History*, Cambridge, n. 8, p. 129–172, 2002.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Tradução Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, [1979] 2011.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*. São Paulo: Alameda, 2006.

JUDT, Tony. *Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000*. Tradução Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, [2008] 2010.

_____. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Tradução José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, [2007] 2008.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: Ed. USF, 2000.

KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc A. (Orgs.). *Bens públicos globais: cooperação internacional no século XXI*. Tradução Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, [1999] 2012.

KRAKAUER, Jon. *Hacia rutas salvajes*. 5 reimpr. Tradução Albert Freixa. Barcelona: Zeta, [1996] 2010.

LAGO, André Aranha Corrêa. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil nas três Conferências Ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2007.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia; Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LE GOFF, Jacques. *Uma breve história da Europa*. 3. ed. Tradução Maria Idalina Ferreira Lopes. Petrópolis: Vozes, 2012.

LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. 2. ed. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: SENAC, [1997] 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. *Espaço e Política*. Tradução Margarida Maria de Andrade; Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. Natureza e conquista sobre a natureza. In: _____. *Introdução à modernidade: prelúdios*. Tradução Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1962] 1969. p. 155-183.

LEIS, Héctor R. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia: Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.

_____. (Org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes; FASE; AIRI/PUC-Rio, 1991.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Tradução Cely Arena. São Paulo: Ed. USP, [1996] 2001.

LIMA, André R. (Org.). *Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001. (Documentos do ISA; 07)

_____; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. (Org.). *Mata Atlântica: avanços legais e institucionais para sua conservação*. São Paulo: Instituto Sociambiental; Rede de Ongs Mata Atlântica, 1997. (Documentos do ISA; 04)

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Ed. UnB, [1998] 2009.

LUTZEMBERGER, José A. *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre: Movimento; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977.

MACDOWELL, Laurel Sefton. *An Environmental History of Canada*. Vancouver; Toronto: UBC Press, 2012.

MADERUELO, Javier. (dir.). *Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada, 2010.

_____. *Paisaje y historia*. Madrid: Abada, 2009.

_____. *Paisaje y territorio*. Madrid: Abada, 2008.

MAIO, Marcos Chor (Org.) *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz; UNESCO, 2004.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. *Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social*. São Paulo: Ed. USP; FAPESP; Studio Nobel, 1999.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o Homem unidimensional*. Tradução Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 1973.

MARICATO, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, Marcio; SANO, Paulo Takeo. *Biodiversidade tropical*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Meio Ambiente e Museus: para um quadro inicial de referências. In: RAMOS, Francisco Régis L.; SILVA FILHO, Antônio Luiz M. *Cultura e Memória: os usos do passado na escrita da História*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural; Instituto Frei Tito de Alencar, 2011. p. 395-421.

_____. (Org.). *História Ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

_____. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MAZA, Carmen Luz (Org.). *Manejo de Reservas de la Biosfera en América Latina*. Santiago, Chile: Oficina Regional de La FAO para América Latina y el Caribe; PNUMA; Red Latinoamericana de Cooperación Técnica en Parques Nacionales, otras Áreas Protegidas, Flora y Fauna Silvestres. 1994.

MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução Marco Antonio Esteves da Rocha; Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

MCNEILL, John R. *Algo Nuevo bajo el sol: Historia medioambiental del mundo en el siglo XX*. Tradução José Luis Gil Aristu. Madrid: Alianza, [2001] 2003.

MILLER, Kenton R. *Planejamento biorregional*. Brasília: IBAMA, 1997.

MISHAN, E. J. *Desenvolvimento a que preço?* Tradução Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, [1967] 1976.

MIR, Miguel Cuerdo; GOROSTIZA, José Luis Ramos. *Economía y Naturaleza: una historia de las ideas*. Madrid: Síntesis, 2000.

MOLINA, Manuel González; GARRIDO, Francisco; SERRANO, José Luis; SOLANA, José Luis. (eds.). *El paradigma ecológico en las ciencias sociales*. Barcelona: Icaria, 2007.

_____. ALIER, Juan Martínez. *Naturaleza transformada: estudios de historia ambiental en España*. Barcelona: Icaria, 2001.

_____. *Historia y Medio Ambiente*. Madrid: EUDEMA, 1993.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis, [1952] 1998.

_____. *Novos estudos de Geografia Humana*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *A questão ambiental no Brasil (1960 – 1980)*. São Paulo: Ed. USP, 1981.

MONZOTE, Reinaldo Funes (Ed.). *Naturaleza en declive: miradas a la historia ambiental de América Latina y el Caribe*. Valencia, España: Fundación Instituto de Historia Social, 2008. (Biblioteca Historia Social, 20)

MORAES, Antonio C. R.; COSTA, Wanderley M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. *Meio ambiente e ciências humanas*. 4. ed. ampl. São Paulo: Hucitec, [1994] 2005.

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

_____. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, José Geraldo Vinci; REGO, José Marcio. *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MOREIRA, Roberto José. *Terra, poder e território*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

MORSE, Richard M. O multiverso da Identidade Latino-americana, c. 1920-c. 1970. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. USP, 2011. (volume VIII). p. 19-160.

_____. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 3. ed. Tradução Neli R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 1991.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NAREDO, José Manuel. *Raíces económicas del deterioro ecológico y social: más allá de los dogmas*. 2. ed. rev. ampl. Madrid: Siglo XXI, 2010.

NASH, Roderick. *Wilderness and the American mind*. 4. ed. New Haven: Yale University Press, [1967] 2001

NEDER, Ricardo Toledo. *Crise socioambiental: Estado e sociedade civil no Brasil (1982 – 1998)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

NERY JR, José Marinho. *Um século de política para poucos: o zoneamento paulistano, 1886-1986*. 363f. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NOGUEIRA NETO, Paulo. *Uma trajetória ambientalista – diário de Paulo Nogueira Neto*. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

NOVY, Andreas. *A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*. Tradução Peter Neumann. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. (Org.). *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2005.

OTAOLA, Santos Casado. *Naturaleza patria: ciencia y sentimiento de la naturaleza en la España del regeneracionismo*. Madrid: Marcial Pons, 2010.

_____. *La escritura de la naturaleza: antología de naturalistas españoles (1868-1936)*. Madrid: Caja Madrid, 2000.

_____. *Los primeros pasos de la ecología en España*. Madrid: Ministerio de Agricultura, pesca y alimentación, 1997.

ONU. *Development and environment*. Genebra; Paris: ONU; École Pratique des Hautes Études (VI section), 1972. [report and working paper of a Panel of Experts Convened by the Secretary General of the United Nations. Conference on the Human Environment, Founex, Switzerland, June 4-12, 1971]

PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: ed. UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.

_____. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1789-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. *Ecologia e Política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, [1987] 1992.

PAES-LUCHIARI, Maria T.; BRUHNS, Heloisa T.; SERRANO, Célia. (Orgs). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas: Papirus, 2007.

PASCHOAL, Adilson Dias. *Pragas, praguicidas & a crise ambiental: problemas e soluções*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

PELOGGIA, Alex. *O homem e o ambiente geológico: geologia, sociedade e ocupação urbana no município de São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1998.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro, 1944-2008*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Ed. USP, 1995.

POMAR, Luis Antonio Cancer. *La degradación y la protección del paisaje*. Madrid: Catedra, 1999.

PORTA, Paula. (Org.) *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. [v.3 – a cidade na primeira metade do século XX]

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Tradução Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1991] 1995.

PRADO JR. Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, [1933; 1953] 2012.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e Identidade Nacional nas Américas. In. _____. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Ed. USP: Ed. USC, 1999. p. 179-216.

PRIESTLAND, David. *A bandeira vermelha: uma história do Comunismo*. Tradução Luís Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2012.

PUIG, Henri. *A Floresta Tropical Úmida*. Tradução Maria Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [2007] 2008.

QUEIROZ, Suely Robles. *São Paulo*. Madrid: MAPFRE, 1992.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, [1980] 1993.

RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; FGV, 1996.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. Tradução Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, [1996] 1998.

RICOEUR, Paul et al. *As culturas e o Tempo: estudos reunidos pela UNESCO*. Tradução Gentil Tilton, Orlando dos Reis, Ephraim Ferreira Alves. São Paulo: Ed. USP; Petrópolis: Vozes, 1975.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Ed. USP, 2000.

ROCHA, Ana Augusta; FELDMANN, Fábio. *A Mata Atlântica é aqui. E daí?* História e luta da Fundação SOS Mata Atlântica. São Paulo: Terra Virgem, 2006.

_____; COSTA, José Pedro de Oliveira (Coord.). *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 1 reimpr. São Paulo: Nobel; FAPESP, [1997] 2007.

ROMANELLO, Jorge Luiz. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista, 1954-1961*. 269f. 2006. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

ROME, Adan. *The bulldozer in the countryside: suburban sprawl and the rise of American environmentalism*. New York: Cambridge University Press. 2001.

SACHS, Céline. *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Ed. USP, [1990] 1999.

SACHS, Ignacy. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Tradução Rosa Freire d'Aguar. São Paulo: Companhia das Letras, [2007] 2009.

_____. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007. [textos organizados por Paulo Freire Vieira]

_____. Futuro. In. ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Tradução Maria Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999. p. 430-443. (v. 38 – *Sociedade – Civilização*).

_____. Civilização. In. ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Tradução Maria Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999. p. 385-415. (v. 38 – *Sociedade – Civilização*).

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as Ciências revisitado*. 2 ed. São Paulo: Cortez, [2003] 2006.

_____. (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da Biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, [2001] 2005.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7 ed. São Paulo: Cortez, [1995] 2000.

SANTOS, Fábio Alexandre. *Domando águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, [1996] 2004.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22. ed. São Paulo: Record, [2000] 2012.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993;

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec /Educ, 1994

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 4 ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, [1994] 1998.

SAVIO, Marcos Antônio C. *A cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*. São Paulo: Annablume; FAPEMIG, 2010.

SCIFONI, Simone. *A construção do Patrimônio Natural*. 2006. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A UNESCO e os Patrimônios da Humanidade: valorização no contexto das relações internacionais. In: JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa (Orgs.). *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume; ANPPAS, 2006. p. 135-153.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Tradução Hildegard Feist. 1 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. 7 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1998] 2012. (Col. História da Vida Privada no Brasil, 4)

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Meando dos rios, meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas em São Paulo*. 1987. 290f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

_____. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Nobel; FAPESP, 1996.

SENE, Eustáquio. *Globalização e espaço geográfico*. 3. ed. São Paulo: Contexto. [2003] 2007.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República, da Belle Époque à Era do Rádio*. 10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1998] 2012. (Col. História da Vida Privada, 3)

_____. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. 4 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1992] 2009.

_____. *A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Col. Virando Séculos, 7)

SILVA, Henrique M. Fronteira e identidade nacional na historiografia Americana. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p. 37-49.

SILVA, Wilton Carlos Lima. *Vivos, uni-vos! Os ecologistas e a Assembléia Nacional Constituinte (1986 – 1988)*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense; CEBRAP, [1973]1977.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra & transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004.

TAMAMES, Ramón. *Crítica dos Limites do Crescimento: Ecologia e Desenvolvimento*. Tradução José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote, [1982] 1983.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

TERBORGH, John; SCHAIK, Carel van; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (Orgs.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed. UFPR; Fundação O Boticário, 2002.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500 - 1800)*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia de Bolso, [1983] 2010.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975], 1987.

TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a mãe Terra: uma história narrativa do mundo*. 2. ed. Tradução Helena Maria Camacho M. Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro: Jahar, [1976], 1979.

TRIGUEIRO, André. (Org.). *Meio Ambiente no Século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

ULTRAMARI, Clovis. *O fim das utopias urbanas*. São Paulo: Nobel, 2005.

URBAN, Teresa. *Saudades do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR; Fundação O Boticário de proteção à natureza; Fundação MacArthur, 1998.

UNESCO. *Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972*. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf> > Acesso em 18 jul., 2013.

_____. *O Patrimônio Mundial da Humanidade*. s.l.: BARSA; Planeta, 2002. 9v.

_____. *O patrimônio mundial no Brasil*. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2000.

VICTOR, Rodrigo A. B. M. e COSTA NETO, J.B. (Orgs.). *A aplicação do conceito de Reserva da Biosfera em áreas urbanas: o caso da reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo*. Estudo de caso elaborado para a UNESCO. Coordenação RBCVSP. São Paulo: RBCVSP / UNESCO, 2003.

VICTOR, Mauro Antonio Moraes; FOREST, Malcolm. *Cantareira: Patrimônio Arquitetônico e Natural*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

VICTOR, Mauro Antonio Moraes. *A devastação florestal*. São Paulo: Sociedade brasileira de silvicultura, 1976.

VILAR, Dalmo Dippold. *Água aos cântaros – os reservatórios da Cantareira*: um estudo de arqueologia industrial. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012.

WALDMAN, Maurício. *Água e metrópole*: limites e expectativas do tempo. 713f. 2005. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

WHATELY, Marussia; CUNHA, Pilar. *Cantareira 2006*: um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.

WILSON, Edward O. *A conquista social da Terra*. Tradução Ivo Korytovski. São Paulo: Companhia das Letras, [2012] 2013.

_____. *A diversidade da vida*. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia de Bolso, [1992] 2012.

_____. (Org.). *Biodiversidade*. Tradução Marcos Santos e Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1988] 1997.

WORSTER, Donald. *Dust Bowl: the Southern Plains in the 1930s*. New York: Oxford Press, [1979] 2004

ZULAUF, Werner E. *A ideologia verde e outros ensaios sobre meio ambiente*. São Paulo: Geração Editorial, 1995.

[ANEXO]

Rede Mundial de Reservas da Biosfera (1976-2013)

Africa (64 biosphere reserves in 28 countries)

Countries	Biosphere Reserve	Year of designation	Periodic Review	Second Periodic Review
ALGERIA*				
BENIN				
2 biosphere reserves	Pendjari	1986	1999	
	'W' Region. Transboundary BR (BEN/BFA/NER). Région "W" du Niger established 1996, extensions in Benin and Burkina Faso as a TBR in 2002	2002		
BURKINA FASO				
2 biosphere reserves	Mare aux hippopotames	1986	1998	
	'W' Region. Transboundary BR (BEN/BFA/NER). Région "W" du Niger established 1996, extensions in Benin and Burkina Faso as a TBR in 2002	2002		
CAMEROON				
3 biosphere reserves	Waza	1979	2006	
	Benoué	1981	2006	
	Dja	1981	2006	
CENTRAL AFRICAN REPUBLIC				
2 biosphere reserves	Basse-Lobaye	1977		
	Bamingui-Bangoran	1979		
CONGO				
2 biosphere reserves	Odzala	1977		
	Dimonika	1988		
DEMOCRATIC REP.OF CONGO				
3 biosphere reserves	Yangambi	1976	1998	
	Luki	1976	1998	
	Lufira	1982	1998	
COTE D'IVOIRE				
2 biosphere reserves	Taï	1977	1999	
	Comoé	1983	1999	2010
EGYPT*				
ETHIOPIA				
3 biosphere reserves	Kafa	2010		
	Yayu	2010		
	Sheka	2012		
GABON				

1 biosphere reserve	Ipassa-Makokou	1983	1998	
GHANA				
2 biosphere reserves	Bia	1983	1998	
	Songor	2011		
GUINEA				
4 biosphere reserves	Mont Nimba	1980	2004	
	Massif du Ziama	1980	2004	
	Badiar	2002		
	Haut Niger	2002		
GUINEA-BISSAU				
1 biosphere reserve	Boloma Bijagós	1996		
KENYA				
6 biosphere reserves	Mount Kenya	1978	2011	
	Mount Kulal	1978		
	Malindi-Watamu	1979		
	Kiunga	1980		
	Amboseli	1991	2003	
	Mount Elgon	2003		
MADAGASCAR				
3 biosphere reserves	Mananara Nord	1990		
	Sahamalaza-Iles Radama	2001	2012	
	Littoral de Toliara	2003	2012	
MALAWI				
2 biosphere reserves	Mount Mulanje	2000		
	Lake Chilwa Wetland	2006		
MALI				
1 biosphere reserve	Boucle du Baoulé	1982	1998	
MAURITANIA				
1 biosphere reserve	Delta du Fleuve Sénégal. Transboundary BR (MRT/SEN)	2005		
MAURITIUS				
1 biosphere reserve	Macchabee/Bel Ombre	1977	1998	
MOROCCO*				
NIGER				
2 biosphere reserves	Aïr et Ténéré	1997		
	W' Region. Transboundary BR (BEN/BFA/NER). Région "W" du Niger established 1996, extensions in Benin and Burkina Faso as a TBR in 2002	2002		
NIGERIA				
1 biosphere reserve	Omo	1977	1998	2012
RWANDA				
1 biosphere reserve	Volcans	1983		
SAO TOME AND PRINCIPE				
1 biosphere reserve	The Island of Principe	2012		
SENEGAL				
5 biosphere reserves	Samba Dia	1979	1999	
	Delta du Saloum	1980	1999	
	Niokolo-Koba	1981	1999	
	Delta du Fleuve Sénégal. Transboundary BR (MRT/SEN)	2005		
	Ferlo	2012		
SOUTH AFRICA				
6 biosphere reserves	Kogelberg	1998		
	Cape West Coast. Extension 2003	2000		

	Waterberg	2001		
	Kruger to Canyons	2001		
	Cape Winelands	2007		
	Vhembe	2009		
SUDAN*				
UNITED REPUBLIC OF TANZANIA				
3 biosphere reserves	Lake Manyara	1981		
	Serengeti-Ngorongoro	1981		
	East Usambara	2000		
TOGO				
1 biosphere reserve	Oti-Kéran/Oti-Mandouri	2011		
TUNISIA*				
UGANDA				
2 biosphere reserves	Queen Elizabeth	1979	1998	2011
	Mount Elgon	2005		
ZIMBABWE				
1 biosphere reserve	Middle Zambezi	2010		

Asia and the Pacific (124 biosphere reserves in 23 countries)

Countries	Biosphere Reserve	Year of designation	Periodic Review	Second Periodic Review
AUSTRALIA				
14 biosphere reserves	Croajingolong	1977	2003	
	Kosciuszko	1977	2003	
	Southwest	1977. Withdrawn in 2002		
	Macquarie Island	1977. Withdrawn in 2011	2003	
	Prince Regent River	1977	2003	
	Unnamed	1977	2003	
	Uluru (Ayers Rock-Mount Olga)	1977	2003	
	Yathong	1977	2003	
	Fitzgerald River	1978	2003	
	Hattah-Kulkyne & Murray-Kulkyne	1981	2003	
	Wilson's Promontory	1981	2003	
	Riverland	1977. Originally Danggali Conservation Park, extended and renamed Bookmark in 1995. Renamed as Riverland in 2004.	2003	
	Mornington Peninsula and Western Port	2002		
	Barkindji	2005		
	Noosa	2007		
	Great Sandy	2009		
CAMBODIA				
1 biosphere reserve	Tonle Sap	1997	2012	

CHINA				
32 biosphere reserves	Changbaishan	1979	1998	
	Dinghushan	1979	1998	
	Wolong	1979	1998	
	Fanjingshan	1986	1999	
	Xilin Gol	1987	1999	
	Wuyishan	1987	1999	
	Bogeda	1990	2001	
	Shennongjia	1990	2011	
	Yancheng	1992	2003	
	Xishuangbanna	1993	2004	
	Maolan	1996	2007	
	Tianmushan	1996	2007	
	Fenglin	1997	2009	
	Jiuzhaigou Valley	1997	2011	
	Nanji Islands	1998	2011	
	Shankou Mangrove	2000	2011	
	Baishuijiang	2000	2011	
	Gaoligong Mountain	2000	2011	
	Huanglong	2000	2011	
	Baotianman	2001	2012	
	Saihan Wula	2001	2012	
	Dalai Lake	2002		
	Wudalianchi	2003		
	Yading	2003		
	Foping	2004		
	Qomolangma	2004		
	Chebaling	2007		
	Xingkai Lake	2007		
	Mao'er Mountain	2011		
	Jinggangshan	2012		
	Niubeiliang	2012		
	Snake Island, Laotie Mountain	2013		
INDIA				
9 biosphere reserves	Nilgiri	2000		
	Gulf of Mannar	2001		
	Sunderban	2001		
	Nanda Devi	2004		
	Nokrek	2009		
	Pachmarhi	2009		
	Similipal	2009		
	Achanakmar-Amarkantak	2012		
	Great Nicobar	2013		
INDONESIA				
8 biosphere reserves	Cibodas	1977	2011	
	Komodo	1977	1999	
	Lore Lindu	1977	1999	
	Tanjung Puting	1977	1998	
	Gunung Leuser	1981	1999	
	Siberut	1981	1999	
	Giam Siak Kecil - Bukit Batu	2009		
	Wakatobi	2012		
ISLAMIC REPUBLIC				

OF IRAN				
10 biosphere reserves	Arasbaran	1976	2002	
	Arjan	1976	2002	
	Geno	1976	2002	
	Golestan	1976	2002	
	Hara	1976	2002	
	Kavir	1976	2002	
	Lake Oromeeh	1976	2002	
	Miankaleh	1976	2002	
	Touran	1976	2002	
	Dena	2010		
JAPAN				
5 biosphere reserves	Mount Hakusan	1980	1999	
	Mount Odaigahara & Mount Omine	1980	1999	
	Shiga Highland	1980	1999	
	Yakushima Island	1980	1999	
	Aya	2012		
KAZAKHSTAN				
2 biosphere reserve	Korgalzhyn	2012		
	Alakol	2013		
DEMOCRATIC PEOPLE'S REPUBLIC OF KOREA				
3 biosphere reserves	Mount Paekdu	1989	2002	
	Mount Kuwol	2004		
	Mount Myohyang	2009		
REPUBLIC OF KOREA				
5 biosphere reserves	Mount Sorak	1982	1998	
	Jeju Island	2002		
	Shinan Dadohae	2009		
	Gwangneung Forest	2010		
	Gochang	2013		
KYRGYZSTAN				
2 biosphere reserves	Sary-Chelek	1978		
	Issyk Kul	2001		
MALAYSIA				
1 biosphere reserve	Tasik Chini	2009		
MALDIVES				
1 biosphere reserve	Baa Atoll	2011		
FEDERATED STATES OF MICRONESIA				
2 biosphere reserves	Utwé	2005		
	And Atoll	2007		
MONGOLIA				
6 biosphere reserves	Great Gobi	1990		
	Boghd Khan Uul	1996		
	Uvs Nuur Basin	1997		
	Hustai Nuruu	2002		
	Dornod Mongol	2005		
	Mongol Daguur	2007		
PAKISTAN				
2 biosphere reserve	Lal Suhanra	1977	1998	

	Ziarat Juniper Forest	2013		
PALAU				
1 biosphere reserve	Ngaremeduu	2005		
PHILIPPINES				
2 biosphere reserves	Puerto Galera	1977		
	Palawan	1990	2012	
SRI LANKA				
4 biosphere reserves	Hurulu	1977	1998	
	Sinharaja	1978	1998	2004
	Kanneliya-Dediyagala-Nakiyadeniya (KDN)	2004		
	Bundala	2005		
THAILAND				
4 biosphere reserves	Sakaerat	1976	1999	
	Hauy Tak Teak	1977	1999	
	Mae Sa-Kog Ma	1977	1999	
	Ranong	1997	2011	
TURKMENISTAN				
1 biosphere reserve	Repetek	1978	2005	
UZBEKISTAN				
1 biosphere reserve	Mount Chatkal	1978	1999	
VIETNAM				
8 biosphere reserves	Can Gio Mangrove	2001	2011	
	Dong Nai	2001 (former Cat Tien, 2001 - extended in 2011)	2012	
	Cat Ba	2004		
	Red River Delta	2004		
	Kien Giang	2006		
	Western Nghe An	2007		
	Mui Ca Mau	2009		
	Cu Lao Cham - Hoi An	2009		

Latin America and the Caribbean (117 biosphere reserves in 21 countries)

Countries	Biosphere Reserve	Year of designation	Periodic Review	Second Periodic Review
ARGENTINA				
13 biosphere reserves	San Guillermo	1980	2000	
	Laguna Blanca	1982	2000	
	Costero del Sur	1984	2000	
	Nacuñán	1986	2000	
	Laguna de Pozuelos	1990	2006	
	Yabotí	1995	2006	
	Mar Chiquito	1996	2012	
	Delta del Paraná	2000		
	Riacho Teuquito	2000		
	Laguna Oca del Río Paraguay	2001		
	Las Yungas	2002		

	Andino Norpatagónica	2007		
	Pereyra Iraola	2007		
BOLIVIA				
3 biosphere reserves	Pilón-Lajas	1977	2006	
	Ulla Ulla	1977	2006	
	Beni	1986	2006	
BRAZIL				
6 biosphere reserves	Mata Atlântica (including Sao Paulo Green Belt)	1993. Extended in 2002 and 2009		
	Cerrado	1993. Extended in 2000 and 2001		
	Pantanal	2000		
	Caatinga	2001		
	Central Amazon	2001		
	Espinhaço Range	2005		
CHILE				
10 biosphere reserves	Fray Jorge	1977. Extended in 2012	1999	
	Juan Fernández	1977	1999	
	Torres de Paine	1978	1999	
	Laguna San Rafael	1979	1999	
	Lauca	1981	1999	
	Araucarias	1983. Extended in 2010	1999	
	La Campana-Peñuelas	1984 Extended in 2009	1999	
	Cabo de Hornos	2005		
	Bosques Templados Lluviosos de los Andes Australes	2007		
	Corredor Biológico Nevados de Chillán - Laguna del Laja	2011		
COLOMBIA				
5 biosphere reserves	Cinturón Andino	1979	2001	2011
	El Tuparro	1979	2001	2011
	Sierra Nevada de Santa Marta	1979	2001	2011
	Ciénaga Grande de Santa Marta	2000	2011	
	Seaflower	2000	2011	
COSTA RICA				
3 biosphere reserves	La Amistad	1982	2002	
	Cordillera Volcánica Central	1988. Extended in 2010	2003	
	Agua y Paz	2007		
CUBA				
6 biosphere reserves	Sierra del Rosario	1984	1998	
	Cuchillas del Toa	1987	1999	
	Península de Guanahacabibes	1987	1999	
	Baconao	1987	1999	
	Ciénaga de Zapata	2000	2011	
	Buenavista	2000	2011	
DOMINICAN REPUBLIC				
1 biosphere	Jaragua-Bahoruco-Enriquillo	2002		

reserve				
ECUADOR				
5 biosphere reserves	Archipiélago de Colón (Galápagos)	1984	1999	
	Yasuni	1989	2001	
	Sumaco	2000. Extended in 2002		
	Podocarpus-El Condor	2007		
	Macizo de Cajas	2013		
EL SALVADOR				
3 biosphere reserves	Apaneca-Llamatepec	2007		
	Xiriualtique Jiquitizco	2007		
	Trifinio Fraternidad	2011 Transboundary BR (El Salvador/Guatemala/Honduras)		
GUATEMALA				
3 biosphere reserves	Maya	1990	2001	
	Sierra de las Minas	1992		
	Trifinio Fraternidad	2011 Transboundary BR (El Salvador/Guatemala/Honduras)		
HAITI				
1 biosphere reserve	La Selle	2012		
HONDURAS				
2 biosphere reserves	Río Plátano	1979		
	Trifinio Fraternidad Transboundary BR (El Salvador/Guatemala/Honduras)	2011		
MEXICO				
41 biosphere reserves	Mapimí	1977	1998	
	La Michilía	1977	1998	
	Montes Azules	1979	1998	
	El Cielo	1986	2002	
	Sian Ka'an	1986	1999	
	Sierra de Manantlán	1988	1999	
	Región de Calakmul	1993. Calakmul, extended and renamed in 2006	2005	
	El Triunfo	1993	2005	
	El Vizcaíno	1993		
	Alto Golfo de California	1993. Extended in 1995		
	Islas del Golfo de California	1995		
	Sierra Gorda	2001		
	Banco Chinchorro	2003		
	Sierra La Laguna	2003		
	Ría Celestún	2004		
	Ría Lagartos	2004		
	Arrecife Alacranes	2006		
	Barranca de Metztlán	2006		
	Chamela-Cuixmala	2006		
	Cuatrociénegas	2006		

	Cumbres de Monterrey	2006		
	Huatulco	2006		
	La Encrucijada	2006		
	La Primavera	2006		
	La Sepultura	2006		
	Laguna Madre y Delta Río Bravo	2006		
	Los Tuxtlas	2006		
	Maderas del Carmen, Coahuila	2006		
	Mariposa Monarca	2006		
	Pantanos de Centla	2006		
	Selva El Ocote	2006		
	Sierra de Huautla	2006		
	Sistema Arrecifal Veracruzano	2006		
	Volcán Tacaná	2006		
	Sierra de Alamos - Río Cuchujaqui	2007		
	Islas Marietas	2008		
	Lagunas de Montebello	2009		
	Naha-Metzabok	2010		
	Los Volcanes	2010		
	Islas María	2010		
	Tehuacán-Cuicatlán	2012		
NICARAGUA				
3 biosphere reserves	Bosawas	1997		
	Río San Juan	2003		
	Ometepe Island	2010		
PANAMA				
2 biosphere reserves	Darién	1983	2000	
	La Amistad	2000		
PARAGUAY				
2 biosphere reserves	Bosque Mbaracayú	2000		
	El Chaco	2005		
PERU				
4 biosphere reserves	Huascarán	1977	1999-2005 (progress report)	2012
	Manu	1977	1999	2012
	Noroeste	1977	1999	2012
	Oxapampa-Ashaninka-Yanesha	2010		
SAINT KITTS and NEVIS				
1 biosphere reserve	St. Mary's	2011		
URUGUAY				
1 biosphere reserve	Bañados del Este	1976	2005	
VENEZUELA				

2 biosphere reserves	Alto Orinoco-Casiquiare	1993		
	Delta del Orinoco	2009		

Arab States (27 biosphere reserves in 11 countries)

Countries	Biosphere Reserve	Year of designation	Periodic Review	Second Periodic Review
ALGERIA				
6 biosphere reserves	Tassili N'Ajjer	1986		
	El Kala	1990	2 002	
	Djurdjura	1997	2011	
	Chrea	2002		
	Taza	2004		
	Gouraya	2004		
EGYPT				
2 Biosphere Reserve	Omayed	1981. Extension 1998	2011	
	Wadi Allaqi	1993	2004	2012
JORDAN				
2 biosphere reserve	Dana	1998		
	Mujib	2011		
LEBANON				
3 biosphere reserves	Shouf	2005		
	Jabal Al Rihane	2007		
	Jabal Moussa	2009		
MOROCCO				
3 biosphere reserves	Arganeraie	1998	2010	
	Oasis du sud marocain	2000		
	Intercontinental BR of the Mediterranean. Intercontinental BR (MOR/SPA)	2006		
QATAR				
1 biosphere reserve	Al Reem	2007		
SUDAN				
2 biosphere reserves	Dinder	1979	2001	2012
	Radom	1979	2001	
SYRIAN ARAB REPUBLIC				
1 biosphere reserve	Lajat	2009		
TUNISIA				
4 biosphere reserves	Djebel Bou-Hedma	1977	1999	
	Djebel Chambi	1977	1999	
	Ichkeul	1977	1999	
	Iles Zembra et Zembretta	1977	1999	
UNITED ARAB				

EMIRATES				
1 biosphere reserve	Marawah	2007		
YEMEN				
2 biosphere reserves	Socotra Archipelago	2003		
	Bura'a	2011		

 Europe & North America (289 biosphere reserves in 34 countries)

Countries	Biosphere Reserve	Year of designation	Periodic Review	Second Periodic Review
AUSTRIA				
7 biosphere reserves	Gossenköllesee	1977		
	Gurgler Kamm	1977		
	Lobau	1977	1998	
	Neusiedler See	1977	1998	
	Grosses Walsertal	2000	2011	
	Wienerwald	2005		
	Salzburger Lungau & Kärntner Nockberge	2012		
BELARUS				
3 biosphere reserves	Berezinskiy	1978	1998	2011
	Belovezhskaya Pushcha	1993	2005	2011
	West Polesie Transboundary Biosphere Reserve (Belarus/Poland/Ukraine)	former Pribuzhskoye Polesie, 2003 - extended and renamed in 2012		
BULGARIA				
16 biosphere reserves	Steneto			
	Alibotouch	1977		
	Bistrichko Branichté	1977		
	Boitine	1977		
	Djendema	1977		
	Doupkata	1977		
	Doupki-Djindjiritza	1977		
	Kamtchia	1977		
	Koupena	1977		
	Mantaritza	1977		
	Maritchini-Ezera	1977. Withdrawn in 2002		
	Ouzounboudjak	1977		
	Parangalitza	1977		
	Srébarna	1977		
	Tchervenata sténa	1977		
	Tchoupréné	1977		
	Tsaritchina	1977		
CANADA				
16 biosphere reserves	Mont Saint Hilaire	1978	1998	2009
	Waterton	1979	1998	2009
	Long Point	1986	2001	2012
	Riding Mountain	1986	2001	

	Charlevoix	1988	2003	
	Niagara Escarpment	1990	2002	
	Clayoquot Sound	2000	2011	
	Redberry Lake	2000	2012	
	Lac Saint-Pierre	2000	2012	
	Mount Arrowsmith	2000	2011	
	South West Nova	2001	2012	
	Thousand Islands - Frontenac Arch	2002		
	Georgian Bay Littoral	2004		
	Manicouagan Uapishka	2007		
	Fundy	2007		
	Bras d'Or Lake	2011		
CROATIA				
2 biosphere reserves	Velebit Mountain	1977	1998	2003
	Mura Drava Danube	2012. Transboundary BR (Croatia/Hungary)		
CZECH REPUBLIC				
6 biosphere reserves	Krivoklátsko	1977	1998	
	Trebon Basin	1977	1998	
	Lower Morava	2003 (former Palava, 1986 - extended and renamed in 2003)		
	Sumava	1990		
	Bílé Karpathy	1996	2012	
	Krkokonose/Karkonosze	1992. Transboundary BR (Czech Rep/Poland)		
DENMARK				
1 biosphere reserve	North-East Greenland	1977		
ESTONIA				
1 biosphere reserve	West Estonian Archipelago	1990	2005	
FINLAND				
2 biosphere reserves	North Karelian	1992		
	Archipelago Sea Area	1994	2006	
FRANCE				
13 biosphere reserves	Commune de Fakarava	1977 (Atoll de Taiaro, extended and renamed in 2006)		
	Vallée du Fango	1977 (Extension 1990)	1998	
	Camargue (delta du Rhône)	1977 (Camargue, extended and renamed in 2006)	2000	
	Cévennes	1984	1998	
	Iles et Mer d'Iroise	1988 (former Iroise, extended and renamed in 2012)	2001	
	Mont Ventoux	1990	2007	
	Archipel de la Guadeloupe	1992		
	Luberon-Lure	1997 (former Luberon, extended and renamed in 2010)	2010	
	Fontainebleau et du	1998 (former Pays de	2010	

	Gâtinais	Fontainebleau, extended and renamed in 2010)		
	Vosges du Nord/Pfälzerwald	1998 Transboundary BR (France/Germany)	2000	2011
	Bassin de la Dordogne	2012		
	Marais Audomarois	2013		
	Mont-Viso	2013		
GERMANY				
15 biosphere reserves	Flusslandschaft Elbe	1979	2002	2009
	Vessertal-Thüringen Forest	1979 (Extension 1987 / 1990)	2002	
	Bayerischer Wald	1981. Withdrawn in 2007	2002	
	Berchtesgadener Land	1990 (former Berchtesgaden Alps, extended and renamed in)	2003	
	Wadden Sea and Hallig Islands of Schleswig-Holstein	1990 (Waddensea of Schleswig-Holstein extended and renamed in 2004)	2006	
	Schorfheide-Chorin	1990	2003	
	Spreewald	1991	2003	
	South-east Rügen	1991	2004	
	Rhön	1991	2004	
	Waddensea of Lower Saxony	1992	2006	
	Waddensea of Hamburg	1992	2006	
	Oberlausitzer Heide- und Teichlandschaft	1996	2007	
	Schaalsee	2000	2012	
	Vosges du Nord/Pfälzerwald	1998. Transboundary BR (France/Germany)	2004	2011
	Bliesgau	2009		
	Schwäbische Alb	2009		
GREECE				
2 biosphere reserves	Gorge of Samaria	1981	1999	
	Mount Olympus	1981	1999	
HUNGARY				
6 biosphere reserves	Aggtelek	1979	2007	
	Hortobágy	1979	2007	
	Kiskunság	1979	2007	
	Lake Fertő	1979	2007	
	Pilis	1980	2007	
	Mura Drava Danube	2012. Transboundary BR (Croatia/Hungary)		
IRELAND				
2 biosphere reserves	North Bull Island	1981		
	Killarney	1982		
ISRAEL				
2 biosphere reserves	Mount Carmel	1996	2007	
	Ramat Menashe	2011		
ITALY				
9 biosphere reserves	Collemeluccio-Montedimezzo	1977	2012	

	Circeo	1977	2012	
	Miramare	1979	1999	2011
	Cilento and Vallo di Diano	1997		
	Somma-Vesuvio and Miglio d'Oro	1997		
	Valle del Ticino	2002		
	Tuscan Islands	2003		
	Selva Pisana	2004		
	Monteviso Area della Biosfera del Monviso	2013		
LATVIA				
1 biosphere reserve	North Vidzeme	1997		
LITHUANIA				
1 biosphere reserve	Zuvintas	2011		
MONTENEGRO				
1 biosphere reserve	Tara River Basin	1976		
NETHERLANDS				
1 biosphere reserve	Waddensea Area	1986	2012	
POLAND				
10 biosphere reserves	Babia Gora	1976 (Extension 1997/2001)	2000	
	Bialowieza	1976 (Extension 2005)	1998	
	Lukajno Lake	1976		
	Slowinski	1976	1998	
	Krkonose/Karkonosze	1992. Transboundary BR (Czech Rep/Poland)		
	Tatra	1992. Transboundary BR (Poland/Slovakia)		
	East Carpathians	1998. Transboundary BR (Poland/Slovakia/Ukraine)		
	Puszcza Kampinoska	2000		
	Tuchola Forest	2010		
	West Polesie Transboundary Biosphere Reserve (Belarus/Poland/Ukraine)	2012 (West Polesie, 2002 extended and renamed in 2012)		
PORTUGAL				
7 biosphere reserves	Paúl do Boquilobo	1981		
	Corvo Island	2007		
	Graciosa Island	2007		
	Flores Island	2009		
	Geres - Xures	2009. Transboundary BR (Portugal/Spain)		
	Berlengas	2011		
	Santana Madeira	2011		
ROMANIA				
3 biosphere reserves	Pietrosul Mare	1979	1998	
	Retezat	1979	1998	
	Danube Delta	1998. Transboundary BR (Romania/Ukraine)	2003	
RUSSIAN				

FEDERATION				
41 biosphere reserves	Kavkazskiy	1978	1998	
	Okskiy	1978. Part of Oka River Valley until 2000	1998	
	Sikhote-Alin	1978	1998	
	Tsentrall'nochernozem	1978	1999	
	Astrakhanskiy	1984	2005	
	Kronotskiy	1984	2005	
	Laplandskiy	1984	1999	
	Pechoro-Ilychskiy	1984	1998	
	Sayano-Shushenskiy	1984	1999	
	Sokhondinskiy	1984	1998	
	Voronezhskiy	1984	1998	
	Tsentrall'nolesnoy	1985	1999	
	Baikalskiy	1986. Part of Lake Baikal until 2000	2005	
	Tzentralsibirskii	1986	2005	
	Chernye Zemli	1993	2009	
	Taimyrskiy	1995	2009	
	Ubsunorskaya Kotlovina	1997	2009	
	Dauriskiy	1997	2009	
	Teberda	1997	2009	
	Katunskiy	2000		
	Prioksko-Terrasnyi	1978. Part of Oka River Valley until 2000	1999	
	Barguzinskiy	1986. Part of Lake Baikal until 2000		
	Nerussko-Desnianskoe-Polesie	2001		
	Visimskiy	2001		
	Vodlozerskiy	2001	2012	
	Commander Islands	2002		
	Darvinskiy	2002		
	Nijegorodskoe Zavolje	2002		
	Smolensk Lakeland	2002		
	Ugra	2002		
	Far East Marine	2003		
	Kedrovaya Pad	2004		
	Kenozerskiy	2004		
	Valdaiskiy	2004		
	Khankaiskiy	2005		
	Middle-Volga Integrated			
	Great Volzhsko-Kamskiy	2005. Composed of Raifa, Sarali, Spasskiy and Sviyazhsky units		
	Rostovskiy	2008		
	Altaiskiy	2009		
	Volga-Akhtuba Floodplain	2001		
	Bashkirskiy Ural	2012		
SERBIA				
1 biosphere reserve	Golija-Studenica	2001	2012	
SLOVAKIA				
4 biosphere reserves	Slovenský Kras	1977	1998	
	Polana	1990	2001	

	Tatra	1992. Transboundary BR (Poland/Slovakia)		
	East Carpathians	1998. Transboundary BR (Poland/Slovakia/Ukraine)		
SLOVENIA				
3 biosphere reserves	Julian Alps	2003		
	The Karst	2004		
	Kozjansko & Obsotelje	2010		
SPAIN				
45 biosphere reserves	Grazalema	1977	2004	
	Ordesa-Viñamala	1977 (Extended in 2013)	2000	2011
	Montseny	1978	2000	2011
	Doñana	1980	2004	
	Mancha Húmeda	1980	2002	
	Las Sierras de Cazorla y Segura	1983	2004	
	Marismas del Odiel	1983	2004	
	La Palma	1983 (Extended and renamed in 1997 and 2002)		
	Urdaibai	1984	2000	2011
	Sierra Nevada	1986	2000	
	Cuenca Alta del Río Manzanares	1992	2006	
	Lanzarote	1993	2007	
	Menorca	1993 (Change in zonation 2004)	2006	
	Sierra de las Nieves y su Entorno	1995	2007	
	Cabo de Gata-Níjar	1997	2011	
	Isla de El Hierro	2000		
	Bardenas Reales	2000	2011	
	Muniellos	2000 (Extension 2003 - Elemento de la RB Gran Cantábrica)		
	Somiedo	2000	2011	
	Redes	2001		
	Las Dehesas de Sierra Morena	2002		
	Terras do Miño	2002		
	Valle de Laciana	2003. Elemento de la RB Gran Cantábrica		
	Picos de Europa	2003. Elemento de la RB Gran Cantábrica		
	Monfragüe	2003		
	Valles del Jubera, Leza, Cidacos y Alhama	2003		
	Babia	2004. Elemento de la RB Gran Cantábrica		
	Área de Allariz	2005		
	Gran Canaria	2005		
	Sierra del Rincón	2005		
	Los Valles de Omaña y Luna	2005. Elemento de la RB Gran Cantábrica		
	Alto de Bernesga	2005. Elemento de la RB Gran Cantábrica		

	Los Argüellos	2005. Elemento de la RB Gran Cantábrica		
	Os Ancares Lucenses y Montes de Cervantes, Navia y Becerreá	2006. Elemento de la RB Gran Cantábrica		
	Los Ancares Leoneses	2006. Elemento de la RB Gran Cantábrica		
	Las Sierras de Béjar y Francia	2006		
	Intercontinental BR of the Mediterranean	2006. Transboundary BR (Spain/Morocco)		
	Río Eo, Ocos y Terras de Buron	2007		
	Fuerteventura	2009		
	Geres - Xures	2009. Transboundary BR (Portugal/Spain)		
	La Gomera	2012		
	Las Ubiñas-La Mesa	2012		
	Mariñas Coruñesas e Terras do Mandeo	2013		
	Real Sitio de San Ildefonso-El Espinar	2013		
	Terres de l'Ebre, Catalonia	2013		
SWEDEN				
5 biosphere reserves	Lake Torne Area	1986. Withdrawn in 2010	1999	
	Kristianstad Vattenrike	2005		
	Lake Vänern Archipelago	2010		
	Blekinge Archipelago	2011		
	Nedre Dalälven River Landscape	2011		
	East Vättern Scarp landscape	2012		
SWITZERLAND				
2 biosphere reserves	Reservat da Biosfera Val Müstair-Parc Naziunal	1979 (former Swiss National Park, extended and renamed in 2010)		
	Entlebuch	2001	2012	
TURKEY				
1 biosphere reserve	Camili	2005		
UKRAINE				
8 biosphere reserves	Chernomorskiy	1984	1998-1999 (progress report)	2012
	Askaniya-Nova	1985	1998	2012
	Carpathian	1992	2003	
	Danube Delta	1998. Transboundary BR (Romania/Ukraine) (former Dunaisky)	2010	
	East Carpathians	1998. Transboundary BR (Poland/Slovakia/Ukraine)		
	Desnianskyi	2009		
	West Polesie	2012. Transboundary BR (Belarus/Poland/Ukraine) (former Shatskiy, 2002 -		

		extended and renamed in 2012)		
UNITED KINGDOM				
5 biosphere reserves	Beinn Eighe	1976		
	Braunton Burrows-North Devon	1976. Extension 2002		
	Cairnsmore of Fleet	1976		
	Biosffer Dyfi	1977		
	Loch Druidibeg	1976. Withdrawn in 2013		
	Moor House Upper Teesdale	1976. Withdrawn in 2012		
	North Norfolk Coast	1976		
	Silver Flowe-Merrick Kells	1976		
	Taynish	1977. Withdrawn in 2010		
	Galloway and southern Ayrshire	2012 (formerly Cairnsmore of Fleet and Silver Flowe Merrick Kells)		
UNITED STATES OF AMERICA				
47 biosphere reserves	Aleutian Islands	1976		
	Big Bend	1976		
	Cascade Head	1976		
	Central Plains	1976		
	Channel Islands	1976		
	Coram	1976		
	Denali	1976		
	Desert	1976		
	Everglades & Dry Tortugas	1976		
	Fraser	1976		
	Glacier	1976		
	H.J. Andrews	1976		
	Hubbard Brook	1976		
	Jornada	1976		
	Luquillo	1976		
	Noatak	1976		
	Olympic	1976		
	Organ Pipe Cactus	1976		
	Rocky Mountain	1976		
	San Dimas	1976		
	San Joaquin	1976		
	Sequoia-Kings Canyon	1976		
	Stanislaus-Tuolumne	1976		
	Three Sisters	1976		
	Virgin Islands	1976		
	Yellowstone	1976		
	Beaver Creek	1976		
	Konza Prairie	1978		
	Niwot Ridge	1979		
	University of Michigan Biological Station	1979		
	Virginia Coast	1979		
	Hawaiian Islands	1980		

	Isle Royale	1980		
	Big Thicket	1981		
	Guanica	1981		
	California Coast Ranges	1983		
	Central Gulf Coast Plain	1983		
	South Atlantic Coastal Plain	1983		
	Mojave and Colorado Deserts	1984		
	Carolinian-South Atlantic	1986		
	Glacier Bay-Admiralty Is	1986		
	Golden Gate	1988		
	New Jersey Pinelands	1988		
	Southern Appalachian	1988		
	Champlain-Adirondak	1986		
	Mammoth Cave Area	1990. Extention 1996		
	Land Between The Lakes Area	1991		

Dados atualizados em Junho de 2013

Fonte: UNESCO

Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/mab/>> Acesso em 06 jun., 2013.